

ROGÉRIO DE OLIVEIRA COSTA

COMUNIDADE BOA ESPERANÇA: ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS LIGADOS A  
AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA, UM ESTUDO DE CASO NA MICRO-  
BACIA FACÃO, CÁCERES- MT.

Dissertação apresentada à Universidade  
do Estado de Mato Grosso, para  
obtenção do título de Mestre em  
Ciências Ambientais.

CÁCERES – MT  
Mato Grosso  
2008

ROGÉRIO DE OLIVEIRA COSTA

COMUNIDADE BOA ESPERANÇA: ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS LIGADOS A  
AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA, UM ESTUDO DE CASO NA MICRO-  
BACIA FACÃO, CÁCERES- MT

Dissertação apresentada à Universidade  
do Estado de Mato Grosso, para  
obtenção do título de Mestre em  
Ciências Ambientais

Orientador: Prof. Dr. Elias Renato da  
Silva Januário

Cáceres –MT  
Mato Grosso  
2008

Costa, Rogério de Oliveira.

C837c Comunidade Boa Esperança: aspectos socioambientais ligados a agricultura familiar camponesa, um estudo de caso na micro-bacia Facão, Cáceres-MT / Rogério de Oliveira Costa. – Cáceres, 2008.  
253 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade do Estado de Mato Grosso, 2008.  
Orientador: Dr. Elias Renato da Silva Januário

1. Sustentabilidade. 2. Agricultura familiar. 3. Gestão Ambiental. I. Autor. II. Título.

CDU 504:332.2(817.2)

ROGÉRIO DE OLIVEIRA COSTA

COMUNIDADE BOA ESPERANÇA: ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS LIGADOS A  
AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA, UM ESTUDO DE CASO NA MICRO-  
BACIA FACÃO, CÁCERES- MT

Esta Dissertação foi julgada e aprovada como requisito para a obtenção do título de  
Mestre e Ciências Ambientais

Cáceres, 24 de abril de 2008

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador Prof. Dr. Elias Renato da Silva Januário  
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

---

Prof. Dr. Aumeri Carlos Bampi  
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

---

Prof. Dr. Waldir José Gaspar.  
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

## **AGRADECIMENTOS**

A tarefa de realizar o mestrado em Ciências Ambientais foi possível graças a uma estrutura criada por vários companheiros e companheiras, compreendo que esta se constitui, além das estruturas físico/financeiras, principalmente de um aparato psicológico que me manteve firme em minhas convicções durante toda a realização do mesmo. Portanto, agradeço intensamente a todos/as que contribuíram e aqui destaco:

Ao prof. Marcílio Pereira pela realização temporária de minha orientação;

Ao prof. Elias Januário por assumir a orientação deste trabalho em um momento posterior a meu ingresso no programa de pós-graduação. Principalmente pela confiança e respeito durante toda a nossa caminhada;

Aos amigos e companheiros Laudemir Luiz Zart; Clóvis Vailant; Silvano Carmo de Souza por toda a dedicação nas orientações, debates, correções e orientação da estrutura do trabalho. Em especial a Laudemir Zart que mesmo não estando ligado a minha orientação acadêmica não mediu esforços no apoio ligado aos temas sociológicos deste trabalho;

Aos professores/as - Aumeri Bampi e em especial a Maria Stela França – por todas as orientações e companheirismo;

Ao professor Waldir José Gaspar - por todas as contribuições no processo de qualificação; mesmo tendo sido solicitado em último momento;

Agradeço verdadeiramente à minha esposa e companheira Lucimar Machado Ramos e a toda a minha família pelo apoio e por toda a dedicação durante a realização deste curso;

Agradeço o apoio de todos/as os/as colegas do curso pelas experiências vivenciadas e a outros professores/as não mencionados/as, que fortaleceram em

mim a certeza de que quanto mais se mergulha no entendimento dos processos que regulam as relações humanas em natureza e com a natureza, nos deparamos cada vez mais com a necessidade de nos tornarmos seres mais humildes;

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos agricultores e agricultoras da Comunidade Boa Esperança que contribuíram prontamente para a sua realização;

Dedico ainda aos agricultores e agricultoras de todas as comunidades rurais do município de Cáceres, que resistem no campo acreditando que a agricultura familiar camponesa possui um papel decisivo na construção de uma sociedade justa e solidária.

## SUMARIO

<b>Resumo.....</b>	<b>16</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>17</b>
<b>Lista de Figuras.....</b>	<b>18</b>
<b>Lista de Quadros.....</b>	<b>19</b>
<b>Lista de Siglas.....</b>	<b>20</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>26</b>
<b>A pesquisa qualitativa.....</b>	<b>26</b>
<b>Área de realização da pesquisa.....</b>	<b>28</b>
<b>A Comunidade Boa Esperança.....</b>	<b>28</b>
<b>I- COMPREENSÃO SISTÊMICA DE SUSTENTABILIDADE E A NECESSIDADE DA TRANSIÇÃO ENTRE FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO CAMPO BRASILEIRO.....</b>	<b>32</b>
<b>PARTE 1-COMPREENSÃO SISTÊMICA DE SUSTENTABILIDADE.....</b>	<b>32</b>
<b>1.1 CONDICIONANTES NAS DISPUTAS SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DECORRENTES DE DISTINTAS VISÕES.....</b>	<b>32</b>
<b>1.1.1 Contexto Estruturante para a Construção de Diferentes Sentidos Sobre o Desenvolvimento sustentável.....</b>	<b>34</b>
<b>1.2 VISÃO CRÍTICA SOBRE A SUSTENTABILIDADE OU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....</b>	<b>39</b>
<b>1.2.1 A Construção de Sociedades Sustentáveis.....</b>	<b>39</b>
<b>1.2.2 A Sustentabilidade Sistêmica Materializada na Sócio Economia Solidária.....</b>	<b>50</b>
<b>PARTE 2- NECESSIDADE DA TRANSIÇÃO ENTRE FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO CAMPO BRASILEIRO.....</b>	<b>53</b>
<b>1.3 DILEMAS DA SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA.....</b>	<b>53</b>
<b>1.3.1 As raízes da atual estrutura agrária e agrícola brasileira.....</b>	<b>53</b>
<b>1.3.2 O Pensamento Condutor da modernização do Estado e da Agricultura Brasileira.....</b>	<b>56</b>
<b>1.3.2.1 A Re-ocupação Fundiária do Estado de Mato Grosso e a Insustentabilidade Sócio-Ambiental decorrente.....</b>	<b>56</b>
<b>1.3.2.2 Modernização Excludente do Campo: processo de ampliação da insustentabilidade agrária e agrícola brasileira.....</b>	<b>61</b>
<b>1.4 A NECESSIDADE DA TRANSIÇÃO DA AGRICULTURA CONVENCIONAL PARA UMA AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL....</b>	<b>66</b>
<b>1.4.1 Agricultura Convencional x Agricultura Familiar Agroecológica.....</b>	<b>66</b>
<b>1.4.2 A Agroecologia e a Agricultura Agroecológica Sustentável.....</b>	<b>69</b>

1.4.3 Relação da Agricultura Agroecológica com a Agricultura Familiar Camponesa.....	72
1.4.4 Aspectos da Sustentabilidade no Projeto de Desenvolvimento do Campo Brasileiro.....	78
<b>II- PROCESSOS DE OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS AGRÁRIOS E DINÂMICAS PRODUTIVAS NA AGRICULTURA FAMILIAR.....</b>	<b>81</b>
<b>PARTE 1 - 2.1 PROCESSOS DE OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS AGRÁRIOS....</b>	<b>81</b>
2.1.1 Conflitos Agrários e Agrícolas Relacionados à Luta Pela Terra.....	81
2.1.2 Elementos Conceituais Sobre os Conflitos e Territórios.....	82
2.1.2.1 Conflitos Relacionados à Reforma Agrária.....	86
<b>2.2 MOTIVADORES DA MOBILIDADE DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS.....</b>	<b>92</b>
2.2.1 A Trajetória de Vida dos Agricultores.....	96
<b>2.3 OS CONFLITOS DA OCUPAÇÃO E OS PROCESSOS PRODUTIVOS NA FAZENDA FACÃO/BOM JARDIM.....</b>	<b>98</b>
2.3.1 Ocupação da Fazenda Facão Bom Jardim – Aspectos Sócio-Políticos e Ambientais.....	98
2.3.2 Sobre a Atual Ocupação da Fazenda Facão/Bom Jardim.....	101
2.3.2.1 Elaboração dos Laudos de Avaliação da Fazenda Facão/Bom Jardim.....	103
2.3.2.2 A Intervenção do Órgão do Estado Responsável pela Reforma Agrária.....	106
2.3.2.3 Laudo Agrônomo de Fiscalização da Fazenda Facão/Bom Jardim.....	110
2.3.2.4 Parecer Técnico nº. 012/CUCO/2004 – Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEMA-MT.....	113
2.3.2.5 A Venda de Terras nas Comunidades do Assentamento Facão/Bom Jardim.....	117
<b>PARTE 2 - DINÂMICAS PRODUTIVAS NA AGRICULTURA FAMILIAR.....</b>	<b>119</b>
<b>2.4 DINÂMICAS PRODUTIVAS DOS AGRICULTORES DA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA ASSENTAMENTO FACÃO/BOM JARDIM.....</b>	<b>119</b>
2.4.1 Atividades Produtivas Desenvolvidas na Área.....	119
2.4.2 Estruturas Determinantes da Produção Familiar.....	125
2.4.3 Etapas do Processo Produtivo.....	129
2.4.3.1 A preparação da Terra e o Uso de Equipamentos.....	133
2.4.3.2 Colheita e Comercialização.....	140
2.4.3.3 Combate de “pragas.....	144
<b>2.5 POTENCIAL DE PRODUÇÃO.....</b>	<b>149</b>
<b>2.6 OBSTÁCULOS PARA A PRODUÇÃO.....</b>	<b>152</b>
2.6.1 Baixo nível de Participação da Comunidade nas Estruturas/Entidades Sociais Relacionadas à Agricultura.....	153
2.6.2 Solos com Características Agronômicas Intermediárias para o Cultivo.....	154
2.6.3 Falta de Infra-estrutura para a Coleta de Água e a Localização dos Lotes em Relação às Fontes Naturais de Água.....	155
2.6.4 Processo Contraditório de Divisão das Terras.....	158
2.6.5 Políticas Públicas de Financiamento da Agricultura Familiar.....	159

<b>III-ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DOS AGRICULTORES E DAS AGRICULTORAS DA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA.....</b>	<b>174</b>
<b>3.1 – CONCEPÇÃO DOS AGRICULTORES SOBRE A COMUNIDADE.....</b>	<b>174</b>
<b>3.1.2 – Problemas Identificados.....</b>	<b>174</b>
3.1.2.1 – Infra-estrutura.....	180
3.1.2.2 A Posse da Terra por Residentes Externos à Comunidade.....	183
<b>3.1.3 – Soluções Propostas.....</b>	<b>185</b>
3.1.3.1 Infra-estrutura (coletiva e particular).....	186
3.1.3.2 Organização Social.....	187
3.1.3.3 Organização Socioeconômica Através Ação de Agentes Externos à Comunidade.....	190
3.1.3.4 Mobilização para Eventos Pontuais.....	192
3.1.3.5 Estratégia Econômica.....	192
3.1.3.6 Parcerias com Entidades Externas.....	194
<b>3.2 SOBRE AS ELEIÇÕES PARA DEFINIÇÃO DA EMPRESA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PDA.....</b>	<b>196</b>
<b>3.3 ACESSO A RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF.....</b>	<b>202</b>
3.3.1 Expectativa de Investimento dos Agricultores e das Agricultoras.....	203
<b>3.4 - EXPERIÊNCIAS COLETIVAS.....</b>	<b>207</b>
<b>3.4.1 – PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES.....</b>	<b>207</b>
3.4.1.2 As reuniões e seu espaço de realização.....	208
3.4.2 – Atividades Produtivas Coletivas.....	212
3.4.3 – Expectativas para Experiências Coletivas.....	215
3.4.4 – Obstáculos à Participação Coletiva.....	216
3.4.4.1 Influências Locais Sobre a Organização Coletiva.....	217
3.4.4.2 Influências das Relações Sociais Sobre a Organização Coletiva.....	218
3.4.4.3 Desafios para a Constituição da Organização Comunitária Coletiva.....	220
3.4.4.4 Desafio para a Instauração da Participação Crítica: a Educação Ambiental para Gestão e a Sócio-Economia Solidária.....	223
<b>3.5 DETERMINANTES NAS CONCEPÇÕES DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS SOBRE MEIO AMBIENTE.....</b>	<b>225</b>
<b>3.5.1 A Evolução no Conceito de Meio Ambiente Ligada à Invenção da Problemática Ambiental.....</b>	<b>225</b>
3.5.2 As Contradições Ligadas ao Conceito de Meio Ambiente.....	226
3.5.3 As visões dos Agricultores e das Agricultoras sobre Meio Ambiente.....	228
3.5.4 As Relações Homem/Natureza na Comunidade Boa Esperança.....	231
<b>3.6 CONCEPÇÃO DA ATUAÇÃO DE AGENTES EXTERNOS À COMUNIDADE.....</b>	<b>232</b>
3.6.1 Expectativas de atuação desses agentes.....	232
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>237</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>243</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>257</b>

## RESUMO

Este trabalho foi realizado junto a agricultores/as da Comunidade Boa Esperança no Assentamento Facão, município de Cáceres, MT. Seu objetivo geral foi de interpretar a estrutura da organização socioeconômica e dinâmicas produtivas da Comunidade Boa Esperança sob a ótica da sustentabilidade. Os objetivos específicos foram identificar e analisar os processos produtivos em andamento na comunidade; analisar as instituições formalizadas na comunidade e as dificuldades para a implantação de ações coletivas; interpretar a visão sobre meio ambiente e o modo como os/as agricultores/as se relacionam com a natureza. Para a execução destas propostas, concomitantemente à pesquisa em campo, realizamos uma correlação entre o cenário nacional da evolução da agricultura familiar camponesa e o desenvolvimento desta mesma categoria de agricultura, no Estado de Mato Grosso, com destaque para a região sudoeste, onde se encontra constituída a comunidade em estudo. Em relação à pesquisa de campo, procedemos a mesma sob a orientação da abordagem qualitativa de pesquisa científica. Como resultado verificamos que assim como os/as agricultores/as das demais regiões do país, os/as que compõem a Comunidade Boa Esperança encontram-se marginalizados/as em relação às políticas públicas elaboradas para o desenvolvimento do campo. Este fato condicionou e condiciona inúmeras barreiras para sua emancipação, tanto do ponto de vista econômico, como também social. Esta realidade é evidenciada nas dinâmicas produtivas instauradas na comunidade, e, sobretudo, presente em suas formas de organização socioeconômica, que se baseiam principalmente na busca de soluções individualistas para os constantes desafios a que são submetidos a enfrentar, fracamente ligadas à consecução de objetivos coletivos. Porém, os resultados também evidenciaram que em meio às contradições presentes no seio da comunidade, existe a intenção e o potencial para a criação de estratégias emancipatórias, desenhadas coletivamente de dentro para fora da comunidade. Por fim afirmamos que a efetivação de processos de desenvolvimento sustentável na comunidade passa pela transição dos mecanismos de elaboração de estratégias individualistas às estratégias com potencial para a geração de benefícios coletivos. Estas últimas, ligadas de modo inerente a um aumento da participação qualificada de todos/as nas ações cotidianas na comunidade. O construir deste caminho nesta e em outras comunidades, deverão necessariamente ser apoiadas por políticas públicas estatais, como forma de reconhecer e catalisar o potencial transformador da agricultura familiar camponesa.

**Palavras-chave:** sustentabilidade; agricultura camponesa; economia solidária.

## ABSTRACT

This work was accomplished with agriculturists from the Boa Esperança Community in the Facão Settlement, municipal district of Cáceres, MT. Its general objective was to understand the structure of the socioeconomic and productive dynamics organization of the Boa Esperança Community under the optics of the sustainability. The specific objectives were to identify and to analyze the current productive processes in the community; to analyze the institutions formalized in the community and the difficulties for the implantation of collective actions; to interpret the view about the environment and the way as the agriculturists deal with the nature. For the execution of these proposals, concomitantly to the research in field, we accomplished a correlation between the national scenery of the evolution of the family farmer agriculture and the development of this same agriculture category, in the State of Mato Grosso, with prominence for the Southwest area, where the community cited above is located. In relation to the field research, we proceeded under the orientation of the qualitative approach of scientific research. As result it was verified that the agriculturists from other areas as well as the ones from the Boa Esperança Community are discriminated in relation to public politics elaborated for the development of the field. This fact generated and is still generating countless barriers for its emancipation from the economical and social point of view as well. This reality is evidenced in the productive dynamics established in the community, and, above all, presents in their forms of socioeconomic organization, that are mainly based on the search of individualistic solutions for the constant challenges that the community is submitted to face, faintly linked to the attainment of collective objectives. However, the results also evidenced that amid the present contradictions in the community's environment, there are the intention and the potential for the creation of emancipatory strategies, drawn collectively from within to the outside of the community. Finally we affirmed that the accomplishment of processes of maintainable development in the community goes by the transition of the mechanisms of elaboration of individualistic strategies to strategies with potential for the generation of collective benefits. These last ones, linked in an inherent way to an increase of the qualified participation of all members in the daily actions in the community. The building of this road in this as well as in other communities should necessarily be supported for state public politics, as a form to recognize and to catalyze the transformer potential of the family farmer agriculture.

**Key words:** sustainability; campestral agriculture; solidary economy.

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 01.....	29
Figura02.....	31
Figura03.....	122
Figura04.....	124
Figura05.....	124
Figura06.....	135
Figura07.....	137
Figura08.....	138
Figura09.....	155
Figura10.....	157
Figura11.....	158
Figura12.....	159
Figura13.....	181
Figura14.....	182
Figura15.....	201
Figura16.....	210

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 01.....	88
Quadro 02.....	107
Quadro 03.....	121
Quadro 04.....	121
Quadro 05.....	145
Quadro 06.....	160
Quadro 07.....	162
Quadro 08.....	163
Quadro 09.....	165
Quadro 10.....	167
Quadro 11.....	203
Quadro 12.....	204

## LISTA DE SIGLAS

**AMM** - Associação Matogrossense dos Municípios  
**APP** - Área de Preservação Permanente  
**ARPA** - Associação Regional de Produtores Agroecológicos PT – Partido dos Trabalhadores  
**BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.....  
**CEPROTEC** - Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica de Mato Grosso  
**CNS** - Conselho Nacional dos Seringueiros  
**COIAB** - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira  
**CODEMAT** - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso  
**CONAB** - Companhia Nacional de Abastecimento  
**CPT** - Comissão Pastoral da Terra  
**EMATER** - Empresa Matogrossense de Extensão Rural  
**FACUAL** – Fundo de Apoio à Cultura do Algodão  
**FASE** - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional....  
**FETAGs** - Federações de Trabalhadores e na Agricultura  
**FETAGRI** - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura  
**FCO** - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste  
**FIPE** – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas  
**GTA** - Grupo de Trabalho Amazônico  
**IBAMA** – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis  
**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**ICMS** - Imposto sobre circulação de Serviços e Mercadorias de Qualquer natureza  
**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**IPAM** - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia  
**KGM** – Soluções Institucionais Ltda- Empresa de Consultoria em Comunicação e Marketing  
**LAU** - Licença Ambiental Única  
**MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
**MONAPE** - Movimento Nacional dos Pescadores  
**MST** – Movimento Nacional do Trabalhadores Rurais Sem Terra  
**PCB** - Partido Comunista Brasileiro  
**PDA** - Plano de Desenvolvimento do Assentamento  
**PIB** - Produto Interno Bruto  
**PROALMAT** - Programa de Incentivo à Cultura do Algodão  
**PROAMBIENTE** - Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar

**PRODER** - Programa de Desenvolvimento Rural de Mato Grosso

**PRONAF** - Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar

**PU** - Plano de utilização da Unidade de Produção

**SAF** - Secretaria da Agricultura Familiar

**SEDER** - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural

**SEMA** - Secretaria Estadual de Meio Ambiente

**SENAI** - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

**SICTAMA** - Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente

**STR** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

**UNEMAT** - Universidade do Estado de Mato Grosso

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi realizada junto a agricultores/as da Comunidade Boa Esperança no município de Cáceres. Inicialmente pretendíamos que o mesmo se configurasse numa proposta de pesquisa ação, através da mobilização da comunidade em torno da reflexão a respeito de seus principais problemas e as estratégias possíveis de serem efetivadas junto aos atores envolvidos, com a finalidade de proporcionar mudanças em sua realidade. No entanto, no decorrer de sua execução e da reflexão teórica sobre a proposta deste método de pesquisa, percebemos que esta abordagem não seria possível para este momento. O primeiro aspecto, que justifica esta conclusão, é de que seria necessário para uma concreta mobilização da comunidade, uma equipe de pesquisadores (preferencialmente multidisciplinar para melhor apreensão da complexidade da realidade local LEFF, 2003). O segundo aspecto se refere ao tempo necessário para a realização de uma pesquisa cuja característica fundante é o diálogo através do tempo. Esse tempo a comunidade precisa necessariamente para se mobilizar e se engajar na atividade reflexiva referente à sua vida coletiva. Tempo este que certamente não dispomos para a realização do curso de mestrado.

Neste sentido este trabalho foi realizado como uma pesquisa interpretativa a cerca das dinâmicas produtivas e organização socioeconômica destes/as agricultores/as, resultantes do modo como se relacionam entre si e com o ambiente circundante na comunidade. A expectativa é que a reflexão sobre os dados produzidos e coletados/as, possa ser útil para a proposição de uma ação mais reflexiva por parte dos/as agricultores/as em uma fase posterior.

Assim, o trabalho está organizado em três capítulos e as considerações finais, tendo sido realizado com o objetivo geral de: interpretar a estrutura da organização socioeconômica e dinâmicas produtivas da Comunidade Boa Esperança sob a ótica da sustentabilidade. Os objetivos específicos foram: identificar e analisar os processos produtivos em andamento na comunidade;

interpretar as visões sobre meio ambiente e o modo como os/as agricultores/as da Comunidade Boa Esperança se relacionam com a natureza; analisar as instituições formalizadas na comunidade e as dificuldades para a implantação de ações coletivas.

No capítulo I reunimos elementos em torno do debate sobre o desenvolvimento sustentável/sustentabilidade. Neste, está registrado um sucinto resgate histórico sobre o contexto em que se forma a noção sobre as reais necessidades de uma radical transformação no sistema socioeconômico e político caracterizado pelas regras de organização capitalista. A lógica condicionada por estas regras, conduziu parcela significativa da humanidade a organizar sistemas produtivos cada vez mais capazes de transformar riquezas (notoriamente a partir da pós-revolução industrial) criando índices alarmantes de impactos sobre os bens da natureza –“recursos naturais”.

Este sistema demonstrou ser ao mesmo tempo eficiente nos processos de transformação da natureza, como também na acumulação das riquezas resultantes, criando níveis de desigualdades sociais responsáveis pela geração de milhões de miseráveis no mundo.

O conjunto de formulações que propunha a fazer frente às estruturas e relações que condicionam esta realidade ficou conhecido, no início dos anos de 1970, como ecodesenvolvimento. Em anos posteriores, através da atuação dos distintos grupos de detentores de poder econômico e político, que protegeram sempre seus interesses econômicos, a radicalidade em torno deste debate foi sendo processualmente abandonada.

Notoriamente este fato ocorre após a edição, em finais dos anos de 1980, do Relatório Brundtland que retira da cena do debate sobre o desenvolvimento sustentável, a crítica ao sistema político produtivo industrial, conduzindo o debate sobre este tema para a noção do atendimento das necessidades das presentes gerações sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades. Portanto, dissemina, através de seu enfoque restrito na dimensão ecológica, uma noção de sustentabilidade que não considera a necessidade da construção de sistemas políticos democráticos participativos; a necessidade de criar condições dignas e justas de trabalho; e a necessidade da distribuição de riquezas. Com base neste contexto apresentamos, neste capítulo, elementos que constituem uma visão sistêmica de sustentabilidade, para que

podéssemos demarcar nosso campo de pensamento em relação ao tema sustentabilidade.

Ainda neste capítulo, abordamos o processo de “modernização” de parcela significativa da agricultura brasileira, como um fato recente da história brasileira que se destaca na constituição das relações e estruturas dominadoras presentes no campo brasileiro. Apontamos este processo como excludente de um extraordinário número de agricultores/as camponeses/as, que expulsos pela lógica da acumulação de capital, aglomeraram-se nas periferias das cidades, ou migraram para o interior do país em busca de outras terras potenciais na garantia da identidade camponesa.

No capítulo II abordamos os processos de ocupação dos espaços agrários e as dinâmicas produtivas na agricultura familiar. Cada um dos temas é tratado em uma parte distinta, parte 1 e parte 2, que no contexto geral do capítulo se complementam.

Em relação à parte 1 demonstramos que a ocupação das terras no campo brasileiro ocorre marcadamente através de conflitos de natureza socioambiental, tendo de um lado, latifundiários que concentram vastas extensões de terras agricultáveis sobre seu domínio. Estes, por terem interesses comuns aos interesses de membros do Estado burguês brasileiro, recebem seu apoio, criando um cenário notoriamente desigual no desenrolar dos conflitos, onde milhões de trabalhadores/as sem terra buscam o acesso à terra, como mecanismo de manutenção da identidade e da própria vida; e de outro os latifundiários e o Estado, que atuam nos processos de ampliação do capital.

A condição em que se forma a Comunidade em estudo passa por este mesmo contexto.

Na parte 2 tratamos das dinâmicas produtivas na agricultura familiar, abordando principalmente os elementos históricos que condicionaram o desenvolvimento do campesinato brasileiro. Em relação à Comunidade Boa Esperança, consideramos a existência de diversas dinâmicas produtivas na mesma, definidas em nossa compreensão, por aspectos culturais relativos à constituição de sistemas agrícolas produtivos (existem nesta comunidade agricultores/as que migraram de diversas regiões brasileiras para o Mato Grosso); e ainda pelas variações socioenômicas atuantes nesta comunidade.

No capítulo III abordamos aspectos relacionados às visões dos/as agricultores/as sobre meio ambiente e sobre a comunidade, buscando correlacionar

estas duas visões ao entendimento dos/as mesmos/as sobre desenvolvimento comunitário. São apresentados e debatidos ainda neste capítulo, inúmeros elementos sobre os aspectos organizativos desta comunidade, buscando identificar possíveis correlações com as estruturas locais e gerais da sociedade.

Por fim, indicamos que a escrita deste trabalho foi realizada na primeira pessoa do plural como reconhecimento de que sua construção foi de fato coletiva, através da doação de tempo e dedicação de companheiros/as meus. No entanto, afirmo ser de minha inteira responsabilidade todo o conjunto que o constitui.

## **METODOLOGIA**

### **A pesquisa qualitativa**

Esta pesquisa é direcionada às entidades de organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e às entidades que em sua atuação influenciam de modo mais ou menos intenso a vida destes trabalhadores e trabalhadoras.

Seu argumento aglutinador é o de que, mesmo diante das influências das estruturas sociais na desestruturação da organização socioeconômica dos agricultores familiares camponeses, que resulta em implicações diretas sobre as formas como estes/as atuam na transformação da natureza; este modo de organização sociocultural e produtivo cria cenários positivos sobre o ponto de vista da geração de sustentabilidade sistêmica. Este fato torna a organização da agricultura familiar camponesa viável para a orientação de projetos de desenvolvimento sustentável no campo, em detrimento do modo convencional, agrário e agrícola brasileiro, evidenciado ao longo da história como insustentável.

Realizamos a mesma com a pretensão de apreender e evidenciar aspectos que pudessem ser reveladores dos condicionantes internos e externos à Comunidade Boa Esperança que atuam sobre a relação homem/natureza ali estabelecidas, configurando-se em um estudo de caso sobre este contexto.

Com esta orientação, a pesquisa seguiu os princípios orientadores da abordagem qualitativa da pesquisa científica. Para a apreensão dos elementos constitutivos da dinâmica produtiva; organização socioeconômica; e concepção sobre meio ambiente dos/as agricultores da comunidade Boa Esperança, foram utilizadas como técnicas a observação participante ativa e passiva. As observações sobre fatos e situações relacionadas ao tema foram registradas em caderno de campo.

Em relação à apreensão de dados na forma da observação passiva, esta ocorreu principalmente nos momentos das reuniões da associação da comunidade, onde a maioria dos/as agricultores/as residentes na mesma faziam-se presentes e também os donos de terra residentes na área urbana do município.

Já a observação participante ativa fora por nós realizada durante os momentos de diálogo com cada família em suas propriedades ou mesmo em outros espaços e tempos nas dimensões da comunidade, como nos momentos de trabalho na roça, na realização de entrevistas, quando os mesmo se reuniram para a realização de consertos nas vias internas de locomoção na comunidade.

Foram também utilizadas como técnica de produção e coleta de dados, a aplicação de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas orientadas por roteiro, com os registros das falas dos/as agricultores/as realizados através de gravador de voz e de forma escrita. Entrevistamos um total de 19 (dezenove) agricultores/as. As entrevistas realizadas através de roteiros estruturados abordaram temas relacionados com o uso da terra pelo/a agricultor/a. As entrevistas realizadas através de roteiros semi-estruturados abordaram temas diversos, como sua visão sobre a comunidade, visão sobre a atuação de entidades externas na comunidade, visão sobre meio ambiente, entre outros.

Para a interpretação dos dados produzidos junto aos agricultores/as utilizamos a análise textual, metodologia proposta por Roque Moraes. Este autor afirma que “a análise textual pode ser entendida como um processo de desconstrução, seguida de reconstrução, de um conjunto de materiais lingüísticos e discursivos, produzindo-se a partir disso novos entendimentos sobre os fenômenos e discursos investigados” (MORAES, 2007, p. 87). Ainda sobre a contextualização da metodologia afirma o autor que a mesma configura-se

“em processo de análise e síntese, que se propõe a fazer uma leitura rigorosa e aprofundada de conjunto de materiais textuais, visando descrevê-los e interpretá-los no sentido de atingir uma compreensão mais elaborada dos fenômenos e dos discursos no interior do quais foram produzidos”

Através desta metodologia os dados produzidos constituem o *corpus*<sup>1</sup> da análise, que neste caso específico são as anotações contidas no caderno de campo; o resultado das entrevistas realizadas com os/as agricultores/as; as entrevistas com atores externos à comunidade; as fontes escritas e documentais sobre os processos de constituição da comunidade, dentre outros.

---

<sup>1</sup> Este termo foi utilizado por Bardin (1977) para fazer referência ao conjunto de materiais submetido à análise de conteúdo (MORAES, 2007). O conjunto de textos submetidos à análise é também denominado *corpus*.

Constituído este *corpus*, o passo seguinte foi a realização de sua unitarização<sup>2</sup>, resultando na formulação de unidades de análise condizentes com os temas que nos propomos a investigar. Na seqüência realizamos a categorização<sup>3</sup> destas unidades, resultando na formação das categorias finais, as mais amplas categorias que orientaram a construção do texto, que por sua vez abrigam as categorias iniciais e intermediárias. Estas últimas podem ser consideradas como partes menores que reunidas garantem um significado às categorias finais.

De acordo com Moraes (2007) através da análise textual o *corpus* passa pela unitarização com o objetivo de constituírem-se categorias de análise. Porém, diferentemente do método analítico, onde o contexto geral é feito em partes e as mesmas são analisadas e mantidas isoladas umas das outras; na análise textual a unitarização é realizada com a pretensão de apreender o máximo de elementos sobre a realidade observada, e assim chegar a uma compreensão mais aproximada possível a seu respeito, não permanecendo na análise isolada de suas partes.

O resultado de uma “análise textual qualitativa é um metatexto que organiza e apresenta as principais interpretações que podem ser construídas a partir do conjunto de textos submetidos à análise” (MORAES, 2007, p. 88).

## **Área de realização da pesquisa**

### **A Comunidade Boa Esperança**

“Em 1859, foi criado o município de Cáceres, cuja denominação atual resultou das alterações das denominações de Villa de São Luiz do Paraguay, Villa Maria e São Luiz de Cáceres” (SILVA, 1998 apud JANUÁRIO, 2004).

O município de Cáceres está localizado na região Sudoeste do Estado de Mato Grosso nas coordenadas 16°11'42” de latitude Sul e 57°40'51” de longitude Oeste de Gr. Apresenta altitude de 118m acima do nível do mar, distante 209,70 km da Capital Cuiabá (IBGE, 2000). Esta localização geográfica lhe coloca como o primeiro município na formação da área alagável do Pantanal mato-grossense.

---

<sup>2</sup> Compreende o processo de identificar e separar enunciados em um conjunto de textos, a fim de definir e identificar unidades de análise. Corresponde à etapa da desconstrução a que se refere Moraes.

<sup>3</sup> A categorização é um processo de classificação das unidades de análise resultantes da análise do *corpus* (MORAES, 2007).

Januário (2004) registra que a fundação da cidade de Cáceres relaciona-se com o ciclo do ouro em Mato Grosso. Este autor citando Nunes (1985) indica que “em 1772 [...] criou-se um registro no ponto em que a estrada de Cuiabá a Vila Bela atravessava o Paraguai, a fim de registrar o ouro que por ali passava e evitar defraudações do meio-quinto, que estavam isentos os moradores de Vila Bela. No local, mandou o governador Luiz de Albuquerque, em 1778, lançar as bases de um povoamento com o nome de Vila Maria” (NUNES, 1985 apud JANUÁRIO, 2004 p. 80). Nas dimensões deste município está a Comunidade Boa Esperança, uma das componentes do Assentamento Rural Facção/Bom Jardim, localizado na margem esquerda da BR-070, no sentido Cáceres-Cuiabá<sup>4</sup>. O ponto de acesso a esta comunidade encontra-se a aproximadamente 12km do início do perímetro urbano da cidade de Cáceres-MT (figura 01).



Fonte: Costa, R. O

Figura 01: 29/09/2007. Local de acesso à Comunidade Boa Esperança através da BR-070.

Como evidenciaremos no segundo capítulo, quando tratarmos da ocupação recente das terras que hoje constituem a referida comunidade, as mesmas tiveram sua primeira documentação efetivada do ano de 1872, regulamentada pela Lei de Terras, Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Esta documentação refere-se a uma porção de terras contida em uma área de sesmaria, denominada Facção/Bom Jardim. Ao ser documentada sobre a forma de propriedade particular, a área constituída por estas terras recebe esta a mesma denominação, Fazenda Facção/Bom Jardim.

<sup>4</sup> Capital do Estado de Mato Grosso.

Inicialmente com uma área registrada de 5.362,4700 ha. (cinco mil e trezentos e sessenta e dois hectares e quarenta e sete ares), esta fazenda posteriormente sofre uma redução em sua extensão, decorrente da venda de uma parte e outra parcela utilizada para a construção da rodovia Cuiabá/Porto Velho, permanecendo ainda com uma extensão de 4.717,0582 (quatro mil e setecentos e dezessete hectares e cinco ares e oitenta e dois centiares).

Neste sentido quando tratamos da Fazenda Facão/Bom Jardim, fazemos referência a um espaço de menor extensão em relação à região que fora no passado denominada Facão/ Bom Jardim, região que registra nas senzalas, casas e igrejas ainda presentes, a história de trabalho escravo através da utilização da mão de obra de negros.

Chamamos a atenção para este fato, em função da relação estabelecida da população da região de Cáceres com este espaço, ao longo da história de desenvolvimento do mesmo. Fazendo referência a outros locais desta região, além da Fazenda Facão/Bom Jardim, ainda utilizam a denominação Facão, mantendo um costume de assim indicar a região do facão.

No sentido Cáceres/Cuiabá as terras da Comunidade Boa Esperança estão localizadas no limite do assentamento. De acordo com dados do processo INCRA nº 54242.000376/00-00, a mesma é constituída por 74 (setenta e quatro) propriedades, recebendo a denominação neste processo de “lotes”. Ver figura 02

Nas reuniões mensais da associação comunitária a média de participação é de quarenta agricultores/as, no entanto, participamos de reuniões que ocorreram com aproximadamente setenta pessoas, já que os donos de terra residentes na área urbana do município também participam de algumas reuniões.

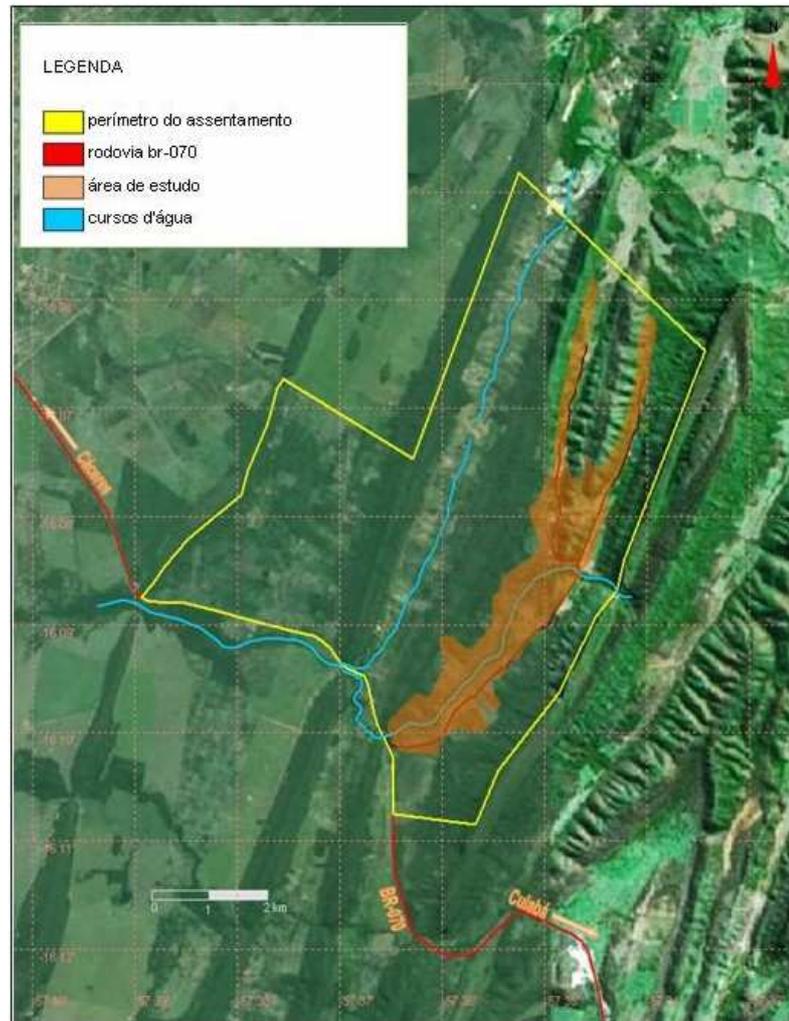
Vale ressaltar que além desta comunidade, o Assentamento Facão/Bom Jardim é composto ainda por duas outras comunidades que juntas totalizam 97 (noventa e sete) propriedades. São elas a Comunidade São José e Bom Jardim.

Nas terras do município de Cáceres, o Assentamento Facão/Bom Jardim e neste por sua vez a Comunidade Boa Esperança, apresenta uma localização imersa na província Serrana. Neste município esta formação localiza-se próximo à depressão onde também conforma a constituição inicial do pantanal de Mato Grosso.

Assim, as terras desta comunidade encontram-se em meio a um conjunto de serras que, de acordo com sua extensão e disposição formam parcela significativa

da micro-bacia do Córrego Facão. De acordo com o memorial descritivo contido no processo do INCRA a pouco aludido, a leste a comunidade é limitada pelo Morro do Quilombo e a oeste pelos morros Bom Jardim e morro das Piraputangas.

### Localização da Comunidade Boa Esperança



**Figura 02:** (Comunidade Boa Esperança- uma das comunidades do Assentamento Facão/Bom Jardim).

**Fonte:** Software GTM Pro 4.3, adaptado por Luíz Cláudio F. Raymundi, Cáceres/MT, 2008.

# **1 – COMPREENSÃO SISTÊMICA DE SUSTENTABILIDADE E A NECESSIDADE DA TRANSIÇÃO ENTRE FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO CAMPO BRASILEIRO**

## **Parte 1 – Compreensão Sistêmica de Sustentabilidade**

### **1.1 Condicionantes nas Disputas Sobre o Conceito de Desenvolvimento Sustentável e dos Projetos de Desenvolvimento Decorrentes de Distintas Visões**

Ao longo do texto, trataremos de questões relacionadas ao cenário propulsor do debate internacional sobre a necessidade de assentar o desenvolvimento da humanidade em outras bases, organizadas em um conjunto de proposições intituladas *ecodesenvolvimento*. Este conceito reuniu os principais aspectos a serem transformados no sistema capitalista, que permitirão uma reorientação no curso do desenvolvimento das sociedades humanas, notadamente marcadas pela dominação e destruição da vida.

Veremos também que este conceito, a partir de finais de 1970, foi sendo processualmente re-significado ao ser apropriado por diferentes grupos sociais, que lhe imprimiram sentidos e significações de acordo com conveniências ligadas a interesses econômicos em questão, resultando na formação do conceito de desenvolvimento sustentável, em finais da década de 1980.

Neste sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável carrega em si, a representação das disputas em torno de projetos reformistas ou transformadores das relações que condicionam as estruturas componentes do sistema capitalista.

A proposta da apresentação de um recorte teórico que aponte para uma visão crítica sobre sustentabilidade, tem o objetivo de nos orientar sobre o olhar que teremos no momento da análise dos dados empíricos resultantes da pesquisa junto a agricultores da comunidade Boa Esperança. Esta é constituída por trinta e cinco famílias integrantes do Assentamento Facão/Bom Jardim, localizado no município de Cáceres no Estado de Mato Grosso.

Delimitamos assim, um referencial sobre a sustentabilidade necessário para que possamos esclarecer qual o nosso posicionamento e horizonte em relação ao

tema, considerando que existem distintas posições sobre o mesmo, que se sustentam em diferentes matrizes ideológicas e interesses, determinado em última instância pelo pertencimento a determinado grupo social.

O referencial utilizado além de efetivar a crítica, pretende principalmente apontar alternativas potenciais de materializarem na prática princípios da sustentabilidade. Para tanto, apresentamos a Sécio Economia Solidária e Agroecologia como sistemas possíveis de serem incorporados em larga escala na dinâmica do campo brasileiro na busca por sustentabilidade, em contraposição ao modelo convencional da agricultura industrializada que ligada a si, carrega a destruição ambiental e cultural; a concentração de riquezas e, como demonstraremos, contribui decisivamente para a ampliação das desigualdades socioeconômicas no campo.

A Agroecologia e a Sécio Economia Solidária são dois sistemas existentes na sociedade brasileira, organizados com base em princípios da sustentabilidade. Quando são presentes em comunidades agrícolas, são orientadores da organização de sistemas produtivos e na organização política, econômica e cultural dos agricultores/as, respectivamente.

A existência destes dois sistemas dentro do sistema capitalista é uma representação de suas contradições, já que o mesmo atua sempre no sentido de se configurar como hegemônico e eliminar outras formas organizativas.

Para formulação desta proposta que orienta a construção de sociedades sustentáveis, utilizaremos as idéias contidas no pensamento de Capra (1996) a fim de demarcar aspectos de sustentabilidade, em nível de princípios organizativos, a serem incorporados em sistemas sociais.

Para que o debate não se mantenha restrito à dimensão da sustentabilidade ambiental no sentido puramente ecológico, o que desviaria a visão da perspectiva sistêmica de sustentabilidade, utilizaremos das dimensões de sustentabilidade propostas por Sachs (2002) que orientam para uma reestruturação das organizações sociais e de suas relações em natureza e com a natureza. Estas duas abordagens serão ainda associadas ao horizonte de constituição de sociedades sustentáveis proposto por Zart (2006).

Vale ressaltar que as três visões sobre sustentabilidade são complementares entre si, pois quando associadas trazem elementos que possibilitam uma visão sistêmica sobre o tema, no sentido de introduzir os seus princípios nas bases

estruturais de nossas sociedades como, sistemas econômicos, políticos e culturais. O horizonte de construção de sustentabilidade, como veremos, acrescenta a este conjunto teórico, uma visão fortemente concreta da realidade, por trabalhar com elementos trazidos da materialidade que condiciona as estruturas sociais.

Portanto, apoiar-nos-emos principalmente no referencial teórico, que constitui as propostas destes autores, associado às contribuições de outros autores, para a realização da análise e interpretação dos dados empíricos resultantes da interação com a comunidade em estudo.

Assim iniciaremos, na primeira parte, com um sucinto resgate do cenário em que surgem os debates envolvendo o tema sustentabilidade e quais são os principais elementos que condicionam as distintas visões ou representações sobre o tema. Será trazido na seqüência o pensamento dos três autores que a pouco indicamos por constituir a essência de nosso referencial teórico.

Na segunda parte, traremos para ser associado ao debate, o pensamento que conduziu a modernização do Estado e de setores da economia brasileira. Dentre estes, destacamos o processo de “modernização” da agricultura que trouxe implicações diretas para a ampliação das desigualdades no campo configurando-se em um projeto insustentável para a estrutura agrária e agrícola brasileiras.

Neste sentido apresentamos os elementos que configuram a necessidade e possibilidade da transição da agricultura convencional e as relações estruturais que a condicionam, demonstrando o potencial da agricultura agroecológica camponesa como alternativa de desenvolvimento no campo.

### **1.1.1 Contexto Estruturante para a Construção de Diferentes Sentidos Sobre o Desenvolvimento sustentável**

Em relação à existência de diversas visões sobre desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade, Ferraz (2003, p. 21) afirma que “apesar das inúmeras discussões ainda não existe um consenso sobre o conceito de *desenvolvimento sustentável*. As várias interpretações existentes ficam por conta dos diferentes interesses e ideologias”. No entanto, para a localização de nossa visão sobre sustentabilidade, vale realizar um breve retorno às origens do debate.

De acordo com Brüseke (2003) “no ano de 1972 Dennis L. Meadows e um grupo de pesquisadores publicaram o estudo *Limites do crescimento*. No mesmo

ano aconteceu a conferência de Estocolmo sobre ambiente humano”. O autor afirma que nenhum destes eventos ocorreram por acaso, ao contrário eles foram as “conseqüências de debates sobre os riscos da degradação do meio ambiente que, de forma esparsa, começaram nos anos de 1960, e ganharam no final desta década e no início dos anos de 1970 uma certa densidade”, culminando na primeira grande discussão internacional na Conferência de Estocolmo em 1972 (p. 30).

O documento “Limites do crescimento” produzido pelos pesquisadores do Clube de Roma, tanto quanto as resoluções encaminhadas em Estocolmo, apontavam para uma drástica mudança para o modelo de desenvolvimento da sociedade industrial e conseqüentemente uma crítica da modernização industrial como método de desenvolvimento das regiões periféricas.

Brüseke afirma que em 1973, Maurice Strong faz referência a uma concepção alternativa de política de desenvolvimento utilizando pela primeira vez o conceito de ecodesenvolvimento, que teve suas bases posteriormente formuladas por Ignacy Sachs, através da organização de princípios básicos desta nova visão de desenvolvimento. “Ele integrou basicamente seis aspectos que deveriam guiar os caminhos do desenvolvimento: a satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e programas de educação” (BRÜSEKE, op. cit., p. 31).

Seguindo adiante no contexto fundador da noção de desenvolvimento sustentável e /ou a noção de sustentabilidade, pode-se destacar dois outros relatórios produto da realização de trabalhos conjuntos entre diversos países como, a Declaração de CocoyoK (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento- UNCTAD e do Programa do Meio ambiente das Nações Unidas- UNEP).

Conforme Brüseke (idem, p. 32) esta declaração contribuiu para o debate “destacando as seguintes hipóteses: a explosão populacional tem como uma de suas causas a falta de recursos de qualquer tipo; pobreza gera o desequilíbrio demográfico; a destruição ambiental na África, Ásia e América Latina é também o resultado da pobreza que leva a população carente a superutilização do solo e dos recursos vegetais; os países industrializados contribuem para os problemas do subdesenvolvimento por causa do seu nível exagerado de consumo”.

O outro documento, o relatório da Fundação Dag-Hammarskjöld, trata de um aprofundamento dado às proposições de Cocoyok feito por pesquisadores e políticos de 48 países, com a contribuição da UNEP e treze organizações da ONU. “Este relatório aponta, e ultrapassa outros documentos elaborados até então, para a problemática do abuso do poder e sua interligação com a degradação ecológica”, demonstrando que o sistema colonial internacional concentrou em mãos de uma minoria de atores sociais (e o privilégio dos colonizadores europeus) os solos mais aptos para a agricultura; [...] “O radicalismo dos dois documentos expressa-se na exigência de mudanças nas estruturas de propriedade do campo, esboçando o controle dos produtores sobre os meios de produção” (p 32).

No ano de 1987, fora formulado o conceito de desenvolvimento sustentável e os sentidos que o mesmo deveria carregar, no documento produzido pela Comissão Mundial (da ONU) Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), denominado Nosso Futuro Comum ou apenas Relatório Brundtland. Sua visão sobre desenvolvimento sustentável se desenvolve em torno da estratégia de que “o caracteriza como aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (VIOLA & LEIS 1995, p. 78). Esta é certamente a noção mais difundida sobre a noção de desenvolvimento sustentável.

Sobre este sentido atribuído ao desenvolvimento sustentável Brüseke indica o fato de que “em comparação com as discussões da década de 1970 (Declaração de Cocoyok e Relatório Dag-Hammarskjöld) o relatório da Comissão Brundtland, demonstra um espaço bastante diminuído para a crítica à sociedade industrial e aos países industrializados. Provavelmente uma das causas de sua grande aceitação depois de ser publicado” (p. 33).

O autor é incisivo ao afirmar que o Relatório Brundtland quer o crescimento tanto nos países industrializados como nos não industrializados. “Além do mais, ele torna a superação do subdesenvolvimento no hemisfério Sul, dependente do crescimento contínuo nos países industrializados. Como esta posição casa com a crítica do desenvolvimento do ponto de vista ecológico fica mais do que duvidoso” (BRÜSEKE, op. cit. p. 34).

Assim também afirma Carvalho (2003, p. 118) “o uso indiscriminado do conceito de desenvolvimento sustentável e sua aparente aceitabilidade por todos os setores – de ecologistas a empresários – resultam da formação de um consenso

dissimulado, graças a sua desvinculação das condições sócio-históricas que o originaram”.

Também refletindo sobre as possibilidades e necessidades da construção de outros estilos ou modelos de desenvolvimento, Ferraz (op. cit., p. 213) afirma que o desenvolvimento sustentável em seu sentido mais abrangente não será alcançado enquanto prevalecer a lógica de mercado em detrimento da lógica das necessidades, pois os padrões de consumo e de acumulação da sociedade, são contraditórios em relação aos limites de exploração dos recursos naturais não-renováveis e com a distribuição de renda com as necessidades da população.

Para nos chamar atenção sobre o aspecto temporal do desenvolvimento sustentável, este último autor recorre a Gutman (1994), para afirmar que “embora a maioria dos autores refiram-se ao *desenvolvimento sustentável como uma necessidade de uma equidade intergeracional*, para os países periféricos, a sustentabilidade crítica é a *sustentabilidade intrageracional*, ou seja, como fazer o uso eqüitativo do ambiente agora, como enfrentar o problema da desigualdade e da pobreza no presente” (GUTMAN 1994 apud FERRAZ, op. cit., p. 21).

Sevilha Guzman (2000) sendo citado por (FERRAZ, op. cit.) afirma que “o desenvolvimento rural sustentável sob a ótica dos organismos internacionais, responde ao discurso ecologista apoiado em uma construção teórica ecotecnocrática”. Esta, ao invés de estabelecer as relações entre os riscos que envolvem o planeta e as formas de produção e consumo dos países industrializados, que demandam elevados níveis de energia e de recursos, geram altos níveis de contaminação e desequilíbrios ambientais; transferem-nas para as altas taxas de crescimento populacional dos países “pobres”, que degradam o meio ambiente, notoriamente por meio da destruição das florestas. “A solução, segundo os organismos internacionais institucionalizados e os bancos multilaterais de desenvolvimento, está no processo de globalização econômica que permite a generalização do consumo das economias centrais mediante o indispensável crescimento econômico requeridos pelas sociedades ditas modernas” (p. 22).

Através da interpretação da evolução do debate internacional sobre desenvolvimento sustentável desde a década de 1960, e mais decisivamente a partir do final dos anos de 1980, com a divulgação do Relatório Brundtland, é possível perceber que os sentidos em torno das proposições com as quais ele surge, tiveram

seu foco desviado das questões estruturantes da sociedade, que de fato participam da criação da problemática sócio-ambiental.

Diante deste cenário Viola & Leis (op. cit.) propõem que “podemos classificar as versões sobre desenvolvimento sustentável em três categorias: *estatista, comunitária e de mercado*<sup>5</sup>. Esta classificação funda-se em qualquer lugar sócio-institucional considerado predominante para conduzir a transição na direção de uma sociedade sustentável” (p. 79).

O primeiro enfoque, estatista, considera que a qualidade ambiental é um bem público que somente pode ser protegido eficientemente através de uma incisiva intervenção normativa, controladora e promotora do Estado. Os setores tradicionais aderentes a esta visão confiam exclusivamente nos mecanismos de comando e controle (VIOLA & LEIS, op. cit., p. 80).

O enfoque comunitário considera que as organizações de base da sociedade (grupos comunitários e ONGs) desempenham um papel estratégico nos processo de transição para sociedades sustentáveis. “Este enfoque desconfia do Estado e do mercado como alocadores de recursos, sendo que ambos deveriam preencher um papel subordinado ao poder da sociedade civil. Valoriza as possibilidades de avanços em níveis local e regional nos lugares em que as mudanças nos valores da população tenham sido mais significativas. Prioriza claramente o princípio da equidade social por sobre a eficiência alocativa” (p. 80).

O enfoque ou visão de mercado afirma que com significativa apropriação privada dos recursos naturais e expansão dos consumidores verdes, pode-se avançar na direção de uma sociedade sustentável. Este enfoque considera ainda necessária, a existência de mecanismos estatais reguladores e a atuação educativa de ONGs, ambas subordinadas aos mecanismos de mercado. “Considera legítima a apropriação privada dos bens ambientais, sendo que os produtores protegerão o meio ambiente, desde que isso seja demandado pelos consumidores. O enfoque de mercado prioriza o princípio da eficiência alocativa por sobre a equidade social” (VIOLA & LEIS, op. cit., p. 81).

Através desta classificação é possível equacionar uma outra questão que se desponta como polêmica no debate sobre sustentabilidade. As diferenças conceituais existentes entre *desenvolvimento sustentável* e *sustentabilidade*. De acordo com nossa interpretação, na visão dos autores que trazemos para nos apoiar

---

<sup>5</sup> Grifo do autor

neste debate, não existem diferenças significativas implícitas nestes conceitos. Existem sim, como afirmado acima, diferenças quanto aos horizontes de transição para sociedades pautadas em outros modelos de desenvolvimento. Estas diferenças entre os horizontes de sustentabilidade formam-se com base em distintas ideologias e interesses, condicionadas pelo pertencimento a um grupo social.

## **1.2 Visão Crítica sobre a Sustentabilidade ou Desenvolvimento Sustentável**

### **1.2.1 A Construção de Sociedades Sustentáveis**

Queremos observar que os autores que serão apresentados foram escolhidos em função de uma real identificação com o horizonte de sustentabilidade que os mesmos apresentam em suas reflexões. Ora sobre a denominação “sustentabilidade”, ora “desenvolvimento sustentável”, os mesmos demonstram uma necessária radicalidade em relação à visão sobre o tema, de que a sustentabilidade não é possível de ser alcançada nas atuais circunstâncias que são dadas as relações dos homens entre si e destes com a natureza, no sistema capitalista. Este elemento é comum em suas posições.

Deste modo, o horizonte que se desponta para ser perseguido na construção de sociedades sustentáveis, é o da superação de um amplo sistema que hoje a inviabiliza.

Com nossos olhares voltados aos elementos necessários para a construção de sociedades sustentáveis, incluindo todos os possíveis sistemas com participação humana, analisamos as propostas efetivadas para a transição rumo a estas sociedades, apresentadas na seqüência.

Iniciamos pelas idéias do físico Fritjof Capra, exposta em sua obra “A Teia da Vida”. Este faz uma análise do contexto histórico das grandes mudanças no conhecimento científico e suas influências nas estruturas sociais, o autor defende que os problemas, em todas as áreas, que desafiam a humanidade são essencialmente de ordem complexa, portanto, exigem soluções complexas ou sistêmicas, para as quais a ciência convencional de cunho positivista não está preparada para criar.

A realidade exige uma transição da abordagem quantitativa para a qualitativa, não como forma de antagonizar essas abordagens do método de produção do conhecimento científico, mas sim de torná-las complementares entre si.

No dizer de Capra (1996) a grande contribuição oferecida pela ciência do século XX foi a percepção de que os sistemas não podem ser entendidos somente pela análise. As características das partes não são propriedades intrínsecas, ao contrário serão somente interpretadas dentro do contexto do todo mais amplo. “Desse modo a relação entre as partes e o todo foi revertida. Na abordagem sistêmica, as propriedades das partes podem ser entendidas apenas a partir da organização do todo. Neste sentido o pensamento sistêmico é “contextual”, o que é o oposto do pensamento analítico” (p. 41).

Sobre os elementos da sustentabilidade contidos em sua discussão, o autor afirma que orientados por estas descobertas, organizar sistemas a favor da vida significa construir, nutrir e educar comunidades humanas sustentáveis, nas quais podemos satisfazer nossas aspirações e nossas necessidades, intrageracionais, sem diminuir as chances das gerações futuras. “Precisamos nos tornar por assim dizer ecologicamente alfabetizados. Ser ecologicamente alfabetizado ou “eco-alfabetizado”, significa entender os princípios de organização das comunidades ecológicas (ecossistemas) e usar esses princípios para criar comunidades humanas sustentáveis” (p. 231).

Faz-se necessário registrar que essa transição na relação com a natureza das comunidades humanas, é mais abrangente que os aspectos puramente ecológicos. A proposta de revisão do nosso modo de estar em sociedade, sobre os aspectos da sustentabilidade, deve passar por todas as estruturas sociais. Desde as instituições de pesquisa, aos sistemas de organização produtiva.

Em sua afirmação a teoria dos sistemas vivos fornece os elementos conceituais necessários para a ligação entre comunidades ecológicas e comunidades humanas. “Ambas são sistemas vivos que exibem os mesmos princípios básicos de organização. Tratam-se de redes que são *organizacionalmente fechadas, mas abertas aos fluxos de energia e de recursos*; suas estruturas são determinadas por suas histórias de mudanças estruturais; são inteligentes devido às dimensões cognitivas inerentes aos processos da vida” (CAPRA, op. cit., p. 231).

Neste sentido Capra, apoiado nas idéias de Humberto Maturana & Francisco Varela e outros, destaca cinco princípios básicos de organização dos ecossistemas

que devemos transportar para a organização de comunidades humanas, afim de que a resultante de nossas ações seja a sustentabilidade. São eles: *interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade*.

Antes que entremos especificamente no debate sobre aspectos pertinentes a cada um destes princípios, antecipamos que *sustentabilidade* na visão de Capra tem uma conceituação muito próxima ao significado de *propriedade emergente*<sup>6</sup>, ou seja, a sustentabilidade não se manifesta na natureza como um princípio de organização, mas sim como a resultante da constante interação de comportamentos que os ecossistemas apresentam, que tendem a estabilizá-los ao longo de sua evolução. Portanto, a sustentabilidade é uma propriedade emergente que caracteriza os sistemas naturais. É algo que não está lá, em algum lugar ou em uma de suas partes, é produto da interação entre elas.

Em relação aos princípios geradores de sustentabilidade, que são formulações didáticas humanas realizadas para a compreensão do comportamento dos ecossistemas em seu estado puro, iniciemos então pela *interdependência*.

A interdependência é talvez, o princípio que melhor represente a idéia do pensamento sistêmico, proposta antes de Capra e novamente por ele descrita . “Todos os membros de uma comunidade ecológica estão interligados numa vasta e intrincada rede de relações, a teia da vida”. Cada membro componente adquire suas propriedades essenciais, e a sua própria existência, através de suas relações com outros membros. “A interdependência - a dependência mútua de todos os processos vitais dos organismos – é a natureza de todas as relações ecológicas. O comportamento de cada membro vivo do ecossistema depende do comportamento de muitos outros. O sucesso da comunidade toda depende do sucesso de cada um de seus membros, enquanto que o sucesso de cada membro depende do sucesso da comunidade como um todo” (p. 231-232).

De acordo com este olhar para as relações nos sistemas, não existirá parte mais ou menos importante que a outra, cada uma ou cada estrutura, dá a sua parcela de contribuição para a estabilidade de todo o sistema, e em contrapartida recebe a contribuição de todas as outras partes ou estruturas deste sistema, que garante a sua estabilidade.

---

<sup>6</sup> De acordo com a visão sistêmica, as propriedades essenciais de um organismo, ou sistema vivo, são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui. Elas surgem das interações e relações entre as partes. Estas propriedades são destruídas quando o sistema é dissecado, física ou teoricamente, em elementos isolados (CAPRA, Op. cit., p. 40).

Em conformidade com este princípio, está a teoria da cognição desenvolvida por Maturana & Varela (1972). Em suas investigações sobre a organização dos sistemas vivos, estes pesquisadores chegam à conclusão de que todos os *sistemas vivos* são regidos por um padrão básico de organização em forma de redes cíclicas, as chamadas “redes autopoieticas”.

Esses resultados foram possíveis, a partir da compreensão de que o processo de cognição é na verdade, mais amplo em relação ao modo como vinha sendo descrito e aceito até o final da década de 1960. Capra (1996) analisando a teoria desenvolvida por Maturana, indica que “a cognição, é a atividade envolvida na autogeração e na autodepuração de redes autopoieticas. Em outras palavras, a cognição é o processo da vida. Sistemas vivos são sistemas cognitivos, e a vida enquanto processo é um processo de cognição” (MATURANA, 1972 et al apud CAPRA, op. cit., p. 210-211).

O segundo princípio de organização dos sistemas ecológicos, constituintes das redes autopoieticas, é a *reciclagem*. Este é a representação da natureza cíclica dos processos ecológicos, “os laços de *realimentação* dos ecossistemas são as vias ao longo das quais os nutrientes são continuamente reciclados. Sendo sistemas abertos, todos os organismos de um ecossistema produzem resíduos, mas o que é resíduo para uma espécie é alimento para outra, de modo que o ecossistema como um todo permanece livre de resíduos” (CAPRA, op. cit., p. 232).

Neste raciocínio está explícito que as comunidades humanas, nos processos de construção de sociedades sustentáveis, devem resolver um dos principais desacordos entre sistemas econômicos produtivos e os limites ecológicos. O sistema econômico hegemônico atual orienta a estruturação de seus sistemas produtivos, desconsiderando a natureza é cíclica dos processos ecológicos, portanto, atuam no sentido de dominar os elementos naturais e sociais que interferem em seu funcionamento comprometendo sua eficiência.

No dizer de Capra (op. cit.), “os processos ecológicos são cíclicos enquanto que nossos sistemas industriais são lineares. Nossas atividades comerciais extraem recursos, transformam-no em produtos e resíduos, e vendem os produtos aos consumidores, que descartam ainda mais resíduos depois de ter consumido os produtos. Os padrões sustentáveis de produção e de consumo precisam ser cíclicos, imitando os processos cíclicos da natureza”.

No tocante a organização dos sistemas vivos, como mencionado, estes são estruturalmente fechados, mas abertos para o fluxo de matéria e energia, como propõe Ilya Prigogine em seus estudos sobre estruturas dissipativas<sup>7</sup> (PRIGOGINE, 1984 apud CAPRA, op. cit., p. 149-150).

Os sistemas vivos, portanto, se organizam fora do equilíbrio já que estão constantemente abertos ao fluxo. Neste sentido as diferentes partes de um ecossistema, em *parceria*, são capazes naturalmente de realizar o aproveitamento da matéria e energia que se origina de outras partes e, por sua vez, também liberam matéria e energia a distintas partes do sistema que constituem, ou seja, em um sistema vivo estabilizado, não existirá acúmulo de resíduos a ponto de complicar o seu funcionamento<sup>8</sup>.

O princípio seguinte é justamente a *parceria*. Sobre este, Capra chega a mencionar a cooperação como sendo um princípio, e na síntese de sua argumentação, define a parceria entre os cinco princípios básicos de organização de comunidades ecológicas. Desse modo a cooperação aparece no desenvolvimento de sua reflexão, como um desdobramento da parceria nos eventos ecológicos.

A parceria é uma característica fundante das comunidades sustentáveis. Em um ecossistema, as trocas de energia e de recursos são mantidas por constantes e generalizados processos de cooperação. “A parceria – a tendência para formar associações, para estabelecer ligações, para viver dentro de outro organismo e para cooperar – é um dos “certificados de qualidade” da vida” (CAPRA, op. cit., p. 233-234).

Neste exercício de aprendizado com a natureza sobre bases sustentáveis de organização, o autor faz freqüentes paralelos entre possibilidades de incorporarmos em nossos sistemas de organização social premissas ecológicas, e afirma que “nas comunidades humanas, parceria significa *democracia*, pois cada membro da comunidade desempenha um papel importante. Combinando o princípio da parceria

---

<sup>7</sup> Prigogine compreendeu que a termodinâmica clássica, a primeira ciência da complexidade, é inadequada para descrever sistemas afastados do equilíbrio devido à natureza linear de sua estrutura matemática. Para tanto elaborou uma teoria que propõe a reconceitualização radical das idéias associadas com a estrutura- uma mudança na percepção da estabilidade para a instabilidade, da ordem para a desordem, do equilíbrio para o não equilíbrio (termodinâmica não-linear para sistemas afastados do equilíbrio) (CAPRA, op. cit.).

<sup>8</sup> Sobre possíveis estratégias de incorporação deste princípio na organização de sistemas de produção em sociedades humanas ver (CAPRA, op. cit.).

com a dinâmica da mudança e do desenvolvimento, também podemos utilizar o termo “coevolução” de maneira metafórica nas comunidades humanas” (p. 234).

De acordo com a teoria de Santiago, como também é conhecida a teoria da cognição desenvolvida pelos chilenos Maturana e Varela, o processo de acoplamento estrutural dos sistemas vivos - que nada mais é do que o aprendizado que o próprio sistema adquire ao longo de sua evolução, em função das freqüentes perturbações porque passa e as conseqüentes adaptações que desenvolve, efetivadas dentro de um padrão de redes autopoieticas – tem a possibilidade de ocorrer notoriamente em função dos mecanismos de parceria que os mesmos criam.

De alguma forma essas conclusões, segundo Capra, contrariam em parte a idéia de que a evolução das espécies, até o momento atual, aconteceu principalmente em função de mutações aleatórias e pela seleção natural com base na competição. Como consta nas teorias da evolução Darwinista e Neodarwinista (CAPRA, op. cit., p. 179-182).

A teoria da cognição é considerada por Capra um dos eventos científicos mais importantes na segunda metade do século XX. Em suas afirmações, ao contrário do que até então se acreditava, a possibilidade de vida na terra alcançada pelos sistemas vivos desde a formação das primeiras células nucleadas, se deve muito mais a mecanismos de cooperação e a coevolução do que à competição (CAPRA, op. cit., p. 233).

Assim, podemos estar cada vez mais confiantes para afirmar que, a competição enquanto princípio regulador da vida em sociedades humanas, em lugar da cooperação, é sim, uma negação ao padrão natural de organização da vida, que são as “redes autopoieticas” ou “sistemas cognitivos”.

Este modo de organização de nossos sistemas sociais foge do curso natural que a milhares de anos ocorre em sistemas ecológicos. Que viemos até aqui afirmando serem sustentáveis. Em termos de princípios orientadores da organização, estamos nos privando de ter a sustentabilidade como a resultante de nossas ações.

Indo adiante, na seqüência dos princípios de sustentabilidade está a *flexibilidade*. Esta se manifesta como uma resultante dos múltiplos laços de realimentação de um sistema, que tendem a conduzi-lo de volta ao equilíbrio sempre que houver um “desvio com relação à norma, devido as condições ambientais mutáveis” [...] “Todas as variáveis que podemos observar em um ecossistema

sempre flutuam. A teia da vida é uma rede flexível e sempre flutuante. Quanto mais variáveis forem mantidas flutuando, mais dinâmico será o sistema, maior será a sua flexibilidade e maior será a sua capacidade para se adaptar a condições mutáveis” (CAPRA, op. cit., p. 234).

Este modo seqüencial, como os princípios estão sendo apresentados, é uma tentativa didática de compreendermos como os eventos ecológicos se processam, no entanto, sabemos que de fato ocorrem de maneira cíclica em rede, o que o autor em questão denomina de “teia da vida”.

Ao debatermos a flexibilidade dos sistemas vivos, fica evidente a relação de interdependência entre todos os princípios geradores de sustentabilidade. A capacidade que os sistemas *desenvolvem* para superar as freqüentes perturbações que lhe são impostas tem origem justamente, das inúmeras variáveis que compõem um ecossistema, ou seja, surgem de uma relação de interdependência direta entre os componentes de sua diversidade.

A diversidade é assim, o princípio seguinte de nossa discussão. De acordo com Capra, nos ecossistemas o papel da diversidade está estreitamente ligado com a estrutura de rede do sistema. Um ecossistema diversificado tem a flexibilidade como característica inerente, “pois contém muitas espécies com funções ecológicas sobrepostas que podem, parcialmente, substituir umas às outras”. Quando uma perturbação atua intensivamente sobre determinada espécie até a mesma ser eliminada, criando um ponto de desequilíbrio no sistema, “uma comunidade diversificada será capaz de sobreviver e de se reorganizar, pois outros elos da rede podem, pelo menos parcialmente, preencher a função da espécie destruída. Quanto mais complexa for a rede, quanto mais complexo for o seu padrão de interconexões, mais elástica ela será” (CAPRA, op. cit. p. 235).

Sobre a diversidade podemos estabelecer uma relação análoga às sociedades humanas. Se nos ecossistemas a elasticidade de uma rede resulta de sua biodiversidade, em redes sociais sua elasticidade/flexibilidade certamente resulta da diversidade étnica e cultural. Este fato certamente é estratégico para ser incluso nos processos de construção da transição para sociedades sustentáveis.

A afirmação da expressão “sociedades sustentáveis” em lugar de afirmarmos “sociedade sustentável”, quer reconhecer justamente que tal transição precisa reconhecer as especificidades de cada etnia e de cada cultura, a fim de que sua coletividade afirme quais serão os níveis aceitáveis de transformação da natureza

que garantirão a geração da emancipação humana, qualidade de vida. Neste sentido é preciso negar um padrão de desenvolvimento único a ser replicado em diversos pontos do mundo, situação esta que descreve a expansão do sistema industrialista.

Em consonância com a idéias expostas até aqui, sobre a transição societal, está a proposta de desenvolvimento sustentável apresentada pelo economista Ignacy Sachs. Este vem de uma longa caminhada reflexiva sobre as estruturas do modelo sócio-cultural e econômico em que vivemos, e afirma em suas obras a real necessidade da transição para outros modelos de sociedade.

Sachs (2002) em sua obra “Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável” menciona que para a efetivação dos objetivos do desenvolvimento sustentável, faz-se necessário a fixação de estratégias de transição de um modelo para outros.

Assim propõe sete dimensões de sustentabilidade que precisam ser incorporadas nos processos transitórios: a) “*sustentabilidade social*”: objetiva estruturar civilizações que alcancem razoáveis patamares de homogeneidade social, de distribuição de renda justa, de trabalho pleno e/ou autônomo com qualidade de vida descente, igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais; b) “*sustentabilidade cultural*”: busca transformações no interior da continuidade, equilibrando o respeito à tradição e a inovação. Trabalhar para a construção de autonomia para a elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (“em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas”); c) “*sustentabilidade ecológica*”: propõe a manutenção do potencial da natureza na sua produção de recursos renováveis; d) “*sustentabilidade ambiental*”: propõe através dos processos transformadores do ambiente, respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais; e) “*sustentabilidade territorial*”: aponta para a necessidade de um equilíbrio entre as configurações urbanas e rurais (“eliminação das inclinações urbanas nas alocações de investimentos públicos”), “melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais”; e) “*sustentabilidade econômica*”: prevê o desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, “inserção soberana na economia internacional”, a construção de uma economia que transfira sua centralidade da obtenção e ampliação de lucros para a emancipação humana; f) “*sustentabilidade política*”: propõe a democracia participativa como forma de apropriação universal dos direitos humanos e como mecanismo de implementação de um projeto nacional (SACHS, op. cit., pg. 86-87).

Estas dimensões representam níveis estruturantes das relações sociais, portanto, determinam um maior ou menor grau da ocorrência de desigualdades sociais e da própria consciência dos seres humanos de sua condição de existência em sociedade. Quanto mais desiguais as relações e as estruturas sociais, pautadas na dominação de uma classe pela outra e na dominação dos ciclos naturais, mais insustentáveis são as mesmas. Neste sentido nos processos transitórios de construção de sociedades sustentáveis esta lógica precisa ser negada.

Relacionando as dimensões de sustentabilidade contidas na proposta de Ignacy Sachs aos princípios geradores de sustentabilidade em sistemas ecológicos contidos na proposta de Fritjof Capra, salientamos que a construção de sistemas sociais sustentáveis passa pela incorporação em cada uma de tais dimensões, dos princípios geradores de sustentabilidade. Esta realidade esteve presente em inúmeras comunidades tradicionais nos mais variados momentos da história, e faz-se presente na história recente da humanidade.

No primeiro capítulo de sua obra “Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável”, Sachs discute a necessidade de nossa civilização caminhar “rumo a uma moderna civilização baseada em biomassa” e afirma “uma nova forma de civilização, fundamentada no aproveitamento sustentável dos recursos renováveis, não é apenas possível, mas essencial” (SACHS, op. cit., p. 30).

Na seqüência da argumentação afirma que de alguma maneira, todas as principais civilizações do passado tiveram suas bases estruturadas na biomassa, uma vez que dependiam quase que exclusivamente de seus produtos para a sua vida material: “alimentos e ração animal, e também combustível, fibras para vestimentas, madeira para construção de abrigos e mobiliárias, plantas curativas”. Ainda hoje “*peças dos ecossistemas*”- populações tradicionais e comunidades rurais - lutam por sua sobrevivência nos ecossistemas do qual fazem parte, “geralmente de modo criativo, baseado em conhecimento profundo sobre as ocorrências da natureza” (SACHS, op. cit., pg. 30).

Assim, muito próximo ao que propõe Capra, em aprendermos sobre os princípios sustentáveis de organização das comunidades ecológicas, também está a proposição de Sachs, em relação aos povos dos ecossistemas, “nosso problema não é retroceder aos modos ancestrais de vida”, mas transformar o seu conhecimento, decodificando e recodificando-o, “como ponto de partida para a *invenção de uma moderna sociedade de biomassa* posicionada em ponto totalmente

diferente do espiral de conhecimento e do progresso da humanidade” (SACHS, op. cit., p. 30).

Sobre os aspectos da necessidade da criação de condições processuais, de uma transição para uma sociedade pautada na cooperação e na solidariedade em contraposição a concorrência e a competitividade, características marcantes das sociedades capitalistas, incluímos novos elementos no debate. O horizonte é o da superação da sociedade estruturada em classes sociais e os sentidos e as práticas alienantes decorrentes deste modo de organização, como mecanismo de busca da sustentabilidade.

Orientando-se pelas conceituações de Guareschi (1992) Zart (op. cit.) afirma que "há a interpretação sociológica histórica, crítica que concebe a prática social contextualizada na sociedade contemporânea, cuja formação social é a cultura e o imaginário constituído a partir da estrutura social configurada na base desigual das classes sociais" (GUARESCHI, 1992 apud ZART, op. cit., p. 17).

Para Picoli (2006a) a fome evidencia as contradições e o nível de degradação de uma sociedade, transformando a humanidade em um objeto de dominação global. Esta mesma sociedade origina a “marginalização social e econômica dos indivíduos através das imposições e do controle, como também leva à exclusão generalizada em cadeia das classes oprimidas e dependentes” (PICOLI, 2006a, p. 95).

Assim, Zart (op. cit.) explicita que

na perspectiva da crítica de Chesnais o modo de produção capitalista dominante e globalizado caracteriza-se pela intensa acumulação de capitais, pela automação dos processos de trabalho, pelo desemprego estrutural, pela especulação financeira, pelas altas taxas reais de juros nos países em desenvolvimento, pela centralização do poder nos oito países mais ricos, pela alta velocidade da renovação e inovação tecnológica, pela superexploração da força de trabalho, pela exacerbação da lei de livre mercado, pela supervalorização do ideal da competitividade, da concorrência e do individualismo (p. 117)

O autor aponta que o modelo do capitalismo, como configuração sócio-econômica, cultural e política, em seu atual estágio de desenvolvimento, “gera centenas de milhões de miseráveis diretamente afetados pela fome, seca, falta de moradia, falta de terra. São analfabetos, desempregados, sofrem da violência, da guerra, do tráfico, das doenças e são os mais afetados pelos efeitos da degradação ambiental” (ZART, op. cit., p. 117).

“O que determina a marginalização, a exclusão e a delinqüência social são as formas estabelecidas no seio dos interesses de concentração de riquezas, bem como o poder excludente e da não representação social e econômica nas atuais estruturas sociais, formando assim, os extremos entre o ter acesso as oportunidades individuais e coletivas” (PICOLI, op. cit., p. 96).

De acordo com as condicionantes próprias do modo capitalista de organização social causadores da problemática que o torna insustentável nas dimensões antes apresentadas, Loureiro et. all. (2006) afirma,

as causas da degradação ambiental e da crise na relação sociedade natureza não emergem apenas dos fatores conjunturais, ou do instinto perverso da humanidade, e as conseqüências de tal degradação não são conseqüência apenas do uso indevido dos recursos naturais; mas sim de um conjunto de varáveis interconexas, derivadas das categorias: capitalismo/modernidade/industrialismo/urbanização/**tecnocracia**. Logo, a desejada sociedade sustentável supõe a crítica às relações sociais e de produção, tanto quanto o valor conferido à dimensão da natureza (p. 24).

Quando no início deste diálogo, indicamos uma classificação sobre diferentes visões a respeito do tema desenvolvimento sustentável, criada por Viola & Leis (op. cit.) para indicar o agrupamento de atores sociais em torno das visões estatista, de mercado e comunitária. Tínhamos a pretensão de chamar a atenção para os desvios criados historicamente das raízes responsáveis pela formação da problemática ambiental<sup>9</sup> que assola a sociedade.

Os desvios na compreensão das raízes históricas da problemática ambiental é justamente o que tem criado as condições para a sua perpetuação, já que as estratégias adotadas para a sua resolução, não atacam a estrutura política e econômica do sistema capitalista, causador dos distúrbios sócio-ambientais aqui avaliados.

Compreender as relações estruturais das sociedades capitalistas atuais, organizadas essencialmente com base na desigualdade; e identificar as conseqüentes mazelas geradas por este modo de organização, faz-se estratégico para a perspectiva da elaboração de sociedades fundadas em outras bases.

---

<sup>9</sup> O sentido conferido ao ambiente é o de os espaços em que se dão as relações de manutenção da vida, este sentido busca superar o significado imposto pelo conceito naturalista de ambiente que o concebe como sendo constituído e um ambiente natural e um outro construído, portanto mantém a dualidade entre homem natureza. Essa última visão exclui a noção de pertencimento do ser humano, que passa a se perceber com um ser externo à natureza.

Através desta compreensão estaremos libertos de interpretar a realidade como sido criada por um processo histórico natural ou fatalístico, e seremos conduzidos a um pensamento crítico de que, o atual estágio de organização alcançado pela humanidade é resultando de uma consciente condução da história, por grupos sociais detentores de poder político e econômico.

Para Zart (op. cit.) as origens deste modelo de sociedade encontra-se no iluminismo

o iluminismo fundamentou um pensamento que centrou no homem a capacidade de gerenciamento da natureza, da sociedade, do próprio homem. A inteligência humana tornou-se a juíza que pode analisar e julgar todas as coisas, a moral e a conduta em sociedade [...] Trouxe com extraordinária lucidez a defesa da razão como força de evidenciação terrena para a libertação da humanidade das trevas, dos mitos e das crenças (p. 121).

No entanto, como o próprio autor ressalta, que como toda forma de pensamento está ligado a uma classe social, o iluminismo também foi assim construído, portanto, não é um pensamento neutro, mas ideológico. “O iluminismo é a forma de pensar o mundo da classe burguesa [...] gera alienação e, por conseguinte, a dominação [...] A razão que deveria ser emancipatória tornou-se a razão instrumental, isto é, voltado para a utilidade do trabalho” (ZART, op. cit., p. 121).

Compreendido enquanto movimento histórico ocorrido na Europa entre os séc. XVII e XVIII, o iluminismo foi eficiente em suas pretensões – fazer de sua ideologia a ideologia de todas as classes sociais – e pode ser interpretado como a raiz significativamente geradora de uma consciência insuficiente para a transição a uma sociedade justa e sustentável.

Porém, as sociedades capitalistas fundadas com bases em ideais iluministas, através de sua ação opressora e dominadora da “natureza”, gera também, contradições que tem demonstrado a possibilidade de construção de alternativas a esta realidade.

### **1.2.2 A Sustentabilidade Sistêmica Materializada na Sócio Economia Solidária**

Neste sentido Zart (op. cit.) destaca que existe na atualidade um paradigma orientador da organização das sociedades, “que se embasa na valorização do trabalho criativo e emancipador, direcionado para a efetivação do humanismo social. Esse modelo, denominado de Sócio-Economia Solidária tem como propósito o desenvolvimento de alternativas de formação integral voltadas para o bem viver das classes populares marginalizadas pelo modelo econômico e cultural dominante” (p. 118).

Assim, também afirma Machado (2006) que um forte movimento de oposição à lógica capitalista de produção e de relações sociais tem se constituído nos últimos anos. Movimentos sociais, entidades sindicais e grupos de trabalhadores/as vinculados/as as instituições educacionais em meio à luta por melhores condições de vida dos trabalhadores da cidade e do campo, criam espaços e tempos para debates sobre as novas relações que precisam ser construídas como estratégia para criar processualmente, sociedades solidárias, igualitárias e justas” (p. 109).

Em consonância com a argumentação apresentada anteriormente, sobre a sustentabilidade alcançada ao longo dos anos pelos sistemas ecológicos e sociedades da biomassa, Zart afirma que “podemos demonstrar a relevância social da solidariedade e da cooperação. Têm esses princípios a finalidade de gestação, divulgação, a aplicação e avaliação de práticas sociais que produzem alternativas de trabalho e de renda para os excluídos” (ZART, op. cit., p. 118).

De acordo com Machado (op. cit.) a atividade transformadora ocorre pela *práxis*, que é própria do ser humano, e cujo fundamento básico de humanização é o trabalho emancipado. “É pelo trabalho que o homem e a mulher ascendem à sua condição de seres pensantes e ativos com capacidade de impor uma finalidade a sua ação e de agir conscientemente (ANTUNES, 1999), impulsionados pela curiosidade cognoscitiva e pela necessidade de responder aos desafios de sobrevivência que vão se colocando à sua espécie” (p. 110).

Associada à possibilidade e necessidade da criação das condições para a emancipação humana, está a necessidade de “formação de sujeitos cognoscentes críticos e criativos que possam imaginar e organizar empresas sociais, mobilizar recursos, tecnologias, mercados para o desenvolvimento de uma economia que se embasa na cooperação e estructure uma sociedade solidária e sustentável” (ZART, op. cit., p. 119).

Nesta mesma direção Ferreira & Ferreira (1995, p. 26) consideram que programas de desenvolvimento orientados para emancipação humana, tendo em vista as capacidades de suporte do meio biofísico, ultrapassam a racionalidade econômica convencional, porque se comprometem com um novo humanismo bem como um novo “contrato natural”, necessários e urgentes diante dos índices alarmantes de pobreza e desigualdade enfrentados pelo terceiro mundo e dos limites homeostáticos da biosfera.

Para Leroy & Pacheco (2005) a sustentabilidade é o “processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais da sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sócio-políticos que orientam a distribuição dos recursos ambientais. Em lugar de colocar a sustentabilidade como algo já definido, ela passa a ser tarefa nossa, pela qual se resgata a cidadania, se instaura o conflito na busca da boa sociedade de um outro desenvolvimento” (p. 135).

Neste sentido, no campo da Sócio Economia Solidária, entre as inúmeras formas pelas quais se manifesta, podemos indicar que uma delas, o cooperativismo popular solidário, apresenta-se como um sistema sócio-econômico e cultural, alternativo ao sistema capitalista. Na perspectiva do sistema cooperativista popular-formado pela complementaridade entre os princípios democráticos do cooperativismo popular, associados aos princípios de autogestão e solidariedade cotidiana, base em que se funda a Sócio Economia Solidária- são reunidos os elementos de justiça e respeito a todas as formas de vida, tão necessários para a construção de sociedades sustentáveis, conforme até aqui viemos afirmando.

O cooperativismo solidário representa a possibilidade da invenção e prática de projetos econômicos, sociais, pedagógicos, ecológicos etc. para romper com os padrões de conhecimento, valores e práticas hegemônicas na sociedade capitalista globalizada. “É uma iniciativa que não é predominante no campo da macro-estrutura. Constitui-se, antes, uma proposição que tem como espaço de realização, a micro-organização, o lugar onde está o espaço da concretização de ações, de iniciativas e de projetos que promovam a intervenção social, econômica, política e epistemológica para a inclusão social e ambiental” (ZART, op. cit., p. 117).

Assim, imaginamos ter iniciado nossa reflexão em torno da necessidade do avanço na construção social de novos estilos de estar em sociedade. Onde a apropriação da natureza pelos sistemas industriais seja revertida necessariamente; aconteça a formulação de espaços de organização política participativos, no sentido

de que as políticas formuladas, sejam de fato de interesse coletivo; e principalmente onde trabalhar para a manutenção da vida, seja a dimensão mais importante das prioridades.

Acreditamos que para a preparação processual a esta transição, as sociedades brasileiras contam hoje como inúmeros mecanismos e instrumentos. Aqui damos destaque para educadores e educadoras populares presentes em todas as regiões brasileiras pertencentes à ONGs, institutos, universidades e outras estruturas; e aos educadores atuantes na perspectiva da educação ambiental crítica, que trabalham incansavelmente na construção de uma nova realidade pautadas na participação popular qualificada.

No dizer de Medina (2002, p. 10) a educação objetiva levar as pessoas a compreender que o futuro, como construção coletiva, depende das decisões políticas e econômicas que são definidas hoje, e que irão interferir nas possibilidades de definição de novos modelos de desenvolvimento, capazes de conciliar a justiça social e o equilíbrio ecológico, que permitam manter a base do rico substrato natural e cultural dos países, melhorando efetivamente a qualidade de vida da população.

Neste sentido indicamos como horizonte crítico de sustentabilidade a associação entre três propostas de transição societal, resultando em uma visão de sustentabilidade que transcende a sua dimensão ecológica, abrangendo as dimensões estruturantes da sociedade. Esta proposta compromete-se em avançar na construção de sociedades pautadas nos princípios da cooperação, na justiça e na solidariedade, princípios estes orientadores do sistema socioeconômico e cultural da Sócio Economia Solidária, admitindo portanto, que este horizonte não está dado, mas configura-se em um projeto a ser construído.

## **Parte 2 – Necessidade da Transição entre Formas de Organização Socioeconômica do Campo Brasileiro**

### **1.3 Dilemas da Sustentabilidade na Agricultura**

#### **1.3.1 As Raízes da Atual Estrutura Agrária e Agrícola Brasileira**

Após a apresentação sobre os aspectos relacionados às origens, contradições e desafios para a construção de sociedades sustentáveis, podemos ir

adiante com uma reflexão a cerca de elementos decisivos para a constituição do campo<sup>10</sup> brasileiro, com destaque para aspectos referentes ao Estado de Mato Grosso.

É importante mencionar, para que não percamos o horizonte desta discussão, que o objetivo do sucinto resgate histórico que será apresentado, é o de apontar em que bases esse fenômeno se apoiou, para que no momento histórico em que vivemos, a conjuntura seja a que está dada. Portanto, não nos ateremos a análises profundas sobre o processo histórico em si, pois sobre este tema inúmeros estudiosos se dedicaram e se dedicam, produzindo e disponibilizando para quem se interesse um amplo referencial teórico.

O objetivo é o de garantir, a partir da materialidade histórica, uma análise que nos oriente no entendimento do que somos, enquanto estrutura agrária e agrícola.

Assim, faremos um resgate das origens do pensamento que a partir da década de 1960 proporcionou drásticas alterações na estruturação de parcela significativa da agricultura brasileira. Este sim, precisa ser o enfoque da discussão: a atual estrutura agrária e agrícola brasileira contribui para a geração de sustentabilidade ou insustentabilidade neste espaço social ?

As raízes da atual estrutura agrária brasileira originam-se na invasão do território brasileiro, no século XVI, pelos portugueses (GALEANO, 2005; STEDILE, 2005). Desde as primeiras estratégias utilizadas pela Coroa Portuguesa para a exploração do território brasileiro, jamais houve a pretensão de garantir a soberania dos povos que aqui se encontraram e mesmo da manutenção e constituição de uma nação com seu território independente.

JUNIOR (2002) afirma: “Arrancavam o que podiam para levar de volta consigo ao Reino. Construções, obras de interesse público e equipamentos comunitários ficavam relegados ao deus-dará. Se havia a ganância de levar, não havia a contrapartida de construir uma sociedade e um universo de bens e serviços capazes de articular um processo de desenvolvimento, qualquer que fosse” (p. 322).

Toda a história que se desenvolve no Brasil a partir da ação portuguesa importa para a análise dos elementos decisivos para a constituição do campo brasileiro, pois a intervenção estatal no território brasileiro, através da Coroa

---

<sup>10</sup> O sentido conferido a campo é o de “um espaço social com vida, identidade cultural própria e práticas partilhadas por aqueles que a vivem, e não mais um espaço territorial demarcado por área” (FERNANDES, 2002, In: [www.açaoeducativa.org.br](http://www.açaoeducativa.org.br) apud PERIPOLLI, 2006).

Portuguesa e a partir dela a ação da iniciativa privada criaram estruturas, mecanismos e sentidos fortemente presentes ainda hoje na sociedade brasileira.

Podemos destacar aqui, as influências da vigência da Sesmaria e da promulgação da Lei 601 de 1850, Lei de Terras<sup>11</sup>, que estão nas origens de estrutura agrária concentradora de terra e de poder neste espaço social. Através da promulgação da Lei de Terras, os trabalhadores e trabalhadoras pobres foram excluídos, mais uma vez, da possibilidade de adquirirem um pedaço de terra a fim de garantirem sua reprodução, pois o pagamento em dinheiro pela mesma não lhes era possível.

Em período recente da evolução da sociedade brasileira, a “modernização” da agricultura brasileira, fenômeno conduzido pelo Estado ocupado por membros da classe burguesa, precisa ser resgatado para compor a nossa reflexão. Como veremos este processo obedeceu a lógica capitalista de desenvolvimento, introduzindo nesta atividade econômica tecnologias produzidas pela indústria, subordinando a agricultura a esta última.

Este processo considerado como a “modernização” da agricultura brasileira, foi responsável pela exclusão de milhares de trabalhadores/as que não possuíam o perfil definido para se constituírem enquanto “agricultores modernos”, criando um irreparável processo de erosão cultural e ambiental no campo brasileiro.

Sua realização se efetivou através da adoção de um projeto exógeno para o desenvolvimento nacional, paralelamente à modernização de outros setores produtivos. A expectativa do governo militar era de que o crescimento econômico seria a via pela qual se tornaria possível alcançá-lo, mesmo que desde sua origem, se configurasse como um projeto a serviço de uma minoria da população.

---

<sup>11</sup>A Lei de Terras é um marco para a constituição do campo brasileiro, pois delimitou em sua história o momento em que a terra passa legalmente a ser transferida, a partir da compra, do Estado para a iniciativa privada, ou seja, a terra passa a ser comercializada como qualquer outro produto, decaindo assim, para o *status* de mercadoria.

## **1.3.2 O Pensamento Condutor da modernização do Estado e da Agricultura Brasileira**

### **1.3.2.1 A Reocupação Fundiária do Estado de Mato Grosso e a Insustentabilidade Sócio-Ambiental decorrente**

Ao chamarmos a atenção para uma análise da ação do Estado brasileiro, em um período recente, com sua estrutura em plena modernização, queremos evidenciar o quanto às políticas públicas propostas e executadas por ele, foram decisivas na definição dos rumos de desenvolvimento ganhos nas quatro últimas décadas do século XX para as regiões brasileiras, e seus reflexos neste início de século. O destaque será dado à região Centro-Oeste, em especial ao incentivo à colonização e suas implicações para a constituição das reconfigurações do campo em Mato Grosso, para assim debatermos as influências deste contexto na constituição, em fins da década de 1990 da comunidade em estudo.

A colonização do Estado de Mato Grosso deu-se intensivamente a partir da década de 1960 com incentivos da União. No entanto, as bases estruturais para que essa colonização se tornasse possível, foram construídas já na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas (COSTA, 2001).

Este foi um período extremamente intenso no Brasil no tocante às disputas pelo poder político, sinônimo de poder econômico, em toda a história da evolução do Estado, que se dava entre as oligarquias locais e o governo central, alternando na época entre São Paulo e Minas Gerais.

De um lado as oligarquias locais brigavam pela descentralização do poder político, como forma de seu próprio fortalecimento e de outro o governo central, sediado no Rio de Janeiro, tencionava para a permanência deste estado de coisas.

O estopim que catalisou a mudança deste quadro segue descrito por Costa (op. cit.),

“A crise mundial de 1929 e seus efeitos desastrosos na economia do país (particularmente na cafeicultura) contribuíram muito para as mudanças que se operaram a partir daí [...] Na sucessão de Washington Luís à presidência (pelo acordo, o sucessor deveria ser um mineiro), desencadeou-se a crise. Getulio Vargas, líder riograndense da oposição ao governo central, após sua derrota nas eleições e o assassinato de João Pessoa, seu candidato a vice, marchou sobre a capital, Rio de Janeiro, tendo o apoio de Minas e

algumas províncias nordestinas em especial a Paraíba. O presidente foi deposto e constituído um governo provisório” (p. 44).

A partir deste momento, tem início no Estado brasileiro em nível do governo central, um intenso processo de modernização através da criação de inúmeros ministérios, secretarias e institutos vinculados, que lhe garantiam operacionalidade. O objetivo era o de concentrar em torno do poder centralizado, a elaboração de um projeto de desenvolvimento para o país, com vinculação direta ao crescimento econômico ou mesmo este sendo considerado como o próprio desenvolvimento.

Este período da modernização do Estado central Brasileiro, sempre através de vias autoritárias, trouxe associado a ele a diminuição processual dos poderes locais, reunidos no governo central e uma forte participação deste na economia nacional.

Ao nível do reaparelhamento do Estado, algumas medidas vinham sendo tomadas desde 1930. Entretanto, será a partir de 1937, que essa modernização se dará mais explicitamente, a nível das atividades estatais voltadas às políticas econômicas setoriais e globais, à intervenção do Estado na economia, a partir da criação de inúmeros órgãos destinados a isso<sup>12</sup> (COSTA, op. cit., p. 47).

Como se pode verificar, a proposta do programa do “Estado Novo” era a de criação de um Estado forte, que por regra deveria se modernizar cada vez mais, a ponto de ser suficientemente capaz de articular o desenvolvimento do país pela via do crescimento econômico pautado na industrialização, através da sua ação centralizadora.

Essas são as bases nas quais na segunda metade da década de 1950, Juscelino Kubtscheck através da elaboração do “Plano de Metas, praticamente alterou toda a estrutura econômica do país, em apenas quatro anos. Voltados preferencialmente para os setores de ponta da estrutura industrial, nem por isto deixou de afetar todo o conjunto produtivo do país, desde os setores básicos, passando por transportes e energia, até a estrutura territorial como um todo” (COSTA, op. cit., p. 52).

Utilizando-se desta estrutura a partir da década de 1960, os militares após terem tomado o poder estatal, iniciaram uma intensa investida sobre as regiões

---

<sup>12</sup> Sobre os mecanismos criados para possibilitar ampliação da participação do Estado nas estruturas econômicas e de poder, ver Vieira (2005).

Centro-Oeste e Norte do país, a fim de incorporá-las ao projeto de desenvolvimento capitalista em curso no país.

Para tornar possível tal incorporação, foram direcionadas para estas regiões, principalmente para a região Norte, um intenso investimento em infra-estrutura e incentivos fiscais, como forma de motivar a entrada de investidores nestas regiões.

A implantação de infra-estrutura e os benefícios dados na instalação de empreendedores, no processo de colonização incentivada pelo Estado brasileiro para a região Centro-Oeste, demonstra claramente qual a definição de desenvolvimento adotado para a mesma. Não se pretendia incluir a região na economia nacional através das pessoas que a habitavam e seu respectivo modo de vida, mas sim inserir *na* região, um projeto de desenvolvimento desenhado de forma planejada para todo o território nacional.

Tanto a região centro-oeste quanto a região norte do país, são vistas desde a época, pelo Estado e por grupos de interesses não populares, nacionais e internacionais, como uma fronteira a ser conquistada e colocada a serviço da ampliação do capital.

Ao analisar as diferentes concepções entre atores sociais que exercem influência, na divisa entre o Brasil e a Bolívia, nos limites do município de Cáceres-MT, Januário (op. cit.) afirma que na visão do Estado, fronteira está relacionado a território, e prossegue citando Magnoli (1991, p. 10) “fronteiras são as delimitações espaciais do Estado, a sua evidência territorial. Estados sempre souberam que as fronteiras são mais que linhas divisórias, são ponto de contato com o espaço exterior. São superfícies porosas de contato territorial estatal com outros territórios, outros Estados. Com outras realidades sociais, econômicas e políticas. Testemunha a existência do outro” (p. 95-96).

Zart (2005, p. 63) interpretando o processo de migração/colonização da Amazônia do norte mato-grossense, cita Martins (1997) para indicar que “a fronteira é um espaço social e um espaço histórico, nos quais os diferentes e os desiguais se encontram e se desencontram em constantes relações conflituais, nas quais o outro é percebido como alguém inferior, selvagem e que pode ser dominado e explorado” (p. 15).

Sobre a colonização da Amazônia norte mato-grossense Zart afirma que num primeiro momento a fronteira deveria ser ocupada por homens capazes de produzir em consonância com os interesses do capital, qual seja produzir capital através da

transformação da natureza pelo trabalho. “A Amazônia não estava inabitada de seres humanos, no entanto, os homens que habitavam as florestas amazônicas eram considerados, pelo sistema governamental, indigentes para o trabalho, portanto, incapazes para as funções requeridas pelo capital” (ZART, op. cit., p. 64).

Portanto as populações ali presentes desde épocas anteriores a este momento histórico, índios e posseiros camponeses, sofreram as formas possíveis de exclusão, institucional e privada, já que seus modos de vida não eram condizentes com os interesses a que se propunham os planos ali executados.

Para a transformação dos territórios das regiões norte e centro-oeste, em territórios econômicos, a serviço da proposta de desenvolvimento nacional, que implicou na exclusão da população local e junto a ela um conjunto de conhecimentos elaborados ao longo de anos, mecanismos foram desenhados com este fim, materializadas na forma de políticas territoriais.

Para a efetivação de tais políticas, foram elaborados entre os anos de 1964-1979, cinco documentos considerados como instrumentos para sua realização, organizados na forma de programas e planos nacionais mais abrangentes, no que concerne à amplitude de suas propostas<sup>13</sup>.

Dentre eles destacamos o I PND - Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, valido para os anos de 1972-1974. Os objetivos das políticas regionais ali enumerados tinham por base, fundamentalmente o PIN – Programa de Integração Nacional. “De modo geral este plano acentua a tendência do Estado de focar suas políticas territoriais através de estratégias de “integração nacional”, ou seja, procurar expandir a fronteira econômica do país, a partir do Centro-Sul, na direção do Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste” (COSTA, op. cit., p. 63-64).

A forma mais significativa de intervenção estatal na ocupação dos territórios da Amazônia e Centro-Oeste foi, a adoção de incentivos fiscais e investimento em infra-estrutura. “As empresas privadas interessadas em investir na região teriam 100% de isenção no imposto de renda por até quinze anos, além de outros benefícios fiscais específicos” (COSTA, op. cit.).

Na segunda metade da década de 1970, durante o II PND, amplia-se a ofensiva na região amazônica, região prioritária do projeto de integração, e no Centro-Oeste, com a implantação de investimentos intensivos de recursos nos pólos

---

<sup>13</sup>Para detalhes sobre as propostas de ação das políticas formuladas durante o governo militar de incentivo à ocupação pelo capital das regiões Centro-Oeste e Norte ver (COSTA, 2001; VIEIRA, 2005).

de desenvolvimento<sup>14</sup> POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO e POLONOROESTE. A prioridade de recursos foi dada ao desenvolvimento da agropecuária e da atividade mineral.

Neste sentido os maiores investimentos foram feitos na região da Amazônia Legal, onde está incluso o norte do Estado de Mato Grosso. Esta região do estado, como veremos no capítulo seguinte, recebeu significativos incentivos estatais para que através de sua atuação direta ou através da transferência de recursos para colonizadoras particulares, ocorresse a implantação de inúmeros projetos de colonização dirigida na mesma.

Na região Sudoeste de Mato Grosso, onde se localiza o município de Cáceres e neste por sua vez está localizada a Comunidade Boa Esperança, as influências destas políticas estatais atuaram diretamente para a alteração das configurações no campo.

Com exceção dos municípios centenários de Vila Bela da Santíssima Trindade e Cáceres, os demais municípios desta região, formaram-se através da entrada de massas migratórias vindas de todos os estados brasileiros, intensivamente a partir do início da década de 1960. Estas vinham atraídas pela propaganda estatal e privada que evidenciava a possibilidade destes/as trabalhadores/as adquirirem uma porção de terra para o assentamento e reprodução familiar.

Foi justamente com o objetivo de “implantar o eixo migratório para articular a Amazônia Ocidental ao resto do país” (VIEIRA, op. cit.), que neste mesmo período fora construída a Br-364, que liga Cuiabá/Porto Velho. Esta região fora processualmente sendo preenchida através da migração espontânea<sup>15</sup>.

Após a abertura da via acesso à região outras ações foram efetivadas com estratégia de atrair a população. Materializaram -se assim projetos e programas criados pelas políticas de colonização efetivadas em nível da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste- SUDECO, dentre os quais destacamos: o Projeto de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro Oeste – PLADESCO que direcionou ações para as áreas de influência dos municípios de “Aripuanã,

---

<sup>14</sup>Sobre a opção do governo brasileiro pela estruturação de pólos de desenvolvimento. Ver a obra de Wanderlei Messias da Costa: O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil.

<sup>15</sup> A expressão espontânea aqui pretende significar que os agricultores migrantes não participaram de projetos de colonização dirigida, porém, foram sim, fortemente influenciados por propagandas incentivadoras da migração, como trataremos com detalhes no próximo capítulo.

Rondonópolis, Peixoto e Cáceres” (ALVES JR, 2003 p. 19); Programa de Desenvolvimento do Cerrado - POLOCENTRO, que tinha por objetivo a ocupação das áreas de Cerrado para o cultivo das terras que antes eram consideradas imprestáveis para qualquer tipo de cultura; e o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil - POLONOROESTE, criado pelo Decreto nº 86.029/81, e que tinha por objetivo o asfaltamento da BR-364, ligando Cuiabá a Porto Velho, além da implantação de infra-estrutura básica na área de influência, tal como escolas na zona rural e postos de saúde nos municípios (ALVES JR, idem, p. 19).

O fato da região Sudoeste de Mato Grosso ter recebido parcela menos intensiva de projetos de colonização dirigida, conferem-lhe características distintas do processo de reocupação em relação à região Norte do Estado. Como indicamos os maiores investimentos foram efetivados nesta última região, resultando inclusive em atividades produtivas diferenciadas.

Porém, os elementos de insustentabilidade destes dois processos são carregados de semelhanças, já que nas duas regiões do Estado, fora dado o incentivo priorizando grandes projetos econômicos, geradores de violentos conflitos humanos; degradação ambiental; e erosão cultural.

### **1.3.2.2 Modernização Excludente do Campo: processo de ampliação da insustentabilidade agrária e agrícola brasileira**

O contexto de modernização do Estado e da economia brasileira, através de inúmeras estratégias utilizadas, dentre elas a execução de programa de integração nacional, com atenções especiais voltadas para as regiões Centro-Oeste e Amazônica, resultaram em significativas influências sobre as configurações da agricultura do país. As políticas públicas agrícolas e agrárias formuladas no período priorizaram grandes projetos agropecuários.

Como veremos adiante, associado ao processo de exclusão do/a trabalhador/a do campo está o processo de mobilidade deste por todo território nacional em busca de melhores condições de vida.

Desde o primeiro momento a ação do Estado foi atuar na expectativa de se modernizar para a construção de um projeto de desenvolvimento nacional, a mobilidade passa a ser uma ação prioritária dos sucessivos governos. A “Marcha

para o Oeste”, programa proposto e executado no governo de Getúlio Vargas incluiu-se nestas estratégias de incorporação da fronteira agrícola do Brasil.

Para Vieira (idem) “as políticas formuladas, ainda que precárias, buscavam possibilitar a integração do território nacional e a inclusão destes rincões ao mercado interno que paulatinamente ia se formando. As dificuldades para que o projeto pudesse se completar residiram, ao nosso juízo, fundamentalmente na incipiente estrutura econômica” (p. 67).

A partir do início da década de 1960 e mais intensivamente a partir da década de 1970, a capacidade do Estado de executar projetos desta natureza apresentava uma conformação mais ampla em relação à fase inicial de seu processo de modernização, o que se comprova no volume de políticas elaboradas para a industrialização da economia brasileira. Neste cenário, dentre os diversos eventos marcantes para a caracterização do campo brasileiro, a “modernização” da agricultura ou industrialização da agricultura, foi o processo mais significativo deles.

Também identificado por “revolução verde”, o processo de “modernização” da agricultura caracterizou-se pela introdução, em sistemas agrícolas, de pacotes tecnológicos importados de outros países, notavelmente dos Estados Unidos da América. “Após a Segunda Guerra Mundial, finalizada em 1945, começaram a acontecer mudanças muito profundas no mundo todo, através de um plano chamado Revolução Verde no campo. Algumas invenções usadas na guerra, especialmente máquinas e produtos químicos, passaram a ser usados em larga escala na agricultura - os venenos da guerra viraram “remédio” para as plantas (GÖRGEN, 2004, p. 25).

Conforme Görgen (2004) a revolução verde é um programa de desenvolvimento do capitalismo na agricultura e na pecuária, que se baseia na produção voltada para o lucro e para o mercado capitalista, e pode ser caracterizado pelos seguintes itens: a) “genética vegetal com produção e multiplicação de sementes híbridas ou “melhoradas”, resistentes a doenças e pragas e adaptadas para receber altas doses de adubos químicos”; b) “aplicação de novas técnicas agrícolas e tratos culturais – aplicação intensiva de adubos químicos e venenos”; c) “mudança da infra-estrutura agrícola e aplicação de mecanização pesada e intensiva em todas as atividades possíveis”; e d) “genética animal melhorada, uso de antibióticos e produtos químicos” (p. 26).

Dirigida pelo Estado brasileiro, a “modernização” da agricultura teve como principal objetivo incorporar o campo na corrida desenvolvimentista adotada pelo governo ditatorial, que interpretava ser a agricultura camponesa atrasada e, portanto, um empecilho para a investida do capital sobre o campo (VIEIRA, idem; GÖRGEN, idem).

De acordo com Zart (op. cit.) na avaliação de várias correntes teóricas, o atraso do setor rural significava um impasse para a modernização dos países da América Latina em geral e do Brasil em particular. Assim, para a indústria se desenvolver e o país entrar no rol das nações desenvolvidas, haver-se-ia de modernizar a agricultura. A avaliação girava em torno do eixo indústria avançada – agricultura atrasada (p. 94).

Para que o agricultor camponês assimilasse estas modificações no seu modo de produção, fora criada uma seqüência de políticas governamentais, de iniciativa do Estado ditatorial, que o levasse a acreditar que o caminho era o da incorporação dos pacotes tecnológicos.

Essas políticas incidiram no nível das representações dos agricultores como afirma Gørgen (op. cit., p. 27)

estes foram chamados de atrasados e tiveram seu modo de produção desmoralizado; pesquisas agropecuárias foram financiadas pelo Estado a fim de testar novos inventos e novos produtos da indústria multinacional; fora desenvolvida assistência técnica a serviço das grandes empresas de máquinas, produtos químicos e sementes, que ensinavam aos agricultores as novas técnicas; o crédito rural apenas era dado a quem plantasse os produtos da monocultura (soja, trigo, etc), comprasse máquinas e ainda eram obrigados a comprar o pacote todo (adubos, venenos) mesmo que não precisassem; foram formados agrônomos, veterinários, zootecnistas, engenheiros florestais, técnicos agrícolas e extensionistas com as universidades e escolas agrícolas ensinando só o pacote da revolução verde.

O aspecto seletivo, portanto, excludente deste processo implantado autoritariamente no Brasil, foi efetivado de forma consciente pelo Estado de que a maioria da população do campo não assimilaria o pacote tecnológico em sua estrutura produtiva, dada a descapitalização em que os mesmos viviam. Portanto, uma nítida opção em reestruturar o setor agrícola e agrário, privilegiando uma minoria de agricultores, a custos sócio-ambientais incalculáveis.

Portanto, ocorre no campo fenômeno idêntico ao ocorrido no espaço urbano, o privilegiamento dos possuidores de capital (terras e máquinas) e capacitados para

a absorção de novas tecnologias, em detrimento do camponês ou do pequeno agricultor descapitalizados, processo que leva à exclusão social, à concentração e à centralização crescente de capitais e de terras (ZART, op. cit., p. 95).

Neste sentido, a exclusão social no campo seria uma necessidade para a ocorrência do processo de “modernização” da agricultura, dada em função da exigência de capital necessário para a aquisição dos pacotes tecnológicos. Esta exclusão se configura assim, no primeiro elemento fundante da insustentabilidade deste contexto.

Os agricultores que neste momento histórico encontravam-se descapitalizados, criaram um contingente de “inúteis” ao processo de “modernização” da agricultura, na visão Estado a serviço do capital e dos setores interessados, à semelhança do que ocorrera concomitantemente, com as populações que habitavam a última fronteira econômica a ser conquistada no Brasil, compreendida pelas regiões Centro-Oeste e Norte.

Através da incorporação de máquinas e outras tecnologias no campo, os processos produtivos são catalisados, ocorrendo um aumento da produtividade do trabalho e uma conseqüente concentração de terras e de capital. Estes elementos são responsáveis pela não absorção de mão-de-obra no campo e a exclusão dos agricultores descapitalizados.

Se por um lado a “modernização” agrícola aumentou a produtividade das lavouras, por outro, além dos impactos indesejáveis, ampliou a concentração de terras e de riquezas e provocou intensos processos migratórios para os centros urbanos industrializados (EHLERS, 1998, p. 89).

Para Silveira e Vilela (1998) “no Brasil, as mudanças na base técnica de produção ocorridas nos anos setenta/oitenta, privilegiaram os interesses de grupos industriais oligopolizados e os da oligarquia rural” (p. 11).

Os governos ditatoriais que seguindo a cartilha da ordem política e econômica internacional optaram por este caminho, para promover o “desenvolvimento” do Brasil, relegou o contingente dos expulsos do campo à miséria. No início a intenção era de constituir nas cidades um “exército de reserva” para a indústria em expansão. Porém, com a eficiência do incentivo das políticas governamentais formuladas para a ampliação das áreas de monocultura plantadas, esse contingente cresceu excessivamente, inchando as favelas e inviabilizando notavelmente a vida destas pessoas.

A expulsão do agricultor do campo se deu tanto por conseqüências diretas e indiretas do processo econômico excludente no mercado, quanto pela violência direta de latifundiários, que pretendiam ampliar sua área plantada e seu conseqüente acúmulo de capital.

É sempre importante frisar que, uma das mais notáveis características determinantes do campo brasileiro, é a violência contra a vida com que se procedeu a sua gênese, evolução e que lamentavelmente ocorre nos dias atuais. Este processo conta historicamente com a conivência do Estado, que através de sua ausência na gestão dos conflitos, autoriza a violência contra os pobres do campo. Esta é a realidade ocorrida em todas as regiões brasileiras, e aqui damos o destaque para a região Centro-Oeste.

Em relação ao quadro de violência no campo, em 2003 o Centro-Oeste assume a liderança quanto ao maior número de pessoas envolvidas em conflitos, 26,09% do total envolvendo o agronegócio. Neste mesmo contexto, ações de despejo exaradas pelo poder judiciário foram responsáveis por 35,7% do total dos casos (CANUTO, 2004, p. 42-43). No Mato Grosso, os dados mostram que 40,8% de sua população rural envolvida em conflitos, 210.795 pessoas, deste total, 32.275 pessoas, sofreram alguma ação de despejo (PORTO GONÇALVES, 2003, p. 15).

Estes agricultores foram e são duplamente excluídos pelo processo da “modernização” do campo, primeiro pelas políticas públicas formuladas para garantir a entrada intensiva de capital no processo produtivo agrícola, idealizada para beneficiar grandes proprietários de terras e setores industriais. Posteriormente, por não serem formuladas políticas públicas que os acolhessem com dignidade nas cidades, e incentivasse os que permaneceram no campo, sendo sujeitados a sobreviver em condições precárias.

O agronegócio, com máquinas munidas de computador de bordo, é de “primeiro mundo”. O resto do país continua afundado no “terceiro mundo”, com 3,6 milhões de famílias rurais em extrema situação de pobreza (GUTERRES, 2006, p. 79).

Concretizada a implantação deste modo de produção na agricultura brasileira, suas conseqüências sociais foram dramáticas e não se reduziram a estas. O cultivo da terra, de forma intensivamente mecanizada, trouxe as mais desastrosas conseqüências possíveis para a instabilidade dos sistemas de organização sócio-ambientais nas suas dimensões cultural, ambiental, social e econômica inclusive.

“De fato, a produção total da agricultura cresceu vertiginosamente, mas, nos anos 80, a euforia das grandes safras cederia lugar a uma série de preocupações relacionadas aos problemas socioeconômicos e ambientais provocados por esse padrão produtivo” (EHLERS, idem, p. 91).

Nesta mesma década, até mesmo os EUA, um dos países berço da constituição do modo de produção convencional, iniciou uma longa seqüência de pesquisas sobre estratégias para reduzir os impactos gerados por esta agricultura, chegando a sancionar leis que estimulassem pesquisas e a diminuição do uso de insumos artificiais no processo produtivo.

Além da produção do SARE<sup>16</sup>, a FACTA-90<sup>17</sup> aprovou, na seção dedicada exclusivamente à pesquisa um capítulo intitulado *Best Utilization of Biological Applications* (BUBA), que determina ao *United States Department of Agriculture* a condução de programas de pesquisas e extensão que permitam reduzir o uso de materiais tóxicos, melhorar o manejo das técnicas redutoras de insumos e promover a diversificação das culturas e da produção animal das fazendas (YOUNGBERG et all apud VEIGA, 1998, pg. 91).

## **1.4 A Necessidade da Transição da Agricultura Convencional para uma Agricultura Familiar Sustentável**

### **1.4.1 Agricultura Convencional x Agricultura Familiar Agroecológica**

Diante do contexto recente, de aproximadamente quatro décadas, de formulação intensiva de políticas estatais para a modernização do país, incluindo neste cenário a agricultura, os beneficiados por este processo vêm seguidamente sendo os grupos sociais com interesses políticos e econômicos ligados aos interesses do Estado, isto é, a classe dominante brasileira.

Os benefícios são direcionados a este grupo. Já os prejuízos, de todas as ordens, são divididos com todo o povo. Neste sentido, a realidade impõe a necessidade de uma transição deste estado de coisas. Especificamente em relação à agricultura, os problemas gerados em decorrência da sua execução no modo convencional, afetam fortemente a possibilidade de alcançar a sustentabilidade em

---

<sup>16</sup> Programa de pesquisa e treinamento resultado da ampliação de um programa anterior denominado LISA (Low-Input/Sustainable Agriculture )

<sup>17</sup> Lei agrícola norte-americana: a Food, Agriculture, Conservation, and Trade act (FACTA-90)

sistemas agrícolas e em qualquer outra atividade econômica que pretenda a manutenção da vida, pois a mesma age de forma extremamente agressiva contra a natureza.

Em relação à insustentabilidade da agricultura convencional<sup>18</sup> Canuto (op. cit.) afirma que o agronegócio concentra terra, água e renda. Produz a um custo sócio-ambiental altíssimo, predominantemente para a exportação, gerando divisas para uma elite privilegiada. A irrigação das culturas consome 70% da água doce do país. Suas máquinas substituem a mão-de-obra no campo, num país cujo maior problema é o desemprego. Nos estados onde se dá a expansão da agricultura convencional, cresce tanto a violência privada, quanto a ação repressiva do poder judiciário (p. 37).

De acordo com Canuto para a estruturação do cultivo da soja é gerado um emprego para cada 167-200 hectares, devido ao intensivo uso de tecnologias. As fazendas, sobretudo as de produção de soja no cerrado, para serem rentáveis, necessitam de uma área cultivada mínima em torno de 1.000 ha, provocando uma concentração extrema de terra e de renda

A soja deslocou pequenos produtores de milho, feijão de outros cultivos de alimentos básicos e café na região Sul. Para cada trabalhador que encontrou emprego no cultivo da soja, 11 agricultores foram deslocados. Como resultado 2,5 milhões de pessoas abandonaram as áreas rurais do Brasil no Paraná nos anos 70, declinando as propriedades rurais em 109.000 no Paraná e 300.000 no Rio Grande do Sul (CANUTO, idem, p. 38).

No Estado de Mato Grosso, a investida da agricultura convencional ou agronegócio não foi menos agressiva. Como mencionamos em momento anterior, quando da avaliação das políticas públicas elaboradas pelo governo militar para a integração da fronteira econômica, que consistia a região norte e centro-oeste do país, as políticas públicas elaboradas tiveram a intenção de introduzir *nestas* regiões o projeto de desenvolvimento adotado pelos militares para o país, em lugar de incluir as regiões, através de suas pessoas e suas formas de organização.

No Mato Grosso, “maior Estado produtor de soja, a área de cultivo aumentou de 56.000 ha. em 1980, para 4,5 milhões de ha., em 2002/2003. As fazendas com mais de 10.000 hectares, que em 1980 eram de 643, passaram a 767 em 1996, ampliando a área de 17,8 milhões para 20,6 milhões de ha. Durante o mesmo

---

<sup>18</sup> A Expressão agronegócio é utilizada para fazer referencia às atividades econômicas que envolvem o campo, e que se caracterizam pelos altos investimentos de capital. A agricultura convencional é, portanto, uma modalidade do agronegócio.

período, o número de propriedades com menos de 10 ha. diminuiu de 23.902, para 9.801” (CANUTO, *idem*, p. 38).

Os aspectos ecológicos e agrônômicos dos sistemas criados pela agricultura convencional são agressivos, tanto quanto os são, em seus aspectos sociais. A simplificação dos sistemas produtivos, através da implantação de monoculturas, associadas ao intensivo e desgastante uso do solo, conferem-na sua insustentabilidade.

Para Gliessman (2005) seis práticas básicas formam a espinha dorsal da agricultura convencional: “cultivo intensivo do solo; monocultura; irrigação; aplicação de fertilizantes inorgânicos; controle químico de pragas e manipulação genética de plantas cultivadas. A produção de alimentos é tratada com um processo industrial no qual as plantas assumem o papel de fábricas em miniatura [...] e o solo é simplesmente o meio no qual suas raízes ficam ancoradas” (p. 34).

Na agricultura moderna, a diversificação dos sistemas produtivos foi substituída pela especialização [...] A substituição de ecossistemas complexos, particularmente nas regiões tropicais, por sistemas produtivos extremamente simplificados, assim como as monoculturas, provocou uma série de impactos econômicos e ambientais. O problema existente nesta redução reside no fato de que “quanto maior o número de espécies presentes em um ecossistema, maior será o número de relações tróficas entre os seus componentes e, conseqüentemente, a estabilidade tenderá a aumentar”, ou seja, a estabilidade é função direta da biodiversidade (VEIGA, 2003, p. 282).

Veiga (*op. cit.*) afirma que “apesar de ser impossível hierarquizar as seis principais manifestações da perda da biodiversidade - destruição e alteração de habitats; exploração de espécies “selvagens”; introdução de espécies exóticas; homogeneização; poluição; mudanças ambientais globais - talvez não seja abusivo destacar a brutal artificialização agropecuária - que ironicamente ficou conhecida como “modernização” ou “revolução verde” ” (p. 275-276).

Gliessman afirma que todas as práticas da agricultura convencional tendem a comprometer a produtividade futura em favor da alta produtividade no presente. Através da exploração excessiva do solo; água e diversidade genética, o que interrompe os processos ecológicos globais, das quais essencialmente a agricultura depende, e as condições sociais que conduzem à conservação de recursos são enfraquecidas e desmanteladas (GLIESSMAN, 2005, p. 40-41).

Como fica evidente, a agricultura convencional vem se demonstrando insustentável, enquanto modo de organização da produção agrícola e da estrutura agrária decorrente do mesmo. Os problemas inerentes à sua existência, são extremamente desproporcionais aos benefícios capaz de gerar. Estes estão vinculados a um aumento da produtividade que, no entanto, não tem seus resultados divididos.

O que de fato vem ocorrendo no Brasil desde as etapas iniciais de implantação da agricultura moderna, são políticas de incentivo a esse modo de agricultura em detrimento da agricultura camponesa, interpretada pelas elites brasileiras como rudimentar e atrasada.

Porém, está explícita a necessidade e urgência de uma efetiva reconstrução de novos modelos de sistemas agrícolas produtivos, fundamentados em bases diferentes em que se orientam os sistemas convencionais, maximização da produção e o lucro. É necessário pensar e agir no sentido da construção de uma verdadeira revolução no campo. Onde os princípios de organização destes sistemas sejam construídos o mais próximo possível dos princípios que regem os sistemas ecológicos.

#### **1.4.2 A Agroecologia e a Agricultura Agroecológica Sustentável**

Para Redclift (1993) o conceito de agricultura sustentável abrange um amplo conjunto de visões que evidencia os conflitos de interesses existentes na sociedade. “Congrega, desde uma maioria que vê a possibilidade de uma simples adequação do atual sistema de produção, até aqueles que vêem a possibilidade de promover mudanças estruturais - incluindo os aspectos sociais, econômicos e ambientais - em todo o sistema” (REDCLIFT, 1993 apud FERRAZ, 2003).

De acordo com Ehlers (op. cit.) “mais do que um conjunto definido de práticas, a agricultura sustentável é hoje um objetivo, cuja base conceitual e operacional permanece cercada de dúvidas e contradições. Os sistemas sustentáveis serão, provavelmente, um novo padrão que combinará práticas e princípios alternativos, convencionais e novos conhecimentos científicos, provenientes das experiências dos agricultores e da pesquisa agroecológica” (p. 85).

Após aproximadamente uma década passada desde que Ehlers fez estas afirmações, muito se evoluiu no sentido do avanço nas definições sobre as bases

conceituais e operacionais para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável. Se no final da década de 1990, uma concisa proposta de uma agricultura sustentável, que fizesse oposição ao modelo de agricultura convencional, estava somente no campo dos objetivos, hoje (ano de 2007) muitos destes objetivos se materializaram com a ampliação do conhecimento sobre as bases para essa construção, através de intensivas pesquisas sobre princípios ecológicos aplicados a sistemas agrícolas e da própria prática dos agricultores tradicionais camponeses, interpretados pela agroecologia.

Para Sevilla Guzman (2006) a “agroecologia não é uma disciplina e sim um enfoque teórico transdisciplinar que foca a atividade agrária desde uma perspectiva ecológica. Vinculação essencial que existe entre o solo, a planta, o animal e o ser humano” [...] associada às “variações sociais que ocupam um papel muito relevante”, nas “relações estabelecidas entre os seres humanos e as instituições que a regulam, constituem a peça chave para os sistemas agrários, que dependem do homem para sua manutenção” (p. 93).

De acordo com este autor “a abordagem agroecológica propõe mudanças profundas nos sistemas e nas formas de produção. Na base dessa mudança está a filosofia de se produzir com as leis e as dinâmicas que regem os ecossistemas – uma produção com e não contra a natureza” (SEVILLA GUSMAN, op. cit., p. 87)

“A agroecologia incentiva pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de agroquímicos e energéticos externos. O objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas” (ALTIERI, 1987 apud ALTIERI, 2004, p. 18).

Conforme Sevilla Guzman (op. cit.) a agroecologia é uma forma de interpretar e atuar para campesinar a agricultura, a pecuária, o florestamento e o agroextrativismo, a partir de uma consciência intergeracional (não exploração de crianças e velhos), da consciência de classe (não exploração do capital ao trabalho), da consciência de espécie (não exploração dos recursos naturais), da consciência de gênero (não exploração do homem à mulher), da consciência de identidade (não exploração entre etnicidades) (p. 90).

Para a construção de sistemas agrícolas sustentáveis, a agroecologia se dedica ao estudo dos elementos necessários a essa construção. Para tanto, sua base empírica são as práticas presentes no desenvolvimento da agricultura tradicional<sup>19</sup> que vem se apresentando ao longo de sua evolução, como geradora de níveis desejáveis de sustentabilidade. “O enfoque da agroecologia é nos agricultores com poucos recursos, isto é, aqueles que têm menos acesso aos insumos tecnológicos e poucas relações com o mercado. A agroecologia vê esses agricultores como o ponto de partida para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável” (ALTIERI, op. cit., p. 36).

Utilizando a criatividade; o conhecimento empírico; e os recursos naturais disponíveis, os agricultores tradicionais frequentemente desenvolveram sistemas agrícolas com produtividades sustentáveis (HARWOOD, 1979, apud ALTIERI, 2004, p. 22).

A base para a existência dos sistemas agrícolas tradicionais está diretamente relacionado à existência das comunidades de agricultores que coevoluem com estes sistemas. Como visto os sistemas agrícolas ou agroecossistemas<sup>20</sup> são construções humanas. Ao contrário do que propõe o sistema convencional de agricultura, retirar as pessoas e introduzir máquinas, os sistemas agrícolas tradicionais existem em função da interação com o ser humano.

Sevilla Guzmán (idem) afirma que “os seres humanos ao artificializar os ecossistemas para obter alimentos, domesticando plantas e animais, quebram as secessões e os mecanismos de auto-regulação ecossistêmica. Os agroecossistemas passam assim a depender do homem para se manter, regular-se e renovar-se” (p. 94).

Sobre este aspecto, ao analisar a presença humana na Amazônia afirma Gray (1991) na relação povos indígenas e Amazônia,

não há dúvida de que os povos amazônicos encontraram, ao longo dos séculos, estratégias de desenvolvimento com seu ambiente que demonstram com valor adaptativo; que para tal desenvolveram um saber técnico sofisticado e infinitamente menos disruptivo das grandes regulações ecológicas da floresta que as técnicas brutalmente míopes utilizadas pela sociedade ocidental; que este saber deve ser estudado, difundido e valorizado urgentemente; que ele poderá ser, em última análise, o

<sup>19</sup> Agricultura tradicional está sendo compreendida neste contexto, como o conjunto de prática produtivas efetivadas pelos/as agricultores/as tradicionais camponeses/as que tem suas origens nos processos evolutivos entre estes/as e os sistemas ecológicos sobre os quais atuaram.

<sup>20</sup> Agroecossistemas são construções sociais, produto da coevolução histórica dos seres humanos com a natureza.

passaporte para a sobrevivência no mundo moderno, das sociedades que o produziram.

Acrescenta ainda o autor, que a relação entre as sociedades indígenas e o ambiente amazônico não foi uma adaptação passiva das primeiras ao segundo, mas a de uma história comum, onde sociedade e ambiente evoluíram em conjunto (GRAY, op. cit., apud LOPES, 1995, p. 116-117).

Portanto, a presença do ser humano, enquanto ser da natureza e não estranho a ela, como faz o sistema convencional ao estabelecer relações puramente econômicas com a mesma, é um dos alicerces do enfoque de estudo agroecológico, que propõe como modo de produção e organização do/no campo a agricultura agroecológica.

Os agricultores tradicionais potencializam a conservação da biodiversidade não apenas da área cultivada, mas também naquelas sem cultivos. “Muitos camponeses mantêm áreas cobertas por florestas, lagos, pastagens, arroios e pântanos, no interior ou em áreas adjacentes a seus cultivos, suprindo-se, assim, de produtos úteis, como alimentos, materiais de construção, medicamentos, fertilizantes orgânicos, combustíveis e artigos religiosos” (ALTIERI, p. 23).

Tendo a abordagem agroecológica, as práticas da agricultura tradicional ou camponesa como referência para a construção de sociedades rurais sustentáveis, faz-se necessário abordar os fatores que caracterizam esse modo e os seus elementos de sustentabilidade e insustentabilidade.

### **1.4.3 Relação da Agricultura Agroecológica com a Agricultura Familiar Camponesa**

Sevilla Guzmán (idem) define o campesinato como “uma forma de manejar os recursos naturais que permite a reprodução do homem e a natureza (que são um todo), conservando a biodiversidade biológica e sociocultural” (p. 90).

De acordo com Wanderley (1996) a agricultura familiar pode ser entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. “A agricultura camponesa tradicional é uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre esta relação entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura

familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global” (p. 3).

Henri Mendras identifica e propõe, cinco traços característicos das sociedades camponesas: “relativa autonomia face à sociedade global”; “a importância estrutural dos grupos domésticos”; “um sistema econômico de autarcia<sup>21</sup> relativa”; “uma sociedade de interconhecimentos”; e a “função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global” (MENDRAS, 1976 apud WANDERLEY, 1996).

Para Wanderley a autonomia é demográfica, social e econômica. Neste último caso, ela se manifesta pela capacidade de efetivar a subsistência do grupo familiar, em dois níveis complementares: “a subsistência imediata, isto é, o atendimento às necessidades do grupo doméstico, e a reprodução da família pelas gerações subsequentes. Da conjugação destes dois objetivos resultam suas características fundamentais: *a especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar*”<sup>22</sup> (WANDERLEY, 1996 p. 4).

Aguiar (2004) tratando da diversidade de formas sociais em que se constitui o campesinato no Estado Mato Grosso inclui os “Sesmeiros”, os “remanescentes de quilombos” ou “pretos”, “parentalha”, posseiros, “pantaneiros”, “mimoseanos”, “seringueiros ou beiradeiros”, “ribeirinhos” e “pescadores”, “farinheiras”, “morroquianos” ou “morrônianos”, “barranqueiros”, “ceramistas”, pequenos produtores de rapadura”, “chiquitanos”, “retireiros”, e muitas outras identidades socioculturais vinculadas a diferentes formas de relação com o ambiente são algumas das autodeterminações e/ou determinações externas para aqueles que a autora chama de “camponeses tradicionais mato-grossenses” (p. 127).

De acordo com a autora “estes camponeses praticam sistemas agrícolas que foram desenvolvidos localmente através de padrões culturais baseados no passado, resultado de longos anos de experiência empírica e experimentação em um determinado território” (AGUIAR, op. cit.). Estas identidades sócio-culturais indicadas, estão presentes em todo o território mato-grossense com destaque para a Baixada Cuiabana (Pantanal), grande Cáceres (Pantanal); Vale do Guaporé (Bacia Amazônica), e Médio Araguaia (floresta amazônica e cerrado).

---

<sup>21</sup> Conceito que faz referência à auto-suficiência econômica e Política

<sup>22</sup> Destaque do autor

Uma característica comum a estas formas de campesinato, é a gestão e uso comum dos bens naturais presentes em seu território, notoriamente nas categorias que se formaram a partir de terras documentadas na forma de Sesmaria.

Assim, o modo de apropriação da natureza que o camponês estabelece para alterá-la, gerando as condições à sua reprodução e a perspectiva de trabalhar a fim de construir as condições para que as gerações subseqüentes continuem na terra, são as características essenciais que definem o/a agricultor/a camponês ou a agricultura que o mesmo pratica, ou seja, a reprodução familiar é uma preocupação primeira, em lugar de atender as exigências do mercado capitalista.

A unidade familiar camponesa constitui uma organização social bem adaptada às condições técnicas da produção agrícola. “O sistema de policultura-pecuária, que representa a forma não apenas característica, mas também, a mais elaborada, a mais produtiva da economia agrícola após a revolução forrageira do século XVIII<sup>23</sup> e que continuou a se desenvolver e a se aperfeiçoar até uma época muito recente, supõe, para atingir sua plena eficácia, ser implantado nos quadros da unidade familiar de produção” (JOLLIVET, 1974 apud WANDERLEY, 1996 pg. 5).

Conforme Altieri (op. cit.) embora os agroecossistemas tradicionais sofram variações em sua estrutura e funcionamento, em função das condições geográficas, históricas e culturais em que são desenvolvidos, estes compartilham características estruturais e funcionais pois eles

a) contém um grande número de espécies; b) exploram toda uma gama de ambientes com características distintas, tais como solo, água, temperatura, altitude, declividade ou fertilidade; seja em um único campo de cultivo, seja em uma região; c) mantém os ciclos de materiais e resíduos através de práticas eficientes de reciclagem; d) têm como suporte interdependências biológicas complexas, resultando em um certo grau de supressão biológicas de pragas; e) utilizam baixos níveis de insumos tecnológicos, mobilizando recursos locais baseados na energia humana e animal; e) fazem uso de variedades locais e espécies silvestres de plantas e animais; f) produzem para consumo local (24).

Mesmo diante de todos estes aspectos que garantem aos agroecossistemas elaborados historicamente pelos agricultores tradicionais, produtividade e duração em longo prazo, a sua histórica subordinação à agricultura e pecuária desenvolvida

---

<sup>23</sup> A Primeira Revolução Agrícola ficou conhecida pela introdução de plantas forrageiras nos sistemas produtivos, além de servir como fonte de alimento para os animais, possibilitou melhoria na fertilidade dos solos, principalmente quando implantada plantas leguminosas, capazes de fixar o oxigênio atmosférico. Isso ocorreu entre os séculos XVIII e XIX em diferentes regiões da Europa Ocidental. (EHLERS, op. cit.).

na grande propriedade, lhe impôs inúmeras barreiras, notoriamente, mas não apenas, a partir da execução das políticas de integração nacional e da implantação da industrialização da agricultura.

Nestas condições ao agricultor tradicional, desde a colonização até os processos mais recentes de “modernização”, foi atribuída a condição de se reproduzir por conta própria. Como vimos em momento anterior, as políticas agrícolas e agrárias formuladas pelo Estado brasileiro, priorizaram a grande propriedade e impuseram este modelo como forma social de desenvolvimento do campo.

Assim, Wanderley (op. cit., p. 16) afirma,

o “modelo original” do campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, especialmente: o seu quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional; a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão, e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse.

Neste cenário de abandono o campesinato brasileiro evolui, e como marcas que registram essa história, o mesmo possui limitações no sentido de se colocar como um modelo para ser reaplicado<sup>24</sup> em diferentes realidades, na perspectiva do desenvolvimento sustentável no campo.

A agricultura agroecológica se propõe justamente a resgatar os elementos de sustentabilidade contidos nos agroecossistemas, construídos pelos agricultores camponeses tradicionais, e ir além, ultrapassando as limitações contidas neste modo de organização.

Podemos afirmar que os aspectos organizativos na agricultura tradicional que permitem a elaboração de agroecossistemas sustentáveis, são as perspectivas de permanência na terra para as gerações futuras e para tanto se orientam decisivamente por um conjunto de elementos internos à propriedade para a sua estruturação.

Os elementos que constituem a fragilidade desta forma social de organização da agricultura e da vida no campo podem, de forma genérica, ser agrupados em por três categorias: dificuldade em manter sistemas diversificados, dadas as pressões

---

<sup>24</sup> O conceito de re-aplicação está ligado à idéia de que não é sustentável utilizar os resultados de uma experiência desenvolvida em uma dada localidade, em outras localidades sem antes avaliar quais as características que distinguem os diferentes. Portanto, reaplicar significa readequar para a realidade específica.

do latifúndio na redução da área da propriedade; falta de acesso ao mercado e as políticas públicas direcionadas à ampliação de sua capacidade produtiva; pouca organização dos agricultores tradicionais camponeses enquanto classe trabalhadora.

A tentativa aqui não é a de reunir os fatores causadores das deficiências na organização camponesa. Sobre este aspecto indicamos que a leitura crítica da história da agricultura brasileira seja eficiente neste sentido, já que os fatos sempre atuaram para o seu esfacelamento.

Sobre a necessidade de ultrapassar as limitações que se impõem ao agricultor tradicional Wanderley (1996) afirma que parece claro que a referência a uma “agricultura de subsistência”, tão freqüente na literatura especializada, nos conduz a equívocos na interpretação dos propósitos mais profundos dos agricultores.

Nada indica que o campesinato brasileiro se restrinja, em seus objetivos, à simples obtenção direta da alimentação familiar, o que só acontece quando as portas do mercado estão efetivamente fechadas para eles. Pelo contrário, a experiência do envolvimento nesta dupla face da atividade produtiva gerou um saber específico, que pôde ser transmitido através das gerações sucessivas e que serviu de base para o enfrentamento - vitorioso ou não - da sua precariedade e instabilidade. É este saber que fundamenta a complementação e a articulação entre a atividade mercantil e a de subsistência, efetuada sobre a base de uma divisão do trabalho interna da família ou da prática do “princípio da alternatividade” (p. 22).

É importante ressaltar que o agricultor de prática camponesa ou agroecológica, na perspectiva de relação com o mercado, não se subordina a este, nem mesmo altera drasticamente seu modo de organização para se incluir em mercados capitalistas, mesmo diante de um cenário que atua constantemente para que o mesmo trabalhe para atendê-lo.

Vale registrar neste momento, que a crítica que fazemos sobre as influências desestruturantes na unidade familiar, exercidas pelo mercado, admite a coexistência de distintos mercados. Neste sentido esta mesma crítica está direcionada ao mercado condicionado pelas lógicas capitalistas da economia, nas relações humanas e de trabalho. Estes mercados se estruturam essencialmente para a produção de lucros, e para isso exploram inúmeros elos das cadeias produtivas, e no caso em questão, os/as agricultores/as encontram-se nestes elos fragilizados.

Neste sentido afirmamos obviamente a necessidade da inserção processual dos/as agricultores/as familiares camponeses na economia, porém, chamamos a atenção para a necessidade da (re)criação de mercados alternativos, que valorizem social e economicamente estes/as atores da economia que estruturam suas unidades produtivas em condições extremamente distintas em relação aos empresários do agronegócio.

Em nossa compreensão o enfrentamento das limitações do modo de organização do agricultor tradicional camponês será possível, através da combinação de dois sistemas políticos organizativos: a Agroecologia, enquanto forma de construção de agroecossistemas sustentáveis e a Sócios Economia Solidária enquanto forma de organização política e econômica dos agricultores, como categoria trabalhadora. Desenvolveremos esta argumentação nos capítulos seguintes.

Retomando, nossa proposta neste capítulo, foi de realizar uma reflexão a respeito das contradições existentes entre as distintas visões sobre sustentabilidade, onde concluímos que tais diferenças tem caráter ideológico e se pautam em interesses econômicos conforme o pertencimento a determinado grupo. Isso nos leva a afirmar que sobre o ponto de vista da construção de sociedades sustentáveis, os caminhos devem ser populares no sentido de servir a maioria da população. Portanto, mesmo diante das diferentes visões sobre o tema, pautados no horizonte coletivo de construção de sociedades sustentáveis, apresentamos uma associação de idéias que se projetam na crítica do atual modelo hegemônico de organização socioeconômico e político que tem como essência, a exploração do ser humano e de todas as outras formas de vida, objetivando exclusivamente a acumulação de capital.

Tivemos ainda como pretensão, tratar dos elementos decisivos para o processo de criação e evolução do campo brasileiro, a partir de momentos mais atuais da história, e correlacionar esta realidade com a atual estrutura agrária e as condições que as comunidades agrícolas possuem à sua disposição para estabelecer o seu processo de perpetuação no campo.

Este balanço nos conduziu à real necessidade da transição tanto do modo de produção agrícola implantado no Brasil partir da “revolução verde”, quanto do sistema agrário preparado para sua implantação. O caminho para esta transição encontra-se na construção de agroecossistemas produtivos na perspectiva histórica

dos agricultores tradicionais camponeses, e para tanto, a necessidade de revolucionar a estrutura agrária brasileira, que hoje concentra as terras produtivas sobre a poder do agronegócio.

#### **1.4.4 Aspectos da Sustentabilidade no Projeto de Desenvolvimento do Campo Brasileiro**

Assim como a sustentabilidade é mensurada através do tempo, tendo grande relevância em sua análise o aspecto temporal, um outro aspecto que também é condição para a mesma se dê, é a vigência de sistemas sociais democráticos. Aqui democracia é compreendida para além dos sentidos da *democracia representativa*, mas sim, no sentido da real possibilidade de participação da população em espaços estratégicos de tomada de decisões.

Neste sentido, a participação é encarada como forma de engajamento político do indivíduo social, e conseqüentemente como mecanismo representativo da diversidade étnica e cultural de uma nação.

No dizer de Ferreira & Ferreira (1995) “a busca de estilos de desenvolvimento não-tradicional<sup>25</sup> só pode ser alcançada sob regimes de democracia participativa. Que garantam a criatividade e a gestão autônoma da sociedade” (p. 29).

Como aponta a história, formas autoritárias de constituição de territórios vem demonstrando-se insustentáveis para que neles as sociedades emergentes encontrem níveis satisfatórios de desenvolvimento. O que a própria história aponta, é que com estas bases, tem sido possível alcançar índices de crescimento econômico incompatíveis com índices, aceitáveis e desejáveis de desenvolvimento e emancipação humana, já que o resultado deste crescimento é acumulado sobre a posse de poucos. Associada também, à histórica exploração dos países não-industrializados por países industrializados<sup>26</sup>.

Para Leroy & Pacheco (op. cit., p. 135),

---

<sup>25</sup> Estilos “não tradicionais” neste contexto traz uma significação distinta do conceito de “tradicional” utilizado anteriormente para referir-se ao modo de vida do agricultor tradicional. As autoras propõem o desenvolvimento de estilos não-tradicionais, na expectativa de negar as formas conservadoras de democracias representativas, onde a participação efetiva da população nas decisões estratégicas que influenciam suas vidas é impossibilitada.

<sup>26</sup> Sobre uma detalhada visão de intervenções decisivas na constituição de nações na América Latina, América Central, África, Ásia e países da Europa, feita pelos USA, ver o artigo intitulado: “Invasões Estadunidenses Pelo Mundo” escrito por Alberto da Silva Jones 08.03.2007, [www.fazendomedia.com](http://www.fazendomedia.com), acessado em 06/11/2007.

Em nome do “desenvolvimento sustentável”, colocando o crescimento a qualquer custo como meta e o cuidado com o meio ambiente sobre a condução do mercado, nega-se não só o princípio da equidade nas nossas relações com a natureza como, ainda, a ética, o direito à diversidade e compromete-se a própria democracia. Esquece-se que ela é fruto de decisões da sociedade, e que não são os bens materiais que a definem, mas os valores, a concepção de mundo desta sociedade, fazendo valer suas vontades ao longo do tempo e das gerações, através de processos democráticos.

Sobre este contexto Layrargues (2006) afirma que na busca pela construção de sociedades sustentáveis, um dos consensos da comunidade ambientalista brasileira é de que só a democracia conduz à sustentabilidade, para tanto é necessário a “criação de espaços de negociação e do fortalecimento dos instrumentos já existentes” (p. 99).

Daí decorre o fato que por si deveria ser suficiente para evidenciar a insustentabilidade das ações de caráter político e econômico em território brasileiro. Desde a chegada dos europeus, até as políticas públicas e de governo, planejadas e executadas, a fim da implantação e consolidação de um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico. Neste a vida esteve sempre à margem de suas prioridades.

Os custos sócio-ambientais gerados, em função da adoção de modelos de desenvolvimento, que priorizam o crescimento econômico, em detrimento da adoção de modelos que priorizam o desenvolvimento humano, têm se evidenciado serem infinitamente maiores que as riquezas produzidas são capazes de reparar.

Sob a ótica da sustentabilidade, todos os momentos da história de constituição do campo brasileiro, apresentam significativos elementos que constituem, desde a sua formação, uma estrutura injusta e insustentável. Por ser concentrador da terra e dos bens naturais presentes nela, essenciais para a manutenção da vida dos seres humanos.

Diante de todo este contexto recorreremos a reflexão apresentada por Gorender (1998) sobre os escritos de Marx e Engels “pela primeira vez na história das idéias políticas, o Estado deixou de ser conceituado como entidade representativa dos interesses gerais e comuns da sociedade. Marx e Engels indicaram a vinculação do Estado aos interesses de uma determinada classe social, isto é, os interesses da classe dominante”.

Na afirmação dos próprios autores “é justamente na contradição entre interesse particular e interesse coletivo que leva o interesse coletivo a tomar, na

qualidade de Estado, uma forma independente, separada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto e a fazer ao mesmo tempo as vezes de comunidade ilusória [...]” (MARX & ENGELS, 1989, p. 29).

Esta reflexão faz - se necessária, para que não percamos de nosso horizonte a certeza de que, durante todo processo de constituição da sociedade brasileira, o Estado sempre atuou em função dos interesses da classe dominante. Ora sobre os interesses da burguesia nacional, ora da burguesia voltado para a expansão internacional, mas sempre agindo e se estruturando em benefício de minorias, confundindo propositadamente os interesses públicos e privados na esfera estatal da sociedade.

O desenrolar da história de constituição do campo brasileiro, é marcada por conflitos de interesses, injustiças e contradições. Com base na realidade que vimos até aqui, ele vem sendo constituído enquanto lugar de extração, transformação e concentração de riquezas; reprodução da vida; e principalmente o lugar para onde milhares de famílias sem terra, direcionam seus sonhos, na intenção de viverem dias melhores.

A concentração fundiária; a ausência do Estado intervindo na formulação conjunta de políticas públicas, que favoreçam a maioria da população rural; e o desmedido poder dos donos de terras, são realidades presentes neste espaço desde a origem de sua constituição até os dias atuais.

Quando as condições para a permanência do latifúndio e do modelo agro-exportador não foram favoráveis, as mesmas foram criadas independentes dos custos ambientais e sociais, e conseqüências geradas por elas. Esta constatação histórica nos é evidente, e conjuntamente nos lança também um desafio, por sinal também histórico. O da necessidade de democratização do Estado brasileiro, enquanto mecanismo estratégico para a mudança do quadro de injustiça e insustentabilidade político/institucional instaurada no campo e demais setores de nossa sociedade.

## **2 – PROCESSOS DE OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS AGRÁRIOS E DINÂMICAS PRODUTIVAS NA AGRICULTURA FAMILIAR.**

### **Parte 1 - 2.1 Processos de Ocupação dos Espaços Agrários**

#### **2.1.1 Conflitos Agrários e Agrícolas Relacionados à Luta Pela Terra**

Para a compreensão dos processos de ocupação dos espaços agrários faz-se necessário destacar alguns elementos que caracterizam os conflitos, para carregar ainda mais de sentidos os aspectos da modernização e suas influências para a constituição de assentamentos de reforma agrária. Situação em que está inclusa a área de estudo onde se localiza a Comunidade Boa Esperança.

Vale ainda ressaltar que os conflitos históricos gerados no Brasil pelas disputas por terra, representam elementos que transcendem a sua posse e conseqüentemente de seus “recursos” naturais, para servirem como meios de produção. Está envolvida neste contexto uma clara representação de diferentes ideologias, interesses e projetos de “desenvolvimento”, manifestando claramente a organização da sociedade brasileira com base nas desigualdades geradas pela existência das classes sociais.

Na pretensão de localizarmos o debate, sobre os processos de ocupação dos espaços agrários neste cenário, iniciaremos através de uma discussão a respeito da natureza dos conflitos socioambientais, onde incluímos a luta por reforma agrária enquanto um conflito caracteristicamente socioambiental.

Apresentamos em seguida uma avaliação da forças contidas nos conflitos referentes à reforma agrária, iniciando com a evidenciação de dados organizados pela Comissão Pastoral da Terra no ano de 2003. Os objetivos desta etapa são de evidenciar que a não ocorrência da reforma agrária no Brasil, resulta dentre outros fatores, da constituição de forças contra os trabalhadores/as, através da articulação entre o poder privado e o poder estatal. Notoriamente através da ação do poder judiciário, quando o mesmo disponibiliza com extrema eficiência ações judiciais e força policial na desmobilização dos trabalhadores sem terra.

Incluímos na seqüência deste debate elementos acerca da mobilidade dos trabalhadores pelo território brasileiro, com destaque dado para Mato Grosso,

relacionando tal mobilidade ao processo de modernização da agricultura orientada pelo estado burguês brasileiro, em finais da década de 1950 e com mais vigor a partir das décadas de 1960-70.

Demonstramos que através do processo de modernização excludente de parcela significativa da agricultura, este mesmo estado definiu por retirar estes trabalhadores excluídos do campo para outras regiões do país. Esta estratégia efetivada através da colonização dirigida, pretendeu ao mesmo tempo maquiar as contradições envolvidas na estrutura agrária brasileira, através da remoção dos trabalhadores/as dos locais onde os mesmos envolviam-se em conflitos; e usá-los no processo de reprodução do capital na fronteira agrícola a ser conquistada, localizada nas regiões norte e centro-oeste do país.

Ao descrevermos os processos de desapropriação da fazenda onde hoje existe o Assentamento Facão/Bom Jardim, evidenciamos inúmeros elementos contraditórios que influenciaram na sustentabilidade socioambiental decorrente de sua constituição.

Por fim evidenciamos características da dinâmica produtiva destes/as agricultores/as demonstrando que a sua evolução foi diretamente influenciada tanto pelos processos locais, quanto pelos processos históricos de marginalização do agricultor camponês.

Compreendemos que os processos de ocupação dos espaços agrários constituem-se por elementos como os acima citados, de natureza conflitante. Contribuindo para a sua existência concorrem vários elementos que temos a pretensão de evidenciar durante este capítulo.

### **2.1.2 Elementos Conceituais Sobre os Conflitos e Territórios**

Na concepção de Chifuco (2001) para a existência do conflito é necessária divergência ou uma aparente divergência, dos pontos de vista sobre um determinado assunto em questão. A contradição entre os pontos de vista gera o conflito, uma vez que as vitórias de um lado são obtidas em função das derrotas das outras partes.

Os conflitos gerados através das disputas por terras agricultáveis, envolvendo o Estado, agricultores camponeses sem terra e grupos sociais pretensos a

apropriação privada dos bens naturais para a reprodução do capital, se caracterizam como conflitos socioambientais.

Para Ferreira (1999) “o conflito social pode ser definido como o reconhecimento coletivo de interesses que congregam ou agregam grupos mais ou menos homogêneos e que parecem diferenciá-los de outros agrupamentos. Esses interesses não podem ser definidos apenas pela somatória de interesses individuais, e sim pelo reconhecimento de interesses de ordem coletiva”.

Para Barbanti Jr. (1999) embora a defesa do meio ambiente seja justificável em si mesma por razões éticas, ela também possui uma raiz teórica e prática eminentemente liberal. A necessidade de se cuidar dos problemas ambientais foi incorporada pelo discurso político e empresarial capitalista em menos de uma década porque, em síntese, a destruição ambiental compromete a reprodução do capital (p. 2).

Assim sendo, Carvalho explica que deslocar o eixo da análise do *problema* ambiental para *conflito* socioambiental, significa transpor a evidência da questão da sustentabilidade física dos recursos para a questão da sustentabilidade política. Ou seja, permite pensar que para além da degradação ambiental sobre a base material da vida, existem efeitos das lutas pelo acesso e uso do meio ambiente sobre o conjunto das forças sociais (CARVALHO, 1995 apud LAYRARGUES, 2006, p. 120).

Para Little (2001) afirma que

os conflitos relacionados aos recursos naturais são sobre as terras que contêm tais recursos e, portanto, entre os grupos humanos que reivindicam essas terras como seu território de moradia e vivência, tendo dimensões políticas, sociais e jurídicas. Cada ator social tem sua forma de adaptação, ideologia e modo de vida que entra em choque com as formas dos outros grupos, dando assim a dimensão social e cultural do conflito socioambiental.

De acordo com Layrargues, os conflitos socioambientais podem se compreendidos como conflitos sociais que tem elementos da natureza como objetos de tensão entre *interesses coletivos/espços públicos X interesses privados/tentativas de apropriação privada de espços públicos*. “Envolvem o interesse difuso do livre acesso e usufruto dos serviços da natureza, para toda a coletividade” (ACSELRAD, 1995 apud LAYRARGUES, op. cit., p. 119-120).

Little (2001) define conflitos socioambientais como disputas entre grupos sociais derivados dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio

natural. Para o autor o conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: “o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos”.

Em alguns casos existem conflitos entre grupos que compartilham o mesmo sistema produtivo, no entanto, os conflitos socioambientais mais difíceis tendem a acontecer onde há um choque entre diferentes sistemas produtivos (LITTLE, op. cit.).

O conflito é uma marca do campo brasileiro e a este espaço social sempre esteve associada a desproporcional condição das forças em que estes se deram. Os agricultores camponeses, por serem historicamente despossuídos de capital e se organizarem sobre bases que não atendem a perspectiva de sua ampliação, estiveram sempre do lado mais frágil nesta correlação de forças.

De acordo com Porto Gonçalves (2003) “a análise da diversidade do espaço geográfico brasileiro nos mostra como a sociedade brasileira explicita suas contradições em torno, de um lado, da reprodução de um modelo agrário-agrícola fundado na extrema concentração de poder político, social e econômico no latifundiário, e de outro, aqueles (as) que lutam por uma reforma agrária como base necessária de uma sociedade mais justa” (p. 01).

Porto Gonçalves (2003) demonstra que a violência é um componente estrutural das relações sociais e de poder e está presente, mesmo nos Estados em que ocorrem os avanços considerados mais modernos no campo brasileiro, não podendo, portanto, a violência ser associada ao atraso nas relações do campo brasileiro [...] O que as regiões acusam de modo regionalizado é a gravidade da questão nacional (p. 10).

Neste contexto, uma importante noção que se apresenta é a confotoção do bem gerador do conflito, a terra disputada. A posse desta significa mais do que um simples bem ou “recurso” natural. A terra no cenário agrário brasileiro ganha a dimensão de território.

Na compreensão de Raffestin (1993) é estratégico compreender que o espaço antecede o território. “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Apropriando-se do espaço, concreta ou abstratamente [...] os atores sociais territorializam o espaço (p. 143).

Ainda no dizer de (RAFFESTIN, 1993)

A construção do território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, vão ser enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território. Assim, o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais.

Conforme Santos (2005, p.255) a noção de território evoluiu para deixar de ser o lugar moldado pelo Estado para a noção que o autor denomina de pós-moderna o transnacionalizado. Porém, o autor observa que como antes nem tudo era território estatizado, também hoje, nem tudo é território transnacionalizado. Mesmo nos lugares onde os elementos da mundialização são mais presentes e eficazes, o território habitado cria novos arranjos e acaba por impor, ao mundo, uma contra-ação.

É a partir dessa realidade que podem hoje ser encontrados no território, novos recortes; e isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através daquilo que Santos chama de “horizontalidades” e “verticalidades”. Nas horizontalidades predominam as relações locais orientadas para uma continuidade territorial, “enquanto as verticalidades são formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (SANTOS, op. cit., p. 256).

Numa perspectiva de justiça socioambiental, são as relações de horizontalidade que precisam ser estimuladas e recuperadas no complexo cenário de transnacionalização das dimensões territoriais, como forma de ampliação das condições da promoção da vida em oposição à sua utilização para fins econômicos de grupos que não estabelecem as relações horizontais.

De acordo com Santos (idem, p. 256).

A idéia de espaço banal, mais do que nunca, deve ser levantada em oposição à noção que atualmente ganha terreno nas disciplinas territoriais: a noção de rede. As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns.

Vale salientar que a negação das relações de verticalidade criadas através da articulação das redes, referem-se aqui, necessariamente, a redes criadas por grupos

econômicos que se propõem a apreensão do território com pretensões de ampliação do capital, situação essa inversa às necessárias condições locais de ampliação das relações de solidariedade e autonomia sem as quais, portanto, não é possível o estabelecimento de sustentáveis relações socioambientais.

Para Santos (idem) o território, hoje, pode ser formado de lugares onde se estabelecem relações de interesses locais, daqueles que vivem no lugar e relações de verticalidade, através das redes. Esses acontecimentos distintos e simultâneos, no território, de acordo com Santos “criam novas solidariedades: a possibilidade de um acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares. Na realidade, esse acontecer solidário apresenta-se sob três formas no território atual: um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico”.

No acontecer homólogo e complementar, tanto no campo como na cidade, o território atual se define pelo compartilhamento através de regras que são formuladas ou reformuladas localmente. “Trata-se, nesse caso, do uso de informação que tende a se generalizar”. O acontecer hierárquico ocorre inversamente à primeira, através de um cotidiano “imposto de fora, comandado por uma informação privilegiada, uma informação que é segredo e é poder [...] Daí o interesse de retomar a noção de espaço banal, isto é, o território de todos, freqüentemente contido nos limites do trabalho de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns”. (SANTOS, op. cit. p. 259).

### **2.1.2.1 Conflitos Relacionados à Reforma Agrária**

Diante deste cenário de estruturas homólogas, complementares e hierárquicas se movimentam os conflitos socioambientais pela terra, envolvendo como afirmamos a pouco, o Estado, agricultores camponeses, e distintos grupos sociais com interesses estritamente econômicos para o uso do território. A tabela 1, demonstra o volume de conflitos ocorridos por disputas relacionadas a posse da terra em quinze Estados Brasileiros.

De acordo com (PORTO GONÇALVES, op. cit., p. 10) 1 (um) em cada 26.7 habitantes rurais esteve envolvido em conflitos agrários no Brasil, no ano de 2003. Esses índice, entretanto, cresce assustadoramente na região Centro-Oeste onde 1

(um) em cada 4.9 habitantes rurais esteve envolvido em conflitos agrários. “Essa região é de longe, a de maior conflitividade no país, com Índice de Conflitividade<sup>27</sup>, **3,5** e com o Índice de Envolvimento da População em Conflitos de **5,4**, superiores em duas vezes ao Índice de Conflitividade da região Norte (**2,4**) e 4,5 vezes o Índice de envolvimento<sup>28</sup> em Conflitos desta mesma região Norte (1,3)”. Quadro 01.

---

<sup>27</sup> Índice de conflitividade: proporção do número de conflitos de cada Estado em relação à sua participação na população rural brasileira

<sup>28</sup> Índice de Envolvimento: proporção do número de pessoas envolvidas em conflitos de cada Estado em relação à sua participação na população rural brasileira.

Quadro 1

Ranking da Violência do Poder Público e Poder Privado por Estado no Brasil - 2003<sup>29</sup>

<b>Posição no Ranking</b>	<b>UF</b>	<b>Poder Público</b> Prisões  A	<b>Poder Público</b> Famílias despejadas  B	<b>Poder Privado</b> Assassinatos  C	<b><u>A+B+C</u> =</b>  <b>3</b>
1º	MT	3º [07]	1º [11]	1º [07]	<b>8.3</b>
2º	RO	2º [08]	5º [07]	2º [06]	<b>7.0</b>
3º	GO	4º [06]	3º [09]	-	<b>5.0</b>
4º	TO	1º [09]	-	5º [03]	<b>4.0</b>
5º	MS	9º [01]	4º [08]	7º [01]	<b>3.3</b>
6º	PA	5º [05]	-	3º [05]	<b>3.3</b>
7º	DF	-	2º [10]	-	<b>3.3</b>
8º	SE	7º [03]	6º [06]	-	<b>3.0</b>
9º	SP	6º [04]	10º [02]	-	<b>2.0</b>
10º	PE	-	9º [03]	6º [02]	<b>1.7</b>
11º	AC	-	7º [05]	-	<b>1.7</b>
12º	RN	-	8º [04]	-	<b>1.3</b>
13º	RR	-	-	4º [04]	<b>1.3</b>
14º	AL	8º [02]	-	-	<b>0.7</b>
15º	PR	-	11º [01]	-	<b>0.3</b>

**Fonte:** Setor de Documentação da CPT Nacional – 2003

FIBGE – Censo Demográfico 2000

Elaboração LEMTO<sup>30</sup> – Laboratórios de Estudos de Movimentos

Sociais e Territorialidades - UFF

Em todos os períodos de constituição do campo brasileiro, essas estruturas de relações no espaço, fizeram-se presentes na constituição dos territórios. É certo

<sup>29</sup> Só foram incluídos nesta tabela os estados que apresentaram índices de intensidade acima de 01. Entre colchetes aparece a nota obtida pelo estado no índice em questão. Essa nota é igual à sua ordem na posição decrescente de todos os estados que foram considerados naquele Índice conforme o seguinte critério: “para alcançar o índice a ser avaliado é necessário dividir o número de ocorrências referente a este índice no estado, pelo número da população rural que este mesmo estado abriga em relação ao total da população rural brasileira”.

<sup>30</sup> Todos os índices elaborados por esta instituição para análise dos dados referentes aos conflitos no campo em 2003 seguiram esta metodologia, são eles: Índice de Intensidade de ação do Poder Judiciário: 1 Pessoas Presas; 2 Pessoas Despejadas; Índice de Conflitividade; Índice de Envolvimento; Índice de Violência do Poder Privado: 1 Assassinatos; 2 Pessoas Expulsas. Ver Porto Gonçalves (op. cit.).

que a partir da ampliação do processo da globalização, as relações hierárquicas nos territórios foram intensificadas. A desproporção neste conjunto de relações foi notoriamente causada pela relação intensiva e constante, da burguesia (grupos de interesses econômicos sobre os territórios) e o Estado brasileiro, que se movem com interesses afins contra os trabalhadores que reivindicam o acesso a terra.

A partir desta coalizão, a propriedade da terra e o poder decorrente, foi ao longo da história um privilégio da classe burguesa brasileira. Assim, a maioria do povo do campo esteve sempre em movimento na luta pela sua posse. “A história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade [...] Lutas por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família” (WANDERLEY, op. cit., p. 16-17).

Para que o agricultor tenha acesso à terra enquanto território para sua reprodução, é necessária a reestruturação da histórica condição agrária brasileira, a concentração de terras sobre a propriedade de poucas pessoas ou grupos econômicos, em detrimento de uma maioria sem terra. Ou seja, é a realização da reforma agrária a estratégia a ser utilizada na reversão deste quadro. Justamente a estrutura social desfavorável a este feito, que vem garantindo durante os últimos quinhentos anos de formação da sociedade brasileira, todo o poder inerente a posse da terra à classe dominante.

Para Molina (1998) o contexto histórico da Reforma Agrária no Brasil é

marcado por séculos de “fracas” tentativas de distribuição da terra. A manutenção da propriedade da terra sob domínio de uma elite e a pobreza da imensa maioria dos trabalhadores rurais brasileiros, estão intrinsecamente ligadas ao modelo de desenvolvimento agrícola adotado no país, baseado na produção realizada em grandes escalas, fortemente subsidiada pelo Estado. Este modelo de desenvolvimento agrícola e a elevação constante da concentração fundiária funcionaram como fatores excludentes das camadas mais pobres do acesso ao trabalho.

Na perspectiva da construção de um país de economia forte que se despontasse como potência internacional, a emancipação do povo e a geração das condições para sua qualidade de vida, foi sempre inexistente no planejamento estatal. Por outro lado, em inúmeros momentos da história a organização dos trabalhadores/as na luta pelo acesso a terra, fora expressivamente intenso, exigindo do Estado a formulação de políticas que descem a noção de atendimento às suas

reivindicações. No entanto, havia na essência dessas políticas estatais direcionadas para a gestão dos conflitos relacionados à posse da terra, a intenção de desmobilizar os trabalhadores/as.

Podemos indicar aqui, como representação destas, a promulgação do Estatuto da Terra, Lei 4.504/1964 editada logo no primeiro ano após o golpe militar, como estratégia para conter as mobilizações em torno da realização da reforma agrária.

No contexto de elaboração desta lei, o debate sobre a questão agrária estava fortemente evidente no Brasil, desde meados da década de 1950, envolvendo partidos políticos, intelectuais, setores econômicos interessados na modernização da base produtiva do país e movimentos sociais, com destaque para as Ligas Camponesas formadas na região Nordeste.

Os debates giravam em torno de duas correntes: uma que indicava através de análises econômicas, que a agricultura era um empecilho para o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, assim, impedia a modernização de outros setores da economia, com destaque para a indústria. Neste sentido a reforma agrária era entendida como necessária para garantir as condições ao desenvolvimento do capitalismo, integrando a setores urbano/rurais. A outra corrente defendida principalmente pelas Ligas Camponesas, propunha a reforma agrária de cunho revolucionário, como forma de promover a reestruturação da base fundiária injusta do país e para a criação de condições de uma vida digna a milhões de trabalhadores/as.

A primeira corrente, que possuía mais adeptos em função de seu cunho econômico/utilitarista, propunha um pacto, denominado por Vieira (op. cit.) “pacto para a revolução democrático-burguesa”, em torno da necessidade de diminuir a concentração de terras (latifúndios), compreendida como uma das principais motivadoras do atraso da agricultura brasileira. Até mesmo o Partido Comunista Brasileiro - PCB, era composto por uma corrente que pregava esta estratégia como viável.

Com o golpe de 1964, os militares assumiram o discurso favorável à realização da proposta pactuada da reforma agrária que na verdade, não atendia em aspecto algum as reivindicações dos trabalhadores. A intenção contida nos discursos e nas políticas formuladas, era o da modernização da agricultura, que por sua vez transformaria os latifúndios atrasados em empresas rurais, ampliando as

condições pelas quais sempre motivaram a necessidade da reforma agrária, qual seja, a concentração de terras.

O Estatuto da Terra configurou, então, uma estratégia de controle na mobilização dos defensores da reforma agrária, ao mesmo tempo em que permitira a penetração do capitalismo na agricultura.

Deste modo, “nos primeiros 15 anos de vigência do Estatuto da Terra (1964-1979), o capítulo relativo à reforma agrária, na prática, foi abandonado, enquanto o que tratava da política agrícola foi executado em larga escala” (GOMES, 2002, p. 54).

A não realização da reforma agrária e a ampliação das áreas de monocultivos e a conseqüente ampliação da concentração de terras, representa uma seria contradição presente no campo brasileiro, e que ganha dimensões cada vez mais complexas a partir da modernização do Estado.

A opção adotada pelo Estado militar, na intenção de resolver os crescentes conflitos dessa natureza, é o de disponibilizar terras para os agricultores sem terra, porém, sem reestruturar a estrutura fundiária do campo. Assim, resolveria os problemas da falta de “ordem” causada por estes trabalhadores/as, sem prejudicar a manutenção dos interesses da classe dominante brasileira.

A solução que tornaria esta estratégia possível, seria a colonização dirigida, ora pelo próprio Estado, ora com este transferindo a tarefa para empresas de colonização particulares. Esta foi a condição em que se incluiu a constituição de grande parte do campo no Estado de Mato Grosso, nas décadas de 1960 e 1970 do século passado.

Para Vieira (idem) a estratégia de colonização atendia parcialmente as demandas por terras, porém reforçava a estrutura fundiária existente,

Não há aí nenhuma contradição, visto que esse “atendimento” se verificou em outras terras, nas longínquas terras de Mato Grosso. Esse é o traço que distinguiu a colonização do anos 70 no país; ela apresentou-se como benéfica às duas posições antagônicas no seio da sociedade brasileira. O Estado mudou para manter. Mudou o discurso e atitude, induzindo, promovendo e incentivando a migração para as novas áreas e, concomitantemente, deixando inalterada a forma da propriedade da terra (p. 86).

A absorção de trabalhadores/as pelo processo “modernizante” da agricultura nas regiões de fronteira “é precedido pelo grande capital, representado pelas

colonizadoras privadas, pelas cooperativas de colonização e principalmente pela privatização dos recursos públicos por intermédio dos incentivos fiscais, através dos quais o grande capital monopoliza o acesso e o domínio sobre a terra” (ZART, op. cit., p. 108).

No caso do Estado de Mato Grosso, grande parcela da colonização dirigida fora realizada por colonizadoras particulares, com recursos transferidos pelo Estado, notoriamente na região norte do Estado<sup>31</sup>.

Os excluídos pelo processo de “modernização” da agricultura, são retirados da cena dos conflitos não para serem atendidos em suas reivindicações, mas para servirem na captura das regiões (Norte e Centro-oeste) de economia “atrasada”, na visão do Estado militar e de grupos econômicos de interesses afins, e sua respectiva introdução no processo de reprodução do capital.

Portanto, a opção pela realização da colonização dirigida como forma de amenizar os conflitos socioambientais, mantendo as perspectivas econômicas dos grandes grupos econômicos, em lugar de reordenar a estrutura fundiária brasileira, representa a quem está direcionado, os projetos de desenvolvimento adotados no país e a sustentabilidade socioambiental decorrente destes.

Neste sentido sempre que trabalhadoras e trabalhadores sem terra, excluídos de seus territórios pelo processo de “modernização” da agricultura põem-se a lutar coletivamente pelo seu acesso, conflitos são desencadeados entre estes trabalhadores e os latifundiários donos das terras objeto dos conflitos. Estes últimos apoiados pelos pelo poder público estatal criam condições extremamente desiguais de poder nas disputas.

A constituição do assentamento que abriga a comunidade em estudo está incluso nesta lógica. Passamos a partir deste momento a expor elementos que demonstram as características e contradições envolvidas nestes conflitos socioambientais.

## **2.2 Motivadores da Mobilidade dos Agricultores e Agricultoras**

Vimos até aqui constantemente afirmando que as políticas agrárias e agrícolas brasileiras tiveram sempre a pretensão de beneficiar uma elite dona de

---

<sup>31</sup> Para investigar sobre as condições estruturais da sociedade brasileira que culminaram na elaboração de políticas estatais para a realização da colonização dirigida ver (PICOLI, 2006b; ZART, 2005; VIEIRA, 2005)

grande parte das terras agricultáveis e por consequência dos bens naturais presentes nelas, transformadas por eles em recursos naturais. Esta lógica se repete com o processo de modernização do Estado entre as décadas de 1930 e 1970 e intensivamente, com um grande volume de políticas formuladas para a “modernização” da agricultura entre os anos das décadas de 1960 e 1970.

No que importa este contexto para a saída do homem do campo em sua comunidade de origem e sua intensa mobilidade no território nacional, o cenário histórico sempre foi desfavorável à permanência do agricultor camponês no campo, no entanto, a partir da seqüência de políticas estatais formuladas para a “modernização” da agricultura essa situação se agravou decisivamente. O esvaziamento deste espaço social, no sentido da saída das pessoas, foi uma estratégia fundamental para a introdução de mega-projetos agropecuários, através da utilização de tecnologias capazes de aumentar a produtividade da terra e do trabalho, portanto, dispensando mão-de-obra.

Assim, através da falta de políticas públicas direcionadas, ações de intimidação e violência, um número expressivo de agricultores camponeses possuidores de pequenas áreas de terra, que cultivavam a mesma com a utilização de um baixo nível tecnológico estabelecendo pouca relação com o mercado, fora expulso de suas áreas e grande parte deles forçados a migrar em direção às cidades e aos que resistissem ir em direção a estas, a migrar para outras áreas rurais, ainda não inclusas neste processo.

“Durante os anos de 1940 grupos de camponeses que não mantinham contato entre si atravessaram o Rio Araguaia de leste para oeste vindos do nordeste do Brasil para Mato Grosso. Seguiam uma diretriz comum que era a busca da “Bandeira Verde”, isto é, a busca da terra da liberdade, da fartura, a terra do verde” (MARTINS, 1993).

Mais recentemente no cenário idealizado pelo governo militar na sua relação com outros setores da burguesia, os trabalhadores seriam assimilados na crescente indústria brasileira, para terem sua força de trabalho explorada a custos extramente baixos. Estes contribuiriam para ampliar o lucro dos industriais e dar viabilidade ao projeto de desenvolvimento pensado para o país.

Na prática, isso só aconteceu até certo ponto. De fato muitos trabalhadores/as atuantes na indústria ou setores relacionados, tiveram sua força de trabalho explorada e contribuíram para os lucros dos industriais e o crescimento

econômico concentrador no país. No entanto, milhares de trabalhadores excluídos denominados “exército de reserva”, não percorram este mesmo caminho nem mesmo chegaram a instalarem-se nas cidades, migrando para outras regiões. Outra parcela significativa ao permanecerem nas cidades foi também lançada à sua própria sorte para a sobrevivência a qualquer custo.

A opção ao alcance destes agricultores/as desterritorializados; sem conseguirem sucesso na iniciação de conflitos pela reivindicação pela terra, já que os militares a frente do governo eliminavam toda e qualquer tentativa de organização popular com extrema violência contra a vida; era a de migrar em direção a outras terras ainda não ocupadas pela lógica desenvolvimentista adotada pelo governo militar.

Na compreensão de Vieira, (op. cit., p. 45)

O golpe militar de 1964, uma poderosa articulação de interesses entre as classes proprietárias nacionais e estrangeiras, constituiu-se numa violentíssima reação ao avanço da organização social e dos preceitos democráticos [...] O novo padrão de desenvolvimento deveria permitir um padrão de acumulação superior ao até existente e que privilegiasse os proprietários do capital. Qualquer iniciativa que pusesse em risco essa premissa básica não seria tolerada como ficou demonstrada pela virulência do golpe.

Não estamos aqui afirmando que o trabalhador excluído do campo esperou passivamente uma solução para os crescentes problemas que lhes surgiam com a saída da terra, ao contrário, uma marca do agricultor camponês brasileiro é a sua incansável disposição para a luta por condições que lhe garantam a reprodução familiar.

Indicamos sim, que as forças componentes destes conflitos foram extremamente desiguais, visto que contra o agricultor camponês fora utilizado todo um aparato público/privado que o desterritorializou e o impediu de se organizar posteriormente. Assim, migrar se configurava na solução possível para alguém que se negava a aceitar esta condição como acabada.

Conforme Picoli (2006b) enquanto se realizava a colonização dirigida através da ação do Estado e empresas de colonização privadas, a colonização espontânea aconteceu em toda a Amazônia. “Na região era comum a chegada dos marginalizados e dos despossuídos do país em busca de terra e trabalho, e esses

passavam a usufruir do novo espaço juntamente com os grupos econômicos nacionais e internacionais” (p. 57).

De acordo com Aguiar (op. cit.) conjuntamente à colonização público/privada ocorridas no Mato Grosso a partir dos anos de 1950, ocorreu a ocupação espontânea da região. “A colonização excluía os agricultores que não dispunham de recursos financeiros e, por este motivo, estimulou a ocupação fora do controle do Estado” (p. 146).

Para Wanderley (op. cit.) uma das dimensões mais significativas das lutas dos camponeses brasileiros reside no seu esforço para constituir um “território” familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores. Esta orientação, força o agricultor/a camponês/as a uma constante mobilidade. “Diante da necessidade de escapar da submissão ao latifúndio, a alternativa possível consistiu, ao longo da história do campesinato brasileiro, especialmente, em algumas regiões, na migração para o interior do País” (p. 22-23).

A existência de uma fronteira agrícola, na região Centro-Oeste, especialmente em Mato Grosso, “foi a condição que permitiu a estes camponeses garantir a autonomia do seu modo de vida, especialmente, pelo fato da existência de terras livres, acessíveis através do sistema de posses” (CÂNDIDO 1964, p. 23). Interpretado sob o ponto de vista sociológico, “a migração funciona como preservação da cultura e da autonomia” (p. 164) da identidade camponesa, como se confirma na fala de um agricultor “*Eu já morei na cidade eu era um Zé Ninguém, hoje aqui as pessoa me fala Sr. Cido. De primeiro era Cido, hoje eles fala Sr. Cido*”.

De acordo com Vieira (op. cit.) em Mato Grosso, a entrada na fronteira agrícola com absoluto controle do território, através da colonização dirigida, desencadeou uma intensa mobilidade de milhares de agricultores e suas famílias que, influenciados pela propaganda largamente utilizada para estimular este impressionante contingente populacional a migrar, buscaram seu pedaço de chão no Estado. “Porém pouquíssimos foram os trabalhadores que lograram êxito” (p. 89). “É justamente neste nomadismo dos colonos brasileiros que se opera o inverso da seleção social: em outras palavras, a produção social da exclusão é uma das dimensões do processo de colonização” (SANTOS, 1993, p. 244).

Os/as trabalhadores/as que hoje encontram-se assentados na Comunidade Rural Boa Esperança no município de Cáceres, participaram desta mesma lógica

migratória tendo iniciado sua trajetória no período acima descrito. Porém, apenas no ano de 1997 é que iniciaram uma jornada de ocupação onde parcialmente obtiveram êxito, como passamos a tratar a partir de agora.

### **2.2.1 A Trajetória de Vida dos Agricultores**

Importa neste momento fazer um destaque, em relação à composição social da Comunidade Boa Esperança. As terras que constituem a delimitação física da comunidade, a partir do processo de ocupação fora dividida em setenta e quatro unidades de terra menores ou lotes. Porém, deste total apenas 35 lotes (menos de 50%) estavam sendo utilizadas para algum tipo de cultivo, durante os meses de junho do ano de 2006 a outubro do ano de 2007. A razão para existência deste fato, é que mais da metade dos lotes são de propriedade de moradores da área urbana do município de Cáceres.

Em relação aos trinta e cinco lotes que apresentaram alguma modalidade de cultivo no período mencionado, nem todas as famílias são de agricultores/as que vivem exclusivamente da renda vinculada à produção da terra. Alguns proprietários a utilizam como instrumento de ampliação de uma renda já existente, normalmente obtida em atividades realizadas no espaço urbano do município<sup>32</sup>.

Trataremos aqui, exclusivamente, da descrição da trajetória de vida<sup>33</sup> dos agricultores/as residentes na comunidade que produzem sua subsistência a partir do trabalho direto na terra.

Neste sentido constatamos a partir da interação com os/as agricultores/as residentes na Comunidade Boa Esperança, que a mesma é composta em sua maioria por migrantes de outras unidades federativas; existe uma presença equilibrada entre homens e mulheres, com faixa etária média superior a quarenta anos; existe a presença de crianças e adolescentes, porém uma baixa presença de jovens nesta comunidade.

Em relação à origem o destaque é dado para a região Sudeste e nesta o Estado de São Paulo, de onde mais de 30% dos entrevistados tem origem. Ainda

---

<sup>32</sup> Trataremos detalhadamente sobre estes aspectos mais adiante no item “A Venda de Terras na Fazenda Facão/Bom Jardim”

<sup>33</sup> Descrição de suas trajetórias de vida refere-se aos elementos que fomos capazes de colher durante a interação com os mesmos.

vindos da região sudeste existem na comunidade, agricultores/as naturais dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Migrantes de outras regiões brasileiras também estão presentes na comunidade agricultores/as dos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul (região Sul), Maranhão (região Norte); e dos Estados membros da região Centro-Oeste, estão presentes agricultores/as vindos de Mato Grosso do Sul e Goiás e certamente, famílias de agricultores naturais do próprio Estado de Mato Grosso.

Desde que deixaram seus municípios de origem em busca de melhores condições de vida em terras distantes, a Comunidade Boa Esperança não foi o seu primeiro local de morada. Antes de chegarem até esta localidade, a maioria deles/as passou por um considerável processo de migração por inúmeros outros municípios, chegando até mesmo, em alguns casos a percorrem diferentes Estados.

Os/as agricultores/as não naturais do Estado de Mato Grosso, antes de encerrem sua jornada de movimentação/migração fazendo residência neste, passaram por pelo menos (1) um outro Estado. Destes/as 66% chegou a percorrer 2 (dois) Estados e 6% dos/as agricultores/as migrou por 3 (três) diferentes Estados antes de se fixar em Mato Grosso.

Mesmo os/as agricultores/as nascidos neste Estado, percorreram por outros municípios anteriormente à sua fixação no município de Cáceres. Pelo menos 30% deles passaram por no mínimo 02 (dois) outros municípios. A média de sua mobilidade está em torno de 4 (quatro) municípios, com alguns agricultores/as chegando a se movimentar em número maior de municípios.

Durante todo o processo de migração, experimentaram diversas experiências relacionadas ao mundo do trabalho, tanto no campo quanto na cidade. Uma experiência comum à maioria foi a realização de alguma modalidade de atividade relacionada com a terra nos locais por onde passaram, porém também tiveram uma multiplicidade de outras experiências como: produção e venda de alimentos; trabalho empregado em fábricas; trabalho empregado como torneiro mecânico; trabalho autônomo como músico; operadores de máquinas; eletricitas; caminhoneiro; trabalho empregado em empresas de segurança; vendedores de produtos veterinários; trabalho empregado e autônomo em açougues; pizzarias; trabalho empregado em empresas multinacionais.

Outros jamais tiveram alguma experiência que não fosse relacionada com a terra. As atividades mais comuns relacionadas com o campo foram: cultivo à meia

em terras de terceiros; trabalho de empreiteiros em fazendas; peão de gado leiteiro e/ou gado de corte em fazendas; operadores de máquinas agrícolas.

Como vimos indicando, a forma mais freqüente de atuação na atividade produtiva em relação aos meios de produção fora o trabalho assalariado. 26% destes/as agricultores/as teve ao longo do período que compreende a sua migração, até se instalarem na comunidade, posse dos meios de produção envolvidos nas atividades produtivas.

Outra característica comum a todos/as eles/as é sua origem do campo. Mesmo os mais jovens que não nasceram em localidades rurais tendo, portanto, as suas experiências de trabalho atividades caracteristicamente urbanas, têm em sua origem predecessores de áreas rurais.

Considerando que 78% dos/as agricultores/as residentes na comunidade e entrevistados nesta pesquisa são migrantes, importa refletirmos sobre alguns dos elementos que condicionaram esse processo até que os mesmos viessem a compor a estrutura social de uma comunidade rural no município de Cáceres no Estado de Mato Grosso.

## **2.3 Os Conflitos da Ocupação e os processos Produtivos na Fazenda Facão/Bom Jardim**

### **2.3.1 Ocupação da Fazenda Facão Bom Jardim – Aspectos Sócio-Políticos e Ambientais**

No ano de 1988 o governo do Estado de Mato Grosso, através da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT), adquiriu do total de terras componentes da região do Facão, 1.822 hectares de terras, destinadas a promover ações integradas de desenvolvimento agrícola e viabilização de uma agrovila, visando o abastecimento do mercado local e regional de hortifrutigranjeiros (AMARAL, 1998).

A prefeitura Municipal de Cáceres, em convênio com o governo do Estado, assumiu a responsabilidade de administrar a área do Projeto Facão. Para tanto fora constituída uma comissão interinstitucional para estabelecer os critérios e parâmetros de seleção dos colonos (AMARAL, op. cit.).

A área foi dividida da seguinte forma: 147,78 ha. destinados à pesquisa agropecuária EMPA-MT; 235,52 ha para o fomento agropecuário e extensão rural EMATER-MT; 75,00 ha para o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão Universitária – UNEMAT; 748,18 ha para colonização e desenvolvimento de atividades especialmente horticulturas e pequenas criações; 598,99 ha. de Reserva Ecológica (FIGUEIREDO, 1996).

Santos (2002) citando Amaral afirma que a compra foi realizada, porém, parte da dívida não foi paga. “O proprietário entrou na justiça, ganhou a causa e obteve a posse de parte da área, tendo posteriormente comercializado a terceiros. A eletrificação rural, o sistema de irrigação, entre outros itens previstos da viabilidade técnica do projeto, não foram cumpridos ou foram cumpridas parcialmente” (AMARAL, 1998 apud SANTOS, 2002).

É importante destacar que na descrição supra mencionada de Santos, não estão explícitas as razões pelas quais os governos, estadual e municipal se mobilizaram na constituição do projeto Facão. Neste sentido, Edinéia Natalino da Silva Santos ao estudar a ocupação da fazenda Facão/Bom Jardim em um período mais recente, no trabalho intitulado “Ocupação na Fazenda Facão (1990-2000) Cáceres-MT”, discorre sobre as razões que levaram o poder público a criar um projeto de desenvolvimento agrícola local,

em Cáceres a década de 1980 [...] se caracterizou pela ocupação desordenada dos bairros periféricos [...] talvez pela falta de uma política agrícola voltada para atender esses pequenos produtores, pois nesse período algumas famílias invadiram mais uma área periférica de Cáceres, de propriedade da aeronáutica brasileira. Essas famílias foram expropriadas do referido local e se juntaram com outras famílias, também sem moradia fixa, desencadeando inúmeras pressões políticas (SILVA SANTOS, 2002, p. 18).

Através deste cenário descrito, torna-se evidente que a criação de um projeto agrícola em parte da Fazenda Facão não foi um ato voluntário dos citados governos, mas sim uma saída para um contexto de conflitos que desenhava no momento. A autora não menciona em sua descrição, o período que as famílias permaneceram nas terras da Aeronáutica brasileira, até somarem forças com outras famílias que também buscavam melhores condições de vida a partir da aquisição de terras.

Também não é possível precisar qual a origem de tais famílias. O fato é que elas, com algum nível de organização pressionaram o Estado na busca de uma

solução para o impasse. Neste sentido Silva Santos afirma que em fins da década de 1980, apoiados pelo “Sindicato dos Trabalhadores Rurais, comunidades rurais, representantes políticos na luta por uma área que contemplasse as famílias carentes de terra do município, para nela viver, trabalhar e progredir” (SILVA SANTOS, op. cit., p. 18).

Com o planejamento para a área efetivado e registrado no contrato/CODEMAT nº 16/89 “a prefeitura municipal de Cáceres [...] assumiu a responsabilidade de administrar a área do projeto e promover o assentamento de famílias de produtores de hortifrutigranjeiros, mediante contrato de concessão de uso, sem ônus para os beneficiários, obrigando-os a residirem nos lotes e promoverem a exploração das atividades especificadas no projeto...” conforme afirma (SILVA SANTOS, op. cit., p. 20).

É preciso destacar que o Projeto Facão conforme foi planejado, não se tornou realidade, por razões como o não pagamento pelas terras ao proprietário, que posteriormente reaviu parte delas por via judicial; a inviabilidade técnica e estrutural para a produção de alimentos, como a falta de eletrificação rural, sistemas de irrigação (AMARAL 1998 apud SANTOS op. cit.), e principalmente pela forma como foi conduzida a seleção das pessoas para serem parceleiros.

Este fato foi detectado por Silva Santos ao entrevistar um ex servidor público municipal que participou na época do cadastramento de pessoal para aquisição dos lotes “[...] a princípio a seleção deveria ser conduzida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, porém não foi bem isso que ocorreu, conforme depoimento”: *“Quaisquer famílias que vinham com bilhete do prefeito, alguns vereadores e outros grandes políticos de Cáceres, eram cadastrados sem levar em consideração se eram ou não trabalhadores rurais”* (SILVA SANTOS, op. cit., p. 20-21).

Assim, das 140 (cento e quarenta) famílias que deveriam ser assentadas como previa o planejamento inicial, foram assentadas 66 no contexto acima mencionado. Fato que deixa explícito o desrespeito com que fora tratada a classe trabalhadora neste processo e principalmente a falta de compromisso com a sustentabilidade do desenvolvimento sócio-econômico da região, por parte dos membros do Estado. “O que seria um programa alternativo de produção de hortifrutigranjeiros, que propunha a oferecer uma opção de expansão e fortalecimento da agricultura familiar, nas instalações de agroindústrias e programas de qualificação profissional, e ainda por se tratar de uma colonização diferente dos

assentamentos executados pelo INCRA, transformou-se hoje, em belas pastagens” (SILVA SANTOS, op. cit., p. 22).

### **2.3.2 Sobre a Atual Ocupação da Fazenda Facão/Bom Jardim**

A fase ocupação recente desta área ocorre com características distintas da fase acima exposta.

No momento anterior, a ocupação ocorreu através da intervenção estatal direta – que mesmo com posteriores resultados negativos - criou inicialmente um contexto favorável para o assentamento de agricultores na área, via projeto institucionalizado entre os governos municipal e estadual.

A mais recente seqüência de ocupações massivas desta localidade foi iniciada no dia 17 de março do ano de 1997, especificamente na fazenda denominada Facão/Bom Jardim, de propriedade da empresa Torres & Cia. Ltda, com sede localizada na Capital do Estado e Mato Grosso, Cuiabá. Sua área total, registrada em 5.362,4700 ha. (cinco mil e trezentos e sessenta e dois hectares e quarenta e sete ares).

Desta vez, as famílias vieram de diferentes municípios da região da Grande Cáceres<sup>34</sup> e grande parte delas, de outras unidades federativas e também deste próprio município, totalizando aproximadamente 1.000 (um mil) famílias. A maioria delas vinha do “acampamento Margarida Alves, iniciado no dia 8 de abril de 1996 na Fazenda Santa Amélia, município de Cáceres” (ALMEIDA, 2005, p. 23).

Seu modo de organização para a busca do acesso a terra também se deu de forma diferenciada. As famílias foram organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, onde sua presença explica em termos concretos, a ausência de políticos locais envolvidos neste processo de mobilização. Considerando que a história de constituição deste movimento e sua respectiva bandeira de lutas – a construção de uma sociedade pautada na justiça e na solidariedade – são contraditórias em relação à história de interesses do Estado brasileiro, em relação ao mesmo tema. “Em outubro de 1996 teve início uma concentração pela reforma agrária com mais de 1.500 (um mil e quinhentas ) famílias, no município de Nova Olímpia, localizado na região médio norte de Mato

---

<sup>34</sup> A região que hoje é composta pelos municípios do Vale do Jaurú e Vale do Guaporé, antes de sua criação era toda considerada, Grande Cáceres. Ainda hoje a expressão é utilizada para fazer referência à região.

Grosso, às margens da BR que liga Nova Olímpia a Tangará da Serra” (ALMEIDA, op. cit., p. 24). Desta ação resultou nos meses de outubro e novembro do ano de 1997, na negociação do INCRA com fazendeiros da região de Cáceres e de Tangará da Serra.

Neste sentido as famílias de agricultores/as sem terra ocupantes Fazenda Facão/Bom Jardim, moveram-se em distintas direções na busca pela terra. Parte das famílias foram assentadas em terras na divisa dos municípios de Mirassol D'Oeste e Curvelândia, hoje Assentamento Margarida Alves; outra parcela das famílias migraram para serem assentadas no município de Tangará da Serra, hoje Assentamento Antônio Conselheiro I e II, outra parcela dirigiu-se para as terras das antigas fazendas Paiol e Laranjeira, hoje Assentamento Nova Conquista; e a menor parcela de famílias permaneceu nas terras do Fazenda Facão.

Estima-se que trinta famílias optaram por permanecer na referida fazenda. Deste momento em diante, os remanescentes da ocupação mobilizaram outras famílias para deslocarem-se para o local e aumentarem o contingente no acampamento, na perspectiva de adquirirem de fato a propriedade da terra.

De acordo com a análise realizada do processo nº 54242.000376/00-00/ INCRA, que trata da desapropriação da Fazenda Facão/Bom Jardim para fins de Reforma Agrária, existe um “vazio” na formalização do mesmo. Desde a ação de ocupação, no ano de 1997, até o mês de setembro do ano de 2000, não fora protocolado documento algum no instituto responsável.

No entanto, sabe-se que as famílias permaneceram durante todo esse tempo na área e que essa permanência não foi pacífica, como fica evidente na fala do Sr. Alonso Batista: “sabemos que foi um processo conflituoso [...] as famílias estiveram inúmeras vezes sob a ameaça de despejo [...] algumas famílias desistiram, outras foram para a área”<sup>35</sup>

De acordo com ofício contido no referido processo, no dia 15 setembro de 2000, a Associação Bom Jardim, criada para representar aproximadamente cento e oitenta famílias ocupantes da área, no processo de requerimento da posse da mesma, entrou junto ao escritório regional do INCRA, com a solicitação de

---

<sup>35</sup> Entrevista realizada com o chefe do escritório regional do INCRA, Cáceres, MT. Em 26 de novembro de 2006.

desapropriação da referida fazenda, com fins de interesse social, para a realização da reforma agrária.

Este fato pode ser confirmado em trecho constante no próprio documento

a associação de Pequenos Produtores Bom Jardim CGC nº 02.881.796/0001-64, com sede no acampamento da Fazenda Facão, vem respeitosamente solicitar de vossa senhoria a desapropriação da posse da referida fazenda, matrícula nº 28.970, por interesse social, uma vez que existe no local mais de 180 famílias que ocupa uma área de aproximadamente 6.000 ha [...]”(PROCESSO INCRA nº 54242.000376/00-00).

A partir deste momento, tem início a fase administrativa de um moroso e contraditório processo, tanto de análises do potencial das terras para assentamentos humanos, quanto da própria lógica burocrática do judiciário brasileiro.

Diante do contexto de morosidade no encerramento do processo, as famílias estão presentes na terra, que mesmo sem as diretrizes do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, foi loteada de acordo com um sistema próprio de organização.

O desenrolar dos principais acontecimentos do referido processo serão descritos nas páginas seguintes, por serem elementos importantes em nossa localização no atual contexto em que está inserido o Assentamento Facão, em especial a Comunidade Boa Esperança, área definida como prioritária para o estudo em questão.

É importante destacar que os fatos a serem descritos nos importam sobre a perspectiva da organização sócio-econômica e como esta influencia nas relações com o/no ambiente na comunidade.

### **2.3.2.1 Elaboração dos Laudos de Avaliação da Fazenda Facão/Bom Jardim**

De acordo com os procedimentos legais para o processo de desapropriação de áreas com fins da realização da Reforma Agrária, a partir do momento em que é feita a solicitação de desapropriação, é naturalmente desencadeada a elaboração de laudos técnicos necessários para os órgãos competentes se pautarem na tomada de decisão em relação à desapropriação. Destes, merecem destaque os laudos pericial; agrônômico; e ambiental.

Vale ressaltar que o *Laudo Pericial*, foi realizado por solicitação dos proprietários ainda no ano 1995. Este foi juntado ao processo de desapropriação, por conter dados que interessavam para a execução do processo, como a existência documentada em cartório da cadeia sucessória (primeira documentação da área data de 1872, regulamentada pela Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), documento que deve descartar serem estas terras pertencentes ao Estado<sup>36</sup>; exatidão nas dimensões da propriedade constante na escritura, dentre outros. Neste caso todos os itens levantados na perícia estiveram de acordo com as informações contidas na escritura.

O Laudo Agrônômico foi iniciado um ano após o registro da solicitação de desapropriação feito pela Associação Bom Jardim. No ofício datado de 14 de novembro de 2001, expedido pelo Superintendente do INCRA/MT, nomeia a comissão responsável e dá “o prazo de 15 (quinze) dias úteis para conclusão e entrega final do relatório circunstanciado sobre o assunto que lhes foi delegado.” (OFÍCIO 210/2001, INCRA-MT).

Na agilização das condições que viabilizasse a ida dos técnicos do INCRA/Cáceres a campo, houve a decisão judicial do Procurador Federal/INCRA/MT, Rubens Carlos Alves Madureira, de não autorizar a avaliação da fazenda com base na argumentação “[...] *no 6º parágrafo da Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, na redação que lhe trouxe o art. 2º, da medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de Agosto de 2001*

o imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes a sua desocupação, ou dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propiciem o descumprimento dessas vedações”

E ainda, o decreto 2.250, de 12 de junho de 1997, em art. 4º assim trata o assunto:

O imóvel rural que venha a ser objeto de esbulho não será vistoriado para fins do art. 2º da Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, enquanto não cessada a ocupação, observados os termos e condições estabelecidas na

---

<sup>36</sup> Memorial descritivo da Revisão da Área e Demarcação da Posse “Facão”, 15/09/1987. 6º Serviço Notarial. Registro de Imóveis 3ª Circunscrição, Cuiabá.

portaria do Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária/INCRA.

Assim o Procurador Federal alega que a ocupação da fazenda ocorreu na vigência do decreto supra-citado. Diante dos fatos, ele determina que o processo seja encaminhado ao CDR (Comitê de Decisão Regional), sugerindo o seu arquivamento.

O Superintendente Regional do INCRA, responde alegando que seria possível realizar as necessárias diligências na área, já que a ocupação da mesma, data "... do ano de 1997. Através de diligências junto ao fórum, a ação de reintegração de posse foi ajuizada em 18/03/1997, anterior, portanto, ao decreto 2.250 de 12/06/1997." E dá o encaminhamento para "proceder a vistoria em caráter de urgência." (PROCESSO INCRA nº 54242.000376/00-00, p. 11,112 e 113).

Durante todos esses fatos que ora são favoráveis à avaliação da área, ora são impeditivos, existe ainda uma complexa tramitação no Fórum de Cáceres, de um processo de reintegração de posse efetivado pela empresa proprietária da Fazenda Facão/Bom Jardim, como mencionado em momento anterior.

Logo que as famílias organizadas pelo MST ocuparam a área, a Empresa Torres & Cia. Ltda entrou com a solicitação de reintegração de posse. Neste ato, a solicitação também propunha um acordo entre as partes para a desocupação em 60 (sessenta) dias. (PROCESSO INCRA nº 54242.000376/00-00, p. 33).

Sobre a solicitação de reintegração de posse descreve a situação, a Juíza de Direito Marilza Aparecida Vitório

"Apesar dos quase cinco anos de tramitação deste feito, ainda não se resolveu a questão da liminar reintegratória. Mesmo assim, somente após a ouvida do Ministério Público é que decidirei a respeito. Nos autos em apenso,... a decisão não foi favorável ao autor [...] pesa em favor dos requeridos a tramitação de procedimento expropriatório da área litigiosa, para fins de reforma agrária, que poderá regularizar a posse dos mesmos [...]" (p. 127).

É importante ressaltar que a partir da realização por parte da empresa proprietária da fazenda, da solicitação reintegração de posse, os mesmos passaram a ser obrigados a juntar aos autos do processo, documentação suficiente que comprovasse que, a Fazenda Facão/Bom Jardim não era constituída por terras devolutas pertencentes à União, mas sim de sua propriedade (p. 141).

Através desta determinação judicial, fora realizada a audiência de justificação. Após a realização desta, deu-se vista ao Ministério Público que opinou desfavoravelmente a liminar reintegratória, com base na insuficiência para a comprovação de posse, através da documentação apresentada. (p. 141).

Consta no processo n.º 54242.000376/00-00/ INCRA que trata da desapropriação das terras em questão, que os réus, as famílias acampadas, acusam a Empresa Torres e Cia Ltda., de não ser real proprietária destas terras, e seguem afirmando que as mesmas seriam terras da União (p. 141).

Este fato associado a inúmeros outros, contribuiu para a demora na resolução do impasse existente entre desapropriar ou reintegrar a posse aos donos. De acordo com os registros constantes nas decisões judiciais emitidas pela Juíza de Direito lotada no Fórum de Cáceres, a empresa proprietária teve muita dificuldade em efetivar tais provas, fato este que a princípio justifica o longo período sem decisão final.

### **2.3.2.2 A Intervenção do Órgão do Estado Responsável pela Reforma Agrária**

Vale ressaltar que na base do marco regulatório que orienta a realização da reforma agrária no Brasil, estão as leis formuladas durante os governos da ditadura militar, notoriamente a Lei 4.504 editada em 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), que estabelece os critérios a serem analisados na decisão de desapropriar ou não um latifúndio.

Como indicamos acima, a formulação deste Estatuto, teve justamente a intenção de desarticular o movimento em prol da reforma agrária durante as décadas de 1960 e 1970, e inviabilizá-la através do incentivo à colonização dirigida.

O marco regulatório em relação à forma da propriedade da terra, resultante da estrutura conservadora do poder judiciário brasileiro, associado à forma de atuação das entidades do poder executivo diretamente responsáveis pela reforma agrária, ampliam as barreiras para a realização de Assentamentos da Reforma Agrária. A tabela 2, mostra o resultado da ação do poder judiciário em relação às famílias ocupantes de terras improdutivas no Brasil.

## Quadro 2

Intensidade do poder Judiciário<sup>37</sup> no Brasil – 2003

Região	Poder Judiciário	
	1 Pessoas Presas	2 Pessoas Despejadas
C. Oeste	4.3	7.4
Nordeste	0.4	0.6
Norte	3.3	1.0
Sudeste	0.8	0.7
Sul	0.2	0.6

**Fonte:** Setor de Documentação da CPT Nacional – 2003  
 FIBGE – Censo Demográfico 2000 Elaboração LEMTO – Laboratórios de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades – UFF

Entre os vários elementos contidos nos registros, que se demonstram decisivos para a lentidão dos fatos, podemos destacar a ausência do Estado na intervenção a favor dos trabalhadores na gestão de conflitos fundiários. Como consta em linhas anteriores, as famílias ocuparam as terras da mencionada fazenda, em 1997 e só depois de aproximadamente três anos, o órgão do Estado responsável pela intervenção na gestão de conflitos desta natureza (INCRA) passou a se envolver no processo.

Como descrito pelo atual Chefe Regional do INCRA Agência/Cáceres, o período existente entre a ocupação da área até o primeiro documento protocolado na agência deste instituto, foi de tensão entre proprietários das terras e as famílias ocupantes da mesma.

Esta seqüência de acontecimentos demonstra de forma um tanto explícita, a quem está atrelado os interesses do Estado brasileiro. No momento em que fora protocolado o ofício de solicitação da desapropriação das terras que constituem a Fazenda Facão/Bom Jardim, haviam nestas terras cento e oitenta e sete famílias, vindas de diferentes municípios do Estado e notoriamente, famílias de outros Estados.

<sup>37</sup> Índice de Intensidade de ação do Poder Judiciário: 1 Pessoas Presas – Proporção do número de ordens de prisão exaradas pelo poder judiciário, cumpridas pelos órgãos policiais de cada Estado, em relação à sua participação na população rural brasileira; 2 Pessoas Despejadas: Proporção do número de ordens de despejo exaradas pelo poder judiciário, cumpridas pelos órgãos policiais de cada Estado, em relação à sua participação na população rural brasileira.

Em um cenário que logo se caracterizou pelas freqüentes ameaças e clima de tensão, mais do que rapidamente o Estado, representado neste contexto pelo INCRA, necessariamente deveria ter assumido a frente nos processos de gestão dos conflitos. Como consta no processo (PROCESSO INCRA nº 54242.000376/00-00) não foi esse o ocorrido.

Desapropriar um latifúndio no Brasil tem sido a exceção em nossa história, a regra se faz por milhares de famílias sem terra migrando de uma região para outra do país, acampadas em lonas à margem das estradas em constante busca por um pedaço de terra para cultivar.

De acordo com análises dos dados de 2003 organizados pelo Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra - CPT Nacional, o professor Carlos Walter Porto Gonçalves aponta que o Mato Grosso é o Estado em que o Poder Judiciário vem apresentando “o seu maior grau de intensidade, colocando-se num papel protagônico nas lutas que ali se travam, sobretudo emitindo ordem de prisão para as famílias sem-terra ou contra posseiros ou mesmo populações afro-descendentes, ou simplesmente exarando ordens de despejo” (PORTO GONÇALVES, op. cit., p. 12).

No caso que envolve a constituição do Assentamento Facão/Bom Jardim na região de Cáceres, a história se repete, mesmo com conformações diferenciadas em relação às afirmações acima registradas. A ausência de intervenção do Estado na gestão deste conflito representa uma forma de ação, uma política não institucionalizada a favor dos proprietários das terras, que são minoritários em número, porém, influentes em poder econômico e político. Por isso mais importantes para o Estado, do que as cento e oitenta famílias que constituem o outro lado da história. Sem poder econômico e muito menos político. O distanciamento das instituições do Estado, na verdade, é uma forma de ampliar o poder privado dos latifundiários donos de terra.

Por outro lado amparado na legislação que regula a questão agrária brasileira, sempre a favor da manutenção da propriedade, o Procurador Federal do INCRA-MT, Rubens Carlos Alves Madureira indica o arquivamento do processo, sobre a justificativa de que a situação de ocupação da fazenda contraria a Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, regulamentada pelo Decreto 2.250, de 12 de junho de 1997, que em suas essências proíbem a vistoria em terras públicas ou privadas que

forem objeto de esbulho ou invasão de caráter coletivo, nos dois anos seguintes a sua desocupação.

Esta lei associada a outras que constituem o marco regulatório normatizador das relações no campo, atuam contra os/as trabalhadores/as que se organizam para reivindicar terra e condições dignas de vida para o campo, estando nele a fiel representação do pensamento conservador da elite burguesa brasileira. Pensamento este fortemente presente no poder judiciário.

Um elemento neste contexto que merece ser analisado, sob a ótica da inviabilidade do aparato executivo do Estado que tem a função de realizar a reforma agrária, são os empecilhos criados local e regionalmente para a efetivação do processo.

Nestes níveis, os funcionários repetem a ideologia característica dos mais altos níveis decisórios do Estado brasileiro, que é o seu compromisso de proteger os interesses da classe burguesa ou mesmo fazer os interesses desta classe, os seus próprios interesses. No caso da burguesia agrário-industrial, passam em primeiro lugar, pela proteção da posse de sua propriedade da terra, situação inversa aos interesses da maioria do povo brasileiro sem terra, a quem interessa a divisão e distribuição das mesmas.

No caso específico do processo em análise, seu arquivamento não fora realizado, em função da argumentação apresentada pelo Superintendente Regional do INCRA- Cuiabá/MT, em resposta ao pedido de arquivamento do Procurador Federal do Incra-MT. O primeiro argumentou que seria possível seguir com o desenvolvimento do processo visto que "... a ação de reintegração de posse foi ajuizada em 18/03/1997, anterior, portanto, ao decreto 2.250 de 12/06/1997." (PROCESSO INCRA nº 54242.000376/00-00, p. 11,112 e 113).

### 2.3.2.3 Laudo Agrônômico de Fiscalização da Fazenda Facão/Bom Jardim

O laudo agrônômico da Fazenda Facão/Bom Jardim foi realizado, como afirmamos, por ser um elemento a ser utilizado na análise sobre a desapropriação da mesma. Seus objetivos eram de

[...] realizar vistoria de campo, levantar dados e informações a respeito do imóvel denominado Fazenda Facão/Bom Jardim [...] obter também o imóvel objeto do processo...via desapropriação para o Programa de Reforma Agrária. Essas informações servirão de subsídios para cadastralmente o imóvel com relação a sua condição de produtividade, cumprimento da função social e ambiental, bem como baseado nos aspectos técnicos de recursos naturais, emitir parecer sobre a viabilidade de assentamento de famílias de pequenos produtores rurais<sup>38</sup>.

Vale iniciar, registrando que do total de área registrada da fazenda Facão/Bom Jardim, 5.362,4700 ha (cinco mil e trezentos e sessenta e dois hectares e quarenta e sete ares), foram identificadas a partir deste laudo, uma área total de 4.717,0582 ha (quatro mil setecentos e dezessete hectares, cinco ares e oitenta e dois centiares). Essa redução se deve em parte a uma redução de 580 há de terra, vendidas ao Sr. Gentil Alcidez Gusmam, no ano de 1994; e ainda a uma redução de 595.740 m<sup>2</sup> (quinhentos e noventa e cinco mil e setecentos e quarenta metros quadrados), em função da construção da BR- 070, pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DNER. (PROCESSO INCRA nº 54242.000376/00-00, p. 149).

A elaboração deste laudo se deu em torno de aspectos econômicos – com destaque para a infra-estrutura; aspectos sociais e ambientais – destaque para as condições físicas- da microrregião onde a propriedade está inserida. Sobre estes mesmos aspectos, também fora realizada a análise específica da propriedade.

São inúmeras as considerações contidas neste documento, e aqui trataremos das conclusões elaboradas pela equipe técnica.

a) Cumprimento da Função Social e Classificação fundiária do imóvel: “o imóvel não está cumprindo sua função social, vez que seu proprietário não atende simultaneamente os requisitos legais... contidos no Art. 9º. Incisos I, II, III e IV; parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Lei 8.629/93”. “Conforme preconizado na Lei 8.629/93, e de acordo com o mapa de dados e Cálculos Básicos para Classificação

---

<sup>38</sup> Laudo Agrônômico contido no Processo INCRA nº 54242.000376/00-00

de Imóvel Rural”. A Comissão Vistoriadora concluiu que “o imóvel se enquadra na condição de **Grande Propriedade Improdutiva**, tendo obtido **Grau de Utilização da Terra (GUT) e Grau de Eficiência na Utilização (GEU)**, abaixo dos índices mínimos exigidos pela legislação supra citada” (LAUDO AGRONÔMICO DE FISCALIZAÇÃO DA FAZENDA FACÃO/BOM JARDIM, p. 200).

b) Uso potencial recomendado para o imóvel: “após estudos realizados sobre o imóvel [...] constatamos que ele atende ao quesito “**oferta de condicionantes regionais**” em função de sua privilegiada situação geográfica, porém no que tange ao quesito “**ofertas de meio físico**” deixa muito a desejar devido às características edáficas relacionadas à pobreza em saturação de bases, além de representar limitações no que se refere ao relevo, profundidade, textura, etc., requerendo, portanto, o emprego de práticas agrícolas que refletem num alto nível tecnológico, caracterizado pela aplicação intensiva de capital e resultados de pesquisas, para que possam ser cultivadas de forma segura e permanente [...] é preciso considerar ainda que 81 % da área encontra-se encravada dentro da Zona 06, portanto não recomendada para a implantação de assentamentos, haja vista tratar-se de área de **manejo ambiental para conservação e/ou recuperação e/ou preservação permanente de áreas representativas de ecossistemas característicos do Estado, sistemas ecológicos extremamente sensíveis a todo tipo de impacto tecnológico e ecossistemas únicos que representam refúgios notáveis de fauna e flora ou ambientes de beleza cênica excepcional.**” (LAUDO AGRONÔMICO DE FISCALIZAÇÃO DA FAZENDA FACÃO/BOM JARDIM, p. 200)

c) Capacidade de Assentamento: “conforme RADAMBRASIL e observações em campo, consideramos que seu uso potencial é considerado apenas razoável, posto que apenas 47 % dos solos apresentam capacidade com aptidão agrícola. Em outra parte aproximadamente 22% do total da área enquadra-se nas classes de capacidade indicada somente para a implantação de pastagens artificiais e algumas culturas permanentes adaptadas **e o restante, ou seja, 31 % do total da área é imprestável para qualquer atividade agropecuária** [...] Diante das limitações apresentadas pelo imóvel, principalmente as relacionadas com o meio físico, entendemos que o mesmo só poderá ser utilizado para o Programa de Reforma Agrária se for para a implantação de um *Projeto Casulo* [...] já que trata-se de atividade onde o solo deve receber tratamento diferenciado no que se refere a adubação e práticas agrícolas [...] Sugerimos por fim, a realização de uma audiência

pública para que a sociedade envolvida pronuncie à respeito do pleito em comento [...] e entendemos que o imóvel **não atende completamente as exigências mínimas para se tornar um futuro Projeto de Assentamento nos moldes tradicionais [...]**<sup>39</sup> (LAUDO AGRONÔMICO DE FISCALIZAÇÃO DA FAZENDA FACÃO/BOM JARDI).

Como é possível perceber com base nos dados discutidos pela equipe responsável pelo laudo, existe uma tentativa de alcançarem conclusões coesas em suas avaliações. Mesmo sendo diagnosticado que a fazenda se enquadra como grande propriedade improdutivo, não cumprindo com suas funções social e ambiental, os técnicos indicam que a mesma apresenta inúmeras restrições para a implantação de assentamentos humanos, sob a perspectiva física e ecológica.

De fato mais adiante, ao tratar da dinâmica produtiva da comunidade, trataremos de limitantes físicos à produção, conforme indicado no laudo. Porém, presentes a mais de dez anos na terra, os/as agricultores/as que ainda se propõem ao cultivo nestas terras, estão colhendo o que plantam, com um investimento em tecnologia extremamente baixo, como também trataremos mais adiante.

É importante estarmos atentos para o quanto será significativo para o desenrolar do processo, a incoerência no uso destas terras da Fazenda Facão/Bom Jardim, existente entre os marcos regulatórios ambiental e fundiário anteriores à ocupação.

Se a referida área preenche os quesitos para ser enquadrada na legislação ambiental que estabelece a zona 06 de preservação, desde antes da ocupação pelas famílias sem terra, seu uso não poderia ter sido autorizado à empresa proprietária, dada às restrições impostas pela lei.

Em relação aos dados contidos na vistoria do Laudo Agrônomo de Fiscalização referente ao processo de desapropriação da Fazenda Facão/Bom Jardim, reuniu-se na sede da Superintendência Regional do INCRA, em Câmara Técnica, um grupo de sete agrônomos desta instituição, pretensos a analisá-lo.

Como encaminhamento desta, cinco agrônomos votaram a favor das recomendações contidas no laudo das quais destacam-se: a) que seja feita a consulta aos órgãos ambientais competentes, no sentido de verificar a possibilidade da liberação da licença ambiental; b) após atendida a exigência anterior, que se estude, levando-se em consideração a localização do imóvel, e o valor de sua

---

<sup>39</sup> Grifo do autor

aquisição, a possibilidade da criação de um projeto na modalidade Casulo, dada as fragilidades do quesito **ofertas de meio físico**; c) que seja ouvido o Comitê de Decisão Regional- CDR, como instância superior e deliberativa, e d) [...] que seja realizada uma audiência pública para os vários seguimentos envolvidos se pronunciarem a respeito. Dois componentes da Câmara Técnica votaram pelo encerramento do processo, sobre a justificativa da inviabilidade da área, em função dos fatores limitantes elencados no próprio laudo (ATA DE REUNIÃO, 29/10/2002).

A audiência pública recomendada nas conclusões desta câmara técnica, aconteceu aos vinte e um dias do mês do outubro de dois mil e três, no Centro Cultural da cidade de Cáceres, contando com a presença de representantes de diversos órgãos públicos ligados à questão agrária do município, e ainda com a presença de mais de 100 (cem) pessoas ocupantes da terra.

Dessa audiência, fora encaminhada a realização de uma nova vistoria técnica, desta vez com uma comissão constituída por membros do INCRA, IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) e Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEMA (hoje Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA). Esta decisão foi tomada em função da impossibilidade do INCRA realizar a desapropriação, devido à problemática ambiental estabelecida no caso, considerando que a área está inclusa em Zona 6 de preservação, de acordo com o artigo 21, da Lei Estadual nº 5.993 de 03 de junho de 1992.

#### **2.3.2.4 Parecer Técnico nº. 012/CUCO/2004 – Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEMA-MT**

Através da recomendação de consulta dos órgãos ambientais competentes, sobre a viabilidade de desapropriação da Fazenda Facão/Bom Jardim, contida no Laudo Agrônomo de Fiscalização; na decisão da Câmara Técnica deste Mesmo órgão; e conforme encaminhado em audiência pública, realizada em 21/10/2003 no município de Cáceres-MT, fora efetivada uma nova vistoria na área, que resultou no Parecer Técnico nº. 012/2004, emitido pela Fundação Estadual do Meio Ambiente.

No contexto de sua análise, estão presentes vinte considerações a respeito das características localizacionais, físicas, biológicas e paisagísticas da área. Contem ainda descrições acerca do volume de alterações decorrentes da presença das famílias ocupantes da mesma.

Dentre as considerações destacamos aqui, a fim de examinar as suas conclusões quanto a viabilidade de efetivação de assentamentos humanos, as seguintes: 1) a área está inserida na Zona 06 em consonância com a Lei Estadual nº 5.993 de 03 de junho de 1992, art. 21 denominado Lei de Zoneamento 1ª aproximação, que caracteriza como áreas ecológicas **extremamente sensíveis a todo tipo de impacto antrópico representando refúgios especiais de grande diversidade de fauna e flora e ocasionalmente constituem ambientes de beleza cênica excepcional e serão reservadas para a criação de Unidades de Conservação Ambiental**; 2) [...] a intermitência dos cursos d'água e a ocorrência de colapsos catastróficos, constituem fatores condicionantes a ocupação do solo nas áreas cársticas da província serrana; 3) mesmo situando-se em zona 6 do zoneamento, hoje 5.2.10, a área em apreço não apresenta características relevantes no que tange a criação de nova área de Unidade de Conservação devido ao seu processo de ocupação; 4) devemos levar em conta que o nosso estado possui um zoneamento recente e atualizado pela Secretaria de Planejamento – SEPLAN que considera toda esta região como **Zona 5.2.11 – Unidade de Uso Sustentável - Área de proteção Ambiental Província Serrana – indicada para a implantação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, visando garantir a manutenção das formações vegetais, dos ambientes de vida silvestre, a proteção das formações cársticas e de beleza cênica da Província Serrana**; 5) deverá ser feita uma compatibilização da exploração pela agricultura e a conservação ambiental da área, adotando medidas mitigadoras que serão necessárias para a avaliação do impacto sócio-ambiental; 6) cada assentado deverá utilizar sua área em conformidade com a lei Ambiental 9.605/98, bem como a Lei Complementar nº 38 de 11/1995, ainda devendo enquadrar-se na lei 10.267/01 e decreto 4.449/02 se necessário, devendo recuperar as áreas degradadas; 6) deverá ser feito um Compromisso de Ajustamento de Conduta entre **FEMA/INCRA/ASSENTADOS/MINISTÉRIO PÚBLICO**, para maior segurança; 7) é dever da FEMA/IBAMA/INCRA, fiscalizar, controlar, monitorar todas as atividades, processos e obras que forem realizadas na área.

Diante de todas estas considerações a equipe responsável pelo parecer técnico, conclui: “a região que situa a Fazenda Facão/Bom Jardim, possuem características ambientais relevantes, porém não há viabilidade técnica para a criação de uma Unidade de Conservação, tendo em vista todo o processo de

ocupação e exploração atual da área. **Portanto, somos pelo deferimento da desapropriação da área pelo INCRA, para o Programa de Reforma Agrária**” (PARECER TÉCNICO nº. 012/CUCO/2004 FEMA-MT).

A partir destas considerações, é possível afirmar que o elemento mais significativo em todo este contexto, para que o parecer do órgão ambiental fosse favorável à desapropriação, foi de fato, a presença física das famílias na área. Mesmo diante das alterações na lei estadual, que retira a região como um todo da classificação de área prioritária para constituição de Unidades de Conservação, incluindo-a na lista de áreas prioritárias para efetivação de Unidades de Uso Sustentável.

Um segundo elemento passível de observação nas considerações deste parecer, também explícito no laudo agrônômico, é a descrição da limitação física e ecológica da área como condicionante negativo à sua ocupação, expressa através das análises contidas nos dois pareceres até aqui apresentados.

No entanto, diante das mais diversas restrições alegadas, quanto às possibilidades para o uso humano, a Fazenda Facão Bom/Jardim foi considerada como sendo área de interesse social para a construção de assentamento de Reforma Agrária. O decreto que aplica este encaminhamento foi assinado pelo presidente da república, no dia 09 de novembro de 2004.

Assim, confrontado a realidade atual encontrada na comunidade (anos 2006-2007) através da interação durante a pesquisa, com as variáveis contrárias a constituição do assentamento humano na área apresentadas após vistorias técnicas da mesma. Percebemos que sobre os aspectos físicos e ecológicos, o fator que mais limita a capacidade produtiva agrícola da comunidade, é a falta de infraestrutura que proporcione o acesso a água. Tanto para o consumo familiar, quanto para o desenvolvimento de atividades produtivas.

Porém, trataremos especificamente mais adiante sobre o tema, *obstáculos para a produção*, onde será possível perceber que os fatores condicionantes negativos mais importantes que se impõem hoje aos agricultores, que de fato estão na terra para trabalhá-la, não são de ordem física e/ou ecológica, mas sim de ordem política e econômica.

Durante todo o tempo em que estivemos intensivamente presentes na comunidade, fomos oportunizados a perceber que os aspectos fundamentais de insustentabilidade na ocupação humana desta localidade não se dá em função da

incompatibilidade entre as características próprias da área e a presença humana, mas sim na forma como vem se processando esta relação.

Um elemento que se demonstra conflitante no processo formação da Comunidade Boa Esperança na área em questão, está diretamente relacionado ao abandono a que foram submetidos estes/as trabalhadores/as.

Nas recomendações do parecer técnico da FEMA, uma das exigências para a desapropriação da área era a realização de um constante acompanhamento das atividades produtivas, pelos órgãos estatais com responsabilidades sobre a questão. Sendo destacado neste parecer indicado o IBAMA, a FEMA, o INCRA e o MINISTÉRIO PÚBLICO.

Durante toda a realização da fase mais intensiva de campo e mesmo depois desta em nossas incursões na comunidade, dentre as entidades citadas, nos deparamos com a presença apenas do INCRA no contexto de duas reuniões que tinham como pauta a homologação de lotes e eleição da empresa que assumiria a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA.

Nos relatos dos agricultores, confirmado por mais de dezesseis meses de nossa presença na comunidade, as entidades indicadas não se fizeram presentes. Especificamente os órgãos ligados diretamente ao comando e controle nos aspectos ecológicos, SEMA E IBAMA, estiveram no assentamento no ano de 2004 quando da realização do laudo técnico. Após este fato não mais voltaram.

Conforme a seqüência que apresentaremos, esta ausência se conforma negativamente sobre a sustentabilidade da criação do assentamento. Tanto sobre as dimensões ecológicas, quanto sócio-econômicas.

As famílias ocupantes das terras antes pertencentes à Fazenda Facão/Bom Jardim, hoje (outubro de 2007) encontram-se homologadas com o processo de elaboração do PDA autorizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, e encaminhado o convênio entre INCRA e a empresa particular eleita pelos assentados para a sua realização.

Vale registrar ainda, que após a saída das famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST no ano de 1997, aquelas que permaneceram na ocupação, desencadearam um sistema de relações conflituosas tanto com os proprietários, quanto com outras famílias sem terra que pretendiam também acessá-las. O direito de esperar pela legalização da posse da

terra, estando nela, passou a custar dinheiro pago pelas famílias, a um grupo de pessoas que se vestiu da autoridade de assim proceder.

Este fato se demonstrou tão evidente no desenrolar deste contexto, que aqui será apresentado em destaque.

### **2.3.2.5 A Venda de Terras nas Comunidades do Assentamento Facão/Bom Jardim**

O tema relacionado à compra e venda do direito a terra no futuro assentamento rural, não foi em momento algum da realização da pesquisa, confortável para se tratar. Ao contrário, sempre que durante um diálogo com um agricultor ou agricultora, moradores da Comunidade Boa Esperança, iniciávamos a falar sobre o assunto, era evidente o desconforto gerado. Mesmo porque, alguns deles e delas acessaram as terras em anos mais recentes, por esta via. No entanto, durante as reuniões da associação da comunidade, ou nas rodas de conversa, sempre surgia alguma informação.

Diante da sociedade cacerense, a venda de lotes em assentamentos e pré-assentamentos rurais da região, tornou-se uma prática corriqueira sendo este um assunto notavelmente comentado. Porém, em função da forma como ocorreu nas comunidades do Assentamento Facão Bom/Jardim, tratar desta questão pode gerar constrangimentos.

Além de obtermos informações através dos/as agricultores/as, que nas outras comunidades do Assentamento Facão ocorreu a retirada de famílias para o repasse de seus lotes a terceiros, presenciamos na Comunidade Boa Esperança por três vezes, a apresentação de compradores de terra à comunidade nas reuniões da associação.

Através de nossas incursões nas propriedades da comunidade em estudo, identificamos terras pertencentes a empresários de diversos setores do comércio de Cáceres como: farmacêuticos, proprietários de lojas de roupas, supermercados; profissionais liberais e funcionários públicos, como advogados e funcionários do Fórum de Justiça do município de Cáceres.

As razões da negociação também são diversas e aqui podemos destacar: a) empresários que comprem conscientes que não poderiam ter a propriedade da terra, mas procedem na intenção de negociá-la e lucrar com o negócio; b) famílias

residentes na área urbana do município, que comprem a terra e contratam caseiros para tomar conta da mesma. Normalmente as famílias que efetuam a venda, estão a muito tempo aguardando o processo de legalização e conseqüente liberação de recursos financeiros. Estes/as trabalhadores/as, por incapacidade de investimento, tem extrema dificuldade de trabalhar a terra e mesmo de se manter na mesma. Das famílias que entraram inicialmente na Comunidade Boa Esperança, dez permaneceram até o ano de 2006; c) “agricultores” que no início da ocupação ou em momento seqüente, acessaram vários lotes, e agora estão se desfazendo deles; d) agricultores que em algum momento de sua história, tiveram terras cadastradas em seu nome e não deram baixa nas mesmas frente ao INCRA, ficando portanto, impossibilitados do direito à homologação.

É interessante notar que fatos lamentáveis como estes, ocorrem como uma manifestação da burocracia do Estado nos processos de realização da reforma agrária. A morosidade possibilita as interferências de atores externos aos assentamentos, causando danos irreparáveis à organização dos agricultores/as que de fato precisam da terra para nela viver.

Todas essas informações estão sendo registradas, como elementos significantes, pois o modo como cada “agricultor”<sup>40</sup> atua na relação com os demais e o processo que imprime na alteração da natureza, são influenciados por esses elementos, que certamente são decisivos para a organização e desenvolvimento da comunidade em questão.

Porém, tais informações estão também sendo registradas assumidamente, como forma de denuncia diante de tantas irregularidades, que ocorrem tão próximo aos olhos de todas as entidades do Estado, que tem competência para atuar sobre a questão, mas que não tem de fato atuado a altura da necessidade que a realidade impõe. A ponto da violência e outras formas de ação autoritárias contra a vida, tornarem-se corriqueiras em nosso meio. Sendo as famílias possuidoras de pouca ou nenhuma instrução e recursos financeiros as mais exploradas.

---

<sup>40</sup> A expressão está entre aspas porque nem todos os donos de terra na comunidade são agricultores.

## **Parte 2 – Dinâmicas Produtivas na Agricultura Familiar**

### **2.4 Dinâmicas Produtivas dos Agricultores da Comunidade Boa Esperança Assentamento Facão/Bom Jardim**

#### **2.4.1 Atividades Produtivas Desenvolvidas na Área**

No contexto de ocupação das terras onde hoje está constituída a Comunidade Boa Esperança, a seqüência dos fatos que condicionou a presença dos/as agricultores/as efetivamente trabalhando em atividades produtivas na mesma, implicou na estruturação de sistemas produtivos e na própria organização da propriedade familiar através inúmeros fatores limitantes, diante do contexto de conflitos resultantes da ocupação.

Isso implicou, como veremos, em baixos investimentos iniciais na produção e na estruturação física das propriedades, tanto como conseqüência da existência de possibilidade de despejo quanto pela ausência de investimentos estatais nos processos de constituição da comunidade.

Este contexto apenas garantiu peculiaridades para a sua formação, não impedindo a instauração de processos que caracterizam as dinâmicas produtivas dos agricultores componentes desta comunidade.

Consideramos neste contexto como dinâmicas produtivas, os distintos processos, as estratégias e as práticas produtivas executadas pelos/as agricultores/as, que vem promovendo ao longo dos anos a reprodução da família e por conseqüência, a manutenção da Comunidade Boa Esperança enquanto espaço social produtivo no campo.

Ao longo de dez anos de ocupação das terras que compõem a Comunidade Boa Esperança, os agricultores/as desenvolveram uma diversidade de atividades produtivas. De acordo com seus relatos, na fase inicial de formação da comunidade, primeira fase de desmatamento e construção de trilhas de acesso, a atividade predominante envolvendo o uso da terra, era o cultivo de roça para subsistência: arroz, feijão, milho associados ao cultivo de ramas (mandioca, batata, abóbora, entre outras).

Neste período algumas famílias residentes no município de Cáceres ou oriundas de outras localidades que se instalaram na área urbana deste,

permaneciam na cidade indo apenas os homens, ainda de madrugada para o trabalho na terra retornando para casa ao fim do dia. Conforme seus próprios relatos a não instalação de toda família nestas fases iniciais de abertura das terras, ocorreu por duas razões: 1) a dificuldade de acesso e falta de estrutura para permanência na terra (contam que grande parte do acesso aos locais onde hoje são os lotes, era realizado na época através de picadas e posteriores trilhas); e 2) o clima de permanente tensão em relação à possibilidade de serem retirados por homens contratados pelos proprietários, conforme recados e ameaças que estes agricultores recebiam.

Sendo a possibilidade de conflitos no sentido de atentar contra a vida destes agricultores, uma constante na criação da comunidade e do assentamento como um todo, por um longo período as terras permaneceram sendo cultivadas apenas pelo homem, enquanto representante da família de agricultores. Ainda hoje, diminuído este clima de tensão, por falta de capacidade financeira de investimento alguns agricultores continuam morando e trabalhando sozinhos, enquanto a outra parte da família permanece na cidade.

Esta seqüência de idéias está sendo desenvolvida, por entendermos que a mesma influenciou e ainda é um fator determinante na implantação ou não de modalidades de atividades produtivas na propriedade, dada em função da disponibilidade de mão de obra familiar para executá-la. Como veremos adiante outros fatores tem atuação direta neste tipo de decisão, a contar pelo isolamento do agricultor em relação às inovações no campo das tecnologias apropriadas, assistência técnica para sua assimilação, determinação no mercado em relação ao que produzir, outros.

Seguindo na lista de atividades, após a abertura inicial das terras, sua ocupação e implantação de cultivos anuais, fora realizada a abertura das primeiras estradas, com recursos próprios, o que possibilitou ampliar a mobilidade na comunidade e o conseqüente escoamento da produção para Cáceres, centro de consumo distante desta comunidade aproximadamente 12 Km. É importante registrar que durante todas as fases de evolução da organização da comunidade os quintais diversificados, característicos em uma propriedade agrícola familiar, já estavam sendo construídos, conforme demonstra a Tabela 03, nesta lista não estão relacionadas as espécies de uso medicinal.

Desta forma, foram processualmente sendo ampliadas as possibilidades de produção, sendo introduzidas atividades como a criação de animais, na forma extensiva e semi-intensiva como a criação de frango caipira e frango confinado; criação de ovinos de forma extensiva; suínos de raças por eles/as denominadas caipira, também criadas de forma extensiva; criação de gado leiteiro e de corte, ambos de forma extensiva; desenvolvimento extensivo de atividade apícola; implantação de outros cultivos anuais conforme demonstra a tabela 4.

### Quadro 03

Espécies cultivadas nos quintais da Comunidade Boa Esperança, com exceção de espécies de uso medicinal

<b>Categorias</b>	<b>Cultivo</b>
Frutas cítricas	abacaxi, laranja, pocã, mexerica, limão (galego, rosa), acerola.
Frutas	Goiaba, mamão, manga, cupuaçu, graviola, jambo, uva, jabuticaba, pinha, caju, Banana das variedades: nanica, maçã, terra, outras.
Raízes/Ramas	Mandioca, abobrinha
Grãos	Café
Hortaliças	Quiabo, jiló, pimentão, alface, outras

Quadro organizado: Costa, Rogério (2007)

### Quadro 04

Espécies cultivadas nas roças da Comunidade Boa Esperança

<b>Categorias</b>	<b>Variedade do Cultivo</b>
Raízes/Ramas	Mandioca, abóbora, moranga, abobrinha, melancia
Grãos	milho, feijão; amendoim; arroz;.
Palmeira	Gueiroba
Frutas	laranja, mamão, acerola, pitanga, abacate, caju, abacaxi, banana: nanica, maçã, terra, e outras variedades.
Gramíneas	napie, cana, cameron

Quadro organizado: Costa, Rogério (2007)

Conforme os/as agricultores/as da comunidade Boa Esperança, a variedade de cultivos alcançou seu ápice após abertas as primeiras estradas e instalação de moradias (mesmo que precárias) nos lotes. No entanto, devido a um conjunto de situações composto pelas dificuldades de escoamento da produção dado em decorrência das más condições de acesso; aos baixos preços dos alimentos produzidos; e mais recentemente a intensificação da incidência de “pragas”, conduziu estes/as agricultores/as a uma redução na diversificação das atividades.

Através de uma análise da composição dos cultivos das roças<sup>41</sup> e dos quintais nas propriedades, constatamos que a maior diversidade de espécies cultivadas está presente nos quintais (figura 03) e não nas roças, associadas à criação de pequenos animais.



**Fonte:** Costa, R. O (27/01/2007)

**Figura 03:** Quintais com diversidade de cultivos.

Esta constatação foi associada a uma investigação direta junto a cada um/a dos agricultores/as informantes nesta pesquisa, sobre as razões pelas quais decidiram pela implantação das variedades de cultivos presentes na propriedade nas áreas de roça. Como resultado 47,4% dos/as agricultores/as afirmaram terem decidido em função de análises de preços existentes no mercado, 31,6% afirmaram

---

<sup>41</sup> Por mais que os/as agricultores/as cultivem nos quintais alguns dos alimentos que também são cultivados em outros espaços da propriedade, existe uma destinação de terras específicas para a implantação de cultivos que são as roças

ter compatibilizado o plantio para o auto-consumo e o fornecimento para o mercado; e 21% afirmaram ter introduzido cultivos necessários à subsistência familiar.

Desde o início da constituição da Comunidade Boa Esperança até o ano de 2007, a atividade produtiva predominante entre os agricultores, é a criação do gado leiteiro. A pastagem utilizada para alimentar o gado, está sendo introduzida nas terras onde antes eram implantadas cultivos de alimentos diretos para o consumo humano, constituindo-se de modo geral na atividade produtiva que os agricultores destinam mais área na propriedade dada a necessidade de alimentação do gado.

Dois outros cultivos muito presentes na comunidade, destinados para o mercado, é o cultivo de abacaxi e mandioca. A presença do primeiro foi motivada pela possibilidade da implantação de uma indústria beneficiadora do fruto na região, fato que levou uma grande quantidade de agricultores, não apenas nesta comunidade, mas em inúmeras outras comunidades dos assentamentos da região, a introduzirem o cultivo na propriedade em busca de bons preços. Segundo os/as mesmos/as, a informação obtida por eles é que seriam pagos entre R\$ 0,95 a R\$ 1,00 pelo fruto (ano de 2005).

No entanto, a empresa não se instalou no município de Cáceres e estes /as agricultores/as foram obrigados a negociar a colheita com os atravessadores que, conduziam o produto para os mercados de Cáceres e Cuiabá, pagando não mais que R\$ 0,24 pelo fruto (ano de 2006), como assim relatou um agricultor.

Em relação ao cultivo de mandioca, a alta procura por este alimento fez com que a maioria dos agricultores/as ampliasse consideravelmente sua área plantada em busca de garantia de renda com a venda do produto, sempre a atravessadores. Como a oferta deste alimento é ampla em toda a região, os preços pagos ao agricultor permanecem constantemente baixos. Os atravessadores pagam na propriedade aproximadamente R\$ 10,00 pela caixa de 20 Kg que é revendida ao consumidor a 12Km da comunidade, a R\$ 1,25/Kg (1º semestre de 2006).

Outra atividade produtiva presente na comunidade relacionada diretamente com o uso da terra com fins comerciais, é o cultivo de hortaliças. Foram identificadas quatro propriedades onde a atividade econômica predominante e intensivamente realizada é este tipo de cultivo (figuras 04 e 05). Neste caso, os agricultores adaptaram sistemas de irrigação que levam água captada de nascentes ou da cachoeira (única na comunidade), por gravidade até os locais de cultivo.

Aproximadamente 50% destas terras são de proprietários com residência externa à comunidade.



**Fonte:** Costa, R. O (29/09/2007)

**Figura 04:** Cultivo de hortaliças na Comunidade Boa Esperança.



**Fonte:** Costa, R. O (29/09/2007)

**Figura 05:** Armazenamento de água em reservatório, que chega até o local de cultivo pela ação da gravidade.

Muito próximo a esta modalidade de atividade produtiva está a produção intensiva de maracujá e milho irrigado, normalmente executadas durante todo o ano. A justificativa para a realização deste tipo de atividade apresentada pelos

agricultores é a da possibilidade de alcançar melhores preços pelo produto principalmente na entressafra, como é o caso da venda do milho ainda verde.

Existe ainda na comunidade, a situação em que o agricultor está há vários anos na terra, porém, das atividades que executou normalmente o plantio de roça para subsistência, não geraram excedentes para reinvestir em seus sistemas produtivos, forçando estes agricultores a diminuírem a área cultivada. Neste sentido, encontramos agricultores que em vários momentos do ano são submetidos ao assalariamento em terras de outros agricultores na comunidade, ou em fazendas de gado algumas vezes distantes desta comunidade, impossibilitando que o agricultor retorne à mesma por dias consecutivos.

Além das citadas atividades executadas pelos agricultores que residem na comunidade, existem presentes ainda outras atividades executadas por famílias contratadas pelos proprietários que residem na cidade. A atividade mais freqüente nestes casos é a utilização exclusiva da terra para a criação de gado de corte na forma extensiva; existindo ainda a criação de peixes em tanques construídos; e criação intensiva de suínos.

#### **2.4.2 - Estruturas Determinantes da Produção Familiar**

A partir da interpretação dos elementos possíveis de serem captados junto aos agricultores/as da Comunidade Boa Esperança que caracterizam alguns aspectos de suas dinâmicas produtivas, muitas são as influências com que os mesmos se defrontam no momento de planejar a composição de seus sistemas produtivos, como a pouco afirmamos. Essas influências criam duas tendências que se impõem cotidianamente a estes/as agricultores, ora contrárias ora complementares à sua organização: produzir para o auto-consumo e efetivar a comercialização dos excedentes e/ou produzir para a comercialização, que é por sua vez intermediada por atravessadores.

Neste contexto, contidas na categoria geral agricultor familiar, existem subcategorias ou formas sociais de organização em que se inserem os agricultores que são criadas pelas especificidades existentes no modo das relações entre família-produção e trabalho. Como tratado em momento anterior, dentro deste universo de formas sociais, a agricultura camponesa pode ser caracterizada ao menos por cinco

elementos que representam a sua condição sociocultural, sendo um deles a relativa autonomia face à sociedade global.

Esta autonomia relativa da comunidade local em relação à sociedade global, não significa que estes agricultores não almejem alcançar espaços nos mercados e ampliar sua importância na sociedade enquanto grupo social produtivo. “Se a função de subsistência está bem presente no modelo camponês, ele não se reduz jamais a isto.” (LAMARCHE, 1994 apud WANDERLEY, 1996 p. 10). O que se desponta como pano de fundo deste querer, é a ampliação da capacidade de manutenção da posse da terra e da constituição de patrimônio que garanta a permanência da família ao longo de sua evolução sobre a mesma.

Para Palácios (1987) durante toda a história de evolução dos camponeses, sempre buscaram constituir atividades que permitissem a estabilidade e a rentabilidade. “É este objetivo que orienta suas estratégias econômicas, pois estes sempre buscaram alternativas econômicas que os integrassem positivamente à economia local e regional” (PALACIOS, 1987 apud WANDERLEY, 1996).

Neste sentido a relação de produção presente neste tipo de organização da agricultura vai gerar uma relação secundária com o mercado capitalista que exige a especialização do/a agricultor/a, influenciando diretamente para a redução da diversidade de sistemas produtivos potenciais na garantia da reprodução familiar. Fato este que em nenhum aspecto representa que estes/as agricultores/as não estabeleçam relações comerciais. Estes/as efetivam trocas da produção obtida na propriedade familiar, como estratégia de adquirir os bens necessários para a estruturação da unidade familiar.

Entretanto, afirma Wanderley (op. cit., p. 08) mesmo nas sociedades rurais tradicionais, a autonomia na determinação das características dos sistemas produtivos é sempre relativa, pois a necessidade de reservar parte de seus recursos para as trocas na sociedade, e o atendimento de suas necessidades, terminam por introduzir no interior do próprio modo de funcionamento do campesinato, elementos que lhe são, originalmente, externos.

As influências externas às comunidades de agricultores sempre se fizeram presentes em suas relações e através de suas adaptações, vem historicamente resistindo ao esfacelamento de sua forma de organização. Porém, essas mudanças ganham uma conformação extremamente agressiva no Brasil através das mudanças “modernizantes” implementadas nas últimas cinco décadas, que em resumo

incluíram o país no processo mundial de transnacionalização<sup>42</sup> das economias, forçando o agricultor camponês a introduzir em seu planejamento elementos determinados pelas regras de funcionamento dos mercados capitalistas.

A tentativa de instaurar sistemas produtivos estáveis e rentáveis parece ser a orientação dos agricultores da comunidade em estudo, como é comum a agricultores que utilizam o trabalho familiar em seus processos produtivos conforme afirmou Palácios. Porém, os elementos que hoje orientam a decisão de ser ou não estável e rentável uma determinada organização produtiva agrícola, está fortemente ligada a movimentos econômicos de mercado, que tendem a diminuir a autonomia decisória dos/as agricultores/as.

Para Silva (1998, p. 32-32) um dos segmentos onde se demonstra clara a globalização de espaços produtivos é na área da indústria de alimentos, “que tem levado ao limite a dieta fordista, composta basicamente de massas, carnes e alimentos duráveis do tipo congelados e/ou enlatados [...] Aquela história do inhame, do cará, da macaxeira, ou seja, o espaço da produção local e das dietas nacionais, fundamentalmente, é um espaço cada vez mais restrito no mundo globalizado”.

Em toda a história da formulação de políticas públicas estatais voltadas para o setor agrícola da economia brasileira, as formas sociais da agricultura familiar foram abandonadas, sendo a prioridade de repetidos governos o fortalecimento do modelo agropecuário ligado à grande propriedade. Esse processo, ampliado sobretudo durante as sucessivas fases de “modernização” do sistema produtivo da agricultura brasileira, é acompanhado pelo contexto desfavorável à existência do modo de organização da família camponesa, que a empurra cada vez mais para a periferia deste sistema.

A ausência de políticas públicas voltadas para essa agricultura, contribuiu decisivamente para intensificar as influências externas sobre o modo de organização camponês, através da globalização que conforme (SANTOS, op. cit.) “criou condições favoráveis para a atuação das redes transnacionais nos territórios locais, o mesmo espaço da vivência e das relações de solidariedade”.

De acordo com Silva (1998, p. 33-34) a globalização afeta a agricultura sobre as seguintes dimensões:

---

<sup>42</sup> Aqui está sendo usado como sinônimo de globalização.

tendência de encurtar cada vez mais as atividades agrícolas da “porteira para dentro” e espichar cada vez mais o conjunto de atividades da “porteira para fora” [...] Neste setor dois subconjuntos despontam como fundamentais: a logística da parte distributiva, e os serviços, tanto aqueles auxiliares de produção como os pessoais; b) generalização mundial dos padrões de consumo, principalmente daquelas rápidas e daquelas fora de domicílio; c) redistribuição dos excedentes de alimentos dos países desenvolvidos<sup>43</sup>; e d) divisão internacional do trabalho que se está esboçando [...] Países como a Austrália, Brasil e Argentina vão na direção de tornar o que se chamava antigamente de um modelo primário exportador.

Essas mudanças de modo generalizado não são positivas em nenhum aspecto para países como o Brasil, pois a divisão internacional da produção agrícola o coloca em condição cada vez mais crescente de dependência em relação aos países industrializados, que criam barreiras tarifárias e de outras naturezas para a exportação agrícola dos países não industrializados, além dos subsídios sobre seus produtos.

Para a agricultura familiar muito menos este processo interessa. Essas mudanças criadas no cenário nacional associadas às mudanças impostas pelo processo da globalização, repercutem na desterritorialização do/a agricultor/a, que fica a cada tempo mais refém das determinações do mercado capitalista<sup>44</sup> sem políticas públicas que o inclua em condições similares ao modo como estão inclusos os empresários do agronegócio. Por esta razão vão processualmente perdendo a sua capacidade de planejar suas atividades na perspectiva de gerar as condições suficientes para a permanência da família no campo.

Para Wanderley (op. cit., p. 13) nas sociedades modernas constituíram-se formas de agricultura familiar distintas da forma camponesa. “São aquelas em que, sob o impacto das transformações de caráter mais geral - importância da cidade e da cultura urbana, centralidade do mercado, mais recentemente, globalização da economia etc - tentam adaptar-se a este novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna”.

Esta lógica da ligação com o mercado está fortemente presente na Comunidade Boa Esperança, onde 79% dos/as agricultores/as afirmaram ter construído seus sistemas produtivos com base nas influências do mercado local/regional. De certa maneira este comportamento confirma a intenção de

---

<sup>43</sup> Gera uma desigual condição de preços para acesso aos mercados internacionais, já que os alimentos exportados são os excedentes no mercado interno destes países.

<sup>44</sup> As implicações deste cenário para a criação de representações sobre as mudanças na organização socioeconômicas e culturais do agricultor, trataremos no capítulo 3.

constituir sistemas estáveis e rentáveis, o que os leva a não caminhar na contramão das lógicas operantes nestas dimensões do território.

No entanto, devemos evidenciar que esta condição não é estática ou acabada. As contradições cotidianas que se apresentam a estes/as agricultores/as são potenciais catalisadores no desencadeamento de mudanças em suas representações e também em estratégias de organização socioeconômicas.

Aguiar (op. cit., p. 126) indica que o processo de modernização das condições de reprodução da agricultura não se disseminou por todos os cantos do território nacional. Ao contrário, o processo de expansão do capitalismo no campo, fez criar uma diversidade de formas de organização social que coexistem, o que a autora chama de “muitas agriculturas familiares, estando entre elas o campesinato”.

A autora ainda afirma que “mais que uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar “moderno” (ou proletário rural), deve-se considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais e sua capacidade de resistência e adaptação aos novos conteúdos econômicos e sociais” (AGUIAR, op. cit., p. 126). Esta condição pode ser favorável no presente e no futuro em avaliações sobre as condições para um resgate e ampliação da organização camponesa, considerando que esta última configura níveis de sustentabilidade desejáveis no campo.

### **2.4.3 - Etapas do Processo Produtivo**

Em relação à instauração de processos produtivos na agricultura familiar camponesa, faz-se necessário os questionamentos: como estes/as agricultores/as sistemas agrícolas solidários sustentáveis, frente ao contexto de marginalização econômica e social a que historicamente foram, e ainda continuam submetidos? Quais são as características destes sistemas? Que elementos são necessários estarem à disposição destes/as trabalhadores/as? Estas devem ser questões orientadoras das reflexões acerca da sustentabilidade nas atividades agrícolas, pois associadas a outras reflexões, são potenciais na evidenciação das contradições existentes na sociedade brasileira entre a estrutura colocada à disposição da grande propriedade agrícola versus as estruturas disponibilizadas para a agricultura camponesa.

Obviamente que neste item não discutiremos todas estas etapas, porém, acreditamos ter trazido até aqui, algumas idéias que orientam para estas reflexões. Retornaremos ainda a algumas destas, principalmente quando da análise sobre as políticas públicas de crédito formuladas para o setor agrícola.

Sobre os aspectos específicos de sistemas agroecológicos, Gliessman (op. cit., p. 52) afirma que a “sustentabilidade é uma versão do conceito de produção sustentável – a condição de ser capaz de perpetuamente colher biomassa de um sistema, porque sua capacidade de se renovar ou ser renovada não é comprometida”.

Como a “perpetuidade” não pode ser medida no presente, a prova da sustentabilidade permanece sempre no futuro, fora do alcance. Assim, é impossível saber se uma determinada prática agrícola é sustentável, ou se um determinado conjunto de práticas constitui sustentabilidade. No entanto, é possível demonstrar quando uma prática está se afastando dos princípios geradores de sustentabilidade (GLIESSMAN, op. cit., p. 52).

Para realizar essa demonstração, baseado em mais de duas décadas de pesquisas e debates sobre a introdução de princípios da ecologia em sistemas agrícolas, o autor propõe que a agricultura sustentável apresenta pelo menos as seguintes características que podem ser analisadas:

- a) teria efeitos negativos mínimos no ambiente e não liberaria substâncias tóxicas ou nocivas na atmosfera, água superficial ou subterrânea; b) preservaria e recomporia a fertilidade, preveniria a erosão e manteria a saúde ecológica do solo; c) usaria a água de maneira que permitisse a recarga dos aquíferos e satisfizesse as necessidades hídricas do ambiente e das pessoas; d) dependeria principalmente, de recursos de dentro do agroecossistema, incluindo comunidades próximas, ao substituir insumos externos por ciclagem de nutrientes, melhor conservação e uma base ampliada de conhecimento ecológico; e) trabalharia para valorizar e conservar a diversidade biológica, tanto em paisagens silvestres quanto em paisagens domesticadas; e f) garantiria igualdade de acesso a práticas, conhecimento e tecnologias agrícolas adequadas, possibilitando o controle local de recursos agrícolas (GLIESSMAN, op. cit., p. 53).

Estas características desejáveis em qualquer modo de agricultura funcionam basicamente como indicadores de sustentabilidade para o acompanhamento de agroecossistemas ao longo dos anos, no sentido de manter ou reordenar seus processos. Neste sentido queremos chamar a atenção para o uso de tecnologias

como um aspecto fundamental sobre o modo de intervenção na natureza através de elaboração dos sistemas agrícolas.

As tecnologias utilizadas para a “modernização” da agricultura brasileira, ampliaram a capacidade humana de intervir sobre a natureza, modificando-a, e ampliou conjuntamente o seu imaginário de ser dominador.

O compromisso ligado à formulação destas tecnologias, esteve sempre relacionado a ampliação da produção e conseqüentemente dos lucros de uns poucos, ao invés de originalmente estar comprometida com a produção em estreita sintonia com os limites dos agroecossistemas.

Conforme Oliveira, vale ressaltar que em determinadas formas de organização da agricultura familiar, os agricultores realizam usos adaptativos, de tecnologias criadas para as grandes e médias propriedades (OLIVEIRA, 2005).

O agricultor familiar ao fazer uso de parte deste arsenal tecnológico que lhe é acessível, já que historicamente não existe o investimento em produção de tecnologias voltadas para esta categoria de agricultura, estará causando em escalas reduzidas dada o volume de uso e a dimensão de sua propriedade, impactos similares ao da grande propriedade, como exemplo, podemos indicar o uso de adubos e agrotóxicos artificiais.

Para Silva (op. cit., p. 16) a tecnologia cumpre duas funções básicas na sociedade capitalista: “a primeira, de natureza essencialmente econômica, é a de, aumentando a produtividade do trabalho, propiciar a formação de um lucro extraordinário para os capitais individuais. A outra, atuando como forma de dominação social, tem por finalidade a reprodução da divisão social do trabalho, portanto, a reprodução das classes sociais, para a manutenção do modo capitalista de produção”.

Neste sentido toda tecnologia produzida para atender estes objetivos, atua necessariamente como catalisadora dos processos biológicos envolvidos na produção, a fim de ampliar a acumulação de capital. Este se configura num dos elementos que afasta os sistemas agrícolas, assim organizados, da geração de sustentabilidade, pois os mesmos passam a atuar contra a natureza e não junto a ela.

Assim sendo, a agricultura familiar exige tecnologias específicas e que sejam produzidas e incorporadas a favor dos ciclos naturais. Consideremos, por exemplo, os agricultores tradicionais camponeses, que tem como principal objetivo de sua

atuação na organização de sistemas produtivos, a reprodução da família no campo ao longo dos anos e a obtenção de rendas e não de lucros. Considerando que este último é obtido principalmente através da exploração do/a trabalhador/a.

Ainda de acordo com Silva a “agricultura apresenta barreiras específicas do ponto de vista do modo capitalista de produção: uma duração maior (e determinada pelas leis da natureza) do processo de produção e a diferença entre o tempo de trabalho e o tempo de produção” (SILVA, op. cit., p. 41), ou seja, o tempo necessário para a produção agrícola diminui a velocidade de giro de capital, o que resulta em menor taxa de lucro em um determinado período de tempo. Então, sempre que uma tecnologia é produzida no sentido de mudar esta ordem natural dos processos, ela será ineficiente e insustentável, pois toda produção agrícola tem procedência de processos, que ocorrem em seu tempo devido.

Altieri (op. cit., p. 16) adverte que mesmo diante das contradições ligadas ao conceito de sustentabilidade, sua noção é necessária, “pois reconhece que a agricultura é afetada pela evolução dos sistemas sócio-econômicos e naturais, isto é, o desenvolvimento agrícola resulta da complexa interação de muitos fatores. A produção agrícola deixou de ser uma questão puramente técnica, passando a ser vista como um processo condicionado por dimensões sociais, culturais, políticas econômicas”.

A busca pela construção de sistemas agrícolas sustentáveis passa, obviamente pelo desenvolvimento de tecnologias apropriadas às condições específicas da propriedade familiar. Porém, está explícito no contexto histórico e atual sobre sustentabilidade que a mesma não será alcançada apenas através do desenvolvimento exclusivo de tecnologias. “Novos agroecossistemas sustentáveis não podem ser implementados sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido, para quem é produzido” (ALTIERI, op. cit., p. 16).

Na comunidade Boa Esperança, de modo genérico, as atividades produtivas são desenvolvidas através de um baixo nível de introdução de tecnologias em seus arranjos produtivos. Tanto de tecnologias tradicionais quanto de tecnologias convencionais.

### 2.4.3.1 A preparação da Terra e o Uso de Equipamentos

O processo de desmatamento e preparo inicial da terra para a implantação de atividades produtivas pelos agricultores na Comunidade Boa Esperança, ao longo dos anos de 1997-2007, esteve associado a pelo menos três condições: a) desmatamento da área através da venda antecipada da madeira a pessoas externas à comunidade; b) utilização das partes da propriedade que se encontravam desmatadas ou na forma de capoeira, quando de sua chegada na terra; e c) desmatamento ou abertura da área com recursos próprios.

No primeiro caso, a venda antecipada da madeira a pessoas externas à comunidade, o/a agricultor/a ou agricultora negociavam a área a ser desmatada e o valor correspondente. O comprador deveria ser responsável por providenciar todo o processo de extração, ocorrendo em algumas situações da utilização da própria mão de obra do agricultor, quando este se encontrava apto para o trabalho.

Neste contexto o agricultor unia a necessidade de recursos para a subsistência da família por um determinado período, normalmente curto, à necessidade de desmatar áreas para o cultivo de variedades de alimentos, pastagens para o gado ou para a implantação das duas atividades.

Importa observar, que este modo de abertura de áreas na Comunidade Boa Esperança, comum à maioria dos assentamentos e pequenas propriedades familiares na região, foi responsável por grande parte dos impactos ambientais presentes atualmente na mesma por ter sido realizado sem controle ultrapassando os limites das Áreas de Preservação Permanentes - APPs, tanto em áreas de elevação quanto as matas de galeria margeadoras do Córrego Facão e ao redor de nascentes.

Esse mecanismo é utilizado indiscriminadamente, em função da total ausência de acompanhamento dos órgãos ambientais na comunidade. A madeira extraída, deixa-a sem a autorização (o que não implica em desconhecimento) da SEMA e/ou IBAMA.

De acordo com relatos registrados na comunidade, empresários do município de Cáceres retiraram madeira nesta comunidade, também nas comunidades São José e Bom Jardim componentes do Assentamento Facão, pagando pela mesma preços irrisórios em relação aos valores da madeira vendida legalmente no comércio local.

No segundo caso, a possibilidade de o agricultor encontrar áreas desmatadas ou na forma de capoeira quando de sua chegada, foi também uma realidade vivida na comunidade, resultante do desmatamento provocado pela atuação de outras famílias, que as antecederam. Os agricultores que se enquadram neste grupo são os que chegaram em momentos mais recentes, compreendendo o período acima citado, e normalmente acessaram a terra na forma da compra do direito.

A terceira situação, desmatamento ou abertura da área com recursos próprios, é constituída por um grupo minoritário, entre os que primeiro ocuparam a área em anos próximos a 1997 e ainda os que ocuparam mais recentemente. A maioria dos agricultores da comunidade, que vivem na terra e da renda que conseguem extrair da mesma, não teve ou não tem recursos para realizar este processo de forma autônoma.

Este grupo foi e hoje é constituído, notoriamente por pessoas possuidoras de outros patrimônios, e encontram-se em condição socioeconômica diferenciada em relação aos demais agricultores da comunidade.

Como mencionado em momento anterior, existe na comunidade Boa Esperança, famílias donas de terras, que não a tem como primeira necessidade de sobrevivência. Estas usam as mesmas, principalmente como complemento de renda, diminuição de despesas familiares e ainda para descanso nos finais de semana.

Ultrapassado a fase inicial do processo de preparo da terra para o cultivo, os processos seqüentes passam a ser comuns para os que realizam algum tipo de cultivo, pois existe um considerável número de propriedades que se encontram improdutivas hoje, tomadas pela copeira em processo de sucessão, normalmente pertencentes a proprietários residentes na cidade de Cáceres.

Este fato evidencia que ao ser mal conduzido o processo de reforma agrária pelas entidades com competência sobre o mesmo, abre-se espaço e estimula a presença das estruturas de dominação presentes nas relações estruturais da sociedade brasileira, em uma organização de trabalhadores/as que deve ser pautada em bases libertárias.

O preparo da terra por estes agricultores, segue as etapas dos procedimentos tradicionais de preparo do solo, em alguns casos associados a técnicas convencionais de preparo, como por exemplo, a gradeação e aração do solo através do uso de tratores.

As diferenças existentes entre as formas de manejo do solo na comunidade, caracteriza-se por aqueles agricultores que após alguns anos de utilização de uma área de terra para o plantio de pastagens, alterna sua ocupação com o plantio de alguma variedade de cultivo anual, o mais freqüentemente encontrado é o milho. Associado a este manejo, os agricultores fazem a renovação da pastagem, plantando sementes ou mudas, entre as fileiras da cultura anual.

Após desmatar a terra, utilizar um percentual da madeira e vender outro, esses agricultores passam para a etapa de limpeza do terreno, reunindo galhos, pedaços de raízes e vegetação de extratos menores que compõem o sub-bosque, como arvoretos, arbustos e semi-arbustos, fazendo leras<sup>45</sup> espalhadas por toda a extensão do terreno (figura 06), que na seqüência são eliminadas através da utilização da ação do fogo.



**Fonte:** Costa, R. O (29/09/2007)

**Figura 06:** Coivaras feitas após a gradeação durante a limpeza da área.

Normalmente, os agricultores fazem as leras ou coivaras sobre os tocos resultantes do corte das árvores, para processualmente eliminá-los a fim de liberar passagem para a gradeação da terra. A maioria não aguarda o apodrecimento dos tocos e contratam os serviços para que seja feita a gradeação entre os mesmos, na seqüência do desmatamento.

<sup>45</sup>Estas leras são denominadas entre os agricultores de *coivaras*.

Como constatamos uma das atividades produtivas mais freqüentes na comunidade, é a introdução de pastagens para a criação de gado leiteiro. Em situações menos freqüente, para a criação de gado de corte, que normalmente ocorre nas maiores propriedades.

Em relação à introdução deste tipo de cultivo, no caso específico da comunidade, após o desmatamento e preparo inicial do solo, a *gradeação* é realizada uma única vez. Na seqüência realizam o cultivo por dois ou três anos consecutivos na mesma área, e logo após, por razões discutidas anteriormente, introduzem a pastagem que permanecerá sem ser renovada por vários anos seguidos, até a sua total deterioração.

Normalmente a contratação de serviços de máquinas, com destaque para a utilização do trator para o gradeamento, é feito na própria comunidade junto a vizinhos que possuem para o uso próprio e eventualmente prestam serviços aos demais.

Em relação à introdução de nutrientes no preparo do solo, 53% dos agricultores seguem a seqüência tradicional de deixar presente na área a matéria orgânica, resultante das atividades nela desenvolvidas. Outros fazem a queima da matéria orgânica produzindo a cinza como forma de introduzir nutrientes.

Considerando estas, como formas tradicionais de adubação do solo, apenas uma pequena parcela destes agricultores conhecem mecanismos alternativos de ampliar a capacidade nutricional e sua disponibilidade no solo para a planta. Alguns justificam, que desconhecem porque sempre trabalharam em terras de boa qualidade, portanto, não exigiam correção ou adubação.

Não encontramos nenhum caso onde fora realizado análise e correção do solo para posteriormente a realização de adubação química artificial. No entanto, todos os agricultores que realizam os cultivos intensivos mencionados acima, introduzem este tipo de adubo a fim de manterem níveis mínimos da capacidade produtiva do solo durante todo o ano.

Vencida a etapa inicial de preparo do solo, os agricultores que cultivam alimentos, utilizam como equipamentos para a efetivação do plantio, principalmente o *arado a tração animal*, a *enxada* e a *matraca* (figura 07), mesmo os que praticam cultivos mais exigentes em manejo.



**Fonte:** Costa, R. O (29/09/2007)

**Figura 07:** Agricultor realizando o plantio de sementes através da utilização da matraca, equipamento tradicional na agricultura camponesa.

A exceção a esse conjunto de equipamentos utilizados no processo produtivo, ocorre por um pequeno grupo de agricultores que utilizam sistemas simples de irrigação sendo em sua maioria a água captada pela gravidade. Um agricultor estrutura o seu sistema de irrigação movido por motor elétrico.

A forma de organização de cultivos predominante na comunidade é sua introdução individualizada em uma determinada área. Como pode ser identificado na figura 08 onde estão presentes em uma mesma área variedades dispostas em fileiras específicas, mas não consorciadas entre si.



**Fonte:** Costa, R. O (29/09/2007)

**Figura 08:** Plantas dispostas separadamente em uma mesma área.

Sobre este aspecto Altieri (op. cit., p. 25) indica que o “consorciamento de distintas espécies ajuda a criar habitats para os inimigos naturais das pragas, bem como hospedeiros alternativos para as mesmas [...] A grande diversidade de espécies desenvolvendo simultaneamente em policultivos, ajuda na prevenção de pragas evitando sua proliferação entre indivíduos da mesma espécie, que ali se encontram relativamente isolados uns dos outros”.

Em relação aos insumos utilizados na propriedade os resultados encontrados demonstram uma relação de dependência externa destes agricultores. Principalmente aqueles que estão desenvolvendo sistemas mais simplificados (pouco diversificado).

Os/as agricultores/as que utilizam sua propriedade para o desenvolvimento do cultivo de variedades alimentares como atividade principal, buscam nas casas de venda de produtos agropecuários principalmente sementes, destacam-se os agricultores que fazem cultivos irrigados que utilizam variedades híbridas, e agrotóxicos com destaque para os inseticidas. Aparece em pequena escala, também a busca externa de fontes de nutrientes pra serem introduzidas nos cultivos, como adubos artificiais (4-14-8; 25-20); cama de frango de origem de criações intensivas em municípios vizinhos; e palha de arroz em beneficiadoras localizadas na área urbana do município de Cáceres.

Uma alternativa ao alcance destes/as trabalhadores/as é a realização de trocas de sementes utilizadas tanto no cultivo para a alimentação, quanto o realizado com o objetivo de efetivar a adubação verde e incorporação de matéria orgânica no solo. Esta prática é realizada por agricultores/as da região com agricultores/as de outras regiões do Estado.

De acordo com Cabral (2007, p. 22-25), no ano de 2006 em nível regional no grupo de Intercambio em Agricultura Sustentável, constituído por grupos de resistência camponesa, foram cadastradas no banco de informação sobre as sementes 314 (trezentos e quatorze) variedades de 84 (oitenta e quatro) espécies de plantas.

Os agricultores que desenvolvem alguma modalidade de cultivo associado à criação de gado leiteiro ou de corte, junto aos agricultores que realizam principalmente a criação de gado como atividade principal fazem necessariamente a incorporação de insumos externos à propriedade.

Dentre os/as agricultores/as informantes 94% adquire algum tipo de produto em casas de agropecuárias do município de Cáceres. Dentre estes, um agricultor adquire um tipo de insumo utilizado no cultivo do maracujá, em casas agropecuárias localizadas no município de São José dos Quatro Marcos, distante da Comunidade Boa Esperança, aproximadamente 94 km.

Os produtos mais freqüentemente adquiridos são relacionados à criação de gado sendo eles, sal mineral; vacinas contra raiva<sup>46</sup>, carbúnculo, aftosa, brucelose; antibióticos utilizados principalmente em bezerros que nascem no período de chuvas.

Utilizados no cultivo de alimentos os principais produtos adquiridos em casas agropecuárias são os agrotóxicos; as sementes; e adubos.

Através das observações que pudemos realizar, cada agricultor/a atua no cultivo da terra utilizando apenas os insumos localizados internamente na propriedade, não realizando trocas entre vizinhos da mesma comunidade.

---

<sup>46</sup> De acordo com relatos dos/as agricultores/as existem freqüentes ataques de morcegos hematófagos, tanto no gado quanto em animais de trabalho que devem estar cuidadosamente vacinados a fim de evitar perdas.

### 2.4.3.2 Colheita e Comercialização

As variedades cultivadas pelos agricultores da comunidade Boa Esperança, seja com a intenção primária de utilizá-las para o consumo familiar, ou para o envio ao mercado, toda a colheita é feita manualmente.

Alguns agricultores armazenam os alimentos colhidos em paióis de paredes e assoalho construídos com madeira cerrada, sendo este suspenso do chão como forma de proteger o alimento da umidade e ampliar a sua durabilidade. O armazenamento de grãos é feito principalmente em sacos de 60 Kg.

Outra parcela considerável dos agricultores da Comunidade Boa Esperança armazenam os alimentos colhidos em um cômodo na mesma casa onde moram, sob justificativa de falta de condições orçamentárias para a construção de um espaço próprio.

Em relação ao trabalho utilizado no plantio e também na colheita, em aproximadamente 85 % dos lotes que estão produtivos, é constituído basicamente por trabalhadores componentes da família, em 15 % das propriedades a colheita ou atividades relacionadas com a criação de gado é feita por trabalhadores contratados. Esta última situação normalmente é relacionada a proprietários não residentes na comunidade.

Na maioria dos casos, os trabalhadores externos à comunidade, moradores da cidade de Cáceres, deslocam-se todos os dias para a realização dos trabalhos. Existem ainda, contratações dos próprios agricultores que estão sobre a terra, mas não executam atividades produtivas na mesma, em função da não disponibilidade de recursos financeiros.

Durante todo o processo de interação com os agricultores, uma reclamação constante da maioria deles/as refere-se à etapa posterior a colheita<sup>47</sup>, a comercialização, que se configura em um grande desafio para a continuidade de suas ações produtivas, de acordo com a atual organização que os mesmos apresentam.

A dificuldade reside no fato de estes/as agricultores/as serem obrigados a venderem sua produção no próprio lote, por não terem transporte individual ou coletivo disponível para a comercialização direta em mercados locais. Esta limitação

---

<sup>47</sup> Será abordada com maior profundidade no capítulo 3.

faz com que os agricultores que estão submetidos a esta situação, a maioria deles, desconsiderem em alguns momentos, dificuldades de outras ordens que os mesmos enfrentam, decorrentes das precariedades com que realizam o plantio e a colheita.

Todos os/as agricultores/as da Comunidade Boa Esperança, comercializam sua produção no município de Cáceres, sendo a venda ainda na propriedade a forma mais freqüente.

Os agricultores de Cáceres e região participam desta mesma realidade e na expectativa de avançarem na construção de alternativas à mesma, iniciaram algumas estratégias, dentre elas merece ser destacada a construção do Mercado do Produtor Familiar do Pantanal, localizado no espaço urbano do município de Cáceres, com o objetivo de se configurar em um local exclusivo para a comercialização de produtos de origem de propriedades familiares, diretamente ao consumidor, portanto, livres de atravessadores.

No ano de 1997 inúmeras associações rurais do município de Cáceres, receberam recursos oriundos da fonte PRONAF ESTRUTURA. Este repasse fora realizado às associações para a sua estruturação, a fim de ampliar suas condições de trabalho.

Através de uma comissão criada por membros das associações e prefeitura municipal de Cáceres, fora definido que cada associação repassaria 50 % do valor recebido do financiamento, para construção do mercado do produtor, já que a comercialização era no momento apontada pela maioria dos agricultores envolvidos, como um dos principais entraves para a continuidade do desenvolvimento da atividade agrícola, em função do baixo retorno econômico proveniente da comercialização via atravessadores.

Através desta mobilização foram apurados entre R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para a construção da estrutura do centro de comercialização.

Os aspectos positivos da história encerram-se com a sua construção. De acordo com as informações, o volume total de recursos apurados não foi investido integralmente na construção, ficando a estrutura em condições inadequadas para a comercialização. Porém, o elemento de maior insustentabilidade em todo este contexto decorre do formato de gestão adotado para este espaço.

A estratégia adotada para o funcionamento deste local, foi a de que o/a agricultor/a deveria produzir em sua propriedade transportar os alimentos até este

local e realizar a comercialização. Dadas as distâncias e a má qualidade das estradas nas áreas rurais desta região, essa estratégia tornou-se na verdade uma armadilha para o agricultor que logo viu-se impossibilitado de assim atuar.

Por intermédio da ação de políticos do município e de agentes que atuam na execução de seus interesses, foram introduzidos neste espaço de comercialização intermediários que, novamente passaram a comprar os alimentos dos/as agricultores/as e revende-los no Mercado do Produtor Familiar do Pantanal.

Este momento assemelha-se muito ao desfecho dado para a criação, no final da década de 1980, do Projeto Facão, onde foram assentadas através da ação de políticos do município, famílias que não haviam participado das mobilizações reivindicatórias.

Assim, o centro de comercialização construído com recursos transferidos diretamente dos agricultores familiares, que obrigatoriamente deveriam pagar pelos recursos federais, passa a servir em primeiro lugar a atravessadores, repetindo a mesma realidade em que estes agricultores vinham sendo explorados.

Este acontecimento, além de demonstrar articulações negativas ao fortalecimento da agricultura familiar no município e região, também indica que o processo de mobilização dos agricultores foi frágil, no sentido do planejamento das etapas que envolvem a construção de um espaço de comercialização específico do agricultor familiar. Considerando que este conta muito frequentemente com a capacidade de trabalho exclusiva da família, torna-se incompatível para o mesmo, interromper as atividades na terra para se deslocar até a cidade a fim de realizar a comercialização. *“Cooperativa resolve tudo isso, porque ela tem quem vai vender e fazer o comércio [...] cooperativa tira a gente da mão do atravessador”*.

No entanto, desfechos como estes não negam a possibilidade da construção de espaços de comercialização específicos para o agricultor familiar. Um elemento que se demonstrou frágil na organização e que certamente não deve ser repetido, é que o agricultor tenha que abandonar suas atividades produtivas para se responsabilizar cotidianamente pela gestão do espaço de comercialização.

Em conformidade com o que afirmou (SILVA, idem) sobre a ampliação das atividades agrícolas da “porteira para fora”, é possível perceber um número considerável de agentes intermediando a relação do agricultor/a com o consumidor final, localizados principalmente no próprio município de Cáceres.

O fato de muitos intermediários se incluírem forçadamente nas etapas entre, a produção e a comercialização final, leva a uma alta nos preços dos alimentos como é comum nas cadeias produtivas preenchidas por intermediários, fazendo com que o agricultor receba preços extremamente baixos pelos alimentos em sua propriedade e o consumidor, por sua vez, pague preços altos por este mesmo alimento.

Como exemplo, pode se mencionar a compra por estes intermediários de melancia produzida pelos agricultores da Comunidade Boa Esperança, a R\$ 0,80 a unidade e vendida ao consumidor por R\$ 5,00 (dezembro de 2006). Ou seja, lucros de mais de 500% sobre um produto que lhe custou apenas a locomoção até a comunidade a uma distância percorrida de 24 Km.

Além desta área, onde são comercializados alimentos vindos de propriedades familiares, através da ação dos intermediários, existe ainda no município de Cáceres a feira livre municipal, que funciona as quintas-feiras e aos domingos sempre pela manhã, onde os agricultores também podem comercializar parcela do que produzem diretamente ao consumidor. No entanto, a maioria não acessa este espaço em função do problema da falta de transporte como mencionado anteriormente.

Freqüentemente nesta feira, a maioria dos produtores que também realizam a comercialização são praticantes da agricultura urbana no município de Cáceres.

Não poderíamos deixar de registrar que, alguns agricultores da Comunidade Boa Esperança tentam não se submeter à lógica da venda na propriedade para o atravessador, e deslocam-se até a cidade de Cáceres para efetivarem pessoalmente a comercialização. Alguns transportam os alimentos em caixas fixadas na garupa de bicicletas e motocicletas e realizam a venda em mercearias, localizadas nos bairros de Cáceres. Outros pagam fretes até um local específico da cidade e depois distribuem em mini-mercados utilizando bicicletas cargueiras.

Independente da estratégia utilizada estas ocorrências são representações explícitas da necessidade que estes/as agricultores/as têm, de alcançarem melhores preços com a comercialização dos alimentos que produzem, a fim de garantirem uma processual melhora em suas condições de trabalho e vida no campo.

Está ainda ligado a estes fatos, a capacidade que os/as agricultores/as possuem de criar estratégias de resistência à exploração a que estão submetidos e assim, continuarem mantendo sua identidade de agricultor/a.

Numa perspectiva de organização da Sócio Economia Solidária estes/as agricultores/as podem associar-se através de entidades formais, como associações,

cooperativas ou não formais para a realização da comercialização de seus produtos. Na busca de benefícios para a coletividade podem realizar um planejamento para a realização conjunta do transporte até os locais de comercialização. Para tanto, podem requerer veículos de carga adquiridos com recursos do PRONAF, administrado pela prefeitura municipal.

Para realizar a comercialização permanente no espaço do agricultor familiar, os/as agricultores/as da Comunidade Boa Esperança e das demais comunidades podem definir conjuntamente formas eficientes para a realização deste processo. Como alternativas podem considerar possibilidades em que o agricultor não fique impossibilitado de trabalhar na produção: a) podem construir processualmente cooperativas onde uma de suas atribuições seja a realização da comercialização; b) conjuntamente com outras comunidades de agricultores/as da região, constituir uma central de comercialização, mantida com recursos obtidos com a própria comercialização; c) podem reunir elementos destas duas estratégias e constituir centrais de cooperativas, e inúmeras outras possibilidades que resultem em benefício coletivo para os mesmos, necessidade cada vez mais evidente na Comunidade Boa Esperança.

#### **2.4.3.3 Combate de “pragas”**

Para (PASCHOAL, 1979 apud VEIGA, 1998, p. 13) “ao reduzir a diversidade e colocar juntas, a curta distância, plantas de uma mesma espécie em extensas áreas, o homem favorece a reprodução e a sobrevivência de certos herbívoros, os quais, na presença de poucos competidores e inimigos naturais, vem a constituir populações numerosas, passando a ser consideradas pragas”.

A desestabilização ecológica criada como conseqüência da simplificação dos sistemas agrícolas, resulta na necessidade de introduzir medidas externas ao sistema para realizar o controle de grupos de insetos e plantas que se favorecem. Este fator é gerador de insustentabilidade porque desencadeia uma série de novas perturbações, eliminando os indivíduos das espécies alvo em que se fazem as aplicações e também indivíduos de outros grupos não causadores dos males que se pretende corrigir. Outro fator que contribui decisivamente para o fortalecimento do ciclo de desestabilização do ambiente é, a intoxicação do solo e das plantas e contaminação das fontes de água.

Na comunidade Boa Esperança, a desestruturação de habitat através do desmatamento demonstra ser a causa mais significativa para a geração de desequilíbrios ecológicos dessa natureza. De acordo com a fala dos agricultores os grupos que mais causam prejuízos financeiros em suas plantações, considerados por eles pragas, estão reunidos na quadro 05, onde também aparecem listados os agrotóxicos utilizados em seu controle,

Quadro 05

Tipos de cultivos e grupos que mais frequentemente causam prejuízos econômicos nas lavouras organizadas na Comunidade Boa Esperança.

<b>Tipo de Cultivo</b>	<b>Grupos Causadores de Prejuízos</b>	<b>Agrotóxico utilizado no controle</b>
Cana	Cigarrinha	Tamaron, Tamaron + criolina; barrage; folissuper*
Banana	Abaitaca	-----
Feijão	Lagarta, pulgão	Tamaron+criolina
Milho	Quati; periquito; papagaio, cigarrinha; lagarta da boneca**	**folidol
Pastagem (Braquiaria sp)	Cigarrinha	-----
citrus e banana (ataca botão floral)	Arapuá (vespa negra)	Folidol, tamaron, barrage
-----	Pulgão	Folissuper
Alface	Pinta preta na alface	Barrage
Maracujá	Percevejo; -lagartinhas; abelha arapuá; abelha caga fogo (vermelha)	Folidol

Quadro organizado: Costa, Rogério (2007)\*o agricultor aplica na pastagem antes do inseto migrar para a roça

Grande parte da atenção dos agricultores no que se refere à realização de controle de “pragas” está voltada para as espécies de insetos. As situações mais freqüentes é o ataque da cigarrinha na pastagem e posteriormente migrando para o arroz e milho principalmente; a lagarta do ponteiro no milho; a lagarta no cultivo do feijão e a abaitaca nas diversas espécies de banana e citrus, as que apresentam maior ocorrência e, portanto, maiores danos nas plantações.

O controle destes grupos não é realizado com o objetivo de repeli-los da área plantada para áreas mais distantes por determinado período. A realização do controle é feita no sentido de eliminar definitivamente estes insetos. Os agricultores

em sua maioria desconhecem defensivos alternativos para a utilização nesta modalidade de controle, e acabam por usar, defensivos químicos artificiais causadores de impactos diretos sobre a natureza e para a saúde humana, tanto do agricultor que realiza a aplicação, quanto do consumidor que irá introduzir em sua dieta alimentos contaminados.

Existem na comunidade agricultores que vêm a algum tempo se expondo a estes agrotóxicos, e hoje o nível de intoxicação é tão relevante que não conseguem trabalhar normalmente, por falta de vigor físico e por sofrerem fortes dores de cabeça, podendo trabalhar diretamente na terra apenas algumas horas por dia, coincidindo com os momentos de calor menos intenso.

Como forma de ilustrar a insustentabilidade desta prática podemos citar as formas de controle da cigarrinha, como mostra o quadro 05. Esta é controlada na comunidade também através da aplicação do inseticida folissuper. Em seu manual de recomendações (bula), a indicação é que “Folissuper 600 BR é um inseticida organofosforado com grande amplitude de ação contra as principais pragas que atacam as cultuas de algodão, feijão, milho e soja”<sup>48</sup>, porém não é indica a aplicação contra a cigarrinha.

Num outro ponto do manual, está registrado que “pessoas desprotegidas não devem entrar na área antes de transcorridas 48 horas, caso necessite entrar na área tratada antes deste período, usar equipamentos de proteção individual”. Os/as agricultores/as se expõem a ação do produto em todos os momentos de sua aplicação.

Caso não sejam utilizados todos os equipamentos de proteção necessários para seu manuseio (óculos ou viseira facial; mascara cobrindo o nariz e a boca; luvas de borracha; macacão com mangas compridas; chapéu de aba larga; botas) e haja contato com o produto, o manual de orientação diz o seguinte: “PRIMEIROS SOCORROS – ingestão: provoque vômito até duas horas após a ingestão... e procure logo um médico; olhos: lave com água em abundância e procure logo um médico; pele: lave com água e sabão em abundância e se houver inflamação procure um médico; inalação: vá a um local arejado e vá ao médico”.

Ora, alguns destes agricultores, como os mesmos afirmam, não se lembram qual a última vez que estiveram em um consultório médico. Em suas falas reclamam

---

<sup>48</sup> Determinações de uso de produto contidas na bula do agrotóxico Folissuper 600 BR do laboratório Agripec.

a necessidade de um regime diferenciado de atendimento<sup>49</sup>, já que as filas de espera por uma vaga para o acesso ao tratamento público disponível no município, pode levar meses, o que dificulta ainda mais o seu acesso em relação aos trabalhadores da área urbana.

Esta condição força os trabalhadores a migrarem para o sistema de saúde particular que naturalmente em função dos valores cobrados, exclui grande parte dos trabalhadores/as de baixa renda. O valor de uma consulta, que no município de Cáceres custa R\$ 120,00 (cento e vinte reais) a de menor valor (preço médio- mês 09/2007), associada aos valores dos medicamentos alopáticos, faz com que esses agricultores não procurem atendimento médico.

Portanto, a indicação dos fabricantes acessível ao agricultor familiar, em caso de intoxicações, confrontada com o contexto socioeconômico de abandono em que este se encontra é inútil ao mesmo.

Outro caso encontrado na comunidade é o uso de inseticidas recomendados pra o controle de ectoparasitos em animais, sendo utilizados para o controle de doenças em vegetais. Este é o caso da controle da pinta preta no alface através da utilização de barrage, um carrapaticida, mosquicida e inseticida piretróide.

Em relação aos aspectos ecológicos consta a indicação “de que o produto é tóxico para peixes e não deve ser lançado em direção a corpos d’água”. Sobre este aspecto, o inseticida mencionado anteriormente, folisuper, “é muito perigoso para o meio ambiente (CLASSE II)<sup>50</sup>.

Como afirmamos os pacotes tecnológicos introduzidos em sistemas produtivos para a “modernização” da agricultura, não foram idealizados para o agricultor que atua em pequenas áreas de terra utilizando a capacidade de trabalho familiar. Ao contrário, essas tecnologias foram introduzidas em grandes propriedades ocupadas com monocultivos, onde necessariamente, grande parte do trabalho humano foi substituído pela utilização de máquinas.

Neste sentido, quando o agricultor familiar se defronta com a incapacidade de produzir naturalmente em suas terras em decorrência da falta de estabilidade do ambiente, que tem como uma de suas conseqüências a proliferação de herbívoros e diminuição da capacidade produtiva do solo, adere às tecnologias produzidas para a

---

<sup>49</sup> O sistema de saúde do município de Cáceres, tem vagas reservadas para moradores da área rural do município, porém não suficiente para atender em tempo viável a demanda.

<sup>50</sup> As classes de periculosidade são: Altamente perigoso (CLASSE I); Muito Perigoso (CLASSE II); Perigoso (CLASSE III); Pouco Perigoso (CLASSE IV)

grande propriedade e que são acessíveis à sua capacidade de compra, como é o caso dos inseticidas, herbicidas, adubos químicos artificiais, outros.

Em qualquer modalidade em que forem utilizados, seja na pequena propriedade familiar seja na grande propriedade industrializada, os agrotóxicos geram sempre conseqüências negativas. No entanto, quando utilizados por agricultores familiares a insustentabilidade em seu uso é ainda mais intensa, devido a agressão direta à saúde humana através do manuseio, tanto na preparação quanto na aplicação, por estes trabalhadores despossuídos de informação e estrutura para o manuseio.

Nos “anos de 1995/1996 via levantamento do Censo Agropecuário mais da metade dos estabelecimentos declararam que utilizam agrotóxicos. Excetuando-se os estabelecimentos com menos de 10 ha (1.338.711 – Um milhão trezentos e trinta e oito mil e setecentos e onze), nas pequenas unidades o uso chega a mais de 80 % e entre as médias e grandes propriedades este consumo está cima de 90%” (OLIVEIRA, op. cit., p. 55).

No Brasil a “agricultura familiar é responsável pela produção de 80% dos alimentos que chegam a mesa dos brasileiros” (SCHUCH, 2006). Se considerarmos o uso intensivo destes produtos em uma escala local/nacional perceberemos que é relevante o volume de agricultores que entram em contato diretamente e através da alimentação milhões de brasileiros.

Em relação aos trabalhadores/as que se expõem ao contato com agrotóxicos Canuto (op. cit. p. 37) menciona que em pesquisa realizada por médicos e estudantes do Programa de Vigilância da Saúde das Populações Expostas a Agrotóxicos, da Unicamp, verifica-se dados alarmantes. A pesquisa demonstra que cerca de “1,5 milhão de trabalhadores e trabalhadoras do campo, expostos ao contato prolongado com agrotóxicos, estão contaminados e apresentam problemas renais, dermatológicos, neurológicos, hepáticos ou gastrintestinais”.

Para Gorgen (op. cit. p. 74) “os agrovenenos são a principal fonte de lucro das multinacionais e o principal instrumento de exploração dos camponeses e agricultores em geral”. Conclui “é o mecanismo mais eficaz de transferência de renda da agricultura para a indústria”.

Essa realidade evidencia a necessidade da intensificação de pesquisas no desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a agricultura familiar camponesa,

necessárias para a ampliação da sustentabilidade sistêmica decorrente da organização do campo através desta forma social.

Em relação aos aspectos locais ligados à comunidade em estudo, apenas um agricultor utiliza um tipo de defensivo alternativo para o controle do pulgão fabricado a partir da mistura do fumo e de uma planta do cerrado denominada timbó.

Os grupos de aves causadoras de prejuízos e determinados grupos de mamíferos não são controlados. Alguns agricultores indicaram que sua presença vem inviabilizando o plantio de determinados tipos de cultivos, como exemplo o milho, quiabo e outros.

Verificamos que a maioria dos agricultores utiliza agrotóxicos, como estratégia de manejo para a correção de desequilíbrios ambientais, propulsores da ampliação de determinados grupos de “pragas” e doenças. A necessidade de controle de “pragas” é um indicador da presença de impactos ambientais na comunidade. É sem dúvida alguma, também uma indicação que a realidade desta comunidade é similar à da maioria das pequenas propriedades agrícolas brasileiras, que desconhecendo tecnologias alternativas, acabam por aderir ao uso de agrotóxicos artificiais na tentativa de garantirem alguma produção.

## **2.5 Potencial de Produção**

Um dos mais evidentes potenciais de produção relacionados às condições estruturais da comunidade Boa Esperança, é a possibilidade que os agricultores têm, de organizarem sistemas produtivos diversificados, na perspectiva de ampliarem a sustentabilidade da unidade familiar, enquanto sistema agroecológico. Aproximando-se o máximo possível de atingirem sua segurança e soberania alimentar.

Esta se configura inclusive como estratégia de negar a lógica dominante implantada no modo de pensar de determinadas categorias da agricultura familiar, de que é possível e viável produzir um número reduzido de variedades e através da venda direta da colheita no mercado, abastecer a propriedade com todos os itens necessários; e ainda de adaptar os sistemas produtivos às condições ecológicas extremamente sensíveis da área que constitui a Comunidade Boa Esperança.

Conforme indica Gorgen (op. cit. p. 46)

com a revolução verde a maioria dos pequenos agricultores abandonaram a produção de subsistência achando que com o dinheiro que ganhariam com a produção de monocultura (soja, café, algodão, frutas, aves, suínos, leite, etc, dependendo da região do país) comprariam tudo o que precisavam para dentro de casa. Na verdade com o tempo, passou a não sobrar dinheiro nem para pagar o custo de produção da própria monocultura.

Além da possibilidade de organizar agroecossistemas possíveis de garantirem a vivência familiar, afirmamos como potencial para a produção na comunidade a possibilidade de alcançar os consumidores de alimentos de um dos municípios mais populosos da região Sudoeste do Estado de Mato Grosso, onde a mesma está localizada.

De acordo com Silva (1998, p. 31) nos anos noventa ocorre a globalização dos chamados alimentos frescos: frutas, legumes e verduras. Assim, entre a produção e o consumo

agregaram-se cada vez mais novos serviços e novos agentes, reduzindo o peso dos elos tradicionais, de modo que o peso do que se chama “logística de distribuição” passa a responder pelo maior valor agregado da cadeia produtiva. Em frutas, verduras e produtos frescos, em geral, estima-se que mais de 50% do valor agregado se deve a toda esta parafernália: transporte, armazenamento, mobilidade, custos de informação, etc..

A Comunidade Boa Esperança (e demais comunidades do Assentamento Facão), em função de estar localizada a apenas 12km de distância da área urbana do município de Cáceres, tem grande potencial para desenvolver sistemas de relações com o mercado que negam a lógica da ampliação da estrutura logística de distribuição, que elevam demasiadamente os preços dos alimentos ao consumidor e baixam os preços pagos ao agricultor. Esta lógica de distribuição cria ainda, um montante de outros problemas, como exemplo, o aumento de mortes nas estradas dado o volume de tráfego causado pelos veículos de carga que se põem a cortar o país em todas as direções para a distribuição de alimentos.

O potencial de consumo existente no município de Cáceres, para alimentos produzidos localmente, portanto, passíveis de serem comercializados a preços menores em relação aos produtos de outras regiões, em função de uma curta “logística de distribuição”, está também diretamente ligado às características socioeconômicas dos habitantes deste município.

Conforme os dados organizados pelo IBGE, no ano de 1991 existiam no município 48,59% da população vivendo com até meio salário mínimo. Já no ano de

2000, de acordo com a mesma fonte este percentual sobe para 59,35%. A estimativa realizada no ano de 2005 era de que 52 mil pessoas do total de 89.054 habitantes viviam abaixo da linha da pobreza (KGM / Câmara Municipal de Cáceres).

Neste sentido os elementos que se configuram em um considerável potencial de produção para os/as agricultores/as da Comunidade Boa Esperança, configuram-se por outro lado em uma exigência de parcela significativa da população local, que ocupa grande parte de seu orçamento familiar com gastos em alimentação.

O município de Cáceres conta hoje com uma população de mais de 84 mil habitantes. Sendo um município pólo de saúde na região Sudoeste de Mato Grosso, Cáceres recebe o fluxo de habitantes de pelo menos dezessete outros municípios, fato que amplia seu potencial para o consumo de alimentos e de outros produtos de comunidades agrícolas do município.

As condições de infra-estrutura externa à comunidade necessária ao escoamento da produção, também se configura em um facilitador para estes agricultores. O trecho da Br – 070 entre a comunidade e o espaço urbano de Cáceres ou entre a comunidade e a Capital do Estado, Cuiabá, e o município de Várzea Grande, distantes duzentos e quatorze quilômetros desta, a via de acesso permite um transporte rápido dos alimentos por estar em bom estado de conservação.

Associado a estes elementos que destacamos como potencial existe principalmente, uma considerável demanda no mercado para a ocupação de alimentos produzidos pela agricultura familiar, não ocupados nesta região pelos alimentos industrializados resultantes de um amplo processo de globalização do setor de alimentos.

Conforme evidencia Silva (op. cit., p. 33) “um dos impactos da globalização sobre a agricultura é que a generalização dos padrões internacionais de consumo, especialmente das comidas rápidas e daquela fora de domicílio, tem levado à queda da importância de uma série de produtos que perdem peso no volume global da produção, mas se tornam, as vezes, nichos fundamentais de mercado dentro da atividade agrícola no âmbito de uma região” ().

## 2.6 Obstáculos para a Produção

“No Brasil, a construção de um espaço camponês se efetuou na maioria dos casos, sob o signo da precariedade estrutural, que o torna incapaz de desenvolver todas as potencialidades do próprio sistema clássico de produção e de vida social” (WANDERLEY, op. cit.).

Esta indicação importa, pois reflete as conseqüências de uma história de elaboração de políticas que marginalizaram o trabalhador camponês do acesso à terra, e nos casos quando este feito tornou-se possível, as políticas públicas foram formuladas no sentido de compatibilizar o acesso à terra aos trabalhadores causadores de conflitos, portanto, deflagradores da visibilidade das contradições sociais, à ampliação do capital. Este é exatamente o ocorrido com as frentes de colonização dirigida, criadas pelo Estado a fim de incorporar a última fronteira econômica ainda não participante, nos moldes capitalistas da economia nacional.

Tanto os assentamentos rurais constituídos em áreas distantes dos locais de origem dos trabalhadores assentados, como os poucos assentamentos efetivados através de divisão de terras na estrutura fundiária local, não foram desenvolvidos no Brasil os programas necessários ao desenvolvimento social, cultural, econômico dos/as assentados/as, inviabilizando que as ações dos mesmos sejam geradoras de sustentabilidade sistêmica ao longo dos anos.

A constituição do Assentamento Facão, não participou diretamente da política nacional de colonização dirigida, implementada principalmente na década de 1970. Este assentamento, como demonstramos, é fruto da luta dos trabalhadores através de suas mobilizações, que resultou na ocupação da área no ano de 1997. Porém, vale observar que mesmo tendo sido criado em anos recentes, a Comunidade Boa Esperança é constituída principalmente por migrantes que saíram de seus municípios de origem, em épocas similares aos incentivos privados e governamentais para a migração rumo a esta região.

Como também demonstramos, a morosidade da ação dos poderes executivo e judiciário, criou um cenário negativo para a permanência das famílias na terra que originalmente ocuparam a área, dado a formação de um contexto de tensão, violência, e falta de estrutura básica para permanecerem na mesma até o processo final de legalização das ocupações.

Este conjunto de elementos foi decisivo para a substituição processual das famílias ocupantes, incluindo em uma fase mais recente, a posse do direito às terras a pessoas não integradas a esta etapa de luta pela mesma.

O contexto sempre carregado de conflitos antecedentes a constituição de um assentamento rural, associado a falta de políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal que garantam a continuidade de sua constituição, configuram-se em seu principal limitante tanto para a produção quanto para a organização socioeconômica mais ampla do mesmo.

Martins sendo parafraseado por Pereira (2005)<sup>51</sup>, afirma que só a reforma agrária não basta é preciso que se resolva a questão agrária que está ligada ao aspecto social e político da reforma (MARTINS, 2000 apud PEREIRA, 2005, p. 02).

As limitações criadas à organização produtiva dos assentamentos rurais, através das influências diretas e indiretas da macroestrutura social, incidem sobre os mesmos de modo generalizado, sendo as particularidades de cada região é que determinam desafios mais específicos e ainda as formas também específicas de resistência destes trabalhadores aos desafios que lhe são impostos.

Neste sentido passamos a destacar alguns itens que acreditamos funcionar como obstáculo à produção na Comunidade Boa Esperança, alguns de ordem mais geral, outras em função das próprias características com que essa fora constituída.

### **2.6.1 Baixo nível de Participação da Comunidade nas Estruturas/Entidades Sociais Relacionadas à Agricultura**

Através das entrevistas realizadas, conversas com cada família em seus momentos de trabalho, a participação nas reuniões da comunidade; enfim, pelas mais diversas formas e momentos de interação com estes/as agricultores/as, percebemos que os mesmos estão isolados em relação à participação nas estruturas/entidades sociais relacionadas à agricultura<sup>52</sup>. Esta condição impõe a estes agricultores um atraso em relação ao acesso à informação, enquanto forma de

---

<sup>51</sup> “A Questão Agrária e o Campesinato”, artigo escrito por Lisani da Conceição Patrocínio Pereira, sobre a orientação do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente,.

<sup>52</sup> Trataremos com maiores detalhes sobre a participação dos agricultores em entidades coletivas no capítulo 3. Aqui antecipamos que no Estado existem presentes algumas redes de articulação de organização política e da produção; a Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETAGRI, entidade a qual estão ligados a maioria dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STRs- atuantes no Estado e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

planejamento das atividades produtivas, tanto em nível individualizado da propriedade, quanto em nível coletivo da comunidade.

Por estarem constantemente deficientes em informação, estes agricultores acabam por tomar decisões não condizentes com seus objetivos, realizando cultivos que não lhes garantem estabilidade, através de informações que lhes chegam por terceiros. Algumas vezes estes repasses são imprecisos e até mesmo desviados ou ligados a interesses distintos dos interesses dos agricultores que necessariamente se sustentam através das atividades da terra.

Representa esta realidade, o modo pelo qual fora divulgado na comunidade a possibilidade da instalação da fábrica de beneficiamento de abacaxi, descrita anteriormente. Alguém externo à comunidade recebeu esta informação e conduziu à mesma. Sendo apenas isto suficiente para vários agricultores investirem recursos e ocupação de terras com este cultivo.

Este fato está sendo apresentado para indicar que pode ser necessário que estes/as agricultores/as intencionados/as em construir melhores condições para sua vivência e de suas respectivas famílias no campo, dêem uma reorientação tanto em suas metodologias de interpretação do mercado, quanto na participação ativa em entidades relacionadas a agricultura.

### **2.6.2 Solos com Características Agronômicas Intermediárias para o Cultivo**

Conforme descrito no Laudo Agronômico de Fiscalização, elaborado por equipe de técnicos do INCRA Agência/Cáceres, os solos do Assentamento Facão como um todo através de suas características físico-químicas não são naturalmente terras ótimas para o cultivo, exigindo processos de correção e introdução de nutrientes a serem disponibilizados às plantas. A área “deixa muito a desejar devido às características edáficas relacionadas à pobreza em saturação de bases, além de representar limitações no que se refere ao relevo, profundidade, textura, etc” (LAUDO AGRONÔMICO)

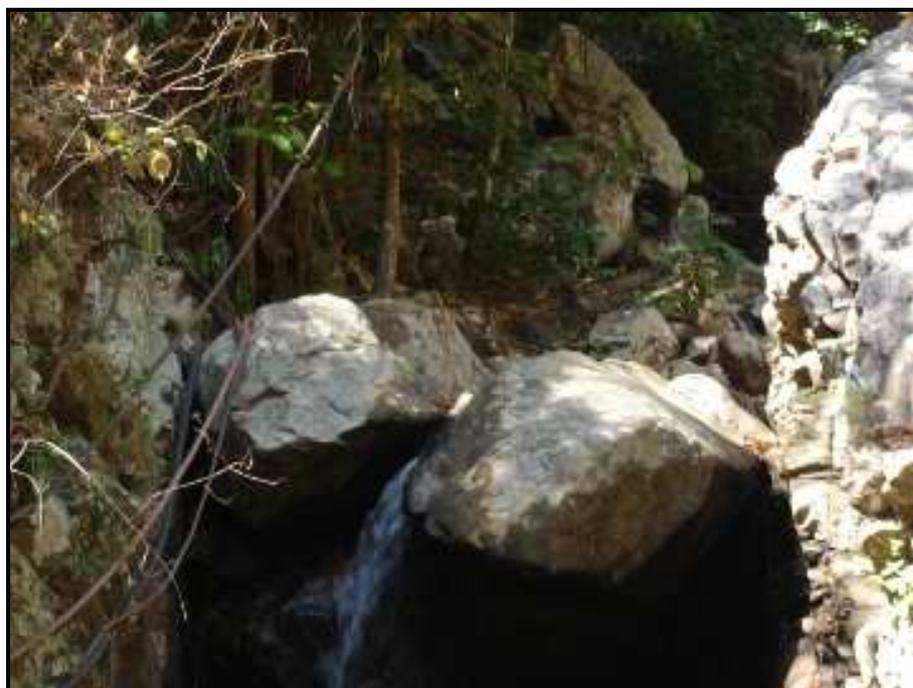
Outra característica natural que limita em algum nível as ações de produção é a susceptibilidade ecológica da área, que se encontra delimitada por serras, abrigando inúmeras nascentes intermitentes em suas encostas e nos locais planos curso d'água superficial perene em alguns pontos e intermitentes em outros, o que exige ainda mais cuidado na elaboração dos sistemas produtivos. “Diante das

limitações apresentadas pelo imóvel [...] entendemos que o mesmo só poderá ser utilizado para o Programa de Reforma Agrária se for para a implantação de um *Projeto Casulo* [...] já que trata-se de atividade onde o solo deve receber tratamento diferenciado no que se refere a adubação e práticas agrícolas” (idem).

### **2.6.3 Falta de Infra-estrutura para a Coleta de Água e a Localização dos Lotes em Relação às Fontes Naturais de Água**

Apresentaremos a diante parte da realidade da Comunidade Boa Esperança em relação às dificuldades que os/as agricultores/as enfrentam decorrentes às limitações de oferta de fontes superficiais de água. Porém, afirmamos que o problema estruturante em relação à falta de água para o consumo familiar e para utilização em processos produtivos, decorre da falta de infra-estrutura suficiente para a realização de sua coleta.

Este fato força a maioria dos/as agricultores/as a coletarem na fonte superficial mais abundante presente na comunidade -(cachoeira), fato este que vem ocasionando a redução processual de seu volume de água (figura 09).



**Fonte:** Costa, R. O (27/10/2005)

**Figura 09:** Mangueiras plásticas instaladas na cachoeira para a captação de água até às propriedades.

No que se refere à localização dos lotes em relação às fontes naturais de água, esta se configura também em uma das mais importantes questões a serem equacionadas na comunidade. Os lotes que estão próximos à cachoeira e ao córrego Facão são beneficiados. Sendo em número de dezoito no período das chuvas, e durante o período da seca um número ainda menor. No mês de outubro do corrente ano (2007) suas águas atravessaram na superfície de apenas três lotes, de um número total de 74 lotes contidos na comunidade.

Mesmo que existam inúmeras nascentes espalhadas por toda a comunidade, localizadas principalmente nas encostas das serras, a maioria não é aproveitada para o uso doméstico e produtivo, porque ressurgem e somem ainda muito próximo das áreas de elevação. É necessária para esse aproveitamento, a realização de investimentos para a canalização da água que os agricultores afirmam não possuir.

É natural que em função da limitação na distribuição de água, na comunidade, medidas excepcionais tenham que ser tomadas, o que demonstra ser possível através de políticas que viabilizem a necessária infra-estrutura. No entanto, um planejamento antecipado na definição da localização e dimensões dos lotes, teria sido potencial para a concretização de uma outra condição para a qualidade de vida das famílias que residem na terra e mesmo, ampliado a sua capacidade produtiva.

Como afirmado, poucos lotes são atravessados pelo curso do Córrego Facão e ainda poucas famílias tem acesso a água das nascentes próximas as serras. Este fato tem gerado uma retirada excessiva de água da cachoeira, ultrapassando a sua capacidade. De acordo com a fala dos agricultores, há aproximadamente sete anos o córrego deixava de correr superficialmente em um sumidouro logo abaixo da propriedade do Sr. Osmar, sexta propriedade atravessada pelo córrego. Após a instalação das mangueiras, em seu ponto mais alto, seu curso passou a sumir<sup>53</sup> em pontos anteriores. Nos dias atuais, como indicado a pouco, nos meses mais intensos de seca, ele não chega a percorrer a primeira propriedade cortada pelo seu curso antes de sumir, como mostra a figura 10.

---

<sup>53</sup> Sumir está sendo usado aqui com o sentido de sumidouro



**Fonte:** Costa, R. O (29/09/2007)

**Figura 10:** Córrego Facão sem escoamento superficial no período da seca em função do excesso de retirada de água da cachoeira que o abastece.

No relato dos/as agricultores/as está indicado também que o sistema de coleta é extremamente ineficiente. Coletada através de mangueiras de plástico, a água chega a percorrer até quatro mil metros para chegar a algumas propriedades. Por este trajeto existe muito desperdício decorrente tanto de danificações provocadas nas mangueiras, que segundo eles/as, não é o material mais indicado para a canalização a longas distâncias, como também pelo desperdício após chegar na propriedade.

De acordo com os/as agricultores/as, mesmo não sendo o melhor material, as mangueiras são utilizadas por duas razões: 1) menor custo em relação ao cano de PVC, apontado como o material ideal para melhorar a eficiência na coleta; e 2) a mangueira exige menor tempo e custo para a instalação, por ser de material flexível, portanto, pode ser desviado de rochas que empeçam as escavações.

Na instalação da coleta de água estes/as agricultores/as normalmente, a cada dois ou três vizinhos, se associaram para a realização das despesas da compra e instalação do sistema, constituído por uma mangueira principal, vinda da cachoeira até determinado ponto próximo às propriedades, e suas ramificações até alcançar cada uma das propriedades.

#### 2.6.4 Processo Contraditório de Divisão das Terras

Um outro elemento que se impõe como obstáculo à produção tem suas origens no contraditório processo de loteamento da área. A morosidade na execução na desapropriação possibilitou que as famílias fossem acessando a terra, e realizando a divisão da mesma, de acordo com suas possibilidades e interesses.

Deste contexto, resultou em uma conformação de lotes, de dimensões totalmente desproporcionais na Comunidade Boa Esperança. Este fato influencia diretamente na redução da disposição de terras agricultáveis em algumas propriedades, já que se constituem de dimensões um tanto reduzidas, tornando-se um complicador a compatibilização entre produzir e manter as Áreas de Preservação Permanentes - APPs presentes nas mesmas na forma de serras, e em alguns casos, por nascentes intermitentes e cursos d'água superficiais (fotos 11 e 12).



Fonte: Costa, R. O (27/10/2005)

Figura 11: Desmatamento da APP do Córrego Facão.



Fonte: Costa, R. O (27/10/2005)

**Figura 12:** Utilização da APP do Córrego Facão para Plantio.

O loteamento efetivado sem a presença ativa do Estado, resultou em proprietários com áreas de terra consideravelmente maiores que a maioria dos agricultores da comunidade. Criando uma condição de desigualdade frente às condições de trabalho e moradia na comunidade desde a sua gênese.

Este fato exerce influência direta nas questões de interesse coletivo da comunidade como veremos no terceiro capítulo.

### **2.6.5 Políticas Públicas de Financiamento da Agricultura Familiar**

Este item certamente se configura como um dos mais significantes em relação às limitações impostas a capacidade produtiva do/a agricultor/a, em todas as categorias da agricultura familiar. O quadro 06, mostra as principais políticas públicas estatais em nível federal, elaboradas para a agricultura familiar.

## Quadro 06

Políticas Públicas Estatais formuladas para a Agricultura Familiar<sup>54</sup>

POLITICA	ANO DE IMPLANTAÇÃO	FONTE	TOTAL INVESTIMENTO anos de 2007/2008	OBJETIVOS
Crédito rural para financiamento da safra		PRONAF	R\$ 12 bilhões	----- -----
Programa de Aquisição de Alimentos	02/07/2003	Ministério do Desenvolvimento Social – MDS	R\$ 61,7 milhões	Incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.
Programa Nacional de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de Produção	-----	-----	alocados recursos orçamentários da SAF e de outras fontes	Apoiar a transição dos modelos produtivos convencionais para estilos sustentáveis de agropecuária, de pesca, de aqüicultura, de extrativismo e de manejo de sistemas florestais.
Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater)	2003.	PRONAF	R\$ 168 milhões	Ampliar a oferta de assistência técnica e extensão rural.
Programa de Garantia Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF),	12/2006	----- -----	----- -----	Garantir a sustentação de preços da agricultura familiar; Estimular a diversificação da produção agropecuária pela agricultura familiar; articular as diversas políticas de crédito e de comercialização agrícola.
<b>TOTAL</b>			<b>12.229,7 bilhões</b>	

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário- 2007

<sup>54</sup> No caso do Centro-Oeste existe um fundo constitucional denominado Fundo de Financiamento do Centro-Oeste- FCO, que para o ano de 2007 destinou R\$ 2.783,6 milhões a serem distribuídos entre os Estados de MT, MS, DF, GO. Entre as atividades financiáveis está o incentivo a agricultores familiares, mini e pequenos produtores. No entanto, este recurso historicamente não vem sendo acessado pelo agricultor familiar.

Conforme descrito por técnicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA - até o ano de 2003 agricultores das regiões Norte e Nordeste, por exemplo, praticamente não acessavam crédito. “A partir de 2003, muitos deles passaram a ter acesso ao crédito pela primeira vez” (MDA, 2007)<sup>55</sup>.

No ano de 2002 foram investidos na agricultura familiar apenas R\$ 2,4 bilhões através de recursos do PRONAF. No ano de 2004 desta mesma fonte de recursos foram investidos R\$ 5,6 bilhões, distribuídos em 1.913.043 contratos. Para a safra de 2007/08 os investimentos previstos são de R\$ 12 bilhões (MDA, 2007).

Ainda de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, mesmo com os baixos investimentos na agricultura familiar, já no primeiro ano de ampliação nos investimentos em estrutura para a produção, a agricultura familiar participou no “Produto Interno Bruto (PIB) nacional com 10,1%, em 2003, segundo estudo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, o que corresponde a um valor adicionado de R\$ 156,6 bilhões. O trabalho mostrou que, dispondo de apenas 30% da área, os estabelecimentos familiares foram responsáveis por quase 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional. Na produção de feijão, leite, milho, mandioca, suínos, cebola, banana e fumo, essa proporção foi superior ou próxima a 50%” (MDA, 2007).

Mesmo estruturando seus sistemas produtivos através da utilização de tecnologias não apropriadas para os mesmos ou através da utilização de baixos níveis de tecnologia; e “apesar de a área média dos estabelecimentos patronais ser quase 17 vezes maior que a dos familiares, a renda total por hectare/ano nos imóveis onde predomina o trabalho familiar foi aproximadamente 2,4 vezes maior que a dos demais. Os estabelecimentos familiares foram responsáveis por praticamente 77% do pessoal ocupado no meio rural brasileiro” (MDA, 2007) nos anos de 2003/2004.

De acordo com o cronograma de investimentos contidos no “Plano Agrícola e Pecuário 2007/08”, o crédito rural para o agronegócio nesta safra será de R\$ 58 bilhões, ou seja, um orçamento 4,5 vezes superior ao orçamento destinado para a agricultura familiar para o mesmo período.

Vale observar que no ano de 2003 as pequenas propriedades (menos de 200 ha.) representavam 91,9 % do volume total de propriedades, enquanto que a grande propriedade (acima de 2.000 ha.) representava apenas 0,8% deste mesmo total,

---

<sup>55</sup> [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br). Acessado em 22/10/2007.

como mostra o quadro 07. Portanto, quando verificamos o volume de investimento na safra 2007/08 no agronegócio e o número de proprietários que acessa esses recursos fica ainda mais explícito o abismo de investimento estatal existente entre a agricultura familiar e o agronegócio.

#### Quadro 07

Síntese da estrutura fundiária no Brasil, 2003.

Grupos de área total		Nº de imóveis	%	Área em ha	%	Área média (ha)
Pequena	< de 200 há	3.895.968	91,9	122.948.252	29,2	31,6
Média	200 a 2.000 há	213.158	7,3	164.765.509	39,2	531,2
Grande	> 2.000 há	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,8
<b>Total</b>		<b>4.141.390</b>	<b>100,0</b>	<b>420.345.382</b>	<b>100,0</b>	-----

Fonte: Modificado de Oliveira 2005.

Por mais que nos últimos cinco anos os investimentos públicos nas políticas de estruturação da agricultura familiar tenham sido ampliados e no conjunto das atividades produtivas a resposta, por parte dos agricultores, tenha sido a ampliação da produtividade agrícola e geração de postos de trabalho no campo, a prioridade de investimentos continua sendo na agricultura industrial desenvolvida na grande propriedade, conforme o quadro 08.

Os benefícios públicos para o agronegócio não são apenas no volume de financiamento. Numa interação muito estreita entre latifundiários e governo, outras garantias e benefícios são concedidos na expectativa de manter uma atividade que vem ao longo dos anos se demonstrando insustentável.

A fragilidade da agricultura de monocultivos em larga escala, se constitui desde os agravantes socioambientais decorrentes da mesma, como demonstramos, até a sua susceptibilidade a perdas significativas em função de variações no tempo (atraso das chuvas, intensidade de chuvas concentradas, prejuízos causados pela ação de microorganismos, como a ferrugem asiática na soja, por exemplo, outros) decorrentes da ação do clima e perdas na valoração dos produtos, em função das constantes oscilações no mercado internacional.

## Quadro 08

Descrição do volume de recursos destinados para o agronegócio na safra 2007/08

<b>Fontes de Recursos ou programas</b>	<b>Investimento na Safra 2007/08 (R\$ bil)</b>
<b>1 Custeio e comercialização</b>	<b>49.100</b>
1.1 juros controlados	37.850
1.1.1 Recursos Obrigatórios – MCR-6-2	28.400
1.1.2 Poupança Rural MCR – 6-4	5.500
1.1.3 Proger Rural	2.200
1.1.4 Funcafé	1.750
1.2 Juros Livres	11.250
<b>2 Investimento</b>	<b>8.900</b>
2.1 Moderfrota	3.000
2.2 Finame Agrícola Especial	200
2.3 Proger Rural	100
2.4 Demais Programas do BNDES	3.100
2.5 Fundos Constitucionais	2.500
<b>TOTAL</b>	<b>58.000</b>

Fonte: SPA/Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

Neste sentido, além do volume de investimentos na safra 2007/08, R\$ 58 bilhões, o agronegócio se beneficia também com taxas de juro controladas, equivalendo a 77% do volume de recursos destinados ao custeio, como registra o quadro 08; beneficia-se de ações estatais diretas na comercialização de seus produtos, através de leilões realizados pelo governo para a “equalização de preços, antes do plantio, de modo a garantir aos produtores a comercialização de suas safras em 2008 a preços estabelecidos com base em estimativas de custos variáveis”, ou seja, a garantia de comercialização a preços pré-fixados; ampliação do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural de R\$ 2,3 milhões no exercício de 2005 para R\$ 100 milhões em 2007; suspensão do pagamento e prorrogação de prazos para o pagamento de parcelas de empréstimos a empresários endividados<sup>56</sup>.

<sup>56</sup> Através do grupo de trabalho criado por representantes do MAPA, Ministério da Fazenda, do Banco do Brasil, BNDES, representantes das Comissões de Agricultura do Senado e da Câmara dos Deputados, e representantes do setor rural convidados encaminhou para o governo, que prontamente aceitou, “o efeito suspensivo, até 31 de agosto de 2007, das parcelas de dívida de investimento vencidas e não pagas ou vincendas até 30 de agosto de 2007, para os produtores que se encontravam adimplentes até 31 de dezembro de 2006. As parcelas de custeio das safras 2003/2004, 2004/2005, 2005/2006, já prorrogadas e com vencimento em 2007, também foram beneficiadas com a prorrogação, a critério do agente financeiro, por até 12 meses após o vencimento do contrato pactuado” (MAPA, 2007).

Esta última modalidade de benefícios é potencial para demonstrar o quanto pode ser ineficiente economicamente a agricultura empresarial, que mesmo diante de um aparato tecnológico a sua inteira disposição, exige constantes subsídios do Estado a até mesmo o perdão de dívidas, como evidenciado, para a permanência da mesma. Estes fatos na verdade são ocultados através dos dados que indicam sua participação no superávit da balança comercial brasileira.

Vailant (2005, p. 02) indica que “todos os produtos do agronegócio, de básicos a industrializados constitui um montante de 25,58% do total da exportação brasileira somando 24,678 bilhões de dólares, ou seja, sem a exportação de “commodities” agropecuárias, a balança comercial ainda teria apresentado um saldo positivo de mais de 9 bilhões de dólares, então, não é o “agrobusiness” que garante a atual boa situação da balança comercial brasileira”.

Em relação à formulação de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar em nível estadual estas ocorrem precariamente. No Mato Grosso as políticas para a agricultura são elaboradas para as médias e grandes propriedades e uma ínfima parcela de recursos acaba sendo acessada por agricultores familiares. Esta situação fica bem representada através do Programa de Incentivo à Cultura do Algodão – PROALMAT, criada pela Lei Estadual 6.883 de 02/06/1.997. Este programa fornece o benefício da redução de 75% do ICMS do produto.

De acordo com dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural – SEDER, no Estado de Mato Grosso no auge da colheita, da safra 2003/2004, estimada em 435.000 ha, com 44.320.632 arrobas de produção, foram beneficiados 530 produtores com 600 áreas [...] Compuseram este total apenas “80 produtores familiares, com uma área total de 300 hectares plantados, distribuídos nos municípios de Pedra Preta, Porto Estrela, Porto Esperidião, Colider, Glória d'Oeste, Nova Guarita, produzindo em torno de 60 toneladas” (SEDER, [www.sedermt.gov.br](http://www.sedermt.gov.br). Acessado em 23/10/07).

Considerando que neste mesmo período existiam 71.092 famílias assentadas no Estado de Mato Grosso, conforme registrado adiante no quadro 10, os benefícios destas modalidades de programas não são acessados pelos/as agricultores/as familiares. No quadro 09, estão relacionadas as políticas para o campo que os agricultores tem acesso no Estado de Mato Grosso.

## Quadro 09

Resumo dos Programas formulados em Mato Grosso a que tem acesso o agricultor familiar<sup>57</sup>

<b>Programas</b>	<b>Objetivo</b>
Programa Matogrossense de Melhoramento da Pecuária – PROMMEPE (Lei de nº 6171)	Visa basicamente elevar os índices de produtividade do rebanho bovino do Estado.
Programa de Inspeção Sanitária	Dar apoio à produção, comercialização e gerenciamento das agroindústrias de beneficiamento de produtos primários
PROALMAT (Programa de Incentivo à Cultura do Algodão)	Incentivo fiscal do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias, como forma de ampliar a área plantada
*Programa Panela Cheia	Objetivo imediato do Programa é criar condições para que o produtor utilize tecnologia mínima (sementes fiscalizadas); possa buscar a sua auto-suficiência na disponibilidade de sementes para cultivo, através da multiplicação de sementes – variedade; a melhoria da alimentação familiar e a possibilidade de comercialização de excedentes.

Fonte: SEDER/2007

\*No ano de 2003 a SEDER disponibilizou R\$ 605.963,50 para a aquisição de sementes

Por serem direcionadas para a agricultura empresarial, um elemento fortemente presente nas metas das políticas para agricultura elaboradas em Mato Grosso, é o direcionamento para especialização do produtor na pretensão de atender mercados. Grande parte dos programas estão relacionados com certificação, e incentivo pela busca da qualidade exigida pelo mercado.

No próprio “Plano de Desenvolvimento do Mato Grosso” regulamentado pela Lei 7.958, de 25 de Setembro de 2003, em seu art. 1º inciso II, define que: o “Programa de Desenvolvimento Rural de Mato Grosso - PRODER, vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural, obedecerá aos objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento das atividades do agronegócio do Estado”.

A predominância do incentivo estatal à agricultura em grandes propriedades em Mato Grosso é responsável pela saída de muitas famílias do campo em direção a cidade, e mesmo, funciona como estímulo para a migração entre regiões, de

<sup>57</sup> Vale ressaltar que em parte destes programas existem recursos do FCO, portanto se configurando em fontes de investimento federal.

trabalhadores que buscam por rendas temporárias através do assalariamento nestas propriedades. Não existindo postos de trabalho para a maioria, as tecnologias implantadas em máquinas substituem grande parte das atividades, estes trabalhadores ficam nas cidades.

Como forma de amenizar este tipo de situação por elas mesmas criadas, as agências do Estado em parceria com as organizações de produtores tomam medidas assistencialistas em relação aos problemas decorrentes da falta de ocupação. Como exemplo, podemos citar os cursos oferecidos a trabalhadores e trabalhadoras no município de Rondonópolis (Sul do Estado), ofertados pela CEPROTEC em parceria com o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão - FACUAL. Ações que acabam conduzindo a população a formarem uma representação de que instituições como a FACUAL e o apoio do Estado as ações por elas executadas, são positivas para toda a população.

O modelo de desenvolvimento adotado para o campo mato-grossense segue o modelo concentrador dos outros Estados brasileiros, porém se destaca pela exacerbada concentração de terras.

Conforme Oliveira (2002, p. 59) “no Brasil estão os maiores latifúndios que a história já registrou [...] O Nordeste e o Centro-Oeste são as regiões que apresentam o maior número de estabelecimentos com mais de 1.000 hectares: 21.211 e 10.524 respectivamente. Estes latifúndios do Centro-Oeste (estabelecimentos com mais de 1.000 e mais ha.), uma marca histórica dos últimos 40 anos, representam 6,7% do total, entretanto controlam mais de 69% da superfície regional”.

Ainda de acordo com Oliveira, no Mato Grosso 7% dos estabelecimentos rurais (5.575 com mais de 1.000 ha.) controlam mais de 31 milhões de hectares, ou seja, 83% da área total (OLIVEIRA op. cit., p. 61).

Para Vailant (op. cit., p. 02-03) o modelo de desenvolvimento econômico do Estado de Mato Grosso

baseado na nova apresentação do antigo sistema colonial de *plantation*, ou seja, o agronegócio tem na soja seu principal produto de exportação [...] O vazio de gente provocado pela monocultura gera um impacto cultural que não é possível mensurar financeiramente, porém sabemos que uma imensa riqueza produzida por anos de práticas culturais das comunidades rurais estão sendo tragadas por este modelo que transforma vilas e povoados em grandes extensões de soja e algodão. Campos ricos de grãos e pobres de gente e cultura.

Neste sentido os sucessivos governos estaduais, tem virado as costas para os agricultores de Mato Grosso ou os que aqui se encontram expulsos de seus locais de origem pela lógica do capital.

“No Mato Grosso a ação do Estado se limitou a arranjar juridicamente uma situação já estabelecida e reconhecida de fato nas posses de terras. A ação oficial ocorre *a posteriori*, assumindo o caráter de regularização agrária e nunca de reforma agrária, tal como entendida pela ação estatal” (AGUIAR, op. cit., pg. 155). Tampouco para os assentados foram elaboradas políticas públicas que descem continuidade no processo de posse das terras. Conforme apresentado no quadro 10, podemos observar o número de famílias submetidas a esta realidade.

Quadro 10

Resumo dos assentamentos rurais em Mato Grosso de acordo com a origem – 2002

<b>Denominação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Nº de famílias beneficiadas</b>
Projetos de Assentamentos	271	3.140.407,76	49.926
Projetos de Assentamentos consolidados em 2001	44	1.102.907,52	14.305
Projetos de Assentamentos administrados pelo Intermat	39	889.100,26	6.313
Projetos Casulo	15		548
<b>TOTAL</b>	<b>369</b>	<b>5.132.415,54</b>	<b>71.092</b>

Fonte: modificado de Aguiar INCRA/SR (13), 2004.

As ações do Estado no nível municipal seguem a mesma lógica. O acompanhamento dos registros no processo que tratou da desapropriação da Fazenda Facção/Bom Jardim e a realidade em que estas famílias se encontram após 10 anos de ocupação da área, demonstram que a desapropriação ocorreu apenas em decorrência das pressões exercidas por parte das famílias.

Após assentadas no município de Cáceres as famílias foram lançadas à sua própria sorte e capacidade de articulação para resistirem vivendo no campo, onde mesmo sobre todas as formas possíveis de pressões capitalistas que tendem a desfazer as relações sociais caracteristicamente camponesas, ainda sobrevive um considerável nível de solidariedade orientando as relações entre vizinhos e/ou companheiros assentados.

No âmbito da administração municipal a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio composta por três membros: secretário, coordenador de indústria e comércio; e coordenador de desenvolvimento rural, é responsável pela articulação da gestão municipal junto aos agricultores. Até 01 de abril de 1997 esta secretaria era responsável por um número ainda maior de atividades, quando estruturada na forma de Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente (Sictama).

Passados dez anos de seu desmembramento, a secretaria continua sem se dedicar à implementação e ações referentes a agricultura familiar. Através de avaliações dos relatórios de suas atividades constatamos que não existem políticas direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar no município de Cáceres, nem mesmo o cumprimento das atividades contidas em seu cronograma de atividades. Existem ações pontuais como a realização de dias de campo, distribuição de mudas e sementes e a realização de uma reforma na praça de alimentos, com verbas estaduais e uma contrapartida do município.

O envolvimento desta secretaria com este campo de atividade ocorre em nível do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, consolidado em municípios do Estado, a partir do incentivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS, através da Resolução N<sup>o</sup> 25 de 28 de novembro de 2001. Esta resolução homologa os municípios a serem apoiados pelo PRONAF, para implantação de projetos de infra-estrutura e serviços municipais, no Estado de Mato Grosso.

De acordo com o 1<sup>o</sup> artigo desta resolução, a linha de ação do PRONAF “Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais”, financiará ações no estado. Em seu anexo consta uma lista de vinte e nove municípios.

Neste sentido a Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, intermediando as relações entre o Governo Federal e os municípios, indica que este conselho deve ser criado com as seguintes atribuições:

Tais Conselhos Municipais são organismos colegiados de caráter deliberativo, ou seja, organismos que *“atuam e decidem pela manifestação conjunta e majoritária da vontade de seus membros”*. São verdadeiros mecanismos de participação comunitária, vez que permitem à sociedade um maior poder de influir na política rural municipal além de possibilitar uma maior atuação direta na persecução dos vários interesses deste setor.

Porém a própria equipe da assessoria jurídica da AMM reconhece, no documento elaborado contendo as normas e procedimentos necessários a constituição dos conselhos rurais, que “os recursos do PRONAF “A”, a partir de 2003, só serão liberados para aqueles municípios que possuírem os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável em pleno funcionamento”. É nossa função advertir, porém, que na prática, boa parte destes Conselhos são criados com função primária de servir como órgão de gestão dos recursos do PRONAF”.

Neste sentido, no município de Cáceres o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável tem sido utilizado para articulações de interesses entre políticos locais, ligados à administração municipal.

Na contramão desta realidade, recentemente vem ocorrendo uma articulação entre diversas instituições no sentido de criar um movimento em torno da proposição de um projeto de desenvolvimento para o município de Cáceres, aonde uma das ações estratégicas que vem se despontando é a proposição de um projeto de lei de fomento a Sócio Economia Solidária de caráter popular. Sendo sancionada, esta prevê o reconhecimento e apoio através de políticas públicas, de formas autogestionárias de trabalho.

São entidades de representação de classes dos trabalhadores tanto cidadãos quanto camponeses; entidades religiosas, direitos humanos, ONGs, Programa Institucional de Educação e Sócio Economia Solidária da Universidade Estadual do Estado, entidade de representação dos professores da Rede Pública Estadual de Ensino, dentre inúmeras outras, que se propõem a construir coletivamente um projeto de desenvolvimento onde o centro das prioridades seja a emancipação humana e a sustentabilidade socioambiental.

Para tanto, esta lei propõe o desenvolvimento da organização do povo deste município através do incentivo à criação de empreendimentos coletivos, nos mais

diversos setores das atividades econômicas, numa perspectiva autogestionária, formalizados através de cooperativas, microempresas, associações, outras.

A articulação direta entre campo e cidade é uma de suas proposições, assim, se a referida lei vier a ser aprovada e a recursos municipais forem de fato destinados ao fomento de tais atividades, este será um marco histórico na destinação de estímulo a agricultura familiar no município.

O contexto de prioridades de investimento do Estado na agricultura industrializada se reflete em nível local onde estão localizadas as comunidades rurais, e inúmeros obstáculos à produção.

Na Comunidade Boa Esperança, além da falta de capacidade financeira de investimento dos/as agricultores/as, falta de assistência técnica; os impactos ambientais na comunidade e entorno, se despontam como sérios empecilhos para sua dinâmica produtiva.

No município de Cáceres existem duas empresas especializadas em assistência técnica rural, a Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A – EMPAER vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural- SEDER, e a Cooperativa de Assistência Técnica e – COOTREC (Cooperativa de Trabalho e Serviços Essenciais dos Profissionais do Ensino não Formal LTDA). Durante os 10 anos de evolução do assentamento Facão Bom Jardim, através da suas três comunidades e especialmente a comunidade em estudo, estas não se fizeram presentes.

Ambas as empresas apresentam uma proposta de assistência técnica que desconsidera os saberes dos/as agricultores, formados ao longo de suas experiências na relação estabelecida com terra, na região, como também em outros municípios do Estado Mato Grosso, e mesmo em outros estados.

Esta afirmação é feita com base nos resultados obtidos pelos agricultores ao seguirem as indicações dos técnicos destas empresas ao longo de sucessivos anos na região da grande Cáceres, com destaque para a primeira empresa que está presente no município de Cáceres desde 1981. Associada a este histórico estão as propostas de assistência técnica formulada e apresentada por estas empresas no ato da defesa pública das propostas de assistência técnica, realizadas na Comunidade Boa Esperança, quando do cumprimento prévio das condições para eleição da empresa que assumiria a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, como apresentaremos no terceiro capítulo.

A lógica de assistência destas empresas é baseada na estruturação de sistemas produtivos totalmente especializados, aproximando o comportamento do agricultor familiar ao comportamento de empresários da agricultura em grande escala. Este fato conduz de forma generalizada na diminuição da diversidade de sistemas agrícolas produtivos presentes na unidade familiar. A tentativa é de transformar agricultor familiar, independente da categoria em que eventualmente pode estar mais próximo, de um empresário rural.

Sobre este aspectos referentes a este contexto Wanderley (op. cit., p. 02) afirma que

a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto sócio-econômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais [...] Estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade.

O modo de relação entre estas empresas e o agricultor, nega a lógica do agricultor tradicional camponês, que tem como principal proposição na sua relação com o espaço, criar condições presentes e futuras para a manutenção da família no campo. Este objetivo leva o agricultor a elaborar agroecossistemas diversificados como forma de o momento presente, garantir a soberania alimentar aos membros da família e a busca de efetivação de trocas ou a comercialização de excedentes no mercado.

Podemos associar a esta lógica de assistência os resultados de cursos de capacitação técnica realizados na comunidade. Estes cursos não foram ofertados de acordo com a demanda da comunidade, as instituições presentes no município que oferecem cursos em áreas rurais, criam a proposta/planejamento e apresenta nas comunidades em busca de interessados.

Conforme os/as agricultores/as foram ofertados na comunidade, pela instituição SENAI, um curso de apicultura e em local externo à comunidade um curso de derivados do leite, oferecido e realizado na estação experimental da EMPAER, localizada a aproximadamente 2km da entrada da comunidade.

De acordo com os mesmos, a baixa participação nestes cursos decorre dos seguintes motivos: a) dia e horário inadequados de realização, o curso de apicultura

foi realizado durante a semana no período noturno. Os agricultores indicam que para a maioria, os horários para a realização de cursos seriam nos finais de semana durante o dia; b) local de realização precisa beneficiar a maioria. O primeiro curso, apicultura, aconteceu em uma propriedade localizada na região periférica da comunidade, o segundo fora dela, a 2km do seu local de acesso. Porém para os moradores localizados nas terras mais centrais em direção as terras localizadas nas extremidades da comunidade, as distâncias podem chegar entre 8-10 km. Portanto, indicam que a localização que beneficiaria a maioria seria a sede da associação da comunidade, que se localiza em um ponto central onde as distancias são aproximadas; c) modalidades de cursos. Os agricultores afirmam que de acordo com a realidade que os mesmos enfrentam de dificuldades de estabelecerem cultivos, cursos que fossem potenciais em auxiliá-los a melhorar a produção seriam os mais desejáveis.

Este contexto de relações da comunidade com instituições externas será um item específico do próximo capítulo, porém antecipamos que o posicionamento assumido no discurso e na prática dos agricultores, de não aderirem em participação nos cursos e na execução das atividades trabalhadas, devem ser um indicativo para trabalhos futuros junto a comunidade, de que a sustentabilidade na relação entre instituições externas e agricultores se alicerça na construção conjunta da proposta a ser trabalhada, em oposição a propostas pré-elaboradas.

Outro elemento destacado acima como obstáculo para a produção, os impactos ambientais na comunidade e entorno, decorrem principalmente do desmatamento desordenado<sup>58</sup> realizado tanto na comunidade por agentes internos e externos à mesma, como também pelo desmatamento nas fazendas com que faz divisa.

Como evidenciamos, o desmatamento na comunidade tem contribuído decisivamente para a diminuição do volume de água disponível superficialmente, o que afeta diretamente na capacidade produtiva de cada unidade familiar refletindo na capacidade de produção de toda a comunidade.

O desmatamento realizado na comunidade associado ao desmatamento das grandes fazendas que cercam o assentamento Facão/Bom Jardim tem levado a uma gradativa ampliação nas populações de grupos causadores de prejuízos financeiros,

---

<sup>58</sup> Como evidenciamos ao tratar sobre “Etapas do Preparo da Área”

conforme quadro 05, e até contribuindo para a inviabilidade financeira do plantio de algumas espécies cultivadas, caso do arroz freqüentemente atacado pela cigarrinha.

### **3 – ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DOS AGRICULTORES E DAS AGRICULTORAS DA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA**

*“As relações que se estabelecem entre os homens e a natureza são resultantes das relações que os homens estabelecem entre si”*

José Graziano da Silva

#### **3.1 – Concepção dos Agricultores Sobre a Comunidade**

Parte dos dados que aqui serão discutidos, foram parcialmente apresentados no capítulo anterior, por influenciarem diretamente sobre a dinâmica produtiva da Comunidade Boa Esperança. Estes serão retomados em função da intensa interdependência existente entre a organização socioeconômica e a dinâmica produtiva desta comunidade.

Pretendemos a partir da descrição e interpretação dos discursos dos/as agricultores, e outros elementos do “*corpus* de análise”, introduzir aspectos relacionados às suas concepções sobre o ambiente do qual são parte integrante com ênfase no ambiente local, e sobre a comunidade de que fazem parte. A intenção é a de correlacionar estas visões com as estruturas organizacionais da comunidade.

##### **3.1.2 Problemas Identificados**

Quando indagados sobre os problemas instaurados na comunidade, aparece frequentemente nas falas dos/as agricultores/as a afirmação de que “*problema tem é muito*”. Na seqüência desta afirmação, a maior parte deles/as iniciava a reflexão sobre a *infra-estrutura básica* da comunidade como se constituindo no problema de maior gravidade a ser equacionado, sendo os itens mais indicados a precariedade das estradas, falta da instalação de um Posto de Atendimento à Saúde, na comunidade ou próximo a ela, já que o Assentamento Facão/Bom Jardim é composto por três comunidades totalizando mais de cem famílias residentes; ausência de energia elétrica; e falta de infra-estrutura para coleta de água.

Alguns agricultores apontam que todos os problemas de infra-estrutura não são solucionados, em função da morosidade da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA.

Como veremos no item “soluções propostas”, os/as agricultores/as que compreendem que as soluções para a infra-estrutura da comunidade acontecerão através da elaboração do PDA, também afirmam que problemas de outras ordens presentes na comunidade, como a falta de união, por exemplo, será equacionada através de sua elaboração, e a partir de então a liberação de recursos. Assim é registrado na fala de um membro da comunidade *“No dia a dia para melhorar a questão da união quando recebe o recurso ai acaba a picuinha [...] acaba aquela ganância de um querer ser melhor que o outro, aí o cara vai cuidar da vida dele, ele pega o recurso, e vai trabalhar e larga de cuidar da vida dos outros, ai acaba tudo, acaba a associação [...].*

Vale ressaltar que outros agricultores apontam que com a elaboração do PDA e a liberação de recursos, alguns problemas podem ser minimizados, como a incapacidade de trabalhar na terra por falta de recursos para custeio e investimento. Porém, nos termos que o agricultor acima apresenta, onde o financiamento interromperia a participação dos agricultores na associação enquanto espaço coletivo de participação, configura-se em uma visão compartilhada por poucos.

Seguindo na explicitação dos problemas descritos em suas falas, após o relato da precária infra-estrutura, aparece notavelmente a afirmação da *falta de união na comunidade*. Conforme indicado por parcela dos/as agricultores/as, este é o elemento que primeiro surge como problemática prioritária a ser atacada na comunidade. Referindo-se do problema sob diferentes formas, eles/as também relatam que outros problemas são decorrentes da fragilidade de sua união.

Ainda em suas próprias reflexões, afirmam que esta fragilidade tem sido uma das causas para o atraso da organização da comunidade, como exemplo, a dificuldade para a realização de reuniões e a divisão política da comunidade resultando na constituição de outras estruturas organizativas, como associações que passam a disputar entre si o poder pela representação da comunidade.

Os/as agricultores/as afirmam que problemas decorrentes da falta de conhecimentos sobre processos democráticos de tomada de decisão e de organização, associados à falta de informação, são motivadores da formação de outros problemas que influenciam toda a comunidade. Um agricultor afirma que

*“ninguém se prontifica, ninguém se prontifica”, para se referir à falta de disponibilidade das pessoas em assumirem responsabilidades de interesses coletivos. Ele explica que em alguns casos, isso se dá por insegurança resultante da falta de conhecimentos.*

Na participação nas reuniões da comunidade e em outros momentos de interação com os/as agricultores/as, observamos que a afirmação acima indicada, sobre a fragilidade de seus conhecimentos a respeito de processos democráticos, de fato se configura em barreiras para evolução organizativa da comunidade. Na fala de um agricultor esta condição nas relações fica representada: *“na verdade eles não entende o que é democracia. Nós estamos numa reunião, nós estamos discutindo aqui. É pra nós discutir e debater mesmo. Alterar as vezes. Mas terminou a reunião, terminou o debate. Eles sai, vai embora pra casa com aquela mágoa[...]”*.

Esta condição associada ao tempo de espera por intervenção estatal para o investimento na estrutura da comunidade, são fortemente decisivos para a criação de um ambiente de muita angústia, pela espera, e de tensão e intolerância, pela busca incondicional de tais condições.

Este foi o cenário em que ocorrera na Comunidade Boa Esperança, a saída de integrantes da até então única associação presente na comunidade, e constituição de uma nova associação. Seus fundadores alegam que a diretoria da primeira associação estava desinteressada em pressionar o INCRA para a liberação dos recursos a que tem direito os agricultores que tiveram homologadas as terras que residem e trabalham. Sendo este o principal objetivo de sua criação.

Suas reuniões passaram a ocorrer no mesmo dia e horário em que acontecem os encontros da outra associação (2º sábado do mês, as 14:00). Sem alcançar sucesso nas tentativas de pressionar o INCRA<sup>59</sup>, que repassava informações em nível de comissão entre associações componentes do assentamento, logo fora interrompida sua atuação. No entanto, estes agricultores não retomaram sua participação na primeira associação.

---

<sup>59</sup> Para a participação no desenvolvimento de todo o processo de homologação, criação das condições para ocorrer as eleições que definiram a empresa responsável pela elaboração do PDA, abertura de contas para transferência de recursos federais, e outras atribuições, fora criada uma comissão com representação das três comunidades que compõem o Assentamento Facão/Bom Jardim.

Quanto a esta questão o Sr. Natalino considera que “*se continuarem desunindo a comunidade querendo criar novas associações, todo mundo vai perder. O processo de negociação com o INCRA só vai atrasar*”.

Outro fator limitante ao desenvolvimento da comunidade, que se constitui no momento em um problema, é a *falta de infra-estrutura para a captação de água* que se encontra desigualmente distribuída ao longo das propriedades na comunidade. Este item é registrado mesmo pelos/as agricultores/as que têm acesso a esse “recurso”.

Como debatemos no capítulo anterior, a fonte mais abundante de água na comunidade é a cachoeira de onde grande parte dos assentados coleta água até suas propriedades através da utilização de mangueiras. Indicamos também que como resultado da experiência dos próprios agricultores, esta vem se demonstrando numa estratégia ineficiente, tanto do ponto de vista da durabilidade, como da ocorrência de perdas em encanamentos que chegam a percorrer até quatro mil metros, da fonte de coleta até o seu destino final.

Este elemento está sendo exposto no campo dos problemas, porque além de ser um limitante para a sobrevivência da família nesta comunidade, também potencializa a geração de conflitos pelo “recurso”. Encontramos na comunidade, situações em que agricultores/as (normalmente os que se localizam mais distantes da cachoeira) buscando escapar da obrigatoriedade de retirar água da cachoeira, procuram seus vizinhos a fim de negociar a liberação para a coleta de água em nascentes localizadas em suas propriedades. Nos casos em que os mesmos não autorizam, é desencadeada uma seqüência de relações de desconforto para os envolvidos.

Este fato, ocorrido na comunidade, provoca conflitos entre os/as agricultores, refletindo negativamente nos momentos em que se reúnem para tratar de questões relativas à comunidade, como assim, tivemos a oportunidade de presenciar. Porém, os principais reflexos destes conflitos manifestam-se em suas relações cotidianas.

Aparece ainda relatado em suas falas que a comunidade Boa Esperança, em seus 10 anos de existência, jamais recebeu qualquer tipo de *assistência técnica*. Segundo os/as agricultores/as, em função dos inúmeros obstáculos à produção presentes em suas realidades, este também se constitui em fator limitante para o processo produtivo.

Em diversas e freqüentes situações os/as agricultores/as se deparam sem a necessária segurança para a tomada de decisões em relação à implantação de cultivos e posteriormente a sua implantação, com dificuldades na incorporação de novas práticas agrônômicas necessárias em função das mudanças no ambiente local, devido a constantes impactos ambientais. Estes impactos, por sua vez, se refletem no desequilíbrio dos agroecossistemas presentes na comunidade, resultando em complicadores ligados diretamente a produção.

Como indicamos no capítulo anterior, uma fala comum dos/as agricultores/as da comunidade Boa Esperança, é o volume de dificuldades com que se defrontam decorrentes do fato de não estarem coletivamente organizados para comercializarem sua produção.

Esta realidade os obriga em algumas situações a venderem por preços irrisórios os alimentos produzidos, tanto a atravessadores externos quanto internos à comunidade, que são conhecedores de detalhes das limitações de organização dos mesmos. Estando os atravessadores convictos de que na atual condição em que se encontram os/as agricultores/as não lhes resta outra alternativa a não ser a venda dos alimentos a preços baixos.

Na fala dos agricultores os preços pagos pelos atravessadores, na maioria das colheitas, inviabiliza o investimento em um novo ciclo de plantio. Mesmo os custos referentes às despesas básicas da família, segundo os seus relatos, não são alcançados. A veracidade desta afirmação pôde ser verificada, ao entrarmos em contato com inúmeros casos de problemas de saúde que necessariamente implicaria em intervenção médica, e que estes agricultores demonstraram a insuficiência financeira para disponibilizarem para o tratamento.

A estratégia adotada por alguns destes/as agricultores/as, para fugir desta condição, também é individualizada. Os/as mesmos transportam pequenas quantidades de alimentos através da utilização de bicicletas, motocicletas, carona em veículos de propriedade de donos de terra residentes na cidade de Cáceres, entre outras formas.

Importa registrar sobre este aspecto dois elementos, o primeiro é que estes agricultores não estão inteiramente apáticos diante de uma situação de intensa exploração, buscando de acordo com os meios e condições disponíveis, saídas que amenizem esta condição; segundo, as estratégias desenhadas e utilizadas, são todas de caráter individual sendo insuficientes em articulações com outros atores

para solucionar a problemática, como visto no capítulo anterior, existe a tendência dos mercados globalizados de alimentos, de invadir os espaços entre a produção de alimentos e a comercialização ao consumidor final.

O volume de ações executadas individualmente por estes/as agricultores/as na tentativa de alcançar vias alternativas de comercialização, em busca de preços mais justos pelos alimentos por eles produzidos, é indicativo de que outras estratégias precisam ser desenhadas e executadas. Levantamos aqui a reflexão de que estratégias coletivas poderão demonstrar-se potenciais no alcance de resultados mais significativos pelos seguintes aspectos: ao ser reunido o total de produção da comunidade alcança-se um volume considerável, sendo este um importante elemento para a negociação em mercados já existentes, podendo inclusive firmar contratos a depender das características dos negociantes; ampliação da capacidade produtiva de cada unidade familiar através do recebimento de preços mais elevados em relação aos preços pagos pelos atravessadores; possibilidades de alcançarem mercados alternativos a partir de negociações coletivas com programas governamentais de compra antecipada da produção da agricultura familiar, administrado no Estado pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB; atividade potencial para uma gradativa constituição de outros processos coletivos<sup>60</sup>.

Experiências como essas são possíveis de serem realizadas, a exemplo do que atualmente acontece a agricultores/as de três municípios da região sudoeste do Estado membros da Associação Regional de Produtores Agroecológicos - ARPA, que desde o ano de 2005 vendem sua produção para o governo através da ação da CONAB. Esta por sua vez, repassa os alimentos para instituições de ensino locais, para serem consumidos na merenda escolar<sup>61</sup>.

Obviamente que não estamos propondo aqui, que toda a estratégia de comercialização da comunidade, seja elaborada com base na negociação com o Estado. Afirmamos que esta é, em relação aos negócios do Estado, uma das poucas vias possíveis de serem acessadas pelo agricultor familiar, portanto, devem sê-la, existindo maiores possibilidades de se concretizarem através de organizações coletivas.

---

<sup>60</sup> No capítulo anterior apresentamos para reflexão, alternativas para a organização coletiva na comercialização de alimentos produzidos na Comunidade Boa Esperança. Indicamos que aquela reflexão seja associada à esta desenvolvida acima.

<sup>61</sup> Ver artigo “Políticas públicas e mercados institucionais locais - um processo de aprendizagem social para o desenvolvimento sustentável”.

### 3.1.2.1 Infra-estrutura

Desde as primeiras ocupações no ano de 1997 das terras que hoje compõem a Comunidade Boa Esperança, a construção da casa de moradia apresenta-se como desafio para os/as agricultores/as. Em primeiro momento pela incerteza de sua permanência na terra, em função da indeterminação judicial, portanto um cenário de conflitos.

Durante este período as primeiras residências foram construídas de madeira retirada diretamente na propriedade e utilizada na construção de paredes de fechamento e madeiramento do telhado antes do processamento em serrarias e marcenarias. A cobertura era construída com palhas de palmeiras e lona. Na seqüência a maioria construiu casas com melhor acabamento, utilizando ainda madeira e cobrindo com telhas de cimento.

Mais recentemente, antes mesmo do parecer favorável à permanência, convictos de que não mais desocupariam as terras, investiram na construção de casas de alvenaria, cobertas por telhas de barro. Obviamente que esta seqüência não ocorreu com todos os/as agricultores/as. Ainda hoje existem famílias morando em casas de tábua construídas a mais de oito anos e agricultores, que sem a presença de sua família, moram na comunidade em barracos idênticos aos que foram construídos pela maioria quando da ocupação (figura 13). Situação esta comum às famílias de caseiros. Estes/as trabalhadores/as são assalariados e os proprietários residem fora da comunidade como registrado do item 3.1.2.2.



Fonte: Costa, R. O (29/09/2007)

**Figura 13:** Casa de morada construída em madeira coberta por telhas de amianto.

Como relatam os/as agricultores/as tudo o que existe de infra-estrutura na comunidade fora realizado com seus investimentos, desde as estradas até a rede de eletricidade. Durante os dez anos de existência da Comunidade Boa Esperança não foram realizados investimentos do poder executivo municipal na mesma.

Assim a comunidade se reuniu de acordo com as possibilidades de cada agricultor/a, e realizaram as despesas para a construção de estradas por toda a sua extensão. Agiram também de forma idêntica em relação a rede de eletricidade, porém como os custos decorrentes deste item demonstraram-se estar acima da capacidade de gastos de alguns agricultores, existem ainda locais onde a mesma não fora instalada resultando, portanto, em famílias sem acesso a energia na comunidade.

De acordo com as informações obtidas através de seus relatos devem existir apenas 5 km de rede de energia, o que deixa as famílias localizadas nas duas regiões extremas da comunidade sem acessá-la.

Em relação às estradas, a manutenção da qualidade das mesmas se desdobra como um obstáculo para a dinâmica destes agricultores. No período das chuvas, que na região ocorre entre os meses de novembro a março, transitar

internamente na comunidade torna-se um desafio, como fomos oportunizados a vivenciar no decorrer da pesquisa. (figura 14).



**Fonte:** Costa, R. O (29/09/2007)

**Figura 14:** Um dos pontos de difícil locomoção interno à comunidade, em função da falta de estruturação para suportar o período das chuvas.

O trabalho de construção inicial das estradas fora feito sem o devido aterramento das mesmas com material apropriado. Com a chuva os pontos mais baixos onde ocorre o acúmulo de água tornam-se atoleiros inviabilizando a locomoção. Outro elemento que diminui a manutenção da qualidade das estradas neste período do ano são as inúmeras nascentes temporárias que se formam nas áreas mais baixas, algumas coincidindo com os pontos onde fora construída a estrada.

Não existindo recursos para contratar serviços que permitam a resolução deste problema, todos os anos nos períodos mais intensos de chuva, os agricultores reúnem-se e utilizando de enxadas, pás, fazem os arranjos possíveis e vão garantindo a movimentação interna à comunidade, introduzindo nos pontos mais críticos, pequenas rochas e sacos cheios de areia.

Muito frequentemente estes/as agricultores/as precisam se reunir para contribuir com alguém que não conseguiu passar nos pontos de atoleiros. No final do período das águas do ano de 2007, em alguns pontos da estrada foi preciso

remover a cerca de limite de determinadas propriedades e fazer de suas terras estradas temporárias, pois nestes locais já não era mais possível a realização de consertos.

Além da locomoção natural que existe na comunidade tanto dos/as próprios/as agricultores/as quanto de pessoas externas a ela, a locomoção para a retirada dos alimentos produzidos na comunidade em direção à cidade de Cáceres, também fica comprometida.

Para a construção das duas principais pontes existentes na comunidade, a ação foi similar aos procedimentos realizados para a construção das estradas e também da rede de eletricidade. A única diferença é que para a construção das pontes, não foram contratados serviços externos à comunidade, os próprios agricultores realizaram o trabalho. A madeira fora retirada na comunidade e os equipamentos cedidos por membros da mesma.

Outros elementos componentes da infra-estrutura básica, os/as agricultores/as reclamam principalmente da falta de infra-estrutura para acesso a água e um posto de atendimento à saúde, que segundo os mesmos, não necessariamente precisaria ser construído na comunidade. Se construído dentro dos limites do assentamento Facão/Bom Jardim, composto por três comunidades totalizando mais de cem famílias residentes, melhoraria consideravelmente o seu acesso ao atendimento básico.

Quanto a esses dois itens os agricultores esperam ser atendidos com a realização das ações contidas no PDA. Como veremos no item seguinte “soluções propostas”, a execução das ações previstas como conteúdos deste plano, é uma esperança muito intensa para muitos dos/as agricultores/as da Comunidade Boa Esperança. Não apenas na resolução dos problemas relacionados à infra-estrutura comunitária, mas também nos processos que estão diretamente ligados à aprovação e liberação de recursos para sua execução, e os financiamentos para custeio e investimento da fonte de recursos do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar - PRONAF.

### **3.1.2.2 A Posse da Terra por Residentes Externos à Comunidade**

A posse da terra por pessoas não residentes na comunidade, incide diretamente sobre a organização da mesma. Considerando que a maioria das

relações familiares prioritárias à sua estruturação, efetivadas pelos proprietários acontecem fora do ambiente da comunidade, a execução de atividades na terra e conseqüentemente na comunidade, estão em segundo plano em relação ao seu local de habitação.

Um dos elementos estratégicos de influência sobre a organização de uma unidade de produção familiar camponesa é justamente a perspectiva que a família tem de trabalhar na intenção de organizar o seu espaço, para que seja possível sua vivência e a permanência da geração subsequente no mesmo, direcionando grande parte do conjunto das energias da família para este objetivo.

Sobre este contexto Wanderley (op. cit., p.07) afirma que

as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc, são fortemente orientadas por este objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações. Combinando os recursos que dispõe na unidade de produção com aqueles a que pode ter acesso fora do estabelecimento - em geral, atividades complementares, temporárias e intermitentes - a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subsequentes.

Dessa forma, a organização da unidade familiar resulta no aspecto do cuidado com o seu território, já que este será o espaço de vivência das próximas gerações, implicando necessariamente na participação da família nas ações mais amplas de uma comunidade como estratégia concreta na busca por segurança futura.

Para Jollivet “Uma coletividade rural apresenta uma dupla natureza funcional. Ela é, por um lado, um estabelecimento humano de valorização de um meio natural: a população local utiliza o território para sua subsistência. Por outro lado, é também uma unidade de habitação, de residência, um quadro de vida familiar e social de um gênero particular”(JOLLIVET et al, 1971 apud WANDERLEY, op. cit., p. 7).

Estas condições de vivência e relações sociais, são potencialmente favoráveis para o surgimento de relações de solidariedade e cooperação baseadas no conhecimento mútuo e confiança. “É esta sociabilidade que permite definir a sociedade rural como uma “sociedade de interconhecimento”, isto é, de “uma coletividade na qual, cada um conhecia todos os demais e conhecia todos os aspectos da personalidade dos outros.” (JOLLIVET idem, p. 24).

Neste mesmo sentido afirmam Costa & Futema (2006) que “a cooperação depende da difusão do conhecimento e da aprendizagem, num processo de tentativa e erro, em que grupos com números pequenos de indivíduos aprenderiam a adotar determinadas normas, através da interação, sinalização e experimentação, que favorecem o aprendizado [...] em grupos pequenos, há maior probabilidade de prevalecer o comportamento cooperativo”.

Este é um tema tratado de forma contraditória pelos/as agricultores da Comunidade Boa Esperança. Quando na realização das entrevistas, ao serem indagados se a posse de terras na comunidade por residentes da área urbana era um fator desagregador da mesma, a maioria respondeu negativamente. Outros/as responderam que sim, este é um problema para quem mora na comunidade *“[...] para a comunidade é muito ruim porque o povo que mora aqui dentro fica isolado [...] só tem vizinho dois ou três dias da semana [...] quando a gente precisa deles aqui dentro eles não ta aqui. É um problema sério.* Em momentos distintos da entrevista, mesmo os/agricultores/as que afirmaram não ser este um problema, reafirmam a necessidade da ocupação das terras da comunidade por agricultores que tenham a pretensão de residir na mesma.

Fica implícito na forma como abordam o tema, sempre falando muito pouco sobre o mesmo, que os/as agricultores/as tem restrições sobre a posse de terras para quem não reside na comunidade, porém não tratam abertamente sobre o assunto.

No sentido abordado por Jollivet et al (op. cit.) e Costa (op. cit.) sobre a ampliação das possibilidades do estabelecimento de relações de cooperação em grupos menores, dada a possibilidade de seus membros se conhecerem e estabelecerem relações de reciprocidade, a ausência cotidiana dos proprietários de terra na comunidade passam sim, a contribuir como um dos elementos desagregadores da organização comunitária.

### **3.1.3 Soluções Propostas**

Quando indagados sobre as possibilidades de soluções para os problemas presentes na Comunidade Boa Esperança, os/as agricultores/as tem suas visões divididas em relação às prioridades a serem estabelecidas na solução da problemática presente na comunidade, e apontando diferentes propostas de

soluções. As soluções por eles/as propostas serão apresentadas e discutidas através da categoria ou item da problemática que ela se propõe a solucionar, conforme indicam as seguintes categorias: *infra-estrutura (coletiva e particular); organização social; organização socioeconômica através da ação de agentes externos à comunidade; mobilização para eventos pontuais; econômica; parcerias com entidades externas.*

Em algumas situações o/a mesmo/a agricultor/a chegou a elaborar diferentes proposições que foram reunidas em mais de uma categoria, portanto, cada proposição não fora realizada por grupos distintos de agricultores.

### **3.1.3.1 Infra-estrutura (coletiva e particular)**

A partir da edição da Portaria Conjunta SAF/INCRA n.º 03, de 11 de Julho de 2000, o planejamento da infra-estrutura dos assentamentos rurais, passa a ser vinculado aos critérios para a liberação de recursos do PRONAF Grupo “A”, a agricultores assentados. Através da citada portaria, os elementos contidos no planejamento da comunidade rural em formação, deverão ser registrados no Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA.

Nesta situação está inclusa a comunidade em estudo, onde a decisão judicial de desapropriação da área para fins de reforma agrária é posterior ao ano de 2000. Mesmo que algumas das famílias que vivem na área tenham-na ocupado desde o ano de 1997.

Para os agricultores assentados anteriormente a portaria n.º 03, a Portaria Conjunta INCRA/SAF N.º 04 de 25 de Maio de 2001, em seu Art. 1.º estabelece: *Autorizar em caráter excepcional, para fins de contratação de crédito PRONAF/Grupo “A” pelos beneficiários em Projetos de Assentamento criados até dezembro de 1999, a substituição do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, exigido na alínea “c” do Art. 2.º da Portaria SAF/INCRA n.º 03, de 11 de julho de 2000, pelo Plano de Desenvolvimento Simplificado – PDS, extraído do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA do INCRA.*

Em relação às proposições dos/as agricultores/as vale iniciar ressaltando que a falta de infra-estrutura básica na comunidade influencia de modo tão intenso as suas vidas, que foi comum na fala de todos/as a indicação de soluções relacionadas a este tema.

Neste sentido dentro deste grande grupo, ocorrem duas variações de propostas. Primeira, as propostas de soluções formuladas pelos/as agricultores/as foram direcionadas notavelmente para esta modalidade de problema; e segundo, os agricultores propõem de forma explícita a estruturação da comunidade, na perspectiva de que as melhorias condicionem influências positivas sobre as condições estruturais de sua propriedade.

Os/as agricultores/as que formularam propostas para a solução dos problemas comunitários que se assemelham com a primeira situação indicada acima, afirmam acreditar que ao serem introduzidos os itens de infra-estrutura básica - energia elétrica por toda a comunidade; estradas em bom estado de conservação no período das chuvas; fornecimento de água em todas as propriedades; implantação de um posto de atendimento à saúde na comunidade ou próximo a ela – grande parte dos problemas da comunidade estarão resolvidos.

Outros agricultores/as, afirmaram que associado à estruturação da comunidade existem benefícios individuais, como a liberação de recursos para custear atividades já implantadas e realizar novos investimentos.

Como mencionado, a partir do ano de 2000, passa a ser natural o procedimento em que os primeiros recursos individuais para o agricultor familiar, fica vinculado à elaboração e aprovação do PDA. Sendo assim, principalmente os/as agricultores/as que hoje se encontram sem recursos para o investimento na estruturação de sua propriedade e nas atividades produtivas, estão ansiosamente à espera de sua liberação.

Na comunidade Boa Esperança encontramos casos em que todos os investimentos feitos na propriedade resultaram de recursos obtidos pelo agricultor através do assalariamento, em fazendas ou em atividades realizadas em áreas urbanas. Esta condição poder ser representada pela Sra. Elizabete, que obteve recursos para investimento, através da venda de alimentos na cantina de uma entidade da Rede Estadual de Ensino. A mesma atuou na estruturação da propriedade trabalhando na mesma nos fins de semana.

### **3.1.3.2 Organização Social**

Como mencionado, os/as agricultores/as que fizeram proposição neste campo, também indicaram a necessidade e urgência da resolução de problemas

comunitários através da implantação de infra-estrutura. Porém, sugerem que um dos mais significativos desafios para a comunidade a fim de melhorar a sua organização, é ampliar a unidade entre as pessoas componentes da mesma.

Para tanto, os agricultores/as propõem as seguintes estratégias: *o presidente da associação deve pedir a união do povo; presidente precisa ter mais habilidade para a gestão de conflitos por parte do presidente da associação; a realização de mutirões de trabalho; resolver os problemas nas reuniões da associação.*

Essas estratégias de ação propostas pelos/as agricultores/as são potenciais para demonstrar alguns elementos de suas percepções sobre a atuação de cada membro em comunidade.

As duas primeiras propostas são ao mesmo tempo, uma crítica ao formato de atuação do presidente da associação da comunidade, como também uma forma de transferência da responsabilidade de melhoria da qualidade de participação de cada um e cada uma, para uma pessoa que ocupa uma posição de destaque na comunidade.

Estão implícitas nestas afirmações a falta de um horizonte de participação de todos/as os/as membros da comunidade nas atividades que implicarão em benefícios coletivos para a mesma. Em nossa interpretação este fato representa em uma pequena escala o que ocorre de forma generalizada na sociedade brasileira, onde após definido pelo voto quem serão os representantes nos vários níveis do poder legislativo e executivo, são transferidas para essas pessoas todas as responsabilidades e o poder para a tomada de decisão.

Na ação dos/as agricultores/as da Comunidade Boa Esperança, parece ser um fator decisivo para a ocorrência deste tipo de transferência de responsabilidade a cultura da não participação, criada nas representações do povo através de mais de cinco séculos de dominação pelas elites nacionais e internacionais.

Nas afirmações de um agricultor a união dos membros da comunidade *“manda muito do presidente, não é abrir a boca e falar de qualquer maneira também”*. Em outras falas destes agricultores/as são atribuídos ao presidente da associação a função de resolver o interesse pela participação dos membros da associação, que no momento das reuniões se dispersam tratando de outros temas; e ainda daqueles que faltam as reuniões.

Sobre este aspecto principalmente, é exigido por parte do presidente maior habilidade para a diminuição deste tipo de acontecimento.

Em uma organização comunitária democrática e autogestionária, como ocorre nos empreendimentos coletivos no campo da Sócio-Economia Solidária, os membros que se dispõem a ocupar cargos relativos a sua gestão, não assumem sozinhos as responsabilidades pelas ações da entidade. Cada um/a assume para si parcela das tarefas a serem realizadas, de modo que todos/as participam dando a sua contribuição. Outro aspecto decisivo nestes coletivos é o exercício da politecnia, através da rotação dos membros na diretoria.

Ocorre é que ao longo da evolução da história do associativismo no Brasil, tanto no campo quanto na cidade, este modo de organização coletiva foi sendo deformada, sobrepondo sobre os interesses coletivos interesses pessoais de alguns membros. Estes normalmente se articularam para ocupar os pontos estratégicos para a tomada de decisões nas diretorias, “liberando” os demais trabalhadores/as da necessidade da participação<sup>62</sup>.

As propostas de “realização de mutirões de trabalho”; “resolver os problemas nas reuniões da associação” por outro lado, apresentam uma outra perspectiva de tentar atingir a problemática do individualismo presente na comunidade, que na visão dos agricultores é responsável pela “desunião” da comunidade.

Os/as agricultores/as que propõem o mutirão como estratégia potencial para melhorar aspectos referentes aos relacionamentos interpessoais na comunidade, indicam que *“o mutirão é que ensina o povo a ter união [...] coisa que ia levar aquele mundão de tempo pagando ou fazendo, o povo vai lá e faz para ele com aquela maior alegria [...]”*.

Estes agricultores/as apostam na possibilidade de que cada família se conheça mais profundamente ao serem oportunizados a trabalharem juntos, criando relações de confiança e afinidades, já que realizando estas atividades ampliam sua vivência coletiva em comunidade para além das reuniões da associação *“o povo vai pegar amor um no outro, famílias que você não conhecia! Eu vou levar minha mulher lá, ela não vai trabalhar, mas ela pode ajudar na cozinha e vai conhecendo; quando assusta estão todos amigos”*.

Historicamente a prática do mutirão esteve constantemente presente em comunidades de agricultores tradicionais. Mesmo sendo uma prática coletiva

---

<sup>62</sup> Um fato freqüente neste tipo de entidade é a desqualificação dos trabalhadores/as não alfabetizados para a ocupação dos cargos em diretoria, estabelecendo dentro do “grupo” desigualdades fixadas através da diferença de valoração, valorização e *status* ligados a realização de trabalho físico e trabalho administrativo (intelectual).

temporária, ocorrendo principalmente em épocas de limpeza e colheita da lavoura sempre foi responsável por ampliar os laços de amizade e solidariedade entre os agricultores.

Considerando o volume de famílias presentes na Comunidade Boa Esperança realizando diferentes tipos de atividades produtivas, o mutirão enquanto uma prática constante realizada entre os seus agricultores/as, certamente apresenta potencial formativo para ampliação das ações de cooperação e solidariedade através do contato com as diferentes realidades vividas por cada um/a destes/as agricultores/as. Podendo inclusive melhorar aspectos mais gerais na participação em sua entidade de organização coletiva.

A proposta de “resolver os problemas nas reuniões da associação” demonstra estar ligada à tentativa de reduzir o volume de conflitos internos à comunidade, responsáveis por um enfraquecimento nas relações entre as famílias como trataremos no item “desafios para a construção coletiva”, neste capítulo.

### **3.1.3.3 Organização Socioeconômica Através Ação de Agentes Externos à Comunidade**

Outra proposição feita pelos/as agricultores/as indica que dentre os elementos que influenciam a organização da comunidade, a falta de conhecimentos diversos sobre assuntos diretamente ligados as suas vidas influencia decisivamente. Segundo os mesmos, como registrado acima no item “problemas identificados”, a falta de conhecimentos gera situações negativas sobre o ponto de vista da efetiva participação dos membros da comunidade no espaço coletivo de debates e encaminhamentos da associação na comunidade.

Estes/as agricultores/as indicam que as conseqüências principais da insegurança são: a falta de participação, e a falta de clareza sobre processos democráticos, que por sua vez, tem resultado na geração de conflitos entre membros da comunidade.

De acordo com este contexto acreditam que deva existir na comunidade a intervenção de agentes externos à mesma com competências variadas que lhe possibilite contribuir em encaminhamentos necessários. Ainda de acordo com as proposições deste grupo, estas pessoas (externas) poderiam realizar palestras, cursos relacionados as áreas de interesse ligados a produção dos membros da

comunidade *“Eu acho que pra melhorar tinha que ter palestra. [...] Por isso é que é difícil, a maioria não tem instrução, é todo mundo quase analfabeto,[...] Então tinha que ter palestra, eles tinha que ouvir outras pessoas de fora. Que aí vão perceber que está errado”*.

Estas afirmações são esclarecedoras no sentido de nos conduzir a perceber o volume de conflitos existentes na organização destes/as agricultores/as. As razões por eles atribuídas para a falta de união na comunidade, são as mais diversificadas como vimos, porém fica evidente a dificuldade para o estabelecimento do diálogo entre os mesmos, notoriamente nos momentos de reuniões da comunidade.

A solução para esta condição nas relações visualizada por este grupo, diante da compreensão de que através de suas próprias ações não serão capazes de avançar na construção de soluções, é a de recorrerem a atores que atuam fora da comunidade.

Mais uma vez notamos a proposição de soluções para os seus impasses em que o protagonismo que deveria ser assumido pelos/as agricultores/as residentes na comunidade, é transferido para um outro agente que não está em condições semelhantes às suas.

Certamente não devemos nos esquecer da história deturpada das experiências associativistas no Brasil, que foram direcionadas para gerar benefícios a uns poucos membros participantes de entidades “coletivas”, se diferenciando muito pouco de uma empresa capitalista qualquer, buscando prioritariamente o lucro através de suas ações.

Através deste formato de organização e gestão, eram julgados aptos a ocuparem espaços internos de decisão, as pessoas de maior nível de escolaridade, pessoas que apresentam desenvoltura no discurso, e mesmo pessoas com melhores condições econômicas, o que se acreditava provar sua capacidade administrativa. Como ainda hoje ocorre, nas campanhas eleitorais, onde se torna uma virtude o candidato ser possuidor de bens e outras riquezas.

No entanto, mesmo que entidades e/ou agentes externos à comunidade, possam realizar ações na tentativa de colaborar com os processos decisórios e organizativos da mesma, os/as agricultores/as necessariamente deverão ser partícipes de todos os processos, jamais transferindo as suas responsabilidades a atores que não vivenciam as suas realidades.

### 3.1.3.4 Mobilização para Eventos Pontuais

Como proposta de ação a ser executada a fim de apressar o INCRA e outros setores ligados à reforma agrária, no processo referente à homologação dos/as agricultores/as para atingir as condições necessárias à liberação de recursos do PRONAF, um agricultor afirmou ser potencial o “trancamento de pista”. Este fez referência a BR – 070 que passa próximo ao local de acesso a comunidade.

De acordo com sua visão seria necessário chamar a atenção para entidades ligadas à reforma agrária com maior poder de encaminhamento, para que estes ordenassem a agilidade do processo por parte da agência local do INCRA.

Em sua fala fica evidente o interesse, certamente decorrente das necessidades, de que ocorresse rapidamente a liberação de recursos. Inclusive este foi o agricultor que mobilizou a formação da segunda associação na comunidade, ocupando a sua presidência.

Em um momento de sua fala este agricultor chega a mencionar que para resolver o problema da morosidade da homologação das terras e liberação de recursos, seria preciso chamar atenção do presidente da república *“É só trancando a pista, é o único jeito do Lula ver o que esta acontecendo aqui dentro”*.

Quando indagado sobre quais mecanismos poderiam ser utilizados na comunidade para melhorar a união entre os membros, o mesmo responde que a solução para este problema está ligada à liberação de recursos, como a sua própria fala registra *“quando recebe o recurso cada um vai cuidar da sua vida”*.

### 3.1.3.5 Estratégia Econômica

Com a mesma freqüência que os agricultores da comunidade em estudo afirmaram a necessidade da implantação da infra-estrutura na comunidade que tanto dificulta suas vidas, esteve também presente em seus discursos a necessidade da liberação de recursos para serem aplicados na ampliação de suas atividades produtivas, como fica evidente na fala deste agricultor *“Pois já pensou? Dez anos. Se com 08 anos você produzindo. Seria bem diferente! Seria outra comunidade!”*.

Como tivemos a oportunidade de afirmar no capítulo anterior, um volume considerável de agricultores/as da Comunidade Boa Esperança, executam em algum

período do ano, atividades fora de suas propriedades e até mesmo, fora da comunidade.

Wanderley (op. cit., p. 26-27) aponta que em função do contexto em que

se reproduz o campesinato brasileiro, ele revela uma longa tradição de trabalhar alugado para terceiros e de empregar, ele mesmo, trabalhadores temporários em seu estabelecimento familiar. [...] Deve-se considerar que, tendo em vista, a precariedade e a instabilidade da situação camponesa, o trabalho externo se torna, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural. Isto é, a renda obtida neste tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução, não só da família, como do próprio estabelecimento familiar.

Ainda de acordo com a autora o que está em questão não é o fato de que os estabelecimentos camponeses não conseguem gerar renda suficiente para manter a família; “trata-se, ao contrário, de compreender os mecanismos deste equilíbrio precário e instável, pelos quais o estabelecimento familiar se reproduz, a despeito do trabalho externo e, em muitos casos, em estreita dependência deste mesmo trabalho externo” (WANDERLEY, op. cit., p. 28).

Inseridos nesta realidade - comum a grande parte dos agricultores camponeses das diversas regiões brasileiras- estão estes/as agricultores/as da Comunidade Boa Esperança que dependem de interromper as atividades em sua propriedade para buscar renda através de atividades assalariadas, seja na grande propriedade fora da comunidade, nas terras de um agricultor/a membro da comunidade, ou ainda através da realização de atividades em áreas urbanas.

Neste sentido, principalmente estes/as agricultores/as acreditam que o acesso aos recursos do PRONAF, pode ser potencial para retirá-los da condição de dependentes do trabalho externo à sua propriedade em determinadas épocas do ano, criando as condições suficientes para que permaneçam na comunidade durante todo o ano. De acordo com um dos agricultores proponente desta estratégia “*se tivesse liberado isso (financiamento) tava todo mundo trabalhando. Isso aqui tava um movimento de louco. Parece que não tem interesse por parte deles. Gente, nós somos um dos assentamentos, talvez o mais próximo da cidade. Se as entidades aí, se interessassem. A gente tinha condições de abastecer metade de Cáceres*”.

Se considerarmos que a ausência do/a agricultor/a da comunidade durante uma época do ano é potencial para a desagregação comunitária, já que o/a mesmo/a não dará a sua parcela de contribuição para as ações coletivas, durante o

período em que estiverem fora. A sua permanência na comunidade durante todo o ano também é desejável sob o ponto de vista de sua ação ter potencial para o fortalecimento da coletividade.

Vale registrar aqui, que no depoimento de um agricultor o mesmo demonstra que o financiamento tende a aumentar os problemas da comunidade. Segundo ele, a maioria dos/as agricultores/as investirá os recursos em atividades ou na compra de bens que não os garantirá condições que quitar as dívidas com o banco, tornando-se, portanto, devedores.

Ele justifica sua afirmação com base nas análises que faz deste tipo de acontecimento em outros assentamentos da região. De acordo com sua descrição, os agricultores que se endividaram, esperaram ansiosamente pela liberação dos recursos sem realizar um detalhado planejamento de gastos, investindo recursos em gado de baixa qualidade, adquirindo veículos, já que a maior parte dos assentamentos não tem acesso a transporte coletivo, fato que força o agricultor a adquirir veículos individuais, e outros gastos não eficientes sobre o ponto de vista da rentabilidade econômica.

Sobre esta visão mais adiante trataremos especificamente sobre as expectativas de gastos dos/as agricultores/as, dos valores referentes aos financiamentos para investimento e custeio. No momento, destacamos que este agricultor está agindo contrariamente às possibilidades de contribuir para a coletividade de que faz parte. A partir, destas avaliações o mesmo poderia utilizar o espaço da associação para propor um debate junto a toda a comunidade sobre os aspectos do investimento de recursos de empréstimos bancários.

Este agricultor é um dos que atua na comunidade basicamente nas atividades produtivas realizadas em sua terra, participando esporadicamente das reuniões da associação.

### **3.1.3.6 Parcerias com Entidades Externas**

Esta proposta de solução para os impasses da comunidade, fora formulada por 6% dos/as agricultores/as. A maioria quando se referiu às possibilidades de contribuições externas, fez menção à falta de compromisso das entidades locais que, durante os dez anos de existência da comunidade, não se prontificaram a investir recursos públicos na mesma.

Neste contexto destacam-se falas em relação à falta de assistência técnica por parte das empresas com sede no município de Cáceres; críticas direcionadas à EMPAER, e a ausência de investimentos em infra-estrutura por parte da prefeitura municipal.

A ênfase para as entidades foi dada para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais -STR de Cáceres e para a prefeitura municipal, *“se nós não tivermos um convênio com a prefeitura e com esse Sindicato que cuida do interesse social, nós não vamos conseguir nada”*.

As linhas de atuação destacadas para serem implementadas através de parcerias, giram em torno do investimento em ações e programas que potencializem a ampliação da capacidade produtiva de cada agricultor/a, e conseqüentemente a ampliação da capacidade produtiva da comunidade.

Na fala de um agricultor o comércio local e a prefeitura municipal tem tido benefícios através da ativação da economia que os/as agricultores/as da Comunidade Boa Esperança e demais comunidades do Assentamento Facão/Bom Jardim, tem efetuado desde o momento em que iniciaram seus processos produtivos e para tanto estabelecendo relações de compra e venda na área urbana. *“Este assentamento tem 174 famílias<sup>63</sup>. Isso aqui era uma fazenda só. Só tinha 02 peões e hoje o prefeito não vê, que essas famílias ta jogando tudo o que é produzido aqui, aí dentro da cidade? [...] É tudo lucro pra cidade. E o grande produtor, não. A Grandene<sup>64</sup> ta aí. Você acha que o dinheiro da Fazenda Grandene fica aqui ? Um pouquinho”*.

Fica evidente nestas afirmações, que os agricultores esperam do Estado, em nível municipal, o direcionamento para a comunidade dos incentivos concedidos para outros setores econômicos com ações locais. No caso de comunidades agrícolas, ações específicas como o investimento em infra-estrutura, compra direta de alimentos para merenda escolar e para envio a outras entidades do município, viabilização dos veículos adquiridos com recursos do PRONAF, para o transporte dos alimentos entre a comunidade e os locais de comercialização na cidade,

---

<sup>63</sup> Os assentados mencionam o número de 174 famílias, no entanto no processo INCRA nº 54242.000376/00-00, consta uma lista com 171 representantes das famílias.

<sup>64</sup> Fazenda onde é realizada a etapa de cria, em relação às demais etapas envolvidas na criação de gado de corte. O gado é transferido para municípios do Estado de São Paulo para a efetivação das fases de recria e engorda.

contribuição para retornar o Mercado do Produtor Familiar os Pantanal para os agricultores, outros.

Pelo que fomos capazes de compreender das afirmações feitas, os proponentes desta estratégia, esperam que a ação do Sindicato dos /trabalhadores Rurais - STR seja efetivada no sentido de intermediar, enquanto entidade representativa dos/as agricultores/as, a celebração e execução de convênios com a prefeitura municipal.

### **3.2 Sobre as Eleições para Definição da Empresa Responsável pela Elaboração do PDA**

Dentre os vinte e dois assentamentos rurais existentes no município de Cáceres, apenas dois foram criados com a intervenção direta do INCRA após a data da edição da Portaria Conjunta SAF/INCRA N.º 03/2000. Um assentamento teve seu PDA elaborado, sem a constituição de processo eletivo para a contratação da empresa. O Assentamento Facão/Bom Jardim agora passa por este momento.

Neste sentido, através da realização de eleições neste último assentamento, onde os agricultores assentados tivessem a oportunidade de escolher a empresa que apresentasse a proposta de ação mais adequada para elaboração do referido plano e prestação de assistência técnica adequada às suas necessidades, representaria um momento histórico na ampliação dos processos democráticos participativos, realizados entre a comunidade e o governo.

Porém, a expressão mais adequada para representar o contexto em que ocorrera tais eleições de fato é esta, representaria um momento histórico democrático. Estas eleições foram marcadas por influências externas sobre a tomada de decisão dos/as agricultores/as, fato este que retirou deste cenário as possibilidades destes tomarem decisões conscientes quanto ao planejamento futuro que envolverá diretamente suas vidas.

As etapas públicas dos processos de debate e eleição que envolveram as comunidades do assentamento, empresas concorrentes, STR e INCRA, sucederam-se naturalmente. Os acontecimentos que comprometeram a sua lisura ocorreram nos bastidores, no período compreendido entre as reuniões de defesa das propostas nas três comunidades do Assentamento Facão/Bom Jardim e o dia em que ocorrera as eleições, como passamos relatar.

No dia treze de janeiro de 2007 aconteceu na Comunidade Boa Esperança, a reunião de apresentação das propostas de trabalho de cada uma das três empresas concorrentes, sendo elas a Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A – EMPAER; PROCEDE (Cooperativa de Trabalho dos Profissionais do Ensino Não-Formal, Assessoria, Consultoria e Projetos Ltda) e COOTREC (Cooperativa de Trabalho e Serviços Essenciais dos Profissionais do Ensino não Formal LTDA). Também estavam presentes neste evento o presidente e vice presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cáceres.

De acordo com as regras estabelecidas para as defesas de suas propostas, cada empresa teria 30 minutos para a sua apresentação. Ao término da mesma os/as agricultores/as teriam trinta minutos para debaterem sobre o conteúdo da apresentação com o expositor da proposta e outros membros da equipe.

A primeira empresa a apresentar sua proposta de trabalho na comunidade foi a COOTREC (Cooperativa de Trabalho e Serviços Essenciais dos Profissionais do Ensino não Formal LTDA)L. Seus membros centraram a exposição na defesa de sua história de trabalho na região de Cáceres, afirmando ser este, sério e transparente; no detalhamento dos valores e condições de financiamento do PRONAF e os custos concernentes a elaboração do PDA e assistência técnica, que cada família de agricultores terá.

Na seqüência, apresentou-se a empresa PROCEDE. Seus membros iniciaram afirmando que *“o desafio da assistência técnica é de criar junto ao produtor uma visão empreendedora através da formação”*, continua ele *“não apenas produzir (isso o assentado já sabe), mas tornar a propriedade uma empresa”*<sup>65</sup>.

Segundo os diretores e técnicos desta empresa, em relação às ações produtivas potenciais de serem executadas na comunidade, existe a possibilidade de estabelecer convênios com a CONAB para a comercialização antecipada da produção. Outro elemento afirmado por eles é de que é preciso *“valorizar as riquezas naturais do assentamento”*. Também fizeram esclarecimentos sobre o acesso a financiamento.

A terceira e última empresa a defender suas propostas foi a EMPAER. Diferenciando-se das demais, esta equipe antes de iniciar a sua explanação, preparou uma mesa com alimentos beneficiados artesanalmente, como amostra de

---

<sup>65</sup> Sr. Urbano-membro da diretoria da PROCEDE.

alguns de seus trabalhos realizados na inovação no beneficiamento de alimentos e na agregação de valor ao produto.

Iniciando sua apresentação os membros da EMPAER/Cáceres demonstraram a distribuição das demais agências da empresa no Estado de Mato Grosso; as competências técnicas de sua equipe de seis componentes; afirmaram ser participativa a sua metodologia de trabalho *“o produtor rural ou família rural são os protagonistas nos trabalhos na geração de renda e desenvolvimento econômico e social do assentamento”*<sup>66</sup>.

Em relação aos aspectos produtivos, apresentaram uma experiência que estão desenvolvendo com o desenvolvimento da agricultura e criação de pequenos animais, em um módulo de terra de 1,23 hectares. A produção resultante das atividades, afirmam eles, é suficiente para garantir a subsistência de uma família de cinco componentes. Este programa, que se propõe a organizar a produção em unidades familiares é denominado “Vida Nova”.

As apresentações realizadas pelas três empresas citadas, com ênfase para a COOTREC (Cooperativa de Trabalho e Serviços Essenciais dos Profissionais do Ensino não Formal LTDA) e EMPAER priorizaram a utilização do tempo disponível para afirmarem-se como empresas idôneas, transparentes e com capacidade técnica assentada em suas equipes. A equipe da PROCEDE afirmou que a construção do PDA seria realizado conjuntamente com os/as agricultores/as e em seu discurso, foi a empresa que seus membros apresentaram mais elementos que direcionam para um planejamento sistêmico da unidade familiar, propondo inclusive, elementos de participação política do/a agricultor/a na comunidade através de um planejamento e de uma prática produtiva reflexiva. O que de certa forma contradiz a perspectiva de tornar a unidade familiar uma empresa.

Com relação à apresentação realizada pelos membros da EMPAER, nos chama atenção a fragmentação de sua equipe. Para cada ação necessária ao planejamento e execução de uma determinada atividade produtiva na unidade familiar, existe um técnico com uma competência específica, representando claramente a fragmentação do conhecimento científico a que a perspectiva sistêmica do conhecimento propõe superar.

---

<sup>66</sup>Fala da assistente social da empresa EMPAER.

No encerramento da reunião o Sr. Neuzo, presidente do STR, propôs à comunidade para que se reunissem antes das eleições para debater sobre os conteúdos apresentados pelas empresas, a fim de que todos/as pudessem reunir elementos para a tomada de uma decisão consciente.

A Comunidade Boa Esperança foi a última do assentamento onde ocorrera a seqüência de apresentações de propostas.

De acordo com as falas que podemos registrar destes/as agricultores/as em visitas posteriores ao descrito evento, este foi pouco elucidativo para que os/as mesmos/as pudessem realizar avaliações das propostas apresentadas para a elaboração do PDA e assistência técnica individualizada. Estes/as afirmaram que as informações que vinham colhendo sobre cada uma das empresas, desde que seus nomes foram confirmados enquanto concorrentes no processo eletivo, foi mais eficiente em relação às defesas realizadas. Para os/as agricultores/as as empresas se dedicaram mais em explicar detalhes sobre o financiamento, em relação ao detalhamento de propostas de trabalho.

Alguns dos/as agricultores/as com quem dialogamos, afirmaram que a partir desta coleta de informações sobre cada uma das empresas a mais indicada para elaborar o PDA e prestar assistência técnica na comunidade, na visão da maioria da comunidade seria a empresa PROCEDE.

De acordo com os/as mesmos/as, ouviram relatos de que a atuação da empresa COOTREC (Cooperativa de Trabalho e Serviços Essenciais dos Profissionais do Ensino não Formal LTDA), em outros assentamentos da região, não conduziu os participantes da comunidade a bons resultados, sendo acusada inclusive de não prestar assistência técnica a que se comprometeram inicialmente.

Quanto a EMPAER, durante todo o tempo de interação junto aos agricultores/as, os mesmos demonstravam-se decepcionados/as com o fato desta empresa estar localizada tão próxima à comunidade, e jamais ter iniciado um trabalho de assistência junto a eles/as.

Neste sentido afirmavam ser a melhor opção a empresa PROCEDE, sediada no Município de Poconé e com uma sub-sede localizada na comunidade Nova Cáceres, um distrito pertencente ao município de Cáceres.

As referências das ações desta empresa, acessadas pela comunidade, foram dos bons resultados que as comunidades de agricultores/as localizadas no

município de Poconé; Distrito Nova Cáceres e Município de Nova Bandeirantes<sup>67</sup>, em parceria com esta empresa, estavam alcançando através de convênios firmados com a CONAB para a venda antecipada de alimentos, repassados na seqüência para entidades de atuação local, como escolas e hospitais.

De acordo com a fala dos/as agricultores/as da Comunidade Boa Esperança, a visão de que esta deveria ser a empresa escolhida nas eleições, parecia ser representativa da maioria dos/as agricultores/as componentes das duas outras comunidades do assentamento.

Em nossa compreensão este contexto, desfavorável para as duas outras empresas concorrentes, motivou a intervenção externa nas três comunidades componentes do Assentamento Facão/Bom Jardim. A ação dos agentes externos, na desmobilização desta opinião nos/as agricultores/as, demonstra uma ligação de interesses comuns entre políticos locais e uma das empresas concorrentes, a COOTREC (Cooperativa de Trabalho e Serviços Essenciais dos Profissionais do Ensino não Formal LTDA).

Agentes que atuam em defesa dos interesses do grupo político que atualmente dirige o executivo municipal, mobilizaram-se para atuar em uma campanha a favor desta última empresa, através da cooptação de membros das três comunidades, a iniciar pelos que naturalmente já se posicionavam a favor da mesma.

Os argumentos usados por este grupo, foram de que a empresa PROCEDE era constituída por membros do Partido dos Trabalhadores – PT; o coordenador da agência do INCRA de Cáceres e o presidente do STR/Cáceres, tinham ligações de parentesco com membros da empresa; e que a mesma não está localizada no município de Cáceres, portanto, não prestaria assistência técnica de qualidade.

Como existia e ainda existe, um descontentamento de parcela significativa dos/as agricultores/as do assentamento em relação ao INCRA e o STR, decorrentes da morosidade em que se desenvolveu o processo de legalização das terras, convencidos que esta argumentação era verdadeira, a maioria mudou sua decisão em favor da empresa COOTREC (Cooperativa de Trabalho e Serviços Essenciais dos Profissionais do Ensino não Formal LTDA), que no dia 27 de janeiro de 2007 venceu as eleições. Figura 15.

---

<sup>67</sup> Município localizado no extremo norte de Mato Grosso, as negociações com a CONAB estavam na época recém iniciadas.



Fonte: Costa, R. O

**Figura 15:** 27/01/2007. Participação dos/as agricultores/as nas eleições que definiram a empresa a ser contratada para a elaboração do PDA.

O processo de efetivação de convênio desta empresa com o INCRA para o início da elaboração do PDA, foi interrompido por uma ação movida por um grupo de agricultores/as de uma das comunidades do assentamento, sobre a argumentação de que não aceitariam a assistência técnica desta empresa, em função da mesma ser incapacitada para tal.

Vale ressaltar que este fato desencadeou novos conflitos entre componentes das comunidades e internamente nas mesmas. Dessa forma, um processo tão esperado por todos/as, na busca de melhorar as estruturas em que cada família atua na perspectiva de garantir sua reprodução, constituiu-se em resumo, em um processo desarticulador da organização do assentamento Facão/Bom Jardim como um todo, refletindo em cada uma de suas comunidades.

Compreendemos que este fato precisa servir como base empírica para análises presentes e futuras, sobre a insustentabilidade gerada nos assentamentos rurais desta região, por agentes externos que de forma descomprometida com o futuro das famílias de agricultores, usam-nos a fim de garantir os seus próprios interesses. Devem ser observados desde o agente (indivíduo) que faz deste tipo de atuação, o seu único trabalho, até as figuras políticas atuantes no poder executivo e legislativo, a quem os primeiros estão ligados.

### 3.3 Acesso a Recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

De acordo com o processo que trata da desapropriação da Fazenda Facção/Bom Jardim para fins de interesse social, o “Parecer Sobre a Viabilidade Jurídica Expropriatória” favorável à desapropriação da referida fazenda para a realização de Reforma Agrária, data de 27 de abril do ano de 2004, expedido pelo Procurador Federal INCRA/MT, Sr. Antônio Reginaldo Galdino Delgado.

Neste sentido os/as agricultores/as assentados em terras antes pertencentes à Fazenda Facção/Bom Jardim, enquadram-se nas normas estabelecidas pela Portaria Conjunta SAF/INCRA n.º 03, de 11 de Julho de 2000, que dentre outros critérios estabelece a vinculação da elaboração do PDA à liberação de recursos da linha PRONAF “A”, para agricultores/as assentados/as em data posterior a sua publicação.

As informações acessadas por estes/as agricultores/as referentes aos critérios de liberação de recursos do PRONAF “A”, foram obtidas no ato da reunião de apresentação das propostas das empresas na comunidade, sendo as regras e/ou condições as seguintes: a) a liberação de recursos acontecerá após a elaboração e aprovação do PDA, conjuntamente à obtenção da Licença Ambiental Única - LAU, expedida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA<sup>68</sup>; b) será financiado por agricultor/a o valor máximo de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Deste total, R\$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais) deverão ser destinados à investimentos, dois quais já serão abatidos R\$ 100,00 (cem reais) no pagamento da LAU e R\$ 100,00 (cem reais) no pagamento pela elaboração do PDA. Os R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) restantes, deverão ser destinados ao pagamento da empresa que prestará assistência técnica por quatro anos; c) o prazo

---

<sup>68</sup> Este fato, dentre inúmeros outros, pode ser utilizado para a análise das contradições do sistema legal em relação à reforma agrária, pois após aproximadamente dez anos manejando a natureza local, agora o órgão ambiental com competência, fornecerá a licença que permite o manejo da área. Esta seqüência de acontecimentos demonstra o fato, que afirmamos em momento anterior, de que o Estado atua no sentido contrário ao da organização dos agricultores familiares, tanto através das ações impeditivas da reforma agrária, quanto da implementação dos assentamentos rurais após a sua legalização. No próprio Parecer Técnico n.º. 012/2004 FEMA-MT (hoje SEMA) sendo favoráveis à desapropriação da área, afirmaram: “deverá ser feito um Compromisso de Ajustamento de Conduta entre **FEMA/INCRA/ASSENTADOS/MINISTÉRIO PÚBLICO**, para maior segurança; é dever da FEMA/IBAMA/INCRA, fiscalizar, controlar, monitorar todas as atividades, processos e obras que forem realizadas na área”, fato este inexistente durante o período.

para pagamento será de dez anos. Para melhor compreensão do direcionamento de investimentos (em janeiro de 2007), ver quadro 11.

O agricultor poderá ainda, através da elaboração de projetos específicos recorrer a outras linhas do PRONAF para obtenção de financiamento para custeio no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Quadro 11

Resumo das formas estabelecidas para o gastos de recursos do PRONAF "A" a que o agricultor familiar terá acesso

<b>Destino do Gasto</b>	<b>Valor em (R\$)</b>
Investimento	18.000,00
Propriedade	16.300,00
Assistência Técnica	1.500,00
LAU	100,00
PDA	100,00
<b>Total (R\$)</b>	<b>18.000,00</b>

Quadro organizado: Costa, Rogério (2007)

### 3.3.1 Expectativa de Investimento dos Agricultores e das Agricultoras

Ao serem questionados sobre em que atividades farão os investimentos dos recursos do PRONAF, a maioria dos/as agricultores/as emitiu respostas demonstrando não ter realizado um planejamento detalhado de investimento. Porém, apenas 11,7% dos/as agricultores/as até o momento da realização das entrevistas, não havia definido em que atividades investiriam.

Em princípio poderíamos imaginar que os agricultores que representam o percentual indicado, poderiam não estar dispostos a externalizar as suas intenções para investimento em relação aos recursos do financiamento. No entanto, observamos que este fato parece estar mais relacionado a incertezas na tomada de decisão, diante de um cenário de intensas necessidades de investimento em que se encontram as unidades familiares na comunidade. Sendo o volume de recursos a ser disponibilizado inferior à necessidade de investimentos, a etapa de priorização pode atuar na indefinição destes/as agricultores/as.

Dentre os agricultores/as que haviam se decidido sobre os investimentos, 53,3% introduzirá novas atividades em sua propriedade. As atividades indicadas por estes agricultores são as seguintes: criação de caprinos; investimento em estrutura e aquisição de gado para corte; piscicultura; introdução de novos cultivos vegetais, criação de gado leiteiro.

Entre os/as agricultores/as que pretendem introduzir novas atividades, 37,5% iniciarão a criação de gado de corte, em suas unidades produtivas.

Os demais agricultores/as (46,7%) investirão na ampliação das estruturas já instaladas na propriedade, sendo por eles/as destacadas as atividades que seguem registradas no quadro 12.

#### Quadro 12

Resultado da pesquisa sobre as atividades a serem implementadas pelos/as agricultores da Comunidade Boa Esperança com recursos do PRONAF.

<b>Atividades</b>	<b>Sub-atividades</b>
1 Ampliação das estruturas para criação de gado leiteiro	a- construção de curral coberto, b-aquisição de ordenhadeira mecânica; c- construção de represa, d- construção de divisórias de pasto, e- aquisição de triturador para fabricação de ração, f- aquisição de novas vacas; g- substituição de vacas, h- ampliação da área plantada de cana de açúcar e milho para a fabricação de ração, i- ampliação da área plantada com pastagem para o gado;
2 Estrutura de irrigação para horta e de plantios intensivo em áreas moduladas	-construção de poços semi-artesianos; -aquisição de sistema de irrigação
3 Ampliação da área de cultivo, com destaque para variedades de mandioca e banana	Desmatamento de novas áreas; -construção de curvas de nível;

Quadro organizado: Costa, Rogério (2007)

Destacamos que entre os/as agricultores/as inclusos no grupo dos que manterão as atuais atividades presentes na propriedade, 66,7% afirmaram que

priorizarão os investimentos em sub-atividades que garantam a manutenção e ampliação da atividade da pecuária leiteira.

Este percentual de agricultores/as associado ao outros (37,5%) que afirmaram pretenderem iniciar a criação de gado de corte, revela a intenção dos mesmos em realizar investimentos em atividades que garantam segurança de retorno. Esta intenção como afirmam (JOLLIVET et al, 1971; WANDERLEY, 1996), configurou-se ao longo da evolução da família camponesa, como uma característica na busca das condições para sua reprodução.

A carne e o leite bovino são certamente produtos com consumo consagrados no mercado. No entanto, principalmente quando são realizadas em propriedades familiares, estas atividades econômicas fazem parte, de cadeias produtivas ocupadas por intermediários, resultando em preços baixos para o/a agricultor/a, portanto, contrariando os objetivos pelos quais são realizados os investimentos.

Um agricultor que realiza a criação de gado para o corte, normalmente não se estrutura a ponto de comercializar o gado diretamente aos frigoríficos, em função de seu baixo volume de criação, dado a extensão de área disponível; gado com genética que condiciona baixa conversão alimentar; falta de transporte, outros condicionantes. Sendo assim, este/a agricultor/a quase sempre trabalha sobre a lógica de utilizar o gado para a realização de negócios em que possa obter ganhos através de trocas, mas principalmente, utilizando a venda de bezerros<sup>69</sup>.

Assim, uma das contradições da realização desta modalidade de atividade econômica por agricultores familiares, reside no fato de se configurar como uma atividade de baixa rentabilidade para o agricultor, e por outro lado, de ser uma possibilidade de obtenção de dinheiro através de sua venda, que quase sempre é garantida através da atuação de intermediários.

Quanto a criação de gado leiteiro em propriedades familiares na região de Cáceres, o contexto assemelha-se com o descrito anteriormente. Normalmente a gado adquirido com recursos de financiamentos, tem origem de outros estados, com destaque para os Estados da região Sul e Sudeste, que registram tradição no melhoramento genético do gado leiteiro, alcançando satisfatórios resultados.

---

<sup>69</sup> Por esta razão, em criações de gado para corte em unidades de produção familiar, o bezerro tem a preferência, pois alcança maiores valores no mercado, pagos por intermediários (normalmente possuidores de maiores extensão de terras) que fazem a sua aquisição para engorda e posterior negociação com frigoríficos.

Porém, estes resultados alcançados nas citadas regiões representam um conjunto de condições locais, que em grande parte dos casos, os/as agricultores/as assentados no Sudoeste de Mato Grosso não têm conseguido alcançar. Do conjunto de condições desfavoráveis para a realização da atividade na região de Cáceres podemos destacar: pastagens com baixos níveis nutricionais (a variedade mais comumente utilizada entre os agricultores é a *Braquiaria* sp); excesso de animais por unidade de área (animais/ha); falta de matéria prima na propriedade para a fabricação de ração balanceada, e/ou de recursos financeiros para sua aquisição (necessária na alimentação do gado nos meses de seca), dentre outras.

Nos meses intensos de chuvas quando as pastagens rebrotam, conseqüentemente o gado produz mais leite. Sendo esta uma condição geral entre todas as propriedades, a oferta do alimento aumenta a ponto de baixarem os preços, a valores extremamente pequenos. Entre os meses de dezembro de 2006 a março de 2007, os agricultores da Comunidade Boa Esperança comercializaram o litro de leite a R\$ 0,35 (trinta e cinco centavos de real) diretamente de suas propriedades para intermediários, sendo alguns, moradores da própria comunidade que compram e revendem na cidade em padarias e mercados.

De acordo com a pesquisa, durante os meses em que foi possível transitar internamente à comunidade um veículo de um laticínio do município comprava e coletava o leite na comunidade. Entretanto, com o início das chuvas (mês de novembro e mais intensas a partir dos mês de dezembro) essas negociações foram interrompidas, em função da intransibilidade das estradas. Este é inclusive, um argumento utilizado por intermediários para pagar menos pelo produto.

Outro argumento utilizado para provocar a queda dos preços do leite, utilizado principalmente nos meses chuvosos quando os animais aumentam sua produção, é a diminuição na qualidade em decorrência do alto volume de água disponível na pastagem o que resulta na produção de leite, também com alta concentração de água.

No período compreendido entre os meses em que ocorrem poucas chuvas as pastagens, adubadas apenas através das fezes dos próprios animais, não resistem a pressão, exercida pelos próprios animais, e logo no início deste período deixa de ser suficiente para suprir as necessidades do gado, que manifesta esta carência através de perda considerável de peso e baixa produção de leite.

Diante das condições de mercado e das limitações estruturais internas à propriedade, aqui parcialmente descritas, a que os/as agricultores/as estão submetidos para a efetivação destas atividades econômicas produtivas, a lógica de investimento que resulta em segurança para o retorno à família, fica consideravelmente comprometida, nas atuais estruturas organizativas que a comunidade apresenta. Qual seja, o desenvolvimento de estratégias voltadas para a organização da propriedade individual e poucas atividades voltadas para o estabelecimento de relações entre o planejamento individual e o planejamento coletivo.

Portanto, orientados para o atendimento do mercado, estes/as agricultores/as investindo na pecuária leiteira e pecuária de corte nas atuais precárias estruturas que se encontram a sua disposição, alcançam baixos retornos através do desenvolvimento desta, enquanto principal atividade econômica implantada na unidade familiar.

Destacamos que na perspectiva das práticas coletivizantes, como os mutirões, a criação de gado para leite ou para corte, diminui consideravelmente as chances destes acontecimentos, já que o manejo nestas atividades ocorrem com baixa ocupação de “mão-de-obra”, favorecendo o isolamento cotidiano dos/as agricultores/as que não demandarão seus vizinhos em atividades conjuntas.

### **3.4 Experiências Coletivas**

#### **3.4.1 Participação em Entidades**

A entidade existente na Comunidade Boa Esperança constituída com o objetivo de garantir a participação dos agricultores residentes na mesma, e donos de terra residentes no espaço urbano do município de Cáceres na definição dos rumos da comunidade, é a associação.

Como mencionado, em função da existência de divergências entre os/as agricultores/as desta mesma comunidade, fora criada uma segunda associação no ano de 2006 com o objetivo de realizar negociações com o INCRA, no processo de homologação das terras da comunidade e conseqüente liberação de recursos a que estes/as têm direito. No entanto, pouco tempo depois de sua criação suas atividades foram interrompidas.

Neste sentido indicamos que existe efetivamente como espaço de participação na comunidade uma única associação representativa, a Associação Boa Esperança, criada no ano de 1998 e persistindo até os dias atuais tendo suas reuniões ordinárias realizadas todo segundo sábado do mês.

#### **3.4.1.2 As reuniões e seu espaço de realização**

De acordo com o estatuto da Associação Boa Esperança, as reuniões ordinárias ocorrerão todos os segundos sábados de cada mês, em sua sede própria, com horário definido para as 14:00 h e tolerância máxima de 15 minutos, iniciando portanto, as 14:15 h.

Vale observar que o horário definido para a realização das reuniões torna a participação extremamente cansativa, dada a intensidade de calor que atinge o local de realização da mesma a partir das 12:00 h até aproximadamente as 17:30 h.. Porém, de acordo com as avaliações feitas pelos/as agricultores/as este demonstrou ser o melhor horário para a realização das reuniões, já que muitos/as destes/as mesmos/as participantes percorrem distâncias consideráveis no retorno para suas casas.

Desde as primeiras participações nas reuniões da comunidade pudemos perceber que o seu acontecimento reúne em um único espaço as diferenças e desigualdades mais explícitas existentes entre os seus componentes.

Os momentos que antecedem o início da reunião, quando da chegada e formação de pequenos grupos de diálogo, demonstram parcela das diferenças socioeconômicas dentre os membros da mesma comunidade.

Alguns acessam o local a pé, na maior parte do ano sobre forte incidência de sol e calor; outros, principalmente os que residem nas terras localizadas nas extremidades da comunidade, ao se locomoverem caminhando pegam carona; outros chegam de bicicleta; motocicleta; e há ainda aqueles que se locomovem de automóveis, desde os modelos e anos mais recentes, como veículos de passeio importado e caminhonetes, até modelos mais antigos.

O comportamento após a chegada no local também se demonstra bastante variado. Ao serem formados grupos de diálogo, momento em que os temas de interesse são debatidos e as novas informações acrescentadas, alguns grupos se comunicam de forma mais expressiva que outros. Esse fato pode ser notado pelo

tom de voz mais elevado em relação a alguns grupos que praticamente não se ouvia o que estava sendo pronunciado e também pelo posicionamento em relação ao local. A primeira forma de grupo de diálogo citado, normalmente posiciona-se em local mais central no terreno pertencente a associação.

Esses fatos parecem representar diferentes condições de segurança em estar presente naquele espaço, ainda que a aproximação das pessoas em grupos de diálogo demonstre ser influenciada por questões relacionadas por interesses econômicos e afinidade ideológica, e não apenas pela condição socioeconômica.

Em relação ao local onde acontecem as reuniões, por decisão dos membros da comunidade, fora doada a Associação Boa Esperança uma pequena área de terra, localizada em ponto central da comunidade, para que nela pudesse ser construído um barracão e estrutura suficiente para acolher os seus participantes nas reuniões ordinárias e extraordinárias da associação e também para funcionar como um local para o desenvolvimento de outras atividades comunitárias como festas e atividades religiosas.

A limpeza da área e a construção do barracão fora coletiva, porém, de acordo com os próprios agricultores em função da falta de recursos, ainda estão por serem encerradas a estrutura da cozinha e do banheiro, que hoje estão apenas com as paredes levantadas.

O barracão (figura 16) foi construído utilizando-se como pilares troncos de árvores, retiradas das matas da própria comunidade, seu piso é de chão batido, e sua cobertura foi montada em telhas de amianto. Nas partes laterais entre cada pilar de madeira, fora construído uma pequena mureta de aproximadamente 0,70 m, que durante as reuniões acaba sendo utilizada como banco. Ao fundo do barracão estão localizadas ainda em fase de acabamento, as estruturas da cozinha e do banheiro.



**Fonte:** Costa, R. O

**Figura 16** – 26/10/2005 Costa, Rogério. Local (barracão comunitário) onde ocorrem as reuniões da associação Boa Esperança.

Distribuídos pelo espaço do barracão estão bancos improvisados de troncos de árvores e sobre eles pranchas de madeira. Ao se acomodarem para a participação nas reuniões, os associados distribuem-se entre estes bancos e as muretas laterais, em busca da proteção do sol que incide no local.

À frente dos associados, localizada no centro do barracão, fica uma mesa também bastante rústica, onde ao seu redor posicionam-se o presidente e a primeira secretaria da associação, sentados em tocos de madeira.

O presidente, Sr. Natalino, faz o chamamento dos associados que permanecem até o último momento anterior ao início da reunião, em seus grupos de diálogo, também em bancos improvisados localizados sobre as sombras das copas das árvores em frente ao barracão.

O início da reunião ocorre com a apresentação da pauta, elaborada principalmente em função dos resultados alcançados nas tramitações da comissão do assentamento junto ao INCRA/MDA. Outros pontos também são acrescidos a pauta, como questões referentes a problemas relacionados com a coleta de água; apresentação à comunidade por parte dos vendedores, das razões pelas quais os lotes são negociados. Por parte dos compradores, são apresentadas informações

sobre origem, se são possuidores de outras terras, as intenções que os moveram para a aquisição de terras na comunidade.

Existem ainda espaços para os informes, onde estes são utilizados sempre por membros externos à comunidade, ou por donos de terra que residem na cidade de Cáceres.

Durante todas as participações nas reuniões não visualizamos uma pauta elaborada coletivamente, normalmente o presidente apresenta para a comunidade, antes da data definida para a reunião, alguns pontos que comporão a pauta, no entanto, os associados são apáticos à sua elaboração.

Em nossa compreensão estes são elementos negativos sobre o ponto de vista da participação coletiva, pois fica transferida para a diretoria da entidade, com notório destaque para o presidente, as responsabilidades e as agendas de interesse coletivo desta comunidade.

Neste sentido a participação nas reuniões por parte dos/as agricultores/as baseia-se principalmente no ouvir. Os assuntos são explanados pelo presidente, em algumas situações através da ajuda de algum participante externo à comunidade. Cada tema é pouco debatido antes que o próximo seja iniciado, principalmente pelos/as agricultores/as (os que residem na comunidade), que são os que menos se expressam durante as reuniões, com algumas exceções.

Essas ocorrências se relacionam com as afirmações feitas por alguns/as agricultores/as, quando de seu relato sobre os problemas referentes à organização, de que a participação é baixa nas atividades coletivas da comunidade em decorrência da insegurança dos assentados.

A falta de participação prévia dos assentados na elaboração dos temas que comporão a pauta das reuniões, limitando apenas às reuniões mensais a sua presença em espaços que tratam de assuntos de interesse coletivo, associados à insegurança, que a nosso ver é decorrente de inúmeros elementos<sup>70</sup>, contribui decisivamente para a baixa participação (falas e exposição de idéias) por parte destes/as agricultores/as, ficando esta concentrada na maioria do tempo na pessoa

---

<sup>70</sup> A falta de tradição destes/as agricultores/as em participação de entidades com características coletivas, onde as decisões e a gestão são realizadas coletivamente (a maioria deles/as afirmou jamais ter participado de uma associação ou cooperativa); pouca experiência de falar em público; nos relatos dos/as próprios/as agricultores/as, aparece a afirmação de que são incapazes de participar das tomadas de decisões e/ou de um lugar na diretoria da associação, porque não estudaram; presença de pessoas externas à comunidade se demonstrou também potencial para a diminuição das falas, outras.

do presidente, membros externos à comunidade; e donos de terra moradores da área urbana do município.

### **3.4.2 - Atividades Produtivas Coletivas**

Como evidenciamos em momento anterior, as práticas coletivas efetivadas pelos/as agricultores/as na Comunidade Boa Esperança, não alcançaram o nível da organização produtiva coletiva. Na afirmação dos/as próprios/as agricultores/as anteriormente ao início do processo da homologação das terras pelo INCRA a comunidade era mais unida.

De acordo com seus relatos, reuniram-se para organizar as condições básicas de sobrevivência na comunidade, como a construção de estradas e pontes; instalação em parte da comunidade da rede de energia elétrica; organização da distribuição de água através da fonte principal da comunidade, cachoeira; construção da sede da associação; consertos da estrada no período das chuvas, quando a situação da mesma inviabiliza a sua locomoção interna, dentre outros.

Além destas atividades realizadas conjuntamente<sup>71</sup>, estes/as agricultores/as afirmam que as relações entre vizinhos era mais intensa e harmoniosa antes do início do processo de homologação das terras.

De acordo com o que observamos, quando o INCRA deu início nesta ação, a maior parcela dos componentes da comunidade, imaginou ser ágil as etapas do processo até a liberação de recursos. Na prática, ficou evidenciado também, que a maioria dos/as agricultores/as desconhecia os procedimentos e etapas da legalização da terra.

Diante do contexto de morosidade para a liberação do tão esperado recurso para investimento na estruturação da propriedade, foi criado entre os/as agricultores/as uma seqüência de conflitos, decorrentes desta morosidade.

Alguns/as afirmavam que os motivos da demora estavam relacionados à forma como o presidente da associação comunitária atuava frente ao INCRA. Cenário que desencadeou na criação de outra associação na comunidade a fim de apressar o processo através de outras estratégias de negociação. Como vimos, uma

---

<sup>71</sup> Vale observar que a maioria das atividades relatadas, foram basicamente realizadas grupalmente pelos homens da comunidade, segundo os mesmos por serem atividades que exigiram esforço físico. Portanto a atividade executada na comunidade onde se reúnem homens e mulheres, são as reuniões da associação, aos segundos sábados do mês.

tentativa infrutífera, pois os entraves tinham diversas origens inclusive internos, relacionadas a representantes de famílias com algum impedimento para homologação das terras em seus nome.

Mesmo existindo um grau de envolvimento mais intenso entre os/as agricultores/as, em momentos anteriores à deflagração destes conflitos intra-comunitários, diferentemente de outros assentamentos da região que executam atividades produtivas de forma coletiva, principalmente os organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST<sup>72</sup>, na Comunidade Boa Esperança não foram destinadas áreas de produção coletiva ou mesmo atividades produtivas em terras cedidas por agricultores.

As razões ligadas a não coletivização como forma organizativa nesta comunidade, discutiremos no item 3.4.4 “Obstáculos á Participação Coletiva”. Porém registramos neste momento que de acordo com nossa interpretação sobre o fato, ele está diretamente correlacionado ao histórico de constituição da comunidade, que ocorrera sem qualquer tipo de planejamento conjunto por parte dos/as agricultores/as anteriormente ao acesso a terra, associado a posteriores fatores de desagregação da comunidade, como a posse de terras por não residentes nas mesmas.

De acordo com a metodologia de organização do MST, antes de serem assentadas, as famílias de agricultores permanecem juntas, em acampamentos organizados por este movimento, durante o tempo em que ocorrem as etapas decisórias de desapropriação das terras que os mesmos têm direito.

Neste sentido, parcela do tempo de “espera” destes/as agricultores/as é dedicado a atividades coletivas, compreendendo desde os momentos de formação e debate, aos momentos de práticas, como o plantio e colheita de roças para subsistência. Portanto, os/as agricultores/as que passam por estas experiências, são oportunizados a iniciarem processos de aproximação e conhecimento das futuras famílias assentadas, antes mesmo da concretização do assentamento.

Bicchieri (1997) sendo citada por Costa (2006) afirma que “para haver cooperação, é necessário que haja emergência das normas, as quais, por sua vez,

---

<sup>72</sup> Podemos citar como exemplo agricultores/as que ao serem assentados logo deram início à constituição de coletivos e semi-coletivos de produção os Assentamentos Florestan Fernandes, localizados na divisa entre os municípios de São José dos Quatro Marcos e Araputanga; Assentamento Roseli Nunes, localizado entre os municípios de Mirassol D’Oeste e Curvelândia; Assentamento Che Guevara, localizado no município de Araputanga, dentre outros localizados na região.

surgem em grupos pequenos, nos quais se estabeleçam relações pessoais entre indivíduos não-anônimos” (BICCHIERI, 1997 apud COSTA, 2006, p. 7).

Para Costa (op. cit., p. 8) “a comunicação, a confiança e o compartilhamento de um futuro comum, aliados ao estabelecimento e respeito a compromissos, favorecem a ação coletiva que resulta em cooperação e na inibição do comportamento do tipo carona”.

Com esta seqüência de idéias, queremos evidenciar que a instauração de atividades produtivas coletivas na Comunidade Boa Esperança, certamente são possíveis de serem realizadas, para tanto sua história precisa ser resgatada com objetivo de que as etapas deste processo sejam realizadas com consciência das potencialidades e limitações da comunidade.

O fato de não existirem terras destinadas à produção coletiva na comunidade não inviabiliza a possibilidade da realização de um planejamento conjunto da mesma. Este fato é evidenciado nas práticas estabelecidas por agricultores da Amazônia, que ao estabelecerem parcerias para ampliarem a sustentabilidade de suas atividades produtivas, participaram da criação de uma metodologia de planejamento comunitário, que se inicia em cada unidade de produção, fato que dá origem ao nome do programa: “Plano de utilização da Unidade de Produção – PU”<sup>73</sup>, fazendo parte de um programa mais amplo denominado PROAMBIENTE.

O PROAMBIENTE surgiu da compreensão da sociedade civil organizada de que a degradação ambiental gera problemas sociais e econômicos no meio rural. Sendo uma linha de ação dentro deste programa, o PU surge como forma “alternativa de produção que concilie conservação ambiental e respeito à sociedade” (MMA, 2005).

O PU é um planejamento integrado da área (unidade produtiva) em que a família trabalha, pode ser uma propriedade, um lote, um sítio, uma área de uso coletivo (MMA, op. cit.). Em relação ao planejamento, seu funcionamento consiste das seguintes etapas: cada família realiza um diagnóstico da unidade produtiva em que atua, elaborando um mapa situacional; na seqüência realiza um prognóstico,

---

<sup>73</sup> Este programa é parte de um programa mais amplo denominado Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar – PROAMBIENTE, do Governo Federal em parceria com a sociedade, elaborado no ano de 2000 a partir de uma articulação entre Federações de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura – FETAGs; Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB; Conselho Nacional dos Seringueiros –CNS; Grupo de Trabalho Amazônico – GTA; Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM; Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional –FASE. Este programa tornou-se política pública em 2004, através do Plano PluriAnual 2004/2007.

registrando em um mapa a estruturação futura que pretende dar à unidade de produção; na seqüência os PUs são confrontados com todos os outros da comunidade, quando são montados Grupos Comunitários de planejamento. Todas as etapas são acompanhadas por técnicos e agentes comunitários, que participam da elaboração.

Os PUs de um Grupo Comunitário devem ser planejados de forma coletiva. “Por isso, PUs têm como base, além das expectativas e conhecimentos de cada família, o **Plano Territorial**<sup>74</sup> e os **Diagnósticos do Grupo**” (MMA, op. cit.).

Esta metodologia é um demonstrativo de que é possível a realização de planejamento que inicia em cada propriedade e processualmente abrange toda uma comunidade, através da integração dos planejamentos individuais. Sendo os passos de sua constituição, aqui utilizados para indicar a possibilidade de sua efetivação na Comunidade Boa Esperança.

A vivência junto a esta comunidade, ao longo de todos os meses de interação direta, associada às afirmações que fizemos até aqui nos permite, no debate sobre as experiências coletivas, ressaltar que as estratégias de ações vivenciadas nesta comunidade, são direcionadas para a organização de cada propriedade familiar, sendo os principais atores deste contexto o próprio grupo familiar.

Porém, as ações voltadas ao estabelecimento de uma coerente integração entre organização da propriedade e a organização da comunidade são frágeis nas ações destes/as agricultores/as, sobretudo quando consideramos que a principal razão da existência de sua entidade criada com fins organizativos- a associação- está limitada a tratar de questões relacionadas à legalização das terras e liberação de recursos; além de não existirem parcerias firmadas entre a comunidade e instituições externas pretendendo um único objetivo.

### **3.4.3 Expectativas para Experiências Coletivas**

Como demonstram os dados apresentados, o conjunto social que constitui a Comunidade Boa Esperança, é bastante diversificado. Esta diversificação tem sido

---

<sup>74</sup> A divisão do espaço nacional em territórios é uma política do MDA através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, para os quais são elaboradas políticas específicas para o desenvolvimento regional. No caso da região Sudoeste de Mato Grosso não existem territórios constituídos por esta política. Portanto, outras políticas precisam ser consideradas na elaboração de um planejamento local.

evidenciada através das distintas formas de organização de sistemas produtivos, através das relações cotidianas estabelecidas na comunidade; através da dedicação para com os assuntos de interesse coletivo, dentre inúmeros outros.

Neste sentido as propostas formuladas por estes/as agricultores/as para a solução dos principais problemas presentes na comunidade, nos servem como indicadores em relação às intenções destes em estabelecer no presente e no futuro atividades de caráter coletivo.

Acreditamos que ao invés de quantificar os/as agricultores/as que se incluem no grupo dos que elaboraram propostas, que necessariamente seriam executadas pela coletividade dos membros da comunidade para a solução de seus problemas, pode ser mais elucidativo considerarmos que na diversidade de formas de pensar e atuar destes/as agricultores/as surgiram propostas que evidenciam a disposição para atuarem em atividades com características coletivas, e também propostas de caráter individualista.

Assim, inúmeras das proposições elaboradas pelos/as agricultores/as, independente do potencial ou fragilidade que apresentaram, evidenciaram a intenção de trabalhar conjuntamente, estando presentes nestas proposições a afirmação de que uma comunidade que atua em conjunto se organiza de forma mais eficiente, portanto, desenvolve benefícios para a maioria.

Podemos ressaltar que dentre as propostas que indicam este caminho, destacaram-se as propostas de utilização de forma mais eficiente dos espaços e tempos das reuniões da associação para a resolução de problemas comunitários; e a prática constante de mutirões entre os membros da comunidade.

Esse contexto nos conduz a considerar que, as intenções quanto ao desenvolvimento de ações coletivas na comunidade, como estratégia para a solução de problemas ligados à qualidade de vida de seus membros, se desenvolve num contexto contraditório, definido principalmente por diferenças socioeconômicas e ideológicas, existentes entre os/as agricultores/as.

#### **3.4.4 Obstáculos à Participação Coletiva**

O capitalismo enquanto sistema político/econômico tem em suas bases de fundação e manutenção, a propriedade privada dos meios de produção. A vigência

deste sistema, por si, configura obstáculos materiais e imateriais à coletivização, tanto em nível organizativo como produtivo, quer seja no campo ou na cidade.

Sobre o agricultor familiar tradicional camponês e outras modalidades de agricultores familiares, uma das marcas impressas pelo capitalismo, através das relações socioeconômicas e culturais impostas pela desigual estrutura das classes sociais, foram as representações que desenvolveram nos mesmos, formas de pensar e agir individualistas.

O individualismo conduz a formas de pensar e agir antagônica ao modo de pensar e agir coletivo. O primeiro não permite que sejam estabelecidas relações de amizade, cooperação e solidariedade, pois assim se relacionando as pessoas, a maioria acessa os benefícios resultantes de suas ações. Benefícios estes potencialmente mais amplos e complexos que não apenas os de ordem material, pois as relações pautadas na cooperação e solidariedade potencializam as capacidades do ser humano, ampliando assim as reais possibilidades para sua emancipação, compreendida como sinônimo de desenvolvimento humano.

#### **3.4.4.1 Influências Locais Sobre a Organização Coletiva**

Neste sentido além das várias influências locais que incidem sobre a organização coletiva da Comunidade Boa Esperança; tais como a ação de atravessadores nos processos de comercialização, a compra e venda de lotes, etc; outros fatores que afetam decisivamente tais relações, tem origem nas influências condicionantes que a estrutura social, econômica, política e cultural da sociedade brasileira imprimem ao povo de sua nação, não estando fora do alcance das mesmas, as categorias de agricultores familiares.

Destacamos como influências locais sobre a participação coletiva na Comunidade Boa Esperança: a) a ausência de todos os membros da família morando na comunidade; b) as entidades locais que identificando as fragilidades da organização socioeconômica dos/as agricultores/as, utilizam as mesmas para alcançar objetivos particulares; c) políticos locais que atuam de forma semelhante, introduzindo no interior da comunidade, agentes que levam benefícios de caráter assistencialista a agricultores/as, ficando estes/as sempre devedores de favores a

estes agentes que sempre exigem algo em troca<sup>75</sup>.

A ausência da família completa residindo e atuando no campo, segundo os agricultores que vivem nesta condição na comunidade, configura-se em um elemento desagregador. Iniciando pela própria desestruturação psicológica do agricultor, que reclama da saudade, do isolamento e de um vazio criado pela distância da família, não sendo preenchido nem mesmo por bons companheiros na comunidade.

Na seqüência, as atividades produtivas na comunidade são influenciadas por esta condição, já que uma das características de uma unidade familiar é a utilização de mão-de-obra própria nos processos produtivos. Por fim, observamos que a comunidade acolhe todos esses condicionantes vividos por estes/as agricultores/as, que em função de tais influências permanecerão mais ou menos tempo na comunidade e serão mais ou menos participativos em assuntos de interesse comunitários.

Em relação às influências externas locais sobre a comunidade, principalmente vindas dos citados atores ou agentes locais, na quase totalidade dos casos, constituem-se em interferências negativas do ponto da construção processual da autonomia comunitária. Sempre que algum benefício é transferido à mesma, ocorre em decorrência de processos assistencialistas não participativos, resultando na (re) afirmação no imaginário destes/as agricultores/as a lógica da dependência externa e da impossibilidade de alcançarem sua organização através de processos autogestionários.

#### **3.4.4.2 Influências das Relações Sociais Sobre a Organização Coletiva**

Como elementos que também influenciam diretamente nas estruturas locais da comunidade, destacamos alguns itens que estamos considerando serem componentes do modo de agir do agricultor, resultantes da sua evolução enquanto membro de uma sociedade, em que a ideologia da classe dominante sempre foi disseminada como sendo a ideologia de todas as classes sociais (MARX & ENGELS, 1998).

---

<sup>75</sup> Assim ocorreu no ato da eleição da empresa vencedora das eleições para a elaboração do PDA, onde pessoas ligadas a um grupo político do município, percorreu as três comunidades do Assentamento Facão desarticulando as duas outras empresas concorrentes. A empresa vencedora foi a COOTREC.

Neste sentido situações vivenciadas na comunidade tais como a não participação efetiva na gestão e nas reuniões da associação; a intolerância frente as diferentes denominações religiosas presentes na comunidade; a exploração de agricultores que se encontram fragilizados economicamente por outros membros da própria comunidade; o desconhecimento sobre os processos democráticos participativos; as barreiras existentes nos processos comunicativos; o desmatamento de áreas impróprias para o cultivo, entre outras, são, em nossa compreensão, evidências da história de dominação e abandono a que fora submetido o agricultor tradicional ao longo da evolução do campo brasileiro.

Esta lógica, reconfigurada através dos processos de industrialização de parcela da agricultura, contribuiu significativamente para a alteração de aspectos culturais componentes da teia de relações do/a agricultor/a familiar, induzindo a formação de categorias de agricultores familiares voltados para o atendimento do mercado, dentre outras influências.

Através deste raciocínio, não estamos afirmando que todos/as os/as agricultores/as desta comunidade atuam desta maneira. Mesmo tendo até aqui sido atingidos por influências semelhantes, os resultados destas manifestam-se diferenciadamente nos/as agricultores/as, sendo registradas em suas próprias formulações de propostas, coletivas ou individualistas.

O que afirmamos é que estes elementos atuam como desarticuladores da organização dos/as agricultores/as, pois transferem das relações estruturais gerais da sociedade para as relações na microestrutura da comunidade, representações e ações de caráter individualista.

De acordo com Machado, coletivo é a “intersecção de sujeitos com base em interesses que lhe são comuns e que tem como fundamento a prática social, ou seja, o coletivo não opera no vazio e nem com critérios aleatórios, mas procura traduzir as preocupações, aspirações e interesses de um grupo ou classe social, agindo no sentido de produzir as transformações que beneficiam a todo o grupo” (MACHADO, 2004 apud MACHADO, op. cit.).

Atuando nesta direção, o coletivo potencializa o desenvolvimento humano, principalmente por criar um ambiente de organização onde a participação será um dos elementos agregadores fundamentais.

### 3.4.4.3 Desafios para a Constituição da Organização Comunitária Coletiva

Para Machado as relações de organização coletiva não são atingidas apenas através do desejo de constituí-las, a autora utiliza-se das proposições de Pistrak para indicar que estes são processos complexos e que devem ser incentivados entre os jovens, tanto viverem como trabalharem coletivamente na base da ajuda mútua (PISTRAK, 2002 apud MACHADO, op. cit.).

De acordo com a autora existem elementos estratégicos para serem implementados, se o objetivo que se persegue é a constituição efetiva de ações coletivas: a) “a democratização das relações de poder, que passa pelo sistema de discussão e decisão colegiada”; b) “a democratização e agilidade do sistema de comunicação”; c) “postura ética e transparente dos sujeitos”; d) “clareza quanto a natureza política das relações humanas”; e) “determinação e vontade política de lutar pela coesão grupal” (MACHADO op. cit., p. 112).

Todas estas proposições orientam-se no sentido de tornar a ação coletiva, uma escolha consciente e politizada destes/as trabalhadores/as do campo, constituindo-se nos desafios estruturantes mais significativos a estes/as agricultores/as. Neste sentido ao serem realizados esforços conscientes para a democratização das relações de poder, tornando de fato democráticas, as discussões e decisões em nível colegiado, potencializa-se a reversão, do que em momento anterior indicamos, da participação “coletiva” apenas nos momentos das reuniões mensais, onde nem mesmo a definição de sua pauta é realizada de forma coletiva.

Ressaltamos que em relação aos agricultores/as da Comunidade Boa Esperança, a falta de convicção de cada um e cada uma de ser capaz de dar a sua contribuição para a comunidade ao participar, associada à necessidade de ampliar a disciplina necessária para a atuação coletiva, demonstram-se como elementos importantes a serem considerados como obstáculos, para a organização coletiva.

A disciplina aqui é compreendida como a consciência do/a agricultor/a, sobre a necessidade e da importância para a comunidade, de sua participação, sendo necessário, portanto, um planejamento de sua parte que possibilite conciliar a consecução de seus interesses particulares ao interesses coletivos.

No tocante à democratização e agilidade do sistema de comunicação, este desponta-se como um complexo desafio para os/as trabalhadores/as do campo. O

isolamento em relação aos elementos estruturais de comunicação a que estes/as agricultores/as estão relegados amplia as dificuldades de entrarem em contato com informações que lhe são estratégicas.

Esta dificuldade foi identificada como elemento constitutivo da comunidade em questão e para além da mesma, identificamos ainda limites internos na transferência de informações. Podemos indicar como fato representativo o desconhecimento sobre as etapas dos processos que envolveram a legalização das terras; e a ausência de debates entre os membros da comunidade, sobre as ações ocorridas em nível do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, onde o presidente da associação da comunidade ocupa uma vaga representando-os.

Chamamos atenção ainda sobre outro aspecto que se demonstrou decisivo para ampliar as barreiras no estabelecimento de uma aberta comunicação entre os/as agricultores/as da Comunidade Boa Esperança. O fato de os/as agricultores/as residentes na comunidade não sentirem-se à vontade para a verbalização, dentre outras causas, por estarem diante dos proprietários de terra não residentes na mesma. Sendo que estes últimos fazem usos mais freqüentes da fala nos momentos de reunião em relação aos primeiros.

Conforme Naves & Gomes (2006) “quando a comunicação ocorre num contexto com interlocutores desconhecidos, nos quais não existe confiança plena e cujo discurso não está previamente justificado, a comunicação mantém-se precária. As pessoas preferem guardar para si as idéias, pensamentos e opiniões”. Esta situação assemelha-se à realidade vivida na Comunidade Boa Esperança.

A instauração de uma postura ética e transparente dos sujeitos componentes de coletivos no dizer de (MACHADO, op. cit.) “impõe aos membros de um coletivo, permanente “vigilância” entre dizer e fazer; através da crítica e autocrítica procura-se manter a coerência entre princípios e ações”. Para que este comportamento torne-se uma regra a ser internalizada como componente das relações na comunidade em estudo, indicamos que torna-se necessário a instauração de outros momentos e/ou situações, em que estes/as agricultores/as se envolvam com a atividades de interesse comunitário, pois as reuniões mensais tem se demonstrado insuficientes para o estabelecimento de regras de convivência.

Alguns agricultores explicitam a necessidade do estabelecimento de normas que sejam potenciais para a participação nas reuniões da associação, pois a sua

realização acontece de modo pouco participativo. *“Reunião para ir sessenta pessoas vai vinte, quarenta não vai. Tem que ir todo mundo para resolver”*.

Ostrom (2000) afirma que “a propensão para cooperar estaria baseada no desenvolvimento e crescimento das normas sociais”. O autor indica como elementos importantes para o favorecimento da cooperação: “informar os participantes sobre o comportamento dos outros e a sua adesão a normas sociais; recompensar aqueles que usam normas sociais, tais como reciprocidade, confiança e justiça; dentre outras” (OSTROM, 2000 apud COSTA, op. cit., p. 07).

Sendo tratada ao final de uma lista de elementos necessários à construção de cenários que viabilizem a organização de coletivos de trabalhadores/as, a clareza quanto a natureza política das relações humanas e a determinação e vontade política de lutar pela coesão grupal, talvez sejam os elementos iniciais no desencadeamento de todo o processo de coletivização.

Acreditamos que estes elementos são necessários para serem considerados na construção de estratégias de organização coletiva na Comunidade Boa Esperança, pois na busca pela sobrevivência, estes/as agricultores/as evidenciam em suas formulações, estratégias e proposição de soluções de caráter individualista para os problemas comunitários.

Destaca-se ainda a necessidade de um amadurecimento sobre os processos políticos das relações humanas, afirmados por alguns membros da comunidade como incipientes entre a maioria de seus membros. Alguns agricultores interpretam o calor dos debates como sendo resultantes de dificuldades de relacionamento entre os envolvidos. Este fato desencadeia sucessivos conflitos entre os mesmos, levando agricultores a desistirem de participar das reuniões, ampliando seu isolamento na comunidade, fato este contrário aos interesses coletivos.

A dificuldade existente entre os membros da comunidade na gestão de conflitos internos, pode ser compreendida neste contexto como um obstáculo à organização, como registra um agricultor: *“o presidente deu uma chamada esses dias nesse povo lá, muito duro como presidente de associação, a pessoa tem que falar a verdade eu sei que tem, mas tem hora que a gente não pode falar, o povo é melindroso”*.

Em nossa compreensão o avanço por parte destes/as agricultores/as na compreensão da natureza política das ações humanas, será potencial no sentido de atuar positivamente sobre aspectos que muito influenciam as ações coletivas na

comunidade: diminuindo a freqüência dos conflitos internos e ampliando a autonomia da comunidade frente ao volume de interferências, onde os reais beneficiados são os agentes externos, com interesses distintos dos seus.

#### **3.4.4.4 Desafio para a Instauração da Participação Crítica: a Educação Ambiental para Gestão e a Sócio-Economia Solidária**

Os elementos acima citados como imprescindíveis para constituição de verdadeiros coletivos demonstram-se diretamente dependentes da instauração da participação para que se efetivem na prática. A participação é a condição fundante para o desencadeamento de todos os referidos processos. De modo semelhante a outras categorias de trabalhadores, aos agricultores/as familiares está lançado o desafio de criarem a partir de dentro de sua micro-estrutura social (comunidade) os cenários necessários para que cada um/a de seus membros sejam atuantes nos processos de interesses coletivos.

A criação da cultura da participação política nos temas de interesse coletivo é justamente o desafio assumido pela “Educação Ambiental para Gestão”. Esta categoria da educação ambiental difere-se das demais<sup>76</sup> existentes no Brasil, por transferir seu foco de ação de questões reducionistas da problemática ambiental, centrada principalmente na demonstração ao “educando dos impactos decorrentes das atividades humanas na natureza, para então enfatizar os meios tecnológicos de enfrentá-los” (LAYRARGUES, op. cit. p. 89).

A compreensão da problemática do meio ambiente como um fenômeno socioambiental lança a questão ambiental na esfera política, entendida como esfera pública das decisões comuns (CARVALHO, 2006a, p. 61). “A Educação Ambiental para Gestão é entendida essencialmente como um processo de mediação de conflitos de interesses” (LAYRARGUES, op. cit. p. 89) individuais e coletivos existentes nos processos de apropriação para a transformação do meio ambiente.

A Educação Ambiental para Gestão, propõe-se a explicitar as questões geradoras da problemática ambiental do fim do século XX, que pode ser

---

<sup>76</sup> De acordo com Sorrentino (1993) existem atuantes no Brasil quatro correntes de práticas educativas voltadas para a questão ambiental: conservacionista; educação ao ar livre; economia ecológica; e gestão ambiental

compreendida como resultante, dentre outros fatores, “da invasão do espaço coletivo pelos interesses privados com usos abusivos” (LAYRARGUES, op. cit. p. 132).

Neste sentido a atuação da Educação Ambiental para Gestão orienta-se na perspectiva de reconstruir, a partir da participação coletiva democrática, a conformação de espaços coletivos preenchidos por interesses coletivos, onde a resultante seja a uso coletivo do meio ambiente.

“A concepção libertária de educação emana de Paulo Freire, da Educação Popular, das práticas educacionais dos movimentos sociais e de outras(os) educadoras(es) e teóricas(os) sociais e do ambientalismo, seu fundamento político é a democracia radical que reconhece que cada ser humano detém o direito à participação, à definição de seu futuro e à construção da sua realidade” (PROFEA, 2006).

Diante do exposto consideramos que o obstáculo mais significativo lançado para os/as agricultores/as componentes da comunidade em estudo, é o desencadeamento da ação participativa, enquanto estratégia motivadora de outros processos necessários à constituição de um modo de pensar e agir coletivamente na comunidade.

Compreendemos que na prática esta lógica organizativa materializa-se em dois sistemas de organização, indicados por nós no capítulo inicial deste texto. A Sócio-Economia Solidária e a Agroecologia, como orientação para a organização político/econômica e produtiva destes/as agricultores, respectivamente.

Destacamos a Sócio-Economia Solidária como potencial em cenários constitutivos da participação, pois este sistema funda-se em princípios democráticos de organização, onde a autonomia e autogestão de coletivos necessariamente exige para a sua condução, a participação efetiva de cada um de seus membros. Nestes a atuação não é realizada apenas em benefício do próprio coletivo, mas através de uma ação consciente de que atuando em níveis micro-estruturais da sociedade, contribui-se para transformações mais amplas na mesma, no sentido de reconstruí-la em bases justas e solidárias.

Portanto, as propostas da Educação Ambiental para Gestão e a Sócio-Economia Solidária, estão conectadas na perspectiva da construção de sociedades sustentáveis, onde a base para essa construção localiza-se na efetiva construção de sistemas democráticos participativos que regulem as relações entre os humanos na natureza e destes com a natureza.

### 3.5 Determinantes nas Concepções dos Agricultores e Agricultoras Sobre Meio Ambiente

#### 3.5.1 A Evolução no Conceito de Meio Ambiente Ligada à Invenção da Problemática Ambiental

Iniciamos esta etapa de nosso debate indicando que no seio das sociedades o meio ambiente não é representado através de uma visão consensual. Ao contrário, a respeito do mesmo existem diferentes representações sociais, em constante processo de reformulação ao longo da história. Notoriamente intensificado no período pós revolução industrial, este processo acontece em estreita ligação com o que vem se constituindo na sociedade planetária como a problemática ambiental.

Gerhardt & Almeida (2005, p. 03) afirmam que “a invenção do meio ambiente como problemática social relevante incluir-se-ia dentro de um processo dinâmico de reestruturação sociocultural, onde o que estaria em jogo (em disputa) seria a própria modificação da forma como a sociedade se organiza, pensa e elabora seus valores, suas prioridades e seus desejos”.

Carvalho (op. cit., p. 53) ressalta que “o surgimento de práticas sociais e pedagógicas em torno da *questão ambiental* como objeto de interesse público resulta de uma construção histórica recente”.

Os processos de reelaboração dos valores da sociedade no campo ambiental<sup>77</sup>, não são de ordem evolutiva fatalística, nem mesmo apenas repostas às crescentes alterações de ordem socioambiental nas sociedades globais, como as mudanças climáticas e a ampliação das desigualdades sociais. Porém, não se pode negar, que essas atuaram estrategicamente como motivadoras para o desencadeamento de processos reflexivos críticos, sobre as conseqüências do modo de organização político/produtivo instaurado com a sociedade industrial.

Outro fato de extrema relevância nos contextos estruturantes para a compreensão da problemática ambiental, e através dela, a evolução no conceito de meio ambiente, são as condições socioeconômicas existentes nas distintas

---

<sup>77</sup> “A problemática ambiental não é dada pelos processos históricos, mas é resultante da invenção social decorrentes de processos reinterpretativos da natureza. “A *invenção* de uma questão ambiental global não se resume apenas à formação de um novo discurso (“ecológico”, “ambiental”, “sustentável” etc.) derivado da conjunção de certas forças etéreas pairando acima da realidade, mas se estrutura e se institucionaliza a partir da constante configuração do que aqui se denominou por *campo ambiental* em construção” (GERHARDT & ALMEIDA, op. cit.)

sociedades, que por sua vez condicionarão visões mais ou menos críticas sobre a questão.

“Países onde suas populações enfrentam sérias dificuldades para suprir necessidades básicas (como alimentação, educação, saúde, habitação etc.) ou mesmo nas camadas economicamente menos favorecidas das nações mais ricas, a questão do meio ambiente é, se não completamente desconhecida, no mínimo marginal ou indiferente” (GERHARDT & ALMEIDA op. cit., p. 12).

Por outro lado encontram-se os países intensamente industrializados, onde as parcelas da população que alcançaram altos níveis de qualidade de vida, mesmo tendo acesso ao debate sobre os efeitos de seu modo de organização produtiva sobre o ambiente, permanecem mais interessadas na manutenção de seus níveis de consumo, ao invés de atuarem de forma organizada em sua reestruturação. Caso em que está inclusa parcela significativa da sociedade norte americana.

Portanto, as visões sobre o meio ambiente, não estão apenas ligadas ao acesso à informação e a formação de consciência sobre a problemática ambiental, mas ultrapassa estes níveis para alcançar elementos político-ideológicos contidos nas diferentes representações sociais existentes.

As distintas visões sobre a problemática ambiental (implicam distintas visões sobre meio ambiente), resultam de formulações efetivadas em momentos históricos passados e presentes, coexistindo em cenários socioeconômicos, institucionais e políticos como resultado de suas dinâmicas. É importante termos em mente que as mesmas não têm caráter apenas classificatório, ao contrário determinarão decisivamente os acontecimentos em relação às disputas pelo acesso aos bens ambientais.

As estratégias políticas, econômicas e produtivas resultam em determinados modos de interação com/no ambiente, intimamente ligadas à visão sobre a mesmo, o que em última instância caracterizará quais grupos participarão dos conflitos socioambientais e quais terão maior capacidade organizativa para alcançar benefícios.

### **3.5.2 As Contradições Ligadas ao Conceito de Meio Ambiente**

De acordo com Carvalho (2006b, p. 35-36) as diversas conceituações sobre meio ambiente derivam de diferentes visões sobre a natureza. Assim a autora indica

duas formas distintas de perceber a mesma. A primeira, *naturalista*, “baseia-se principalmente na percepção da natureza como fenômeno estritamente biológico, autônomo, alimentando a idéia de que há um mundo natural existindo em oposição ao mundo humano”.

Na segunda visão, *socioambiental*, “a natureza e os seres humanos, bem como a sociedade e o ambiente, estabelecem uma relação de mútua interação e co-pertença, formando um único mundo [...] Tal perspectiva considera o meio ambiente como espaço relacional, em que a presença humana, longe de ser percebida como extemporânea, intrusa ou degradadora, aparece como um agente que pertence à teia de relações da vida social, natural e cultural e interage com ela” (CARVALHO, op. cit., p. 36-37).

Em relação à primeira forma de perceber a natureza (naturalista), portanto, de compreender o meio ambiente, Tamaio (2002) acrescenta que a natureza percebida de forma naturalista, dualizando a existência entre homem e natureza, se ramifica em outras formas que têm em comum a manutenção desta separação. São elas na classificação do autor: “*romântica, utilitarista, científica, generalizante*” (TAMAIO, op. cit., p. 43-44).

A visão romântica se manifesta sobre a forma de perceber a natureza como bela, sempre harmoniosa e equilibrada. Ela é tudo que não sofreu a transformação pelo homem, tais como as matas, os bichos, outras. Na visão utilitarista a natureza é vista como “fonte de recursos para o homem. Na visão científica de natureza, esta é percebida como uma máquina inteligente e infalível, quando seu funcionamento é interrompido pelo homem, ela responde às agressões. Por sua vez na visão generalizante, a natureza é descrita de forma muito ampla, vaga e abstrata. Tudo é natureza” (TAMAIO, op. cit., p. 43-45).

No contexto da pesquisa realizada junto aos agricultores/as da Comunidade Boa Esperança, tivemos entre outras proposições, a de apreender elementos potenciais sobre a representação de suas visões sobre meio ambiente.

Sobre este aspecto é necessário considerar que, de acordo com o que afirmam Gerhardt & Almeida, a respeito da ausência do debate ambiental no cotidiano das populações em condições precárias, estão inclusos neste grupo, a maioria dos/as agricultores/as desta comunidade. De forma idêntica à parcela significativa dos/as agricultores/as brasileiros, historicamente excluídos em nossa

sociedade, foram submetidos a utilizar, até aqui, parcela significativa de suas vidas, em busca de criar condições para a reprodução familiar.

Neste sentido o debate que compõe a problemática ambiental não está claramente incluso em suas vivências, o que não inviabiliza que os/as mesmos/as tenham formado ao longo de suas histórias de vida, representações sobre o mesmo, através das influências resultantes das interações em sociedade.

Passamos a partir de então a imprimir um esforço no sentido de evidenciar as diferentes representações destes/as agricultores/as sobre meio ambiente, registradas durante a interação com os/as mesmos/as, captadas tanto através de seus discursos como através da observação e interpretação de suas estruturas organizativas e de produção.

### **3.5.3 As visões dos Agricultores e das Agricultoras sobre Meio Ambiente**

Através da análise de inúmeros elementos constituintes dos distintos modos de vida presentes na comunidade em estudo, indicamos a existência de três visões de natureza e, por conseguinte, de conceituações sobre meio ambiente explicitadas de forma mais intensa nas representações dos/as agricultores/as. São elas as visões utilitarista, romântica e generalizante.

Durante a elaboração e análises do *corpus* organizado, tivemos sempre a atenção voltada para os limites existentes entre os impactos sobre o meio físico, causados pela precariedade das condições de sobrevivência a que estas famílias se defrontaram desde a sua ocupação, e os impactos decorrentes de uma visão utilitarista do meio ambiente.

Neste sentido registramos que existem na comunidade, unidades familiares com a presença de impactos ambientais ligados ao meio físico, causados não somente pelas diversas barreiras impostas a estas famílias, registradas anteriormente. Mas também como manifestação deste modo de percepção da natureza. Uma evidência que orienta nesta direção é a fala de um agricultor que afirma que *“quando cheguei aqui isso era tudo mato [...] formei isso tudo no braço [...]”*.

Este agricultor desmatou toda extensão de sua propriedade, possível de alguma forma de utilização. Sua casa está construída dentro dos limites da Área de Preservação Permanente – APP, junto ao Córrego Facão. Através destas e outras

evidências de mesma natureza contidas em seu discurso, este agricultor manifesta fortemente a idéia de progresso, contida na lógica de desmatar e “limpar” a propriedade, sendo impeditivo apenas os limites do relevo.

Em condição similar existem outros/as agricultores/as que desmataram consideravelmente as APPs de serras, nascentes e córregos presentes em suas propriedades.

Não podemos deixar de registrar que, um volume considerável de desmatamentos destas áreas, também foram realizados por ex-proprietários, tendo os atuais adquirido as terras nestas condições.

A visão generalizante também está presente na representação dos/as agricultores/as. Ao serem questionados sobre o seu entendimento a respeito de meio ambiente fizeram as seguintes falas *“o meio ambiente são animais, as matas é tudo, os rios é a natureza”*; *“pra começar, tudo é meio ambiente, desde uma lagartixa que come aranha, e outros insetos; cobra, rato, catitu [...]”*.

Outra percepção manifestada nas falas dos/as agricultores/as, a expressão majoritária na comunidade, é a visão romântica de natureza constituindo-se da *“mata, chuvas, nascentes”*; *“são animais, as matas, os rios, é a natureza”*; *“é as beira do córrego centralizado nas formas (pasto), ou que seja um bosque [...]”*.

Esta visão foi manifestada de forma explícita em suas falas, quando nos diálogos estabelecidos durante as entrevistas tratávamos dos problemas ambientais presentes na comunidade. Na caracterização do que venha ser um problema ambiental, os/as agricultores/as excluem todos os problemas que não tenham ligação direta com impactos ligados ao meio biofísico.

Este fato está representado em suas falas ao indicarem ações dos próprios membros da comunidade, como o desmatamento de áreas não permitidas a) *“problema ambiental é sobre a gente desmatar onde não é de desmatar [...] é o negócio de desmatar demais porque causa erosão”*; b) *“problema ambiental é o seguinte; eu entendo assim é só não destruir a natureza né ? Beira rio, mina [...] evitar o desmatamento”*. Problemas causados por ações que conduzam a uma desestruturação do funcionamento do ambiente c) *“se eu plantar um eucalipto aqui eu vou ter um impacto terrível, porque ele vai secar até esse poço aí”*.

Registramos que a freqüência em que apareceram as falas sobre o desmatamento enquanto impacto ambiental presente na comunidade, está relacionado com o volume de desmatamento ocorrido em APPs. Outro fato que

evidencia a sua importância, também claramente percebido e registrado nas falas dos/as agricultores/as, é a evolução na redução da água superficial disponível para ser aproveitada “*o problema aqui é a água, a seca, o impacto da seca*”. Alguns afirmam que se continuarem desmatando e retirando água na cachoeira, em um futuro próximo secarão o Córrego Facão.

A visão socioambiental de natureza, desejável na expectativa de elaborações críticas sobre a problemática ambiental, transfere o foco das análises de questões puramente técnicas e ecológicas desta temática, e a lança no campo político de debates. Sendo, portanto, um olhar sobre o ambiente que amplia as possibilidades de construção de soluções efetivas para a mesma.

Esta visão, mesmo que aproximada nas representações de alguns agricultores/as com indicada na fala: “*nós os homens também podemos ser prejudicados (fazendo referência aos impactos ambientais), pois se já prejudicou os outros animais também pode prejudicar agente e muito, trazendo um monte de coisa, doença, pobreza*”, não fora explicitada pelos/as mesmos. Esta fala acrescenta aspectos socioeconômicos no debate sobre os problemas ambientais, porém mais se aproxima de uma abordagem utilitarista, pois reconhece a necessidade de evitar os impactos físicos na natureza em decorrência das respostas negativas passíveis de refletirem sobre os seres humanos.

Mesmo os/as agricultores/as que propuseram soluções de caráter endógeno para os problemas por eles/as registrados na comunidade, demonstrando uma visão mais elaborada de suas possibilidades organizativas enquanto classe trabalhadora, não apresentaram falas que indicassem para essa compreensão sobre meio ambiente.

Portanto, mesmo diante das variações existentes em suas compreensões sobre meio ambiente, a visão naturalista manifesta-se de forma mais explícita nas representações destes/as agricultores/as.

As suas lutas anteriores à instalação na comunidade; e os problemas por eles/as descritos que atuam diretamente sobre suas vidas, a partir da vivência na mesma (exemplo, a inexistência de ações efetivas do estado por 10 anos), não são considerados por eles/as como problemas socioambientais. Este fato reafirma o distanciamento do debate sobre a questão ambiental de suas vidas, e principalmente, impõem-lhes barreiras decorrentes de suas próprias limitações interpretativas a respeito de sua condição de excluídos no campo.

Como indicado no capítulo I, as origens da visão dualista de natureza, que retira dos seres humanos a capacidade de perceber-se enquanto parte da mesma, registra-se no movimento burguês iluminista, que introduz no pensamento social a razão como mecanismo de regulação das relações entre os homens e destes com o meio.

Constituindo-se de uma proposição da classe burguesa, esta perspectiva é transferida para a sociedade global subordinando a ela homens e mulheres não burgueses e os demais elementos da natureza. Sendo a manifestação mais explícita desta forma de pensamento e ação, a eclosão da revolução industrial do século XVIII ocorrida na Inglaterra. Este modelo de desenvolvimento de forma desigual espalhou-se pelas mais diversas nações, pautado na dominação da natureza e da própria natureza humana.

#### **3.5.4 As Relações Homem/Natureza na Comunidade Boa Esperança**

As relações que os/as agricultores/as da Comunidade Boa Esperança estabelecem em seu espaço de vivência resultaram em alterações no ambiente, tanto quanto foram necessárias para sua reprodução (não para acumulação). Estas relações intra-comunitárias decorrem notoriamente das conexões existentes entre este espaço e o meio externo. Portanto, as relações entre meio externo e a comunidade são decisivas para o condicionamento das relações dos/as agricultores/as na transformação do meio ambiente.

Monares (1999) afirma que “a modernidade construiu no ser humano aspectos culturais e ideológicos que condicionam ações agressivas frente à natureza”.

Em um contexto destruturador da teia de relações tradicionais dos/as agricultores/as, estes/as são conduzidos/as cada vez mais a organizar suas relações sociais e produtivas sobre a influência de condições extra-comunitárias, que criam uma condição de exclusão de conjunto de trabalhadores/as. Mais recentemente, esta, está sendo executada através da elaboração de políticas públicas estatais. Este mesmo contexto tem como uma de suas manifestações uma ação mais agressiva na transformação da natureza externa e de sua própria natureza, através do trabalho.

O formato das relações socioeconômicas em que se inserem estes/as agricultores/as, condicionam em grande medida as suas ações degradadoras frente ao meio ambiente físico, onde podemos indicar o uso de agrotóxicos e o desmatamento excessivo; mas condicionam principalmente a degradação no ambiente social comunitário, causa primeira das suas intervenções insustentáveis no meio físico. Na afirmação de Silva (op. cit., p. 56) “as relações que se estabelecem entre os homens e a natureza são resultantes das relações que os homens estabelecem entre si”.

A demonstração mais evidente de resistência destes agricultores a estas imposições está ligada ao fato de que, as relações sociais lhe conduzem para o individualismo e a competição, por outro lado, os mesmos/as percebem que a comunidade para ser melhor (ser organizada de forma justa), precisa ir na contramão deste comportamento e unir-se para a consecução de objetivos comuns.

### **3.6 Concepção da Atuação de Agentes Externos à Comunidade**

#### **3.6.1 Expectativas de atuação desses agentes**

No contexto em que está sendo utilizada a expressão, agentes externos, o significado pretendido é o de indicar entidades externas à comunidade, em que a sua atuação na mesma, funcione como um agente que influencia tanto a dinâmica produtiva dos/as agricultores/as, quanto o seu modo de organização socioeconômica.

Neste sentido, nas entrevistas realizadas com os/as agricultores/as da Comunidade Boa Esperança, no momento em que foram tratados de questões relacionadas à atuação de agentes externos à comunidade, pretendíamos investigar se, na visão destes/as as entidades que atuavam na comunidade contribuíam ou não para o alcance de melhorias.

O enfoque dado por nós na análise sobre tais respostas dos/as agricultores/as, foi sobre os itens a pouco mencionados: dinâmica produtiva e organização socioeconômica.

De acordo com os acontecimentos e relatos colhidos na comunidade, os agentes (entidades) que atuam ou exercem influência de forma direta sobre a

mesma são: INCRA; STR/Cáceres; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural; EMPAER; UNEMAT.

No decorrer dos diálogos estabelecidos nos momentos de entrevista, o/a agricultor/a não era conduzido a emitir sua opinião sobre cada uma destas entidades, ficando à vontade para tecer os seus comentários. Assim, as entidades que mais foram citadas em suas falas foram o INCRA, STR e EMPAER.

Em relação ao INCRA as falas que registram as suas visões nos parecem representar as contradições existentes na relação com a instituição. A maioria afirmou que a atuação deste agente na comunidade tem ajudado em alcançar melhorias, porém, eles também afirmam que, o órgão precisa atuar mais junto a eles/as, como fica registrado na fala de um agricultor “É mínima a atuação deles, é mínima porque a gente ta há 10 anos lá. Estrada nós conseguimos por nossos atos; energia foi por nós”.

Em nossa compreensão a afirmação da necessidade de atuar mais junto aos agricultores, parece estar fazendo referência à necessidade de uma atuação mais ágil da entidade em projetos de interesse da comunidade e também em decisões que sejam favoráveis aos agricultores/as, como esta fala de um agricultor registra “*ele (INCRA) tinha que favorecer o pobre ...*”.

Outros/as agricultores/as afirmam que a atuação do INCRA foi um empecilho para a comunidade desde os estágios iniciais de sua organização, “*o executor do INCRA me questionou que [...] ia ter que fazer uma seleção la dentro. [...] aí eu falei: por qual motivo vocês vão tirar pessoas la de dentro? Quem sabe a realidade lá de dentro somos nós. Vocês não deram nem uma agulha, vocês não deram nada. Então com qual autonomia vocês chegam lá para tirar pessoas?*”.

Portanto, mesmo aqueles/as agricultores/as que indicam que em certa medida a atuação deste agente traz benefícios para a comunidade, incluem em suas falas, outros elementos que demonstram sua insatisfação com o mesmo.

Em relação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Cáceres, as visões destes/as agricultores/as seguem a mesma seqüência de fatos. A maioria afirma que o STR traz benefícios, mas poderia ter atuação mais eficiente. Em nossa compreensão, estes/as agricultores fazem referência a atuação do sindicato na tramitação dos processos relativos à legalização das terras.

Outros chegam a afirmar que o STR e o INCRA juntos atrapalham os benefícios que poderiam ser acessados pela comunidade. Não podemos deixar de

registrar, que parte desta visão dos/as agricultores/as sobre o STR foi construída nos últimos cinco anos, através da ação de agentes ligados a políticos locais com visões políticas distintas às que foram incorporadas no plano de ação do STR. Assim ao ligar a sua atuação ao INCRA, existe a pretensão de desmobilizar a atuação da entidade junto aos agricultores/as.

Uma evidência registrada junto aos Agricultores/as da Comunidade Boa Esperança, que aparece como decisiva para a formação de uma imagem negativa sobre a entidade, reside no fato da baixa tradição destes na participação em entidades coletivas, incluindo nestas os sindicatos. Deste modo a entidade não é vista pelos/as agricultores/as como um espaço de articulação política, mas sim, de reivindicação de direitos trabalhistas.

Na fala do Sr. Neuzo Antônio de Oliveira, atual presidente do STR/Cáceres, *“as principais estratégias previstas no plano de ação da entidade, foram pensadas para que o agricultor e a agricultora percebesse que o sindicato atua como parceiro na organização de sua produção e ação política”*<sup>78</sup>.

Sobre a visão dos/as agricultores/as em relação à EMPAER, fizemos o seu registro quando tratamos da realização das reuniões prévias às eleições da empresa que realizará a elaboração do PDA. Portanto, nos ateremos a registrar neste momento, que existe por parte da comunidade uma mágoa em relação à ausência desta empresa na comunidade durante todas as suas etapas de evolução, mesmo estando localizada tão próxima a mesma.

Este fato, como descrevemos, pode ser também considerado para o insucesso da empresa, no momento da definição dos agricultores/as no processo eletivo.

Quanto a visão sobre a atuação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, desde o nosso primeiro dia de atividade na comunidade ficou evidente, aos sermos interrogados a respeito da continuidade do trabalho que pretendíamos iniciar, e quais os reais benefícios teria.

Este acontecimento origina-se de atuações anteriores a nossa presença na comunidade, onde pesquisadores desta instituição realizaram pesquisas na mesma, e que em momento posterior, os resultados não foram acessados pelos agricultores, gerando certo descrédito em relação a esta instituição.

---

<sup>78</sup> Entrevista concedida em 11/10/07.

Na maioria dos casos, as pesquisas são efetivadas por equipes dos cursos de Geografia e Ciências Biológicas do Campus de Cáceres, através da realização de aulas-campo, e pesquisas utilizadas na elaboração de trabalhos de conclusão de curso; e ainda pesquisas realizadas diretamente com a participação dos/as agricultores/as.

Um elemento demonstrado nas falas dos/as agricultores/as é o seu desconhecimento sobre a funcionalidade desta instituição e das demais instituições citadas. Isso ao nosso ver, representa as formas de ação das entidades na comunidade, que não tem efetivado estratégias que explicitem a sua razão de existência. Sendo apenas um lado da relação conhecido- os/as agricultores- a mesma se estabelece em condições de desigualdade.

A exceção a esta condição está demonstrada na atuação do STR, que insistentemente, nas reuniões da comunidade, descreve a estrutura, os objetivos, as estratégias de ação e as limitações da entidade. Porém, pouco sucesso tem sido alcançado pela mesma, no sentido de criar um ambiente de participação ativa nas ações do sindicato.

Por último, mas não menos importante como agente atuante na Comunidade Boa Esperança e demais comunidades componentes do assentamento Facão/Bom Jardim, está o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural sustentável.

Os/as agricultores/as praticamente não mencionaram esta entidade, afirmando não ter sobre a mesma uma visão definida. Ao que se demonstra, isto está relacionado com o desconhecimento das estruturas e funcionamento deste conselho, que tem como um de seus componentes, o presidente da associação da comunidade, enquanto representante da mesma nas deliberações do conselho.

Suas deliberações estão relacionadas à aplicações de recursos federais destinados a projetos de infra-estrutura na agricultura familiar e debates relacionados com formulação de políticas públicas municipais.

No contexto das eleições para definição da empresa que realizará a elaboração do PDA e prestará assistência técnica nas três comunidades, alguns dos membros deste conselho foram estratégicos para o desfecho no processo eletivo, como relatamos no item 3.2.

Nos propomos neste capítulo a descrever e interpretar, relacionando com aspectos da sustentabilidade, as características da Organização Sócio-Econômica dos Agricultores da Comunidade Boa Esperança; as influências que esta micro-

estrutura recebe através da ação da macro-estrutura social e suas conseqüências para o seu processo organizativo. Isto através dos elementos possíveis de serem apreendidos e registradas durante a interação direta com a mesma.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta etapa de conclusão, consideramos em relação ao objetivo geral que orientou esta pesquisa, interpretar a estrutura da organização sócio-econômica e dinâmicas produtivas da Comunidade Boa Esperança sob a ótica da sustentabilidade, analisando-a conjuntamente às relações estabelecidas com as estruturas sociais mais amplas. Portanto, retomamos alguns elementos contidos no primeiro capítulo, quando explicitamos que a noção em torno de projetos ou modelos de sustentabilidade que orientem o desenvolvimento de distintas sociedades, distinguem-se através de interesses econômico-ideológicos contidos em sua proposição.

Este elemento condiciona a atualidade a existência de distintas formulações de projetos de desenvolvimento para o campo brasileiro, constituindo um campo de disputas entre a conservação das estruturas; suas reformulações; e/ou a libertação da opressão originária destas.

Nos projetos reformistas as ações, a ciência e a tecnologia são construídas na intenção de melhorar o capitalismo. No campo, a estrutura fundiária permanece concentrada sobre a propriedade dos latifundiários, e uma reforma agrária pode até ser cogitada para retirar de cena as contradições entre o extremo da acumulação de riqueza e o extremo da miséria existentes nas cidades e no campo.

Na agricultura podemos indicar as ações de manejo integrado de pragas – MIP; uso de agrotóxicos seletivos; plantio direto, e outras práticas com estas características, como constituintes deste projeto.

Os projetos libertários, por sua vez, são construídos através de uma perspectiva de futuro pautada na justiça, na cooperação e na solidariedade, esta proposição vislumbra uma real transformação das relações e estruturas sociais localizadas nas origens da problemática ambiental, portanto exige mudanças críticas nas relações internas à nação e desta com o mundo.

Como modo social de organização do campo projetos desta natureza vislumbram a realização da reforma agrária, como o início do pagamento da histórica dívida social brasileira para com os trabalhadores, excluídos do campo. Neste sentido a reforma agrária é compreendida como estratégia para realizar uma verdadeira desconcentração da propriedade de terras, e como catalisadora da

formulação de políticas públicas que de fato afirmem a agricultura familiar camponesa como formato de desenvolvimento para o campo.

Na agricultura, este cenário incorpora a lógica da estruturação de sistemas agroecológicos organizados de acordo com as especificidades de cada região e de cada comunidade atuante no campo. A perspectiva é a condução neste espaço social de uma séria transição da agricultura convencional para a agricultura tradicional camponesa, também identificada com a agricultura agroecológica.

Afirmamos que neste campo de proposição encontra-se a Sócio-Economia Solidária, que como evidenciamos no capítulo inicial, funda-se em princípios condizentes com os horizontes de projetos libertários de desenvolvimento.

Portanto, consideramos que a noção de sustentabilidade não se encontra pronta e acabada, mas como uma utopia a ser perseguida em cenários contraditórios e coexistentes, na disputa pela construção de sociedades sustentáveis orientadas para projetos libertários.

Em relação ao objetivo específico, identificar e analisar os processos produtivos em andamento na comunidade, que também nos orientou na construção da pesquisa, enfatizamos que tais processos que constituem a dinâmica produtiva dos/as agricultores/as da Comunidade de Boa Esperança, sofrem diretamente as influências do contexto supra descrito. Parcela significativa destes/as elabora os sistemas produtivos presentes na unidade familiar, através das condições estruturais da existência da agricultura familiar. Estas, como debatemos no segundo capítulo, são decorrentes principalmente da formulação de políticas públicas que atuaram contra o seu desenvolvimento.

Neste sentido os/as agricultores/as tem sido fortemente influenciados/as pelas estruturas de mercado capitalista consumista e predador.

Ao defendermos esta perspectiva evidenciamos que a maioria dos/as agricultores/as desta comunidade, na busca por condições que garantam a sua permanência no campo, investem em sistemas produtivos que possam oferecer-lhes a máxima garantia no retorno de seus investimentos, orientando-se para tanto, nos movimentos deste mercado.

Como também evidenciamos, ao longo do debate sobre o agricultor camponês brasileiro, não somos adeptos à lógica dos que afirmam que a fonte das práticas sustentáveis na agricultura familiar camponesa, são aquelas que não estabelecem relações com o mercado. Ao contrário, como afirmaram (JOLLIVET, op.

cit.; WANDERLEY, op. cit.) os agricultores camponeses sempre buscaram seu espaço na sociedade e no mercado, no entanto, esta busca esteve historicamente associada a práticas sociais e produtivas primeiramente orientadas para a estruturação familiar e comunitária.

Um elemento estratégico a ser considerado é que os agricultores camponeses sempre estabeleceram em mercados alternativos, trocas dos alimentos e produtos originários de sua propriedade, relações estas não consideradas pelas instituições reguladoras do mercado capitalista. A economia destes agricultores é tratada no sistema capitalista como economia invisível, pois as relações estabelecidas por estes/as trabalhadores/as seguem regras distintas às das instituições que regulam este mercado.

Vale dizer que muitas das práticas efetivadas em mercados não capitalistas constituem ações, hoje também reconhecidas como práticas do campo da economia solidária, muito antes de receberem tal denominação eram realizadas pelos agricultores. Estas podem ser consideradas como um dos elementos responsáveis pela resistência da agricultura camponesa dentro do sistema capitalista vigente no Brasil.

Através dos processos da implantação das políticas modernizantes no campo, acompanhando o movimento da economia internacional, a agricultura familiar camponesa vem processualmente perdendo espaço neste contexto, sendo nas últimas 5-6 décadas forçada pelas pressões do mercado capitalista, materializadas principalmente nas políticas governamentais, a estabelecerem relações de dependência com o mesmo.

Porém as próprias contradições do sistema capitalista têm demonstrado aos agricultores/as da Comunidade Boa Esperança que, suas regras de funcionamento são desfavoráveis à suas realidades, quando os orientam para uma determinada prática econômica e em contrapartida não lhes garantem o retorno justo pela execução da mesma.

A presença da percepção destas contradições nas representações dos/as agricultores/as se mostrou evidente em inúmeros momentos de seus discursos. Como no registro de suas posições em relação aos intermediários, que os exploram pagando preços extremamente baixos pelos alimentos que produzem; e nos registros de suas opiniões sobre a ação do poder público municipal que não

reconhece os benefícios que estes/as agricultores/as geram para o município através de sua contribuição para a economia local.

Ao investigarmos questões que nos proporcionaram a interpretação das visões sobre meio ambiente e o modo como os agricultores da Comunidade Boa Esperança se relacionam com a natureza, nosso segundo objetivo específico, verificamos que o contexto das relações sociais capitalistas não imprimem influências apenas na organização da dinâmica produtiva destes/as. Consideramos que sua dinâmica produtiva é resultante em última instância do formato da sua organização socioeconômica, que manifesta de forma estreita, as marcas das visões que os/as mesmos/as têm sobre o meio ambiente e a problemática ambiental.

A organização socioeconômica dos/as agricultores/as desta comunidade é fundamentada na formulação de estratégias de organização da unidade familiar individualizada, onde sozinho/a cada agricultor/a atua para criar melhores condições de vida na terra para a família.

A realidade vivida e descrita por eles/as demonstra que as estratégias individualizadas na busca de soluções para problemas comuns à maioria dos componentes da comunidade, resultam em soluções insatisfatórias. Como exemplo, podemos citar o sério problema da comercialização enfrentado na comunidade, para o qual até então não fora formulada nenhuma estratégia coletiva na intenção de equacioná-la.

Se as soluções para problemas comuns na comunidade são executadas de forma individualizada, compreendemos que no imaginário destes/as agricultores/as estão presentes representações que conduzem a um pensar e agir individualistas, que conseqüentemente geram obstáculos para a atuação coletiva.

Porém, assim como em sua dinâmica produtiva existem distintas visões e perspectivas sobre a mesma, também existem distintas visões e expectativas sobre o modo de organização socioeconômica da comunidade. O seu formato atual é constituído por ações dos/as agricultores/as voltadas para estruturação de sua propriedade, e fracas ações estratégicas na estruturação da coletividade comunitária. No entanto, existe uma parcela destes/as agricultores/as convicta de que a partir do momento em que a comunidade “se unir”, no sentido de formular e executar soluções conjuntas, a mesma tende a ser melhor a partir da melhoria na qualidade de vida da maioria.

Para que esta seqüência de idéias se materialize, consideramos que o obstáculo mais significativo que desafia os/as agricultores/as da Comunidade Boa Esperança, é a instauração da prática da participação crítica e autônoma nos assuntos de interesse comunitário. Como evidenciamos no item: “obstáculos à participação coletiva”, as influências das relações sociais no sistema capitalista, conduzem as pessoas a afastarem-se dos espaços de tomada de decisão, transferindo suas responsabilidades para representantes.

Quando cumprindo com a proposta efetivada no terceiro objetivo específico: analisar as instituições formalizadas na comunidade e as dificuldades para a implantação de ações coletivas, verificamos que as práticas coletivas realizadas na comunidade, através de sua entidade de organização e representação comunitária, a *Associação Boa Esperança*, demonstra a efetivação de ações insuficientes para o desencadeamento da construção conjunta de soluções para a comunidade, e mesmo, de práticas cotidianas de caráter coletivo.

Associamos a esta realidade, a não identificação da problemática socioeconômica instaurada na comunidade e tão bem descrita por estes/as agricultores/as, como sendo problemas componentes de uma problemática ambiental local. As representações naturalistas de ambiente dos/as mesmos/as demonstram também, uma dificuldade na interpretação da realidade por eles/as vivida, implicando em obstáculos para a elaboração de estratégias coletivas de enfrentamento.

Através da análise das propostas de soluções formuladas pelos/as agricultores/as, parcela deles/as revela a expectativa de que as soluções para os seus problemas serão orientadas de fora para dentro da comunidade. Ora acenando para o governo, através da espera de suas ações, ora condicionando as soluções à agentes externos à mesma. Porém, as contradições existentes na comunidade, manifestaram também a proposição de estratégias endógenas, indicando possibilidades de que as ações do governo e de outros atores sejam complementares às suas iniciativas.

Neste sentido, é preciso internamente criar condições para a participação, que de fato sejam democráticas permitindo a manifestação dos anseios e pensamentos de cada um e cada uma, pois a coletividade se constitui através da proposição de objetivos comuns e da formulação e execução participativa de ações.

Finalizando, afirmamos que muitos dos elementos de insustentabilidade presentes na ação destes/as agricultores/as no momento de sua ação no ambiente, são resultantes de influências da estrutura social sobre sua organização local, que conduziu o agricultor a criar modos de resistência selecionando estas pressões e criando adaptações ao seu modo de organização visando a reprodução familiar no campo. Por outro lado, elementos característicos do modo organizativo camponês permanecem presentes em suas representações, sobretudo as relações produtivas estabelecidas e conduzidas através da tríade propriedade-trabalho-família e a intenção da estruturação da propriedade para a permanência futura da família.

A perspectiva do alcance da autonomia e manutenção da identidade configurou-se em um elemento que reforçou as esperanças das famílias desta comunidade, a permanecerem na terra diante do abandono e das dificuldades dele decorrentes.

Portanto a comunidade apresenta elementos potenciais e a intenção de ampliar seus horizontes organizativos através do estabelecimento de relações de interdependência, entre o planejamento individual da propriedade e o planejamento coletivo da comunidade.

Para tanto seu maior desafio é o de engajarem-se na construção de processos participativos a fim de alcançarem cada vez mais autonomia em seus processos gestatórios. A partir da materialização destas práticas serão capazes de ultrapassar desafios locais como: os empecilhos causados por proprietários de terra não residentes; exploração do agricultor por outros agricultores; a freqüência na venda de lotes, e outros anteriormente registrados. E também, desafios ou obstáculos resultantes das relações estruturais da sociedade capitalista, onde destacamos principalmente: a insuficiência de políticas públicas formuladas a nível federal; a falta de políticas públicas formuladas nos níveis estadual e municipal; e a conversão de práticas pautadas no individualismo, para práticas que se embasam na cooperação e na solidariedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Maria Virginia de Almeida. *Entre Pantanais, Cerrados e Florestas: a diversidade camponesa no Estado de Mato Grosso*, 2004. In: CARVALHO, Horacio Martins de. *O Campesinato do Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis, RJ: 1ª edição, editora Vozes, 2005.

ALMEIDA, Edimar Ezequiel de. A relação entre a direção do MST e a base assentada na região sudoeste do Estado de Mato Grosso, com foco na micro regional Antônio Conselheiro. Trabalho de Conclusão de Curso Técnico em Administração de Cooperativas. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. Veranópolis – RS: ITERRA, 2005.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: 4ª ed. Editora da UFRGS, 2004.

ALVES JR, Gilberto Torres. *O Planejamento Governamental E Seus Reflexos na Estrutura Fundiária de Mato Grosso*. Caminhos de Geografia, 2003 - Revista On Line. Instituto De Geografia – UFU. [www.lg.UFU.Br/Caminhos\\_De\\_Geografia.Html](http://www.lg.UFU.Br/Caminhos_De_Geografia.Html)

AMARAL, Anderson Marques. *Orquídeas epífitas e forofitos: estudo ecológico na Gleba Facão, Cáceres, MT*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas, do Instituto de Biociências, mestrado Ecologia e Conservação da Biodiversidade. Cuiabá, 1998.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. In: ZART, Laudemir Luiz & SANTOS, Josivaldo C. (orgs). *Educação e Sócio-Economia Solidária: integração universidade-movimentos sociais*. Cáceres: Série Sociedade Solidária. Vol. 2. Editora UNEMAT, 2006.

BARBANTI JR, Olympio. *Conflitos Socioambientais: Teorias e Práticas*. [www. www.anppas.org.br/encontro](http://www.anppas.org.br/encontro). Visitado em 01/10/2007.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977. In: GALIAZZI, Maria do Carmo & FREITAS, José Vicente de. *Metodologias emergentes em educação ambiental*. Ujuí, RS: 2 ed., Ed. Unijuí (coleção educação em ciências), 2007.

BICCHIERI, Cristina. "Learning to cooperate", 1997. In: COSTA, Rosangela Calado da & FUTEMMA, Célia Regina Tomiko. *Racionalidade com compromisso: os assentados do Ribeirão Bonito* (Teodoro Sampaio – SP) e o projeto de conservação ambiental. Pesquisa de Mestrado, 2006.

BRÜSEKE, Franz Josef. *O Problema do Desenvolvimento Sustentável*. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. Recife, PE: 4ª edição – Ed. Cortez, Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

CABRAL, James Frank Mendes. *Sementes tradicionais e a resistência camponesa ao agronegócio em Mato Grosso*. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*. Rio de Janeiro, RJ: AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. Vol. 4, nº 3, 2007.

CANDIDO, Antônio. (1964). *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora (Coleção Documentos Brasileiros).

CANUTO, Antônio. *Violência e Agressão aos Direitos Humanos na Esteira do Agronegócio*. In: SYDOW, Evanize & MENDONÇA, Maria Luiza (orgs.). *Direitos Humanos no Brasil: relatório da rede social de justiça e direitos humanos*. São Paulo, SP: Apoio Fundação Heinrich Böhl, 2004.

CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida: Uma Nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos*. São Paulo: 13ª ed. Ed. Cultrix, 1996.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Os Sentidos do Ambiental: a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade*. In: LEFF, Enrique (coord.). *A Complexidade Ambiental*. São Paulo: Tradução: Eliete Wolff. Editora Cortez, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (org.) *Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais*. Rio de Janeiro, Ibase, 1995. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B., LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs). *Sociedade e Meio Ambiente: A Educação Ambiental em Debate*. São Paulo, SP: 4ª ed., Editora Cortez, 2006.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A questão ambiental e a Emergência de um Campo de Ação Político-Pedagógica*. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B., LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs). *Sociedade e Meio Ambiente: A Educação Ambiental em Debate*. São Paulo, SP: 4ª ed., Editora Cortez, 2006a.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: 2ª edição, editora Cortez, 2006b.

CHESNAIS, François. *O Capitalismo de Fim de Século*. In: Zart, Laudemir Luiz & SANTOS, Josivaldo C. (orgs). *Educação e Sócio-Economia Solidária: integração universidade-movimentos sociais*. Cáceres: Série Sociedade Solidária. Vol. 2. Editora UNEMAT, 2006.

CHIFUCO, Naftal Cassimo. *O conflito e o fenômeno de venda de terras no contexto de turismo, sua origem e mecanismos da sua prevenção*. II Conferência Nacional Sobre o Manejo Comunitário dos Recursos Naturais. Maputo: FAO/IUCN/Unidades de Apoio ao Manejo Comunitário. 6p. 2001.

COSTA, Rosangela Calado da & FUTEMMA, Célia Regina Tomiko. *Racionalidade com compromisso: os assentados do Ribeirão Bonito (Teodoro Sampaio – SP) e o projeto de conservação ambiental*. Artigo resultante da pesquisa de Mestrado, 2006.

COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as Políticas Territoriais do Brasil*. São Paulo: Ed. 10ª, Editora Contexto, 2001. – (Repensando a Geografia).

EHLERS, Eduardo Mazzaferro. *O que se Entende por Agricultura Sustentável*. In: VEIGA, José Eli (org). *Ciência Ambiental: primeiros mestrados*. São Paulo, SP: 2ª ed., Editora Annablume: FAPESP, 1998.

FERRAZ, José M. Gusman. *As Dimensões da sustentabilidade e Seus Indicadores*. In: MARQUES João Fernando et all (editores técnicos). *Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas*. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2003.

FERREIRA, Leila Costa. *Conflitos Sociais*. Texto de apoio didático da disciplina “Conflitos de uso de recursos naturais” do Curso de especialização “Análise e Conservação de Recursos Naturais”. NEPAM, UNICAMP/PADCT, CIAMB. (1999), 9 p.

FERREIRA, Leila da Costa & FERREIRA, Lúcia da Costa. *Limites Ecológicos: novos dilemas e desafios para o Estado e para a sociedade*. In: HOGAN, Daniel J. & VIEIRA, Paulo F. (orgs). *Dilemas sócio-Ambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, SP: 2ª ed., editora Unicampi, 1995.

FUIGUEIREDO, Marcos. *Erosão dos Solos da Gleba Facão – Cáceres/MT*. Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, Ed. 45, 2005. Tradução do original em espanhol: *Las Venas Abiertas da America Latina*.

GERHARDT, Cleyton Henrique & ALMEIDA, Jalcione. *A Dialética dos Campos Sociais na Interpretação da Problemática Ambiental: Uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais*. *Ambiente & Sociedade – Vol. VIII nº. 2 jul./dez., 2005*. [www.artigocientifico.com.br/acervo](http://www.artigocientifico.com.br/acervo). Acessado em 11/02/2007.

GLIESSMAN, Stephen R.. *Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável*. Porto Alegre: 3ª ed. Editora da UFRGS, 2005.

GOMES, Laura Jane. *Conflitos Entre a Conservação e o Uso da Terra em Comunidades Rurais no Parque Nacional da Serra da Bocaina: Uma Análise Interpretativa*. Tese de Doutorado- UNICAMP, Campinas, Dezembro de 2002.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio opm. *Os Novos Desafios da Agricultura Camponesa*. 2 ed. (s/ed.), 2004.

GRAY, Andrew. *O Impacto da Conservação da Biodiversidade sobre os Povos Indígenas, 1991*. In: LOPES & GRUPIONI (orgs). *A Temática Indígena na Escola*. Brasília/São Paulo: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

GUARESCHI, Pedrinho A. *Sociologia da Prática Social*. Petrópolis: Vozes, 1992. In: Zart, Laudemir Luiz & SANTOS, Josivaldo C. (orgs). *Educação e Sócio-Economia Solidária: integração universidade - movimentos sociais*. Cáceres: Série Sociedade Solidária. Vol. 2. Editora UNEMAT, 2006.

GUTAMAN, P. *La economía y la formación ambiental*. In: LEFF, E. (comp.). *Ciencias Sociales y formación ambiental*. Barcelona: Libergraf, 1994. IN: MARQUES João Fernando et al (ed. técnicos). *Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas*. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2003.

GUTERRES, Ivani. *Agricultura Camponesa x Agricultura Imperialista*. In: GUTERRES, Ivani (org.) *Agroecologia Militante: contribuições de Enio Guterres*. São Paulo, SP: 1ª ed., Editora Expressão Popular, 2006.

HARWOOD, R. R. *Small farm development – understanding and improving farming systems in the humid tropics*. Boulder: Westview Press, 1979. In: ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: 4ª ed. Editora da UFRGS, 2004.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Plano de Utilização da Unidade de Produção/ Ministério do Meio Ambiente, Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural. Brasília, DF: MMA, 2005.

JANUARIO, Elias. *Caminhos da Fronteira: educação e diversidade em escolas da fronteira Brasil-Bolívia*, (Cáceres/MT). Cáceres: Ed. UNEMAT, 2004.

JOLLIVET, Marcel. *L'analyse fonctionnelle-structurelle en question ou la théorie nécessaire*. 1971 In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. XX Encontro Anual da Anpocs. gt 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG: Outubro, 1996.

JUNIOR, Arlindo Philipi et all. *Educação Ambiental: do Passado e do Presente para Alcançar a Sustentabilidade*. IN: JUNIOR, Arlindo P. & PELICIONI, Maria C. Focesi (editores). Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos. São Paulo: 2ª ed., Signus Editora: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de informações em Saúde Ambiental, 2002.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). *As lógicas produtivas*, 1998. In: PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio. A Questão Agrária e o Campesinato. Núcleo de Estudos, e Projetos de Reforma Agrária – UNESP, 2005. [www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Produção](http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Produção). Visitado em 21/09/2007.

LAMARCHE, Hugues. (coord.) *L'agriculture familiale*. 1. Une réalité polymorphe. Paris, L'Harmattan, 1993. 304 p. 2. Du mythe à la réalité. Paris, L'Harmattan, 1994. 303 p. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. XX Encontro Anual da Anpocs. gt 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG: outubro 1996.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. *Educação Para a Gestão Ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais*. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B., LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs).

Sociedade e Meio Ambiente: A Educação Ambiental em Debate. São Paulo, SP: ed. 4ª. Editora Cortez, 2006.

LEROY, Jean Pierre & PACHECO, Tânia. *Democracia*. In: JUNIOR, Ferraro (org.). *Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

LITTLE, Paul E. *Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política*. (org.) BURSZTYN, M. In: *A Díficil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2001.

LOUREIRO, Carlos Frederico B., LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs). *Sociedade e Meio Ambiente: A Educação Ambiental em Debate*. São Paulo, SP: ed. 4ª. Editora Cortez, 2006.

MACHADO, Ilma F. *Educação Solidária e Formação Omnilateral* 2004. In ZART, Laudemir. (Org). *Educação e sócio-economia solidária – paradigmas de conhecimento e sociedade*, Vol. I, Cáceres: Editora da Unemat, 2004.

MACHADO, Ilma Ferreira. *Por um pedagogia Coletiva*. In: Zart, Laudemir Luiz & SANTOS, Josivaldo C. (orgs). *Educação e Sócio-Economia Solidária: integração universidade-movimentos sociais*. Cáceres: Série Sociedade Solidária. Vol. 2. Editora UNEMAT, 2006.

MAGNOLI, Demétrio. *O que é Geopolítica*. São Paulo: Brasiliense, 1991. In: JANUARIO, Elias. *Caminhos da Fronteira: educação e diversidade em escolas da fronteira Brasil-Bolívia (Cáceres/MT)*. Cáceres: Ed. UNEMAT, 2004.

MAPA – Ministério da Pecuária Abastecimento e Agricultura- Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008. [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br). Acessado em 18/10/2007.

MARTINS, José de Souza. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993. In: ZART, Laudemir Luiz. *Encantos, Caminhos e Desencantos: migração- colonização na Amazônia mato-grossense*. Cáceres: Editora UNEMAT, 2005.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo, 1997. In: ZART, Laudemir Luiz. *Encantos, Caminhos e Desencantos: migração- colonização na Amazônia mato-grossense*. Cáceres: Editora UNEMAT, 2005.

MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp. 2000. In: PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio. *A Questão Agrária e o Campesinato*. Núcleo de Estudos, e Projetos de Reforma Agrária – UNESP, 2005.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2ª ed., 1998. (Clássicos). Introdução de Jacob Gorender.

MATURANA, Humberto & VARELA, Francisco. *“Autopoeisis: the organization of the living”*, originariamente publicado sob o título de *Maquinas y Seres Vivos*. Editoria Universitária, Santiago. Chile, 1972. In: CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida: Uma Nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos*. São Paulo: 13ª ed. Ed. Cultrix, 1996.

MEDINA, Nana Mininni. *Os Desafios da Formação de Formadores para Educação Ambiental*. In: JUNIOR, Arlindo P. & PELICIONI, Maria C. Focesi (editores). *Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos*. São Paulo: 2ª ed., Signus Editora. Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de informações em Saúde Ambiental, 2002.

MENDRAS, Henri. *Un shéma d'analyse de la paysannerie française*. 1976. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*. XX Encontro Anual da Anpocs. gt 17. *Processos Sociais Agrários*. Caxambu, MG: Outubro, 1996.

MOLINA, Mônica Castagna. *A Reforma Agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: a Reinvenção do Futuro*. Campinas: Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP, 1998.

MONARES R., Andrés. *Modernidad y Crisis Ambiental: En torno al fundamento de la relación naturaleza-ser humano em Occidente*. Chile: Revista Austral em Ciencias Socialis, nº 3, 1999.

MORAES, Roque. *Mergulhos Discursivos: análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos*. In: GALIAZZI, Maria do Carmo & FREITAS, José Vicente de. *Metodologias emergentes em educação ambiental*. Ujuí, RS: 2 ed., Ed. Unijuí (coleção educação em ciências), 2007.

NAVES, Flavia Luciana & GOMES, Marcos Affonso Ortiz. *A construção Social da Organização: um estudo sob a perspectiva dos agricultores*, 2006. Acessado em 09/11/2007.

NUNES, José Maria de Souza. *Real Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: Spala, 1985. In: JANUARIO, Elias. *Caminhos da Fronteira: educação e diversidade em escolas da fronteira Brasil-Bolívia, (Cáceres/MT)*. Cáceres: Ed. UNEMAT, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A Campo Brasileiro no final dos anos 80*. In: STÉDILE, João Pedro (coordenador). *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS. 3ª Ed., 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *As Contradições no Campo Brasileiro*. In: CARVALHO, Horacio Martins de. *O Campesinato do Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis, RJ: 1ª edição, editora Vozes, 2005.

OSTROM, Elinor. *El gobierno de los bienes comunes*. México (D. F.): Universidad Nacional Autónoma de México; Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias; Fondo de Cultura Económica, 2000. In: COSTA, Rosangela Calado da & FUTEMMA, Célia Regina Tomiko. *Racionalidade com compromisso: os assentados do Ribeirão Bonito (Teodoro Sampaio – SP) e o projeto de conservação ambiental*. Artigo resultante da pesquisa de Mestrado, 2006.

PALACIOS, Guilherme. *Campesinato e escravidão no Brasil: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres do Nordeste oriental do Brasil; 1700-1875*. Dados, Revista de Ciências Sociais, R. Janeiro, 30 (3):325-356, 1987. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*. XX Encontro Anual da Anpocs. gt 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG: Outubro, 1996.

PASCHOAL, Adilson D.. *Pragas, praguicidas e a crise ambiental: problemas e soluções*. Rio de Janeiro: FGV, 1979. In: VEIGA, José Eli (org). *Ciência Ambiental: primeiros mestrados*. São Paulo, SP: 2ª ed., Editora Annablune, FAPESP, 1998.

PERIPOLLI, Odimar. J. *Escola do Campo: uma proposta solidária*. In: In: ZART, Laudemir Luiz & SANTOS, Josivaldo C. (orgs). *Educação e Sócio-Economia Solidária: integração universidade-movimentos sociais*. Cáceres: Série Sociedade Solidária. Vol. 2. Editora UNEMAT, 2006a.

PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio. *A Questão Agrária e o Campesinato*. Núcleo de Estudos, e Projetos de Reforma Agrária – UNESP, 2005.

PICOLI, Fiorelo. *O Capital Marginaliza e a Barbárie Responde*. In: ZART, Laudemir Luiz & SANTOS, Josivaldo C. (orgs). *Educação e Sócio-Economia Solidária: integração universidade-movimentos sociais*. Cáceres: Série Sociedade Solidária. Vol. 2. Editora UNEMAT, 2006a.

PICOLI, Fiorelo. *O Capital e a Devastação da Amazônia*. São Paulo, SP: 1ª ed., Editora: Expressão Popular, 2006b.

PISTRAK, M. M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: 2. ed., Expressão Popular, 2002.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. *Violência e Democracia no Campo Brasileiro: o que dizem os dados de 2003*. [www.ces.uc.pt/bss/documentos](http://www.ces.uc.pt/bss/documentos). Acessado em 21/09/2007.

PRIGOGINE, Ilya & STENGERS, Isabelle. *Order out of Chaos*. Bantam, Nova York, 1984. In: CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida: Uma Nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos*. São Paulo: 13ª ed. Ed. Cultrix, 1996.

PROFEA - *Programa Nacional de Formação de Educadoras (es) Ambientais: por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade*. Brasília: MMA, Série Documentos Técnicos – 8, 2006.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática. Tradução de Maria Cecília França, 1993.

REDCLIFT, M. *Sustainable development: exploring the contradictions*. London: Zed Books, 1993. In: MARQUES João Fernando et al (editores técnicos). *Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas*. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2003.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: 3ª Ed., Ed. Garamond, 2002.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos: exclusão e luta; do sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.

SANTOS, Milton. *Debates: o retorno do território*. In: *Territorio y Movimientos Sociales*, OSAL 251. AÑO VI Nº 16 ENERO-ABRIL, 2005. [www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal](http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal). Acessado em 18/09/2007.

SAWYER, Donald Rolfe. *Campesinato e Ecologia na Amazônia*. In: HOGAN, Daniel J. & VIEIRA, Paulo F. (orgs). *Dilemas sócio-Ambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, SP: 2ª ed., editora Unicampi, 1995.

SCHUCH, Heitor José. *A Importância da opção pela Agricultura Familiar*, 2006. [www.gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos](http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos) Visitado em 21/09/2007.

SEVILHA GUZMAN, E. *Aspectos Teóricos de la agroecología*. In: MARQUES João Fernando et al (editores técnicos). *Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas*. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2003.

SEVILLA GUZMAN. *Bases Teóricas e Epistemológicas da Agroecologia a partir da Sociologia Rural*. In: GUTERRES, Ivani (org.) *Agroecologia Militante: contribuições de Enio Guterres*. São Paulo, SP: 1ª ed., Editora Expressão Popular, 2006.

SILVA, Pe. José de Moura. *Genealogia dos Municípios de Mato Grosso*. Cuiabá (mimeo), 1998. In: JANUARIO, Elias. *Caminhos da Fronteira: educação e diversidade em escolas da fronteira Brasil-Bolívia (Cáceres/MT)*. Cáceres: Ed. UNEMAT, 2004.

SILVA, José Graziano da. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SILVA, José Graziano da. *Globalização da Agricultura*. In: SILVEIRA, Miguel Ângelo, VILELA, Sérgio L. de O. (orgs.). *Globalização e Sustentabilidade da Agricultura*. Jaguariuna, SP: EMBRAPA-CNPMA, 1998.

SILVA SANTOS, Edinéia Natalino da. *Ocupação da Fazenda Facão (1990-2000) Cáceres-MT*. Monografia de Conclusão do curso de Licenciatura Plena em História, Cáceres, 2002.

SORRENTINO, Marcos. *“Situação atual e as perspectivas da educação no Brasil*. 1993. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B., LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). *Sociedade e Meio Ambiente: A Educação Ambiental em Debate*. São Paulo, SP: 4ª ed., Editora Cortez, 2006.

STEDILE, João Pedro (org.). *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo, SP: Vol. I. Edição Editora Expressão Popular, 2005.

TAMAIO Irineu. *O Professor na Construção de Conceito de Natureza: uma experiência de Educação Ambiental*. São Paulo: Ed. Annablume: WWF, 2002.

VAILANT, Clóvis. *Impactos Econômicos do Modelo de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso*. In: SINTEP. Revista Novos Rumos. Modelo de Desenvolvimento Econômico em Mato Grosso. Cuiabá, MT: 4ª Edição, Agosto de 2005.

VEIGA, José Eli & EHLERS, Eduardo. *Diversidade Biológica e Dinamismo Econômico no Meio Rural*. In: MAY, Peter H. et al (orgs.). Economia do Meio Ambiente: Teoria e prática. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 4ª impressão, 2003.

VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. *No Coração do Brasil: Políticas públicas, desenvolvimento e colonização em Mato Grosso*. Cáceres, MT: 1ª ed., Ed. Unemat, 2005.

VIOLA, Eduardo J. & LEIS, Hector R. *A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, entre 1971-1991: do biossetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável*. In: HOGAN, Daniel J. & VIEIRA, Paulo F. (orgs.). Dilemas sócio-Ambientais e Desenvolvimento Sustentável. Campinas, SP: 2ª ed., editora Unicampi, 1995.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*. XX Encontro Anual da Anpocs. gt 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG: Outubro, 1996.

YOUNGBERG, Garth; SCHALLER, Neil & MERRIGAN, Kathleen. (1993). "The sustainable agriculture policy agenda in the United States: politics and prospects". In: VEIGA, José Eli (org). Ciência Ambiental: primeiros mestrados. São Paulo, SP: 2ª ed., Editora Annablume: FAPESP, 1998.

ZART, Laudemir Luiz. *Encantos, Caminhos e Desencantos: migração-colonização na Amazônia Matogrossense*. Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2005.

ZART, Laudemir Luiz. *Dimensões Formativas para a Construção de Práticas Sociais Relativas ao Cooperativismo Solidário*. In: Zart, Laudemir Luiz & SANTOS, Josivaldo C. (orgs.). *Educação e Sócio-Economia Solidária: integração universidade - movimentos sociais*. Cáceres-MT: Série Sociedade Solidária. Vol. 2. Editora UNEMAT, 2006.

## **ANEXO**

## **FONTES ORAIS**

Entrevista realizada com o chefe do escritório regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Cáceres, MT. Em 26 de novembro de 2006.